FACULDADE AMAZONAS

Projeto Pedagógico do Curso Superior de Tecnologia em Logística

2017/1

DIRETOR PRESIDENTE

Wellington Lins de Albuquerque Junior

DIRETORA GERAL

Profa. M.Sc. Cinara da Silva Cardoso

DIRETORA ACADÊMICA

Profa Esp. Cibelly Arianda Matos dos Santos

DIRETORA DE PLANEJAMENTO E ADMINISTRAÇÃO

Profa. Esp. Leonarda de Almeida Trovão

PROCURADORA INSTITUCIONAL

Profa. MSc. Irene Oliveira

COORDENADORA DE PESQUISA, EXTENSÃO E PÓS GRADUAÇÃO

Profa. M.Sc. Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo

COORDENADORA DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

Profa. M.Sc. Luciana Oliveira do Valle Carminé

COMISSÃO PRÓRIA DE AVALIAÇÃO

Profa. MSc. Ana Medeiros de Magalhães - Presidente | Prof. M.Sc.Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo – Representante Docente | Leonarda Trovão - Representante Administrativo | Cristiano Lucio Torrez Lira - Representante da Comunidade

SUMÁRIO

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES 09
Nome e Base legal da Mantenedora 09
Nome da Mantida e Base legal da IES 09
Perfil e Missão da IES 09
Dados Sócio Econômicos da Região - PDI 10
Dados de Manacapuru 13

SÍNTESE DA IES 35

CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO 41
Nome e base legal do curso 42
Nome da Mantida 42
Endereço de funcionamento do curso 42
Justificativa para criação do curso 42
Número de vagas do curso e turno de funcionamento 43
Carga horária e tempo mínimo 44
Convênios vigentes com outras instituições 47

DIMENSÃO 1: ORGANIZAÇÃO DIDÁTICO- PEDAGÓGICA 47
1 .1 CONTEXTO EDUCACIONAL 47
1.1.1 Demandas de natureza econômica 48
1.1.2 Demandas de natureza social. 53
1.1.3 Demandas culturais 54
1.1.4 Demandas políticas 55
1.1.5 Demandas de natureza ambiental 55
1.1.5.1 Política Ambiental da FA 58
1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FA 58
1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FA 59
1.1.5.4 Projetos transversais do curso sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os dois primeiros anos 60

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO 60
1.2.1 Política de Ensino 60
1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares do Curso previstos para os dois primeiros anos 63
1.2.1.2 Projetos de Iniciação Científica do curso 64
1.2.1.3 Projetos de Iniciação Tecnológica do curso 64
1.2.1.4 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social do Curso previstos para os dois primeiros anos 65
1.3. OBJETIVOS DO CURSO 67
1.3.1 Objetivo Geral 67
1.3.2 Objetivos Específicos 68
1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO 69
1.4.1 Competências e Habilidades Gerais: 70
1.4.2 Competências e Habilidades Específicas: 71
1.5 ESTRUTURA CURRICULAR 71
1.5.1 Matriz do Curso 74
1.5.2 Ementário 76
1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES 101
1.7 METODOLOGIA 102
1.7.1 Metodologia de Ensino 102
1.7.2 Atividades Pedagógicas 107
1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais 109
1.7.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos 109
1.7.5 Aulas Práticas 111
1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO 112
1.9 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO COM A REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA 113
1.10 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO- RELAÇÃO ENTRE LICENCIANDOS, DOCENTES E SUPERVISORES DA REDE DE ESCOLAS DA EDUCAÇÃO BÁSICA. 113
1.11 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO – RELAÇÃO TEORIA-PRÁTICA: 114
1.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES: 116

1.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO: 124
1.14 APOIO AO DISCENTE 126
Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE 126
EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE 127
EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS 129
1.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO 130
1.15.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional: 131
1.15.2 Objetivos Específicos: 131
1.15.3 Metodologia da avaliação institucional: 131
1.15.4 Avaliação Interna são duas 132
1.15.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso 133
1.15.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional: 133
1.16 ATIVIDADES DE TUTORIA 136
1.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TICS – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM 137
1.17 MATERIAL DIDÁTICO INSTITUCIONAL 138
1.17 MECANISMO DE INTERAÇÃO ENTRE DOCENTES; TUTORES E ESTUDANTES: 138
1.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM 138
1.20.1 FORMAS DE ACESSO AO CURSO 143
1.20.1.1 Do Processo Seletivo 143
1.20.1.2 Transferência 144
1.20.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior 144
1.20.1.4 Da Re-opção 144
1.20.1.5 Enem 145
1.20.1.5 Matrícula 145
DIMENSÃO 2 CORPO DOCENTE 146
2.1 Atuação do Núcleo Docente Estruturante- NDE 146

2.2 Atuação do Coordenador do Curso 148
2.3 Experiência Profissional, de Magistério e de Gestão Acadêmica do Coordenador do Curso 148
2.4 Regime de Trabalho do coordenador do curso 149
2.5 Carga Horária do Coordenador do Curso 149
2.6.Titulação e Regime de Trabalho do Corpo Docente 149
2.7 Percentual de Doutores 150
2.8 Regime de Trabalho do Corpo Docente do Curso 151
2.9 Experiência Profissional do Corpo Docente do Curso 151
2.10. Experiência no Exercício da Docência na Educação Básica 151
2.11 Experiência no Magistério Superior do Corpo Docente 152
2.12 Funcionamento do Colegiado de Curso 153
2.12.1 Membros do Colegiado de Curso 154
2.14. Produção Científica, Cultural, artística ou tecnológica 154
DIMENSÃO 3. INFRAESTRUTURA 155
3.1 Gabinete de Trabalho para Professores 155
3.2 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos 155
155
3.3 Sala de Professores 155
3.4 Sala de Aula 155
3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática 155
3.6 Livros da bibliografia básica 156
3.7. Livros da Bibliografia Complementar 156
3.8 Periódicos Especializados 156
3.8.1 Periódicos impressos 156
3.8.2 Periódicos online de livre acesso do curso 156
3.9 Laboratórios e Laboratórios Didáticos Especializados: Quantidade 158
3.9.1 Laboratórios Básicos do Curso: Quantidade. 158
3.9.2 Laboratórios Didáticos Especializados: qualidade 158
3.9.3 Laboratórios Didáticos Especializados: serviços 158
DIMENSÃO 4: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS 159
PROGRAMAS INSTITUCIONAIS 164
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS 165

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO 169
PROGRAMA DE MONITORIA 172
PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO 180
PROGRAMA DE NIVELAMENTO
PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE 184
PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL 186
REGULAMENTO DE MONITORIA 198
REGULAMENTO DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO 200
REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO 201
REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS 208
REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIO 211
REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL 215
REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR 218
REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DA FA 221
REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS 224
REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA 225
REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO 228
REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE 231
REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO 232
REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA 235
REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FA 238
REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO 240
REGULAMENTO DOS ESTAGIOS SUPERVISIONADOS DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA 246
ANEXO I – Encaminhamento do Acadêmico para empresa concedente 260
ANEXO II – Autorização para elaboração de convênio de práticas e termo de compromisso 261
ANEXO III – Formulário de frequência no campo da prática 262
ANEXO IV – Formulário de frequência na orientação do estágio 263

ANEXO V – Formulário de avaliação das atividades no campo da prática 264

ANEXO VI – Resumo das atividades desenvolvidas pelo aluno(a) 265

CONTEXTUALIZAÇÃO DA IES

a) Nome da Mantenedora:

Razão Social: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP

b) Base legal da Mantenedora:

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712 - Morada do Sol – Manacapuru. - Amazonas. CEP: 69.402-093.

Natureza Jurídica: Sociedade Empresaria Limitada

CNPJ 24.373.640/0001-05

Atividade Econômica Principal: Educação Superior – graduação e pós-graduação

Representante Legal: Wellington Lins de Albuquerque Junior

c) Nome da Mantida:

FACULDADE AMAZONAS

d) Base legal da IES:

Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712 - Morada do Sol – Manacapuru. - Amazonas. CEP: 69.402-093.

Email: faculdadeamazonasfa@gmail.com

Cadastrado no e-MEC em: 04/04/2016

IES em Processo de credenciamento Nº: 201602124

Ato Regulatório: Credenciamento

e) Perfil da IES:

Missão da IES: Formar profissionais comprometidos na sua área de atuação, com uma postura ética, contribuindo para sua inserção no contexto social como agente transformador.

Valores: Excelência, ética, profissionalismo e Inclusão social

Perfil: IES tem um perfil que busca a excelência no ensino superior, e com uma política de inclusão sócio-educacional.

f) Dados Sócio Econômicos da Região - PDI

O Amazonas é uma das 27 unidades federativas do Brasil, sendo a mais extensa delas, pouco maior que a Mongólia e pouco menor que a área da Região Nordeste brasileira, com seus nove estados. O estado está situado na região Norte do país e tem como limites a Venezuela e Roraima a norte, o Pará a leste, o Mato Grosso a sudeste, Rondônia a sul, o Acre a sudoeste), o Peru a oeste e a Colômbia a noroeste.

Desconhecida da maioria dos brasileiros, a Amazônia figura nos roteiros internacionais como um dos melhores lugares do mundo para o ecoturismo. Mesmo assim, ainda é incipiente o número de turistas que visita a região: apenas 6% (400 mil) dos turistas estrangeiros que visitam o país viajam para a Amazônia, e velando seu enorme potencial turístico.

Estados Unidos, a Alemanha, a França, a China e o Japão são os alvos preferenciais o turismo sustentável da região. Destaca também que a Amazônia é vista como “marca própria” em diversos lugares do mundo. Atualmente, a demanda efetiva do Brasil é de 6 milhões de turistas e um lucro estimado de US$ 184 bilhões, fazendo com que a Organização do Tratado de Cooperação Amazônico (OTCA) considere altamente relevante o mercado turístico da Amazônia. Para explorar esse potencial, a entidade vem desde 2009, implantando uma série de estratégias que tem como principal objetivo fazer crescer o potencial turístico local.

Segundo o Último Anuário Estatístico 2010 realizado pela Secretaria Estadual de Planejamento, tendo como fonte primária os dados do último censo do IBGE, o Amazonas tem uma população de 3.480.937 habitantes. Sua capital, Manaus, concentra em torno de 60% dessa população o que representa um total de 1.802.525 habitantes, distribuídos em uma área de 11.458 km² correspondente a cidade de Manaus.

Com baixa densidade demográfica no interior do Estado, a cidade de Manaus tem sido o lugar para onde fluem os fluxos migratórios do interior do Estado e de outros estados da federação. Este contexto faz da cidade de Manaus a 8ª cidade do Brasil no ranking de população, e a projeção que temos é que até 2020 seremos no Estado do Amazonas 4.477.266 habitantes. A criação de uma Faculdade no município do Estado do Amazonas, no caso de Manacapuru, estará evitando este êxodo rural para capital e possibilitando a formação de uma mão de obra mais especializada, contribuindo para o desenvolvimento do próprio município

Ainda segundo o IBGE, esse crescimento aponta para novos desafios econômicos e sociais que implicaram e implicarão novas e volumosas demandas por serviços educacionais e pelo acesso a políticas públicas que possam contribuir para a qualidade de vida da população.

Nesse cenário ao pensarmos nas diferenças regionais que marcaram o Brasil nas últimas duas décadas e que aprofundaram as diferenças econômicas, sociais e culturais entre o norte/nordeste do país e as demais regiões, esse desafio assume grandiosa proporção.

As desigualdades educacionais são realidade no Brasil e podem ser constatadas com análises simples de estatísticas já públicas. No site do Todos Pela Educação estão reunidos dados sobre a Educação das cinco regiões brasileiras, que permitem o monitoramento e a comparação entre seus desempenhos educacionais.

Um dos dados disponíveis na seção "Educação no Brasil" do site é a taxa de distorção idade-conclusão. Ela marca o atraso dos estudantes para o término do ensino e a disparidade no País é alta: a Região Sul tem 37,9% dos alunos com a conclusão do Ensino Fundamental atrasada; já o Nordeste tem 71,4%. São 33,5 pontos percentuais de diferença entre a maior (Nordeste) e a menor (Sul) taxa de distorção no Brasil.

Percentual de alunos que terminam o Ensino Fundamental com atraso	
Norte	**69,8%**
Nordeste	**71,4%**
Centro-Oeste	**55,6%**
Sudeste	**56,9%**
Sul	**37,9%**

Pela Meta 4, verificamos que, na Região Sul, 60,5% dos jovens concluem o Ensino Médio até os 19 anos. Já no Norte apenas 36,6% terminam essa etapa até os 19 anos.

Meta 4 - Conclusão do Ensino Médio aos 19 anos	
Norte	**36,6%**
Nordeste	**37,1%**
Centro-Oeste	**49,5%**
Sudeste	**59,7%**
Sul	**60,5%**

Estas realidades da educação básica das regiões Norte e Nordeste, não constituem novidades, e não diferem com relação a realidade da Educação superior. O Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentadas por outras regiões do país. Neste sentido, o desenvolvimento regional, desigual da Amazônia, como apontam os estudos de inúmeros sociólogos e economistas que se dedicam a pensar a região, faz emergir a necessidade de avançar na oferta de educação como estratégia prioritária de diminuição das diferenças regionais e como ferramenta de desenvolvimento sustentável.

O desenvolvimento mundial alcançado nas últimas três décadas explicita uma acumulação sem precedentes e um incremento do abismo entre incluídos e excluídos, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação. É neste contexto que a pretende oferecer serviços educacionais, a fim de proporcionar condições de ampliação das possibilidades de desenvolvimento, através da oferta de melhores condições de acesso ao ensino superior e da ampliação de todas as potencialidades dos municípios do nosso Estado.

Em várias áreas, a desigualdade regional ainda é uma das características mais marcantes do nosso país, Não existe qualidade sem equidade. Os países que estão no topo do *ranking* mundial da educação apresentam uma média alta de desempenho e baixa desigualdade entre alunos e redes. Um exemplo é o Canadá, país entre os cinco primeiros colocados no PISA– Programa Internacional de Avaliação de Estudantes –, que, apesar de abrigar um fluxo imigratório intenso de Famílias de várias partes do mundo, tem uma das menores desigualdades educacionais.

Esta desigualdade no Estado do Amazonas é perceptível também entre a capital e os municípios, que precisam de investimento para o desenvolvimento dos municípios do Estado do Amazonas.

DADOS DE MANACAPURU

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7.333,074 km² . Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo o território brasileiro.

E sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, era 95.330 habitantes, sendo assim o 4°. município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus, Parintins e Itacoatiara, e o 3 ° mais populoso de sua microrregião (RMM), superado apenas por Manaus e Itacoatiara.

Apresenta uma densidade populacional de 11,7 habitantes por km². Segundo o censo de 2010, 51,05% da população eram homens (43 461 habitantes), 48,95% (41 680 habitantes) mulheres, 70,68% (60.174 habitantes) vivia na zona urbana e 29,32% (24.967 habitantes) na zona rural.

Manacapuru juntamente com outros doze municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil.

Manacapuru representa o 3º maior PIB no Ranking da Região Metropolitana de Manaus. Entretanto seu IDH é inferior a média nacional.

O IDH é composto por 3 das mais importantes áreas de desenvolvimento humano: vida longa e saudável (longevidade), acesso ao conhecimento (educação) e padrão de vida (renda). E vai de 0 à 1 e quanto mais próximo de zero, pior o desenvolvimento humano.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDH-M) de Manacapuru representa o 2º maior IDH no ranking dos municípios da Região Metropolitana de Manaus .

Manacapuru tem um IDH de 0,614 inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado do Amazonas que foi de 0,674 de acordo com dados Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD).

Todavia, o IDH do Amazonas está entre os últimos estados brasileiros no ranking do IDH (19º lugar no Índice e Geral, 18º lugar em Educação, 22º em Longevidade, 16º em Renda).

Sendo o IDH de outras regiões é bem superior ao do Amazonas, IDH Renda (DF 0,852, SP 0,783, SC 0,783), o IDH Educação (DF 0,789, SC 0,765, SP 0,800), o IDH Longevidade (DF 0,876, SC 0,890, Alagoas 0,764).

Etimologia

A etimologia de Manacapuru. Manacapuru é uma palavra de origem indígena, que deriva das expressões *Manacá* e *Puru*.

Manacá é uma planta brasileira das dicotiledôneas, da família solanaceae. Em tupi-guarani, a palavra significa "Flor".

Já a palavra "Puru" possui a mesma origem, sendo distinto apenas o significado, que quer dizer enfeitado ou matizado. Assim sendo, Manacapuru em tupi-guarani significa *Flor Matizada*.

Além dessas características, Manacapuru é conhecida nacionalmente como a *Princesinha do Solimões*, apelido que ostenta desde meados do século XIX.

História

A história de Manacapuru está fortemente ligada à aldeia dos Índios Mura, que se estabeleceram na margem esquerda do rio Solimões por volta do século XVIII, fazendo com que surgisse a localidade.

A Freguesia de Nossa Senhora de Nazaré de Manacapuru foi criada em 12 de agostode1865, a partir da Lei n.° 148. A Freguesia tinha sede no povoado de Manacapuru. Com a Lei n.° 83, de27 de setembrode1894, criou-se o município de Manacapuru, com território desmembrado do município de Manaus. A instalação só ocorreu em16 de junho de1895.

A Comarca de Manacapuru foi criada pela Lei n.° 354, de10 de setembrode1901. Através da Lei n.° 1.126, de5 de novembrode1921, a Comarca foi extinta, e só restabelecida no ano seguinte, em1922, por força da Lei n.° 1.133 de7 de fevereiro.

Foi concedido ao município foros decidadeem16 de julhode1932, com o Ato estadual n.° 1.639. Com a divisão administrativa vigente em dezembro de 1959, três distritos formavam o município: Manacapuru, Berurie Caapiranga, sendo que os três já foram emancipados. Atualmente, o município possui apenas o distrito de Caviana, o qual também já foi proposto, em2010, sua emancipação, juntamente com outros vinte e sete distritos no estado do Amazonas.

Composição étnica

Os traços culturais, políticos e econômicos herdados dos portugueses, espanhóis e holandeses marcam o município de Manacapuru. Cresceu assim, mas voltando um pouco atrás na história, não se pode esquecer a importância dos ameríndios no quesito contribuição étnica. Foram os ameríndios que iniciaram a ocupação humana na Amazônia, e seus descendentes, os caboclos, desenvolveram-se em contato íntimo com o meio ambiente, adaptando-se às peculiaridades regionais e oportunidades oferecidas pela floresta.

Na sua formação histórica, a demografia de Manacapuru é o resultado da miscigenação das três etnias básicas que compõem a população brasileira: o índio, o europeu e o negro, formando, assim, os mestiços da região (caboclos). Mais tarde, com a chegada dos imigrantes, especialmente japoneses e judeus vindos do Marrocos, formou-se um caldo de cultura singular, que caracteriza a população da cidade, seus valores e modo de vida. A cidade abriga uma notável comunidade marroquina, em sua maioria judeus.

Segundo o censo de2000doIBGE, a população de Manacapuru está composta por: pardos(69,99 % ou 51 579 habitantes),brancos(22,21 % ou 16 371 habitantes),pretos(5,26 % ou 3 874 habitantes),indígenas(0,85 % ou 630 habitantes) e amarelos (0,18 % ou 129 habitantes).Há ainda, 1 113 pessoas que não declararam suas etnias, representando 1,51 % do total da população.

Cultura e sociedade

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes emigrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis. Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Realiza-se todos os anos, o Festival de Ciranda de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município: Flor Matizada, Guerreiros Mura e Tradicional.

Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais. Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré.

Geografia

O município de Manacapuru está situado à margem esquerda do rio Solimões, na confluência deste com o rio Manacapuru, a sudoeste da capital do Amazonas, Manaus, da qual dista em linha reta, 68 quilômetros. Suas coordenadas geográficas são as seguintes: 3° 18' 15" de latitude sul e 60° 37' 03" de longitude W. Gr.

Manacapuru limita-se com seis municípios, a saber: Iranduba e Manaquiri ao leste; Beruri ao sul; Ana mãe Caapiranga ao oeste; e Novo Airão ao norte e noroeste.

Há um grande potencial aquático, florístico e faunístico em seu território. Foi o primeiro município do Amazonas a ter em sua área territorial um Sistema Municipal de Unidade de Conservação (SMUC) - a Reserva de Desenvolvimento Sustentável do Piranha - além da Área de Proteção Ambiental do Miriti e dos Lagos de Manutenção do Paru e Calado. A vegetação da localidade caracteriza-se em quase sua totalidade por áreas de várzea e terra firme, do qual recebe intensa influência.

A vegetação, típica da região Amazônica é formada por florestas de várzea e terra firme, tendo ao seu redor um relevo composto por lagos, ilhotes e uma pequena serra.

Manacapuru faz parte da Região metropolitana de Manaus

A Região Metropolitana de Manaus, também conhecida como Grande Manaus, foi criada pela Lei Complementar Estadual nº 52 de 30 de maio de 2007. A Região metropolitana foi formada por treze cidades: Autazes, Careiro, Careiro da Varzea, Iranduba, Itacoatiara, Itapiranga, Manacapuru, Manaquiri, Manaus, Novo Airão, Presidente Figueiredo, Rio Preto da Eva, Silves. Inicialmente, o município de Manacapuru não foi acrescentado à região metropolitana da capital, porém, com a construção da Ponte Phelipp Daou, que ligar a capital ao interior do estado, Manacapuru foi incluído entre os municípios da Grande Manaus, aumentando o número de municípios.

A Região Metropolitana de Manaus, a qual pertence Manacapuru, é a maior Região metropolitana do Brasil em área territorial, com 127.168, 682 km². Com 2 .568.817 habitantes é a mais populosa da Região Norte do Brasil e gera um PIB a preços correntes de 73.130.837 mil reais de acordo com o IBGE em 2017, conforme demonstrado na tabela a seguir.

Dados dos municípios da Região Metropolitana de Manaus			
Municípios	**Área (km2)**	**População (2016)**	**PIB (2014) *(em mil de reais)**
Autazes	7.623,268	37.752	230.288
Careiro	6.090,838	36.922	210.281
Careiro da Várzea	2.631,128	28.592	242.961

Iranduba	2.214,251	46.703	527.964
Itacoatiara	8.892,038	98.503	1.508.254
Itapiranga	4.231,152	9.040	82.197
Manacapuru	7.333,074	**95.330**	**1.307.005**
Manaquiri	3.975,276	29.327	208.386
Manaus	11.401,058	1.802.525	67.572.523
Novo Airão	37.796,238	18.133	109.866
Presidente Figueiredo	25.421,254	33.703	679.140
Rio Preto da Eva	5.813,224	31.274	377.104
Silves	3.748,833	9.147	74.867

Fonte: *cidades.ibge.gov.br, 2017*

Economia

O PIB Municipal em 2014 foi de R$ 1.307.005.000,00

Manacapuru representa o 3º PIB no Ranking da Região Metropolitana de Manaus.

O PIB por atividade econômica em 2014 no município de Manacapuru encontra-se assim representado:

Serviço	R$ 380.131.000,00	35,95%
Indústria	R$ 62.164.000,00	5,88%
Impostos	R$ 19.791.000,00	1,87%
Agropecuária	R$ 372.661.000,00	35,24%
Administração Pública	R$ 222.769.000,00	21,07%

Fonte: IBGE, 2014

Sua economia é baseada na agricultura, extrativismo vegetal e pesca.

Caracteriza-se especialmente pela coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino. Com relação a Manacapuru, observa-se que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Produção Agrícola	
Produtos	**Quantidade (t)**
Mandioca	31.622
Banana	1.666
Milho	1.344
Laranja	692
Feijão	17

Fonte: IBGE, 2014

Setor primário

A agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliças.

A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos eqüinos e suínos. Em 2009, foram registradas 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 eqüinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce. Polo de piscicultura

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha emadeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se município maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e melancia

Extrativismo Vegetal: ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como borracha, pupunha e madeira. Manacapuru é o maior produtor nacional de juta.

Setor secundário

A produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira, mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos,

têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção. Manacapuru é Polo ceramico-oleiro.

Setor terciário

O município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico.

Administração Pública: planejamento, finanças, habitação, água, luz, esgoto, escolas, saúde, segurança, transporte rodoviário e hidroviário.

Comércio: estabelecimentos comerciais, com a venda dos mais diversificados produtos, que vão desde o gênero alimentício até material de construção, incluindo medicamentos, tecidos, calçados, roupas, confecções, estivas em geral.

Serviços: cabeleireiro, médico, dentista, oficinas de reparo, refrigeração, pintura, feiras, agências bancárias, hotéis e pensões.

Compõe um dos municípios do Ecoturismo: seus atrativos turísticos são outro destaque da região, seja em suas tradições culturais ou em sua beleza natural. com visitação de praias, lagos, igarapés, cachoeiras, hotéis de selva. E passeio ao Mirante de Monte Cristo a 10 km do centro, com visão do encontro do Solimões com o Manacapuru

Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas seus atrativos turísticos são outro destaque da região, seja em suas tradições culturais ou em sua beleza natural. com visitação de praias, lagos, igarapés, cachoeiras, hotéis de selva. E passeio ao Mirante de Monte Cristo a 10 km do centro, com visão do encontro do Solimões com o Manacapuru

O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município. Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um observatório de pássaros, de jacarés e aves. Situa-se na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena Sahu-Apé também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas. A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é um atrativo natural muito visitado.

O Cais do Porto, no centro da cidade, é o principal ponto turístico, sendo um porto histórico. Além do Cais do Porto, há outros prédios e localidades históricas que servem como atrativos turísticos, como a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, tendo sua construção iniciada em 1904 e concluída em1907.

A verba empregada na obra foi oriunda da colaboração de prósperos comerciantes do lugar e de recursos obtidos com realizações de arraiais. Os materiais destinados a edificação do templo foram adquiridos em parte na capital do estado, Manaus, e em Coari; Câmara Municipal, que abrigou durante a década de 1930 a sede do Poder Executivo, a Coletoria Estadual e o Fórum de Justiça. Em 1976 instalou-se definitivamente no prédio a Câmara Municipal de Manacapuru, fazendo com que este recebesse a denominação de Palácio Antero de Rezende; o Colégio Nossa Senhora de Nazaré, teve suas obras iniciadas em 1946 e concluídas em 1951. Seu desenho arquitetônico tem muito haver com o estilo europeu. Foi construído com recursos oriundos da própria missão e do governo brasileiro, além da contribuição da comunidade local, que ajudou com a mão-de-obra; Prédio Fórum de Justiça, construído no início da década de 1930, por Francisco do Couto Valle, e destinava-se a cadeia municipal. Serviu como hotel. De 1991 a 1993 o prédio passou a ser utilizado com sede da Secretaria Municipal de Saúde. Passou a hospedar a sede do Fórum de Justiça da Câmara de Manacapuru. Destacam-se ainda os prédios da Prefeitura Municipal, um dos mais antigos da cidade, e a sede da Maçonaria.

É notório ainda, o prédio da Restauração, um edifício centenário; Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho.

Mercado de RH

De acordo com dados de 2008, a sede municipal conta com 918 estabelecimentos de comércio, gerando aproximadamente 4 850 empregos diretos com salários de R$ 71.537, uma média de 3,3 salários mínimos.

Habitação, infraestrutura básica e segurança

Manacapuru possui uma infraestrutura razoável. Em 2000 a cidade possuía 13 351domicílios entre apartamentos,casas, e cômodos. Desse total 11 608 eram imóveis próprios, sendo 11.545 próprios já quitados (86,47%), 63 em aquisição (0,47%) e 678 alugados (5,08%); 1 010 imóveis foram cedidos, sendo 326 por empregador (2,44%) e 684 cedidos de outra maneira (5,12%). 55 foram ocupados de outra forma (0,41%).Parte dessas

residências conta com água tratada, energia elétrica, esgoto, limpeza urbana, telefonia fixa e telefonia celular. Em 2000, 50,56% dos domicílios eram atendidos pela rede geral de abastecimento de água; 57,26% das moradias possuíam coleta de lixo e apenas 9,16% das residências possuíam escoadouro sanitário.

No período entre 1991 e 2000 o acesso a bens de consumo era considerado baixo. Em 1991, apenas 34,6% das residências possuíam geladeira; 39,5%televisão; 8,3% telefone e nenhuma das residências possuía computador. Em 2000 o índice se elevou: 57,5% das residências possuíam geladeira; 62,6% televisão; 8,5 telefone e 0,9% computador.

Por força da Constituição Federal do Brasil, a Guarda Municipal de Manacapuru, juntamente com a Polícia Militar, possui a função de proteger os bens, serviços e instalações públicas. Ainda, atendendo o interesse público e no exercício do seu poder de polícia, atua na prevenção e repressão de alguns crimes, especialmente contra bens e serviços públicos, podendo inclusive prender em flagrante delito os infratores e conduzi-los até a presença de um delegado de polícia, de acordo com o disposto na lei processual penal.

A criminalidade em Manacapuru está em elevado crescimento, como nos demais municípios brasileiros. Em 2006 a taxa de homicídios no município foi de 9,7 para cada 100 mil habitantes, sendo que em 2005 a taxa era de 8,8. O índice de óbitos por arma de fogo, após apresentar grande crescimento entre 2002 e 2005, caiu em 2006, sendo de 4,5 para cada 100 mil habitantes neste ano. A taxa de óbitos por acidentes de trânsito, que era de um em 2002, subiu para 12 por cada 100 mil habitantes em 2006.

Saúde e educação

O município possui vinte e quatro estabelecimentos de saúde, sendo que todos são públicos e municipais. Não há estabelecimento de saúde particular. Dos vinte e quatro estabelecimentos de saúde, quinze prestam serviços odontológicos e atuam como unidades básicas de saúde.

Manacapuru possui escolas em todas as regiões do município. O município em 2009 contava com aproximadamente 22 429 matrículas, 727 docentes e 171 escolas entre públicas e privadas de ensino fundamental e médio, sendo que destas são 19 estaduais e 150 municipais e somente 02 privadas, e destas, 9 escolas estaduais são exclusivamente ensino médio com 5.514 matriculados) e apenas 3 IES (UFAM- EAD/UEA-Arqueologia, Ed Física, Economia, Saúde coletiva e Licenciaturas/UNICESUMAR-EAD). (Censo IBGE, estimativas em 2016).

Manacapuru necessita da formação do tecnólogo em Logística, pois possui apenas 07 tecnólogos cadastrados no CRA/AM (CRA/AM, 2017).

Figura: Oficina de horticultura do Projeto Rondonem Manacapuru (2009).

Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Serviços e comunicações

O município é abastecido pela Usina Hidrelétrica de Balbina, localizada em Balbina, distrito do município de Presidente Figueiredo. Juntamente com a Usina Hidrelétrica de Samuel, Balbina abastece grande parte dos municípios da Amazônia Ocidental. A distribuição de energia no município é fornecida pela Eletrobrás Eletronorte.

O serviço de abastecimento de água de toda a cidade é feito pelo Serviço de Abastecimento de Água e Esgoto (SAAE).Já a coleta de esgoto é realizada pela própria prefeitura. Ainda há serviços de internet discada e banda larga (ADSL) sendo oferecidos por diversos provedores de acesso gratuitos e pagos. O serviço telefônico móvel, por telefone celular, é oferecido por diversas operadoras. O código de área (DDD) de Manacapuru é 092 e o Código de Endereçamento Postal (CEP) da cidade é 99825-000.

Manacapuru recebe sinais de televisão aberta de várias emissoras brasileiras. Entre as emissoras regionais que veiculam programas ligados ao município, destacam-se a Rede Calderaro de Comunicação, que veicula a TV A Crítica, afiliada da Rede Record; o Grupo Raman Neves de Comunicação que veicula a TV Em Tempo, afiliada do SBT; e a Rede Amazônica, afiliada da Rede Globo.

Transporte

O município possui muita tradição no transporte hidroviário, tendo em vista a abundância dos rios que cortam a localidade, entretanto com a criação da região metropolitana de Manaus (2007), o transporte rodoviário tem assumido um caráter mais relevante dentro dos seus limites territoriais. Manacapuru, assim como os demais municípios amazonenses, não é cortada por ferrovias em seu território. O transporte público em Manacapuru, assim como em toda a Região Metropolitana de Manaus, é administrado pela Superintendência de Transporte Urbano da Grande Manaus (STU-RMM). O transporte aéreo também é usado, embora em menor escala.

Fluvial

Figura: Barco no rio Amazonas. O transporte fluvial nessa região é muito comum, pois existem poucas estradas.

Os rios amazônicos são ainda hoje, como no tempo do Brasil-Colônia, as únicas vias de penetração nessa região. A navegação fluvial é muito intensa no Amazonas, que possui o maior rio em volume de águas do mundo, o Rio Amazonas. Os rios de pequeno porte da região são navegáveis até o alto curso, como acontece nos rios juruá e Purus. Os tipos de embarcação hidroviária utilizadas na região variam desde pequenos barcos até a navios de cruzeiro. São usadas ainda embarcações a vela, geralmente chamadas de "canoas", "geleiras" ou "vigilengas", que realizam grande parte do tráfego à capita, Manaus, e outras localidades rurais do município. O Terminal Hidroviário de Manacapuru, de responsabilidade da SNPH, é um dos maiores do Norte brasileiro.

Rodoviário

As únicas rodovias existentes em Manacapuru são a AM-070, que interliga Manacapuru à Manaus, Iranduba e Manaquiri; e a AM-254, que interliga Manaus à Novo Airão, passando por Manacapuru. Há ainda empresas de transporte público que realizam viagens para comunidades rurais do município. O acesso à Manaus é feito também pela Ponte Phellippe Daou

Programas, projetos e cenário atual que demonstram as potencialidades no município de Manacapuru:

Investimentos na construção de portos em Manacapuru e Itacoatiara anunciado pelo Governo do Estado

Foi anunciado pelo governo do Estado do Amazonas em agosto de 2015 que um porto será construído em Itacoatiara, para atender a indústria do Polo Indústria de Manaus - PIM, e o outro porto será construído em Manacapuru, voltado para receber e distribuir a produção das cidades das calhas do Purus, Juruá e Solimões, com o escoamento pela estrada para Manaus e outros mercados consumidores.

O projeto do porto de Manacapuru, como portal de escoamento da produção do interior do Estado será utilizado para se exportar a produção do Purus e Solimões e baratear

a produção e, portanto terá como foco incrementar a economia, facilitar o escoamento e melhorar a qualidade de vida da população. Espera-se inclusive a expansão imobiliária entre o novo eixo econômico que se dará entre os municípios interligados pela AM-070 e o novo Porto de Manacapuru, haja vista que o governador afirmou que já existem 71 projetos de construção civil aprovados, de Manacapuru até a Ponte Phelippe Doau.

Portanto, aquilo que foi concebido para uma região propensa ao desenvolvimento já está acontecendo. Já existem centenas de tanques (de piscicultura) escavados, um pólo de cítricos.

Ademais a estrada Manoel Urbano terá 78 quilômetros duplicados, contemplando trecho da cabeceira da ponte Phelippe Daou, em Iranduba, até Manacapuru. A obra inclui a construção de duas pistas com 7,10 metros de largura, acostamento e drenagem de 2,30 m para cada lado, em uma largura total de 18,80 metros, além da iluminação de toda a extensão da rodovia, a restauração com pintura, jateamento e a duplicação das pontes sobre o rio Miriti e o rio Ariaú. O empreendimento é no valor de R$ 224 milhões, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e contrapartida do Governo do Estado.

A ampliação do pólo de piscicultura em Manacapuru anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas

Em 2015 foi anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas a ampliação do pólo de piscicultura em Manacapuru.

Já há no município uma estação de alevinagem que será responsável por aumentar a renda do local em R$ 100 mil ao ano. São 4 tanques com 600 m2 cada que produzirão 80 mil pós-larvas que se transformarão em 9.600 alevinos por ano, que pode chegar a uma produção de 10 mil peixes por ano.

Programa Zona Franca Verde no município de Manacapuru

A lei da Zona Franca Verde garante isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos em cuja composição haja preponderância de matérias-primas regionais.

O Programa Zona Franca Verde está subordinado ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM cuja finalidade é supervisar, coordenar e executar atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias do Governo Estadual para os setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial.

O Programa visa o desenvolvimento auto-sustentado com melhorias na qualidade de vida da população e crescimento econômico e é responsável pelo aumento da renda dos

produtores rurais e facilidade de aquisição de crédito para pequenos e médios produtores, através do cartão Zona Franca Verde cujo montante aplicado foi da ordem de R$ 53 milhões de reais dos quais R$ 20 milhões para capital e R$ 33 milhões para o interior.

Na geração de empregos foram obtidos resultados animadores com um desempenho social de 47.576 empregos gerados ou mantidos de 2003 a 2004 com percentuais de 32% para o setor primário, 43% para o setor secundário e 25% para o setor terciário.

A expansão dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os municípios da Região Metropolitana, colocou o município de Manacapuru no topo do ranking entre os fornecedores de fibra (juta e malva) do Brasil, respondendo por 72% da produção nacional.

O Projeto de Execução da Superintendência Regional de Manaus: "Materiais de Construção na Área Manacapuru-Iranduba-Manaus-Careiro – AM", braço da pesquisa do Serviço Geológico do Brasil sobre Recursos Minerais do nosso país.

O objetivo do projeto é realizar o diagnóstico da situação atual da exploração, produção, níveis de oferta e demanda de minerais industriais (construção civil e cerâmica vermelha) no âmbito das regiões de Manacapuru, Iranduba, Manaus e Careiro no estado do Amazonas.

O crescente índice demográfico ocorrido nos últimos anos nas sedes municipais de Manacapuru, Iranduba e Manaus vem exigindo informações atualizadas no que diz respeito às áreas de ocorrência de bens minerais que possam constituir fontes de matéria-prima à aplicação na construção civil, tais como argila, areia e cascalho.

A necessidade desses materiais, principalmente a argila, é constatada por meio da existência de aproximadamente 40 olarias no trecho entre Manacapuru e Iranduba, as quais vêm produzindo tijolos e telhas aquém da demanda de mercado.

Na área em foco objetiva-se aprimorar o conhecimento quanto à distribuição das principais unidades sedimentares que constituem os ambientes geológicos para os referidos bens minerais.

Os estudos do referido projeto deverão se concentrar na Formação Alter do Chão (cretáceo superior) e principalmente em áreas de ocorrência dos sedimentos paleo a neogênicos (tércio-quaternários e holocênicos), que ocorrem em amplas faixas nas bacias dos rios Solimões e Amazonas.

A área do projeto engloba parte dos municípios de Manacapuru, Iranduba, Manaus e Careiro.

Tal projeto deve mostrar o potencial de Manacapuru como pólo fornecedor de argila para a construção civil.

APL de base mineral – Pólo cerâmico-oleiro

Na década de 70 o setor cerâmico-oleiro estava concentrado na região de Manaus. O setor produzia tijolos de dois, quatro e oito furos, tijolos maciços, combogó (elementos vazados), telha dos tipos “canal” e “Marselha”, tubos cerâmicos de variadas polegadas de diâmetro e conexões, porém, com a entrada de chapas de amianto, tubos plásticos e artefatos importados reduziram drasticamente a diversidade do setor, restringindo a quase que unicamente, na produção de tijolos de oito furos para a construção civil.

Somente a partir da última década ressurgiu a indústria de telhas e tijolos maciços.

A partir dos anos 80 iniciou a migração das principais olarias existentes em Manaus, forçada pela expansão urbana para a região de Cacau-Pirêra (margem direita do Phelippe Daou), hoje distrito de Iranduba, local onde já estavam instaladas algumas indústrias cerâmicas, porém, ainda permaneceram em Manaus apenas algumas olarias de pequeno porte.

Muitos outros fatores vieram contribuir para o deslocamento desse setor industrial: a) existência de extensos depósitos de matéria-prima argilosa os quais vêm sendo explorados desde o final do século XIX; b) manutenção de proximidade com o centro consumidor de Manaus; c) existência de incentivos fiscais para as vendas destinadas à Zona Franca de Manaus e instalação de empresas no interior; d) elevada oferta de mão de obra não especializada e barata; e) existência de incentivos financeiros através de financiamentos públicos de baixo custo; f) expansão da malha urbana de Manaus e consequente valorização dos seus imóveis, além do maior rigor do controle ambiental na capital.

Novos pólos cerâmico-oleiros foram criados a partir de então, cuja expansão aconteceu na sede de Iranduba e margens do rio Ariaú, adentrando ainda o município de Manacapuru. A produção do pólo cerâmico/óleiro de Iranduba/Manacapuru, está estreitamente vinculada à demanda da capital Manaus, que concentra quase a metade da população e mais de 90% da renda do Amazonas, e a existência das reservas de argila localizadas nos Municípios de Iranduba e Manacapuru, conforme dados da CPRM – Serviço Geológico do Brasil e do Departamento Nacional de Produção Mineral – DNPM.

As indústrias cerâmicas da região Manacapuru – Iranduba constituem Aglomerados Produtivos que juntos poderão evoluir para a formação de um único Arranjo Produtivo Local – APL. É composta pelos pólos cerâmicos do Ariaú, Cacau-Pirêra e Iranduba, onde se encontram instaladas 27 empresas cerâmicas, das quais mais da metade está instalada no Pólo de Cacau-Pirêra, na margem direita do Phelippe Daou, frontal à sede municipal de Manaus. O segundo maior pólo cerâmico é aquele de Ariaú com 37% das empresas da região, e o menor deles, composto por duas empresas é aquele de Iranduba,únicopólo produtor de telhas do Estado.

O projeto do governo federal em parceria com o governo do Estado do Amazonas chamado **"Polo Mineral",** para desenvolvimento de setores industrais de mineração de óleo, gás e dos recursos hídricos. Devido a abundante geodiversidade com recursos de classe mundial como: nióbio; potássio; caulim; estanho; bauxita; tório; urânio; tântalo; calcário; ferro; ouro; areia; carvão e água mineral.

A produção de Lenha para o pólo oleiro na Região de Iranduba e Manacapuru

O pólo oleiro dos Municípios de Iranduba e Manacapuru é o maior consumidor industrial de lenha no Estado do Amazonas, sendo responsável pelo atendimento quase que total da demanda por tijolos e telhas da construção civil da cidade de Manaus.

As linhas de produção do segmento cerâmico-oleiro de Iranduba e Manacapuru, composto por cerca de 32 empresas e produção da ordem de 100 milhões de tijolos por ano (25% produzidos em Manacapuru e 75% em Iranduba) consome em média 3,3 st de lenha por milheiro de tijolo produzido.

Entretanto, todo o recurso florestal utilizado como lenha provém de áreas de floresta primária ou secundária, sem que haja qualquer iniciativa por parte de empresários do setor primário ou dos agricultores para implantação de plantações racionais (Azevedo et al., 1998).

Programa Luz para Todos do Governo Federal

O Programa Luz para Todos é um programa do Governo Federal do Brasil que visa levar energia elétrica para a população do meio rural, seja ela com ou sem recursos financeiros, de forma gratuita.

Segundo depoimento de técnicos da Eletrobrás Amazonas Energia, em outubro de 2015, as comunidades rurais de Manacapuru que ainda não receberam o programa Luz Para Todos do Governo Federal, deverão ser prioridades na nova expansão do programa no município.

Tal fato demonstra a necessidade de investimento em infraestrutura no município.

Investimentos do PAC do Governo Federal para a elaboração de projetos de engenharia para ações de saneamento integrado na cidade - Manacapuru

Outro fato que corrobora para demonstrar a necessidade de investimentos em infraestrutura no município de Manacapuru é que o Ministério do Planejamento do Governo Federal aprovou o investimento deR$2.334.262,11por meio do Programa de Aceleração do Crescimento- PAC em dezembro de 2015 para elaboração de projetos de engenharia para ações de saneamento integrado na cidade Manacapuru.

Necessidade de profissionais com formação de nível superior capazes de absorver os impactos positivos do gasoduto Coari-Manaus no município de Manacapuru

A construção do gasoduto Coari-Manaus, teve como principal objetivo levar gás natural para a capital do Estado, visando suprir a demanda por fontes energéticas em Manaus e nos municípios na área de influência da obra, através da construção de ramais para cada cidade.

Manacapuru, a oitenta quilômetros da Capital, está situado no trecho final do empreendimento. Neste município encontram-se cinqüenta comunidades afetadas pelo projeto – cinco delas são formadas por povos indígenas

Para efeitos de estudos de impactos ambientais e atividades compensatórias foi considerada, pelo projeto do gasoduto, inicialmente uma faixa de 5 km para cada lado a partir do eixo central da obra, somando 10 km, como recomenda a legislação ambiental brasileira, a área de influência de uma obra deste porte, deve ser a delimitação das bacias hidrográficas atingidas.

Na audiência pública realizada em Manacapuru com a finalidade de discutir os impactos do gasoduto naquele município, segundo Daniel Guedes, Secretario de Meio Ambiente do município da época, alguns setores da sociedade civil manifestaram suas preocupações com relação a esse tema, entretanto, as reivindicações pareciam ser no campo individual e não coletivo. “A maioria se preocupa em saber que benefício irá receber e imediatamente, se um emprego ou uma indenização”, ressaltou o secretário ao complementar que falta aos comunitários a cultura e a sensibilidade de pensar coletivamente, faltam-lhes um trabalho de educação ambiental.

Também houve manifestações cuja preocupação era com o bem estar coletivo, por exemplo, o possível aumento das demandas sociais. O possível crescimento da prostituição, sobretudo juvenil, foi outro tema abordado em especial pelos representantes da Igreja.

Contudo, o assunto mais incisivo e, defendido pelo então prefeito da época Afrânio Pereira Júnior, foi a construção de um ramal de dutos, levando o gás para a cidade de Manacapuru. Conforme a administração local, a chegada do gás natural em Manacapuru possibilitaria diversos investimentos tanto na cidade quanto na zona rural, visto que uma das grandes dificuldades para os empreendimentos no município tem sido a falta ou a irregularidade de energia elétrica.

Entretanto, o que se pode realçar é que apesar da iminente chegada do gás natural, a Prefeitura de Manacapuru não dispõe até o momento de uma equipe que busque pensar estratégias para melhor absorção das futuras mudanças no perfil produtivo do município. Isto é, não existe uma secretaria ou órgão específico que cuide dos assuntos do gasoduto Coari-Manaus, ou manifeste alguma proposta.

O gasoduto é o mais interessante e adequado dos empreendimentos para o Amazonas, do ponto de vista do desenvolvimento regional, pois visa a extração e distribuição de uma riqueza usada na própria região, isto é, o recurso mineral explorado tem destino certo: o abastecimento local-regional.

Neste sentido, a sociedade seja nas comunidades rurais, seja na zona urbana, deveria organizar-se para não apenas receber as devidas indenizações ou benefícios das ações de compensatória ambiental. A sociedade deveria aparelhar-se para os futuros investimentos, possibilitados com a chegada da energia de baixo custo. Por exemplo, com a realização de cursos, ou ainda com a padronização de serviços, para a melhoria da qualidade no atendimento aos turistas, uma vez que se trata de um município onde todo o ano se realiza um dos maiores festivais do Estado – As Cirandas. Além disso, não pode ser esquecido – o famoso pólo cerâmico que juntamente com o município de Iranduba – AM abastece o comércio do Estado e parte das construtoras do país vizinho – a Venezuela.

O poder público local (Prefeitura) deveria buscar parcerias com as escolas técnicas, com as instituições de ensino superior, a fim de oferecer cursos e treinamentos, não apenas para o recebimento das obras.

Outros temas poderiam ainda ser recomendados quanto às atitudes que devem ser tomadas para melhor absorver os impactos positivos do gasoduto Coari-Manaus, seja na saúde pública ou mesmo no sistema de ensino, especialmente nos níveis fundamental e médio, nos quais se faz a preparação para o nível técnico ou superior. Porque todos hão de convir, não adianta ter postos de saúde se não houver técnicos em enfermagem, enfermeiros, médicos; também seria vão ter escolas construídas sem materiais didático-pedagógicos e, sobretudo, sem profissionais competentes.

Com o gás natural em Manacapuru, sem as bases para o desenvolvimento, sem saneamento básico, sem uma boa rede de serviços para os moradores e visitantes, não se poderá afiançar o desenvolvimento no município. (Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Arquitetura e Urbanismo da Universidade Federal de Santa Catarina, ISAQUE DOS SANTOS SOUSA Bolsista da Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas – F APEAM)

Programa para a Formação de Desenvolvedores de Softwares no Interior do Amazonas

Como parte das ações do Pacto pela Educação no Amazonas. Manacapuru foi o local do lançamento do Programa para a Formação de Desenvolvedores de Software no Interior do Amazonas, que distribuiu em outubro de 2015 tablets para 400 estudantes no ensino médio do município e para 487 Professores da rede municipal de educação de Manacapuru (a 84 quilômetros de Manaus).

O programa, o Governo do Estado investe na formação de capital intelectual para atender o setor de tecnologia. Direcionado a estudantes de Manacapuru e também de Itacoatiara, o programa é coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).

O Programa Desenvolvedores de Softwares é coordenado pela Secretaria de Estado de Educação (Seduc) em parceria com a Fundação Centro de Análise, Pesquisa e Inovação Tecnológica (Fucapi).

Projeto Amazonas Digital do Governo do Estado

Projeto do Governo do Estado desenvolvido pela PRODAM, em parceria com a Secretaria de Estado de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (Seplan), o Amazonas Digital está presente na capital e em 15 municípios do interior do Estado e tem como missão promover inclusão digital junto às populações sem acesso aos recursos de Tecnologia da Informação e Comunicação.

Manacapuru foi selecionada no programa Cidades Digitais do Ministério das Comunicações. Disponibiliza sinal de internet gratuito em alguns bairros da área urbana.

Workshop "Ecossistemas de Inovação", para micro-empreendedores em Manacapuru

Para potencializar o empreendedorismo e a inovação atrelada às vocações locais, o Governo do Estado, via Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado do Amazonas (Fapeam), em parceria com a Associação Nacional de Entidades Promotoras de Empreendimentos Inovadores (Anprotec), realizou, de 9 a 11 de dezembro de 2015, o workshop "Ecossistemas de Inovação", em Manaus e no município de Manacapuru (a 68 quilômetros da capital).

O evento teve como objetivo apoiar a implantação de incubadoras de empresas no Amazonas, além de alavancar as potencialidades locais e traçar um plano para apoiar as incubadoras que agregarão valor aos produtos regionais.

Em Manacapuru, o workshop foi realizado na Universidade do Estado do Amazonas (UEA) no município, com representantes da Anprotec, da prefeitura e de incubadoras no município, além de representantes dos Serviços Nacional de Aprendizagem Industrial (Senai), Aprendizagem Comercial (Senac), Social do Comércio (Sesc), de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (Sebrae), das universidades e instituições de pesquisa e/ou Ensino.

A programação iniciou com uma palestra sobre os principais elementos do ecossistema de inovação do Amazonas e o papel de cada micro empreendedor neste

cenário. Cada selecionado recebeu um aporte financeiro no valor de R$ 50 mil do governo do Estado para transformar ideias em negócios de sucesso.

A implantação do Banco do Povo no município de Manacapuru para micro e pequenos empreendedores do interior

A implantação do Banco do Povo nos municípios de Manicoré e em Manacapuru, em abril de 2015 foi a oportunidade que os micros e pequenos empreendedores interioranos precisavam para ampliar as oportunidades de renda.

Os empreendedores sempre contaram com o apoio da Agência de Fomento do Estado (Afeam), porém com a sede em Manaus e a burocracia do sistema, os pequenos comerciantes e profissionais liberais do interior não tinham a facilidade de acesso ao financiamento. A criação do Banco do Povo foi um acerto do governador do estado, porque descentraliza e dota cada um dos municípios de condições de patrocinar seus moradores com juros baixos.

Segundo município a receber o programa estadual de microcrédito Banco do Povo, Manacapuru passa agora a oferecer operações de crédito do programa, voltadas para trabalhadores autônomos, micro empreendedores individuais, profissionais liberais, produtores rurais e micro e pequenas empresas.

O Banco do Povo oferece condições facilitadas de acesso ao crédito, com juros de 3% ao ano para operações que variam de no mínimo R$ 500,00 e máximo R$ 15.000,00, valores a serem estabelecidos após análise da necessidade de investimento do negócio. Está previsto para este ano R$ 68 milhões em investimento.

Prêmio de Gestor educador recebido pelo atual prefeito de Manacapuru

O atual Prefeito de Manacapuru, Jaziel Alencar Tororó é um dos 50 melhores gestores da Educação do Brasil e recebeu o prêmio "GESTOR EDUCADOR 2015" entregue na 2ª Jornada Nacional da Educação no período de 26 à 29 de maio de 2015 em Salvador - BA.

O Prêmio "GESTOR EDUCADOR" é considerado o maior mérito destinado a gestores que priorizam a educação no Brasil. Através de uma pesquisa rigorosa são eleitos os que se comprometem e assumem a grande responsabilidade de não só um conjunto de tarefa, mais de participar das conquistas e das dificuldades junto a suas equipes de educadores comprometidos com a qualidade da educação. Diante de rigorosos requisitos a Educação de Manacapuru têm pela quarta vez o reconhecimento Nacional.

Vale ressaltar que pontos que levaram a essa conquista foram os grandes investimentos na Educação como reformadas, climatização e ampliação de 54 escolas na cidade e na zona rural, além das capacitações de professores, salário educação mensal

para manutenção das escolas, incentivo com entrega de mais de 300 tabletes para os alunos e professores nota 10, fardamento e material escolar para mais de 16 mil alunos, transporte escolar em dias, projetos educacionais desenvolvidos nas escolas com investimentos da Prefeitura Municipal de Manacapuru.

Dados do PNUD sobre educação e trabalho em Manacapuru

Educação

Proporções de crianças e jovens frequentando ou tendo completado determinados ciclos indica a situação da educação entre a população em idade escolar do estado e compõe o IDHM Educação. No município, a proporção de crianças de 5 a 6 anos na escola é de 60,78%, em 2010. No mesmo ano, a proporção de crianças de 11 a 13 anos frequentando os anos finais do ensino fundamental é de 79,66%; a proporção de jovens de 15 a 17 anos com ensino fundamental completo é de 41,50%; e a proporção de jovens de 18 a 20 anos com ensino médio completo é de 27,24%.

Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior em 2010.

População Adulta

Também compõe o IDHM Educação um indicador de escolaridade da população adulta, o percentual da população de 18 anos ou mais com o ensino fundamental completo. Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Entre 2000 e 2010, esse percentual passou de 22,29% para 40,79%, no município, e de 39,76% para 54,92%, na UF. Em 1991, os percentuais eram de 13,69% ,no município, e 30,09%, na UF. Em 2010, considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Trabalho

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços.

Diante deste contexto o Credenciamento de uma Instituição se justifica, não apenas na necessidade social, que é demonstrada pelos critérios estatísticos do Município, mas

também pela importância sócio-cultural e técnica que uma Faculdade irá proporcionar para o município de Manacapuru, sendo os seus objetivos:

- Proporcionar sólida formação humanística, técnica e científica, orientada à compreensão dos conceitos inerentes a cada profissão;
- Estimular a pesquisa e a extensão como processos de construção e atualização de conhecimentos, considerando a inserção do aluno na realidade social.
- Favorecer condições para que o aluno atue como profissional capaz de interpretar e interagir numa determinada realidade, de forma a trazer o desenvolvimento para a sociedade a partir da sua formação profissional;
- Proporcionar uma formação crítica e reflexiva que lhe dê condições de exercer a liderança, de apresentar capacidade de decisão, de definir tomada de decisões assertivas;
- Estimular o exercício da cidadania, da responsabilidade sócio-ambiental e da ética na vida pessoal e profissional.
- Promover uma cultura de respeito às diferenças culturais, favorecendo a inclusão por meio de ações afirmativas e sócio-educacionais.

A Faculdade tem como projeto Ações de Educação Ambiental Para o desenvolvimento de ações no campo da Educação Ambiental pretende:

- Desenvolver um Programa de Educação Ambiental envolvendo todos os segmentos institucionais (docentes; discentes e técnico administrativo) tendo em vista a racionalização dos recursos para a promoção de uma gestão sustentável;
- Realizar ações comunitárias de Educação Ambiental a partir das atividades extensionistas;
- Incluir e Fortalecer os Conteúdos de Educação Ambiental numa abordagem continua e permanente a partir de um enfoque transversal;
- Promover ações de formação docente tendo em vista capacitar os professores para que os mesmos possam realizar ações pedagógicas relevantes em sala de aula;

Ações de Inclusão, acessibilidade e de valorização da diversidade cultural para a acessibilidade devem ser realizados (as):

- O mapeamento da rede física, do mobiliário e dos equipamentos da, com vistas a conhecer as necessidades de reforma e re-aparelhamento;
- A adequação da rede física, do mobiliário e dos equipamentos para atender a nova proposta; A promoção de estudos que visem sistematização e a adequação dos currículos para atender aos diferentes níveis de ensino, modalidades de atendimento

e necessidades educativas dos novos alunos. Criação de um núcleo de apoio com sede na Instituição.

- Adequação dos procedimentos metodológicos e avaliativos em função de atender as necessidades educativas do aluno.
- Capacitação permanente para professores e técnicos administrativos. Parcerias com instituições diversas, objetivando a captação de recursos financeiros, destinados a equipar salas de apoio. Sensibilização da comunidade interna acerca dos direitos e deveres das pessoas com necessidades educacionais especiais.
- Garantia da permanência do aluno com necessidades educacionais especiais nas salas regulares de ensino, com atendimento das
- necessidades especificas nas salas de apoio e as devidas adaptações curriculares.
- Integração dos PNE nas atividades artísticas e culturais da instituição e no serviço de Saúde, de Psicologia, de Psicopedagogia e Serviço Social, oferecendo, quando necessário, atendimento individualizado.
- Realização de um trabalho conjunto com os professores para encaminhar o educando ao mundo do trabalho através do banco de dados mantido no núcleo.
- Oferta de formação inicial e continuada, visando à inserção dessas pessoas na sociedade e no mundo do trabalho. Acesso a níveis elevados de ensino e pesquisa e atividades artísticas de acordo com a capacidade de cada um.
- Quebra de barreiras arquitetônicas a atitudinais.
- Flexibilidade, isto é, a não obrigatoriedade de que todos os alunos atinjam o mesmo grau de abstração ou conhecimento, num tempo determinado;
- Acomodação, ou seja, considerar que o planejamento de atividades para uma turma deve levar em conta a presença de alunos com necessidades especiais e, portanto, contemplá-los na programação;
- Trabalho simultâneo, cooperativo e participativo, entendido como a participação dos alunos com necessidades especiais nas atividades desenvolvidas pelos demais colegas, embora não o façam com a mesma intensidade, nem necessariamente com a mesma ação ou grau de abstração.

Para o desenvolvimento de ações no campo da diversidade cultural, pretende:

- Desenvolver um programa de Inclusão e Apoio a Diversidade por meio do planejamento, implementação e avaliação de processos de atenção (educação, saúde, assistência social, etc.), de emancipação, de respeito à identidade e inclusão desses grupos; promoção, defesa e garantia de direitos; desenvolvimento de metodologias de intervenção, tendo como objeto questões de gênero, de etnia, de orientação sexual, de diversidade cultural, de credos religiosos, dentre outros;

- Apoiar por meio da ação extensionista as Organizações da Sociedade Civil e Movimentos Sociais e Populares, tendo em vista ações voltadas para o apoio à formação, organização e desenvolvimento de comitês, comissões, fóruns, associações, ONGs, OSCIPs, redes, cooperativas populares, sindicatos, dentre outros; produção e divulgação de informações, conhecimentos e materiais didáticos relacionados ao tema;
- Democratizar o acesso ao ensino superior por meio da ampliação de vagas para alunos em condição de vulnerabilidade social e econômica e membros de grupos minoritários, a partir da concessão de bolsas de estudo parciais e ou integral

Em suma, as áreas estratégicas estão relacionadas ao turismo, ao porto, ao comércio e exportação de serviços e pesca. Os planos de ação direcionam-se ao plano de desenvolvimento turístico, a integração do porto à região, a otimização do trânsito e do transporte, à gestão ambiental, à demanda habitacional e à implantação do sistema integrado de informações municipais. Essas iniciativas, tanto do setor público quanto do setor privado, resultam de ações públicas de restauração e/ou revitalização de espaços públicos impactando em qualidade de vida e fomento turístico-cultural.

A implantação de uma IES privada contribuirá para maior atuação nestas áreas, via formação de recursos humanos, levando-se em consideração, a expressão regional e o desenvolvimento de todo o Estado do Amazonas. Busca-se atender à demanda pela formação específica, contribuindo para a capacitação de profissionais, aptos a ocupar os postos de trabalho, decorrentes do reflexo da configuração socioeconômica da região, oferecendo respostas mais ágeis e eficazes às necessidades específicas do setor produtivo e da sociedade.

Portanto, a presente proposta de implantação de uma nova IES se justifica não apenas pela necessidade social, que se apresenta nos dados estatísticos do Município de Manacapuru – desigualdade social, miséria, pobreza, deficiência na oferta de serviço tais como saúde, educação, dentre outros, mas também pela importância social que a formação em nível superior tem para toda uma Região.

SÍNTESE DA IES

Mantenedora: FACULDADE AMAZONAS LTDA – EPP, cadastrada no CNPJ 24.373.640/0001-05, sede na Endereço: Travessa Cristiane Azevedo, 2712 – Morada do Sol Município de Manacapuru do Amazonas. CEP 69402-093, de Natureza Jurídica: Sociedade Empresa Limitada, com Categoria Administrativa: pessoa jurídica de direito privado com fins lucrativos – sociedade civil, com Atividade Econômica Principal: Educação Superior –

graduação e pós-graduação, representada legalmente por Wellington Lins de Albuquerque Junior

Mantida: FACULDADE AMAZONAS – FA Instituição de Ensino Superior Privada- IES, como código de Nº 21592, CADASTRO NO MEC EM: 04/04/2016, a IES esta em processo de credenciamento de nº 201602124, ata Regulatório : Credenciamento, com sede no Endereço, Travessa Cristiane Azevedo, nº 2712, - Morado do Sol, Município de Manacapuru. Estado do Amazonas. CEP: 69.402-093 (onde funcionam as salas de aula e as demais dependências administrativas do curso).

g) Breve Histórico da Instituição:

A Faculdade Amazonas constitui-se uma empresa nova, com instalação no município de Manacapuru do Estado do Amazonas, com objetivo de possibilitar o acesso ao ensino superior a partir da sua atuação pretende realizar um trabalho contínuo de inserção social, através da democratização do acesso à educação superior favorecida por um Projeto Pedagógico Institucional (PPI) alinhado com as demandas sociais locais e as exigências do mundo do trabalho, um corpo docente altamente qualificado, estrutura de atendimento ao educando composta de unidades de ensino, pesquisa e extensão, laboratórios de aprendizagem, bibliotecas e preços competitivos, sem que haja comprometimento da qualidade dos serviços prestados.

O projeto surge a partir da experiência que as proprietárias já possuem na área educacional, com a Empresa Centro Metropolitano de Ensino - Cemetro, localizada em Manaus, capital do Estado do Amazonas, que atua na educação básica abrangendo o ensino fundamental, ensino médio, EJA, e ensino Técnico pós-médio

Não deixa de ser um desafio a implantação de uma Instituição de Ensino Superior Privada, pois nos municípios só estão presentes Instituições públicas, e no caso de Manacapuru o município possui um campus da Universidade do Estado do Amazonas (UEA). Manacapuru é uma das sedes do Projeto Rondon, uma iniciativa do governo brasileiro, coordenada pelo Ministério da Defesa, em colaboração com a Secretaria de Educação Superior do Ministério da Educação.

Manacapuru é um município brasileiro do estado do Amazonas. Pertencente à Mesorregião do Centro Amazonense e Microrregião de Manaus, localiza-se a sul de Manaus, capital do estado, distando desta cerca de 84 quilômetros. Ocupa uma área de 7 330,074 km² e sua população, estimada pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) em 2016, era de 95.330 habitantes, sendo assim o 4. município mais populoso do estado do Amazonas, superado por Manaus e Itacoatiara, e o 3. Mais populoso de sua

microrregião. Juntamente com outros 12 municípios, integra a Região Metropolitana de Manaus, a maior região metropolitana brasileira em área territorial e a mais populosa da Região Norte do Brasil. Sua área representa 0.4666 % da área do estado do Amazonas, 0.1902 % da Região Norte e 0.0863 % de todo território brasileiro. Muitos de seus atrativos naturais são conhecidos nacionalmente, assim como suas festas populares que estão entre as mais visitadas por turistas na Amazônia

A realidade atual do município com relação ao Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) é de 0,614, sendo considerando inferior à média nacional e médio, comparando com o IDH apresentado pelo estado que foi de 0,674. Dos jovens adultos de 18 a 24 anos, 4,90% estavam cursando o ensino superior (IBGE)

No último censo do IBGE considerando-se a população municipal de 25 anos ou mais de idade, 21,21% eram analfabetos, 34,35% tinham o ensino fundamental completo, 22,49% possuíam o ensino médio completo e 3,59%, o superior completo. No Brasil, esses percentuais são, respectivamente, 11,82%, 50,75%, 35,83% e 11,27%.

Em 2010, das pessoas ocupadas na faixa etária de 18 anos ou mais do município, 34,52% trabalhavam no setor agropecuário, 0,16% na indústria extrativa, 8,00% na indústria de transformação, 6,05% no setor de construção, 1,09% nos setores de utilidade pública, 16,44% no comércio e 30,85% no setor de serviços.

Desta forma, a criação de uma Faculdade irá contribuir para o desenvolvimento da região e do próprio município, que irá possibilitar mais pessoas terem acesso ao ensino superior, ou seja a uma profissão.

As atividades de ensino não se restringem a preparar o indivíduo apenas para atender às necessidades da população, mas objetivam formar profissionais para atuar como agentes transformadores da sociedade, centrados em uma visão generalista e cidadã, assim no que se refere às Políticas Acadêmicas, a orientação central da Faculdade AMAZONAS será o ensino de graduação, sem desconsiderar, entretanto, as outras dimensões do ensino superior como a pesquisa e a extensão considerados aqui como indissociáveis.

Ensino, pesquisa e extensão articulados constituem no tripé que deve sustentar as práticas pedagógicas na perspectiva de garantir produção de conhecimento com benefícios ao conjunto da sociedade.

Para fazer parte deste projeto a empresa tem no quadro docente:

1	**José Félix da Costa Filho 225.149.963-68**	Parcial	Doutor	CLT
2	**Luciana Oliveira do Valle Carminé**	Integral	Mestre	CLT

3	**Kelly Anne Correa de oliveira 474.852.042-04**	Horista	Mestre	Termo de Compromisso
4	**Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira 931.901.317-91**	Horista	Mestre	Termo de Compromisso
5	**Rejane Flores da Costa Bonfim 076.036.732-91**	Integral	Mestre	CLT
6	**Cid Eugenio de Oliveira**	Parcial	Especialização	CLT
7	**Rodrigo Negreiros da Silva 763.993.542-34**	Parcial	Especialização	Termo de Compromisso
8	**Silvio Murilo Melo de Azevedo 193.087.362-04**	Parcial	Doutor	CLT
9	**Luiz Felipe de Araujo Costa 761.527.662-49**	Integral	Mestre	CLT
10	**Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo 195.977.383-68**	Parcial	Mestre	CLT
11	**Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo 455.911.802-72**	Parcial	Mestre	Termo de Compromisso

Quadro administrativo da Mantenedora/FACULDADE AMAZONAS

Escolaridade	Quantidade
Ensino médio	5
Graduandos	3
Graduados	2
Especialização	3
Mestre	4
Doutorado	1
Total	18

h) Número de Cursos que ascenderam nos seus conceitos nos últimos três anos: não se aplica a atos de credenciamento de instituição. Não há cursos em funcionamento, e sim 2 cursos (Administração e Logística) que passarão por visita in loco e estão em processo de autorização, que são:

1 LOGÍSTICA (Presencial - Tecnológico)

Vagas solicitadas: 240 (distribuídas em 2 entradas de 120 com 3 turmas matutino e 3 turmas noturno)
Processo Nº: 201602823
Criação do curso: 02/02/2016
Data do Cadastro: 11/04/2016
Ato Regulatório: Autorização

i) Planos de melhoria Acadêmica, Protocolos de compromisso, Termos de saneamento de deficiências, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver: **não se aplica** em atos de credenciamento da instituição. Não há processos em curso.

j) Planos de Valorização Profissional abordando Condições de Trabalho: Na Faculdade Amazonas, a política de recursos humanos prevê como descrita neste PDI, no Item Plano de Cargos e Capacitação de Docentes, processos de ascensão profissional, considerando, produção acadêmica, titulação, publicação científica e inovação pedagógica. As condições de trabalho estão previstas em termos de acessibilidade, recursos técnicos, apoio ao desenvolvimento do trabalho pedagógico e todos os demais serviços, projetos e programas previstos no plano de Desenvolvimento Institucional (PDI). Destaca-se que a Faculdade Amazonas terá como principio a valorização do quadro interno para cargos de confiança, possibilitando a ascensão, haja vista que seus valores de comprometimento, como também terá a política de reintegrar seus egressos seja no quadro administrativo ou docentes, já que visa a excelência no ensino superior. Tem previsto a formação continuada e o apoio a formação contínua.

k) Processos de gestão que possam identificar sobre a trajetória de melhorias ou não das instituições: **não se aplica em atos de credenciamento da instituição**. Mas com a implantação da CPA, que irá realizar as avaliações internas, e cruzar com as avaliações externas será possível por meio de seus plano administrativo de curso e plano de gestão previstos realizar melhorias no processo.

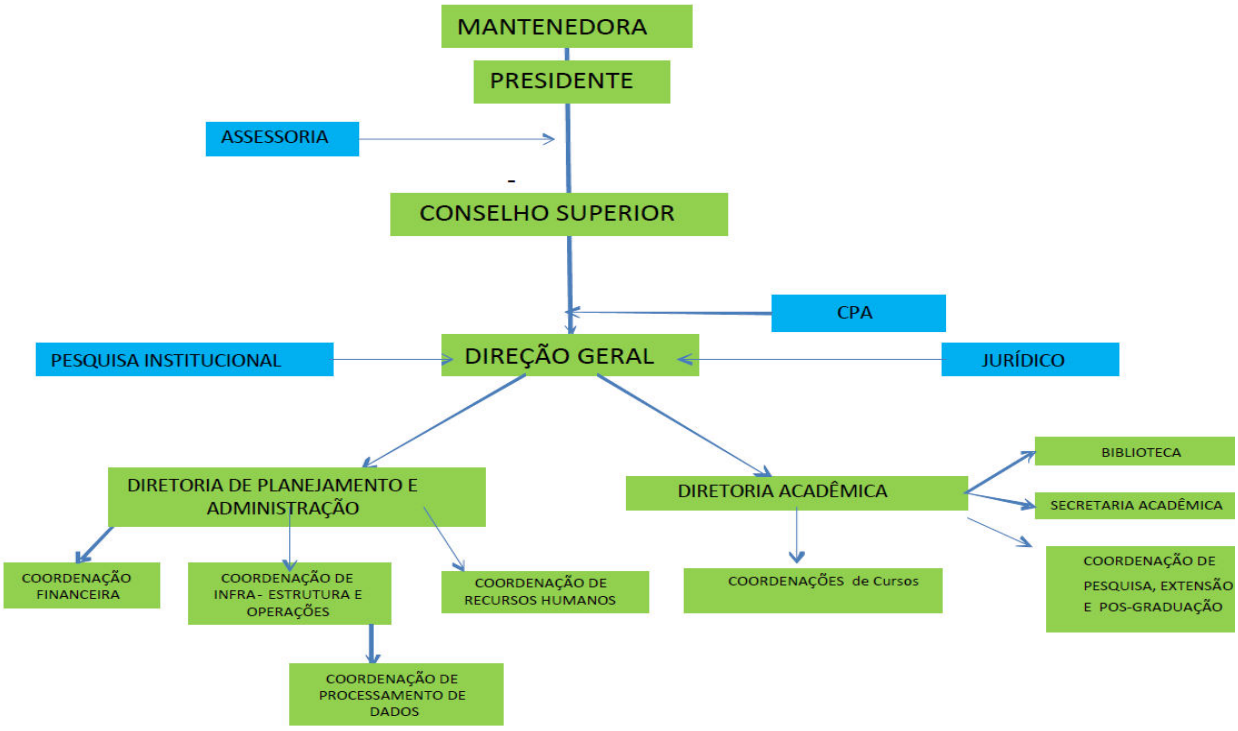
l) Política de Atendimento a Alunos Estrangeiros: A Faculdade Amazonas respeitando o principio da diversidade, da inclusão social e da cooperação acadêmica e científica, terá uma política de acolhimento de alunos estrangeiros, devidamente regulamentada em documento próprio anexo a este.

m) Disciplinas ofertadas em Língua Estrangeira: A Faculdade Amazonas ofertará a todos os seus alunos em todas as suas matrizes como componente curricular optativo disciplina de língua estrangeira.

n) Existência de Programas de Bolsas e Financiamento Estudantil e Número de Beneficiados: **Não se aplica em aos atos de credenciamento da instituição**. Em processo de autorização.

o) Existência de Projetos e Ações Para a Promoção da Sustentabilidade Socioambiental na Gestão da IES e nas Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão, Atividades Transversais e a IES possui um Plano de Gestão de Logística Sustentável.

ORGANOGRAMA DA FACULDADE AMAZONAS



CONTEXTUALIZAÇÃO DO CURSO

a) **Nome do Curso**: Curso Superior de Tecnologia em Logística
b) **Nome da Mantida**: Faculdade Amazonas - FA
c) **Endereço de Funcionamento do Curso**: Travessa Cristiane Azevedo nº 2712, – Morado do Sol.
d) **Justificativa para a criação/existência do curso – Dados sócios econômicos e ambientais.**

O Curso se justifica porque Manacapuru representa o 4º PIB no Ranking estadual de municípios pelo PIB, sendo o terceiro maior na microrregião que tem atualmente ligação terrestre com a capital do Amazonas, via a ponte Rio Negro, possibilitando um crescimento do município, haja visto que 98% dos municípios o acesso se dá com a capital via fluvial ou aérea.

Ainda considerando a oferta em relação ao mercado local, de forma geral é possível considerar que, segundo o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas (SEBRAE), aproximadamente um terço (1/3) dos empreendimentos não ultrapassam os dois primeiros anos de atividade, sendo que entre as causas de extinção estão como principais:

- Falta de capacitação dos empresários na gestão de negócio;
- Dificuldade de análise e gestão do fluxo financeiro;
- Falta da elaboração de um plano de negócio antes do inicio de um empreendimento;
- Visão fragmentada de um negócio sem a interação entre as áreas de uma empresa.

Nisso, entende-se que este quadro insere o Estado do Amazonas num contexto de profundas modificações sociais e econômicas já experimentados por outras regiões do país além dos segmentos apresentarem processos produtivos de bens e/ou serviços bem definidos no aspecto de que a produção da maioria esta voltada a atender mercados de bens e produtos de consumo, cujas características estão baseadas pela forte competitividade, permanente busca de redução de custos e aumento da produtividade com qualidade assegurada pelo transporte eficiente das mercadorias. Isso garante um amplo campo de atuação para o Tecnólogo em Logística.

e) Relato de como se desenvolve o processo de Construção, implantação e consolidação do PPC:

Por meio de Pesquisa de Mercado e em observância a legislação educacional e políticas da IES, envolvendo a participação dos membros do NDE, corpo docente e coordenadora do curso.

f) **Relato sobre a coerência entre o PPC apresentado e os seguintes aspectos: contexto educacional e necessidade loco regionais, missão da Instituição, DCNs e PDI e perfil do egresso:**

No PPC da Faculdade Amazonas, expressa o compromisso com a educação superior de qualidade pretendendo formar profissionais que conjugam a competência para o mercado de trabalho, tendo como missão a formação de profissionais comprometidos na sua área de atuação, com postura ética, contribuindo para sua inserção no contexto social como agente transformador, em consonância, com Resolução CNE/CP No. 03 de 18 de dezembro de 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia.

g) Descrição das particularidades do PPC que ressaltam a identidade do curso:

O curso ofertado pela Faculdade Amazonas é um curso generalista voltado para a gestão com foco no desenvolvimento da região norte. No qual haverão diversas atividades de interação teórico-práticas com finalidade de aproximar o aluno da realidade local de forma critica, reflexiva e de mobilização de habilidades e competências na solução ou proposição de melhorias.

h) Atos legais do curso: Em processo de autorização

i) Número de Vagas: 240 (distribuídas 120 vagas matutino sendo 3 turmas de 40 alunos e 120 vagas noturno sendo 3 turmas de 40 alunos)

j) Conceito preliminar de Curso: Não se aplica

k) Resultado do Enade no último triênio: Não se aplica

l) **Protocolos de Compromisso,** Termos de Saneamento de Deficiência, Medidas Cautelares e Termo de Supervisão, quando houver: Não se aplica.

m) **Turnos de Funcionamento do Curso**: Matutino e Noturno

n) **Carga Horária Total do Curso:** 1.880h que entrará em vigor após a autorização do curso.

o) **Tempo mínimo e máximo para integralização**:
Tempo Mínimo de integralização = 4 semestres;
Tempo Máximo de integralização = 8 semestres;

p) **Identificação do (a) coordenador (a) do curso**: Luciana Oliveira do Valle Carminé

q) **Perfil do Coordenador (a) do Curso:**

A Coordenadora do Curso possui Bacharelado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Amazonas - UFAM, Mestre em Engenharia de Produção pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM. Com experiência profissional de 21 anos em cargos de gestão empresarial, gestão acadêmica e consultoria na área de empreendedorismo. Possui experiência de 13 anos no Magistério Superior na graduação e pós-graduação. Com experiência de 01 ano e 01 mês na Gestão do Curso Superior de Tecnologia em Logística da FA. Participa ativamente da construção das propostas pedagógicas do referido curso atuando na coordenação do Núcleo Docente Estruturante do curso mencionado acima. Professora Luciana Oliveira do Valle Carminé, trabalha 40h semanais em regime de trabalho integral.

Gestão do Curso: 1 ano e 1 mês
Experiência no Magistério Superior: 13 anos
Experiência Profissional: 21 anos

r) Composição, titulação, regime de trabalho e permanência sem interrupção dos integrantes do Núcleo Docente Estruturante – NDE.

Qde.	Componentes do NDE	Titulo	Regime Trabalho	Tempo de permanência no NDE (em meses)	Tempo de permanência na IES (em meses)
1	Cid Eugênio de Oliveira	Esp	Parcial	13 meses	13 meses
2	José Felix da Costa Filho	Dr.	Parcial	15 meses	15 meses

3	Luciana Oliveira do Valle Carminé	Msc.	Integral	13 meses	13 meses
4	Luiz Felipe de Araujo Costa	MSc	Integral	13 meses	13 meses
5	Silvio Murilo Melo de Azevedo	Dr.	Parcial	15 meses	15 meses

s) **O Tempo médio de permanência do corpo docente no curso** (exceto para autorização). Somar o tempo de exercício no curso de todos os docentes e dividir pelo número total de docentes no curso, incluindo o tempo do coordenador do curso

t)

QTDE	DOCENTE
1	Cid Eugenio de Oliveira
2	José Félix da Costa Filho
3	Kelly Anne Correa de oliveira
4	Luciana Oliveira do Valle Carminé
5	Luiz Felipe de Araujo Costa
6	Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira
7	Rejane Flores da Costa Bonfim
8	Rodrigo Negreiros da Silva
9	Silvio Murilo Melo de Azevedo
10	Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo
11	Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo
Curso em processo de autorização	

t) **Disciplinas ofertadas no curso em língua estrangeira, quando houver:** A matriz do curso possui a disciplina Língua Inglesa e a IES, mantêm convênio com Centro de idiomas para descontos aos nossos alunos de todos os cursos de graduação e pós-graduação.

u) **Informações relacionadas ao quantitativo anual do corpo discente desde o último ato autorizativo anterior à avaliação *in loco (ingressantes, matriculados, concluintes, estrangeiros, matriculados em estágio supervisionado, matriculados em TCC, participantes de pesquisa participantes de extensão, participantes de bolsa, participantes de financiamento*.**

Ainda em processo de autorização

DISCENTES	2016	2017	2018	2019
Ingressantes				
Matriculados:				
Concluintes:				
Estrangeiros:				
Matriculados em Estágio supervisionado				
Matriculados em Trabalho de conclusão:				
Participantes de Projetos de Pesquisa				
Participantes de Projetos de Extensão				
Participantes de (Fundo de Financiamento Estudantil (FIES):				
Participantes de PROUNI				
Participantes de Programa Ciências sem Fronteiras:				
Participantes de Monitoria:				
Participantes de PIBID				
Participantes de PIBEX				

Participantes de PIBIT				
Participantes de PIBIC				

v) relação de convênios vigentes do curso com outras instituições:
Serão escolhida as empresas

w) Para os cursos da área da saúde, relacionar se há compartilhamento da rede do Sistema Único de Saúde (SUS) entre diferentes cursos e entre diferentes instituições:
Não se aplica.

z) **descrição de políticas de direitos humanos, desenvolvidas no curso, que tratam da equidade e diversidade de gênero e do combate à violência contra a mulher (Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006)**:
Ofertamos a disciplina de Educação para os Direitos Humanos como optativa na matriz

1.1 CONTEXTO EDUCACIONAL

A Faculdade Amazonas foi fundada em 02 de fevereiro de 2016 e atualmente com 1 ano e 3 meses de existência na área educacional, pretende ofertar o curso superior de tecnologia em logística por que atualmente em Manacapuru não existe nenhuma Instituições de ensino superior que oferte o referido curso, portanto estará ofertando vagas para atender a demanda latente.

Haja vista que em Manacapuru há apenas 3 IES (UFA- EAD/UEA-Arqueologia, Ed. Física, Economia, Saúde coletiva e Licenciaturas/UNICESUMAR-EAD), mas existem no município existem 171 escolas entre publicas e privadas de ensino fundamental e médio, sendo que destas são 19 estaduais e 150 municipais e somente 02 privadas, e destas, 9 escolas estaduais são exclusivamente ensino médio com 5.514 matriculados estabelecendo uma demanda latente para o ensino de nível superior (Censo IBGE, estimativas em 2016).

O ensino superior de Tecnologia em Logística no município de Manacapuru iniciará após a autorização do curso.

A FA pretende formar tecnólogos não só para o município, mas sobretudo para outros municípios adjacentes do Estado do Amazonas que sofrem absurdamente pela falta de profissionais na qualidade e quantidade necessários para dar conta da gestão das organizações na região.

Dessa forma acreditamos que o curso se justifica para atender as seguintes demandas:

1.1.1 Demandas de natureza econômica:

Dados estatísticos do município que demonstram relevância econômica:

- **Território-** Manacapuru é o 4º maior município em área territorial da RMM;
- **PIB-** é o 3º PIB maior PIB da RMM, depois de Manaus e Itacoatiara, seu PIB foi de R$ 1.307.005.000,00 no ranking dos 13 municípios da RMM (Censo IBGE, estimativas em 2016).

Sua economia é baseada na agricultura, extrativismo vegetal e pesca. Caracteriza-se especialmente pela coleta de borracha e castanha, exploração de caça, pesca, pecuária extensiva nos campos naturais e incipiente agricultura itinerante nas terras firmes, salientando-se nos últimos anos a cultura da juta e da pimenta-do-reino. Com relação a Manacapuru, observa-se que, embora tenha nas indústrias extrativas animal e vegetal

expressiva fonte de riqueza, é a agricultura, em particular a cultura da Juta, a base econômica do município.

Produção Agrícola	
Produtos	**Quantidade (t)**
Mandioca	31.622
Banana	1.666
Milho	1.344
Laranja	692
Feijão	17

Fonte: IBGE

Setor primário

A agricultura em Manacapuru é uma das principais fontes econômicas. O município é o maior produtor nacional de juta, tendo destaque também para outros produtos como a mandioca, banana, milho, laranja, feijão, café e hortaliças.

A pecuária e a pesca também constituem um forte empreendedor econômico do município, com destaque para a criação de bovinos eqüinos e suínos. Em 2009, foram registradas 20.568 bovinos efetivos no município, além de 639 bubalinos e 294 eqüinos. Na pesca, as espécies mais comuns são o pacu, sardinha, curimatá, branquinha, jaraqui, matrinxã, acari-bodó e outras espécies de peixes oriundos de água doce. Polo de piscicultura

A avicultura também concentra uma representação econômica para a cidade, existindo uma granja com criação de galinhas de postura. O extrativismo vegetal ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como a borracha, pupunha emadeira. Existem diversos viveiros de peixes na localidade, voltados à criação de espécies de peixes da Amazônia. Na fruticultura, produz-se município maracujá, cupuaçu, mamão, abacaxi, banana, abacate, laranja, limão e melancia

Extrativismo Vegetal: ainda é uma atividade de grande significado para a economia local, através da exploração de produtos como borracha, pupunha e madeira. Manacapuru é o maior produtor nacional de juta.

Setor secundário

A produção industrial no município está intimamente ligada à agricultura e à indústria extrativa local. Há indústrias voltadas a atividades agropecuárias, produção de minerais não metálicos, metalúrgica, mecânica, materiais elétricos, material de transporte, madeira,

mobiliário, papel, borracha, couro, produtos farmacêuticos e veterinários, materiais plásticos, têxtil, vestuário, bebida, fumo, editorial e gráfica, calçados e construção.

Setor terciário

O município mantém transações comerciais com as praças de Manaus e Belém. Entre os produtos que importa aparecem em primeiro lugar gêneros alimentícios, tecidos, medicamentos, ferragens e material elétrico.

Administração Pública: planejamento, finanças, habitação, água, luz, esgoto, escolas, saúde, segurança, transporte rodoviário e hidroviário.

Comércio: estabelecimentos comerciais, com a venda dos mais diversificados produtos, que vão desde o gênero alimentício até material de construção, incluindo medicamentos, tecidos, calçados, roupas, confecções, estivas em geral.

Serviços: cabeleireiro, médico, dentista, oficinas de reparo, refrigeração, pintura, feiras, agências bancárias, hotéis e pensões.

Compõe um dos municípios do Ecoturismo: seus atrativos turísticos são outro destaque da região, seja em suas tradições culturais ou em sua beleza natural. com visitação de praias, lagos, igarapés, cachoeiras, hotéis de selva. E passeio ao Mirante de Monte Cristo a 10 km do centro, com visão do encontro do Solimões com o Manacapuru.

Turismo

Manacapuru é um dos maiores destinos turísticos no Amazonas, recebendo um elevado número de turistas que visitam as praias, lagos e igarapés das proximidades, que contam com diversos hotéis de selva.

O ecoturismo, também chamado de turismo de natureza, atrai milhares de turistas ao município.Entre as atrações naturais da cidade, destacam-se: Reserva Ecológica de Manacapuru, possuindo uma vegetação típica de várzea, com gigantescas árvores, como a Sumaúma. Caracteriza-se como uma área migratória e de produção de aves, sendo também um dos melhores locais para a pesca esportiva, pela variedade de peixes como a piranha e o aruanã. Possui um hotel flutuante e um observatório de pássaros, de jacarés e aves. Situa-se na margem esquerda do Rio Solimões.

A Comunidade Indígena Sahu-Apé também é um atrativo natural da localidade, onde se encontram especiarias indígenas.A Ilha de Santo Afonso, no rio Solimões, também é um atrativo natural muito visitado.

O Cais do Porto, no centro da cidade, é o principal ponto turístico, sendo um porto histórico. Além do Cais do Porto, há outros prédios e localidades históricas que servem

como atrativos turísticos, como a Igreja Nossa Senhora de Nazaré, tendo sua construção iniciada em 1904 e concluída em1907.

A verba empregada na obra foi oriunda da colaboração de prósperos comerciantes do lugar e de recursos obtidos com realizações de arraiais. Os materiais destinados a edificação do templo foram adquiridos em parte na capital do estado, Manaus, e em Coari; Câmara Municipal, que abrigou durante a década de 1930 a sede do Poder Executivo, a Coletoria Estadual e o Fórum de Justiça. Em 1976 instalou-se definitivamente no prédio a Câmara Municipal de Manacapuru, fazendo com que este recebesse a denominação de Palácio Antero de Rezende;o Colégio Nossa Senhora de Nazaré, teve suas obras iniciadas em 1946 e concluídas em 1951. Seu desenho arquitetônico tem muito haver com o estilo europeu. Foi construído com recursos oriundos da própria missão e do governo brasileiro, além da contribuição da comunidade local, que ajudou com a mão-de-obra; Prédio Fórum de Justiça, construído no início da década de 1930, por Francisco do Couto Valle, e destinava-se a cadeia municipal. Serviu como hotel. De 1991 a 1993 o prédio passou a ser utilizado com sede da Secretaria Municipal de Saúde. Passou a hospedar a sede do Fórum de Justiça da Câmara de Manacapuru. Destacam-se ainda os prédios da Prefeitura Municipal, um dos mais antigos da cidade, e a sede da Maçonaria.

É notório ainda, o prédio da Restauração, um edifício centenário; Terminal Fluvial Turístico e Centro de Atendimento ao Turista; Mercado Municipal; Casa da Cultura; Parque do Ingá; Balneário do Miriti e Praça 16 de julho.

Mercado de RH

De acordo com dados de 2008, a sede municipal conta com 918 estabelecimentos de comércio, gerando aproximadamente 4 850 empregos diretos com salários de R$ 71.537, uma média de 3,3 salários mínimos.

Logística

O escoamento de sua economia e representando uma das únicas vias de penetração da região, o transporte fluvial muito requisitado no Amazonas (Solimões), nos baixos cursos de alguns afluentes e em outros, que são navegáveis até o alto curso. Os tipos de embarcação utilizados variam desde a simples "montaria" até os navios grande escala, assim como as embarcações à vela, que realizam grande parte do tráfego, ou os "batelões" e "ubás" com motor. O sistema rodoviário também é importante, onde empresas de ônibus fazem rotas da cidade para Manaus, Iranduba, Novo Airão e vilas do interior.

Programas, projetos e cenário atual que demonstram as potencialidades no município de Manacapuru: Investimentos na construção de portos em Manacapuru e Itacoatiara anunciado pelo Governo do Estado

Foi anunciado pelo governo do Estado do Amazonas em agosto de 2015 que um porto será construído em Itacoatiara, para atender a indústria do Polo Indústria de Manaus - PIM, e o outro porto será construído em Manacapuru, voltado para receber e distribuir a produção das cidades das calhas do Purus, Juruá e Solimões, com o escoamento pela estrada para Manaus e outros mercados consumidores.

O projeto do porto de Manacapuru, como portal de escoamento da produção do interior do Estado será utilizado para se exportar a produção do Purus e Solimões e baratear a produção e, portanto terá como foco incrementar a economia, facilitar o escoamento e melhorar a qualidade de vida da população. Espera-se inclusive a expansão imobiliária entre o novo eixo econômico que se dará entre os municípios interligados pela AM-070 e o novo Porto de Manacapuru, haja vista que o governador afirmou que já existem 71 projetos de construção civil aprovados, de Manacapuru até a Ponte Phelippe Daou.

Portanto, aquilo que foi concebido para uma região propensa ao desenvolvimento já está acontecendo. Já existem centenas de tanques (de piscicultura) escavados, um pólo de cítricos.

Ademais a estrada Manoel Urbano terá 78 quilômetros duplicados, contemplando trecho da cabeceira da ponte Phelippe Daou, em Iranduba, até Manacapuru. A obra inclui a construção de duas pistas com 7,10 metros de largura, acostamento e drenagem de 2,30 m para cada lado, em uma largura total de 18,80 metros, além da iluminação de toda a extensão da rodovia, a restauração com pintura, jateamento e a duplicação das pontes sobre o rio Miriti e o rio Ariaú. O empreendimento é no valor de R$ 224 milhões, com financiamento do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES e contrapartida do Governo do Estado.

A ampliação do pólo de piscicultura em Manacapuru anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas

Em 2015 foi anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas a ampliação do polo de piscicultura em Manacapuru.

Já há no município uma estação de alevinagem que será responsável por aumentar a renda do local em R$ 100 mil ao ano. São 4 tanques com 600 m2 cada que produzirão 80 mil pós-larvas que se transformarão em 9.600 alevinos por ano, que pode chegar a uma produção de 10 mil peixes por ano.

Programa Zona Franca Verde no município de Manacapuru

A lei da Zona Franca Verde garante isenção do Imposto sobre Produto Industrializado (IPI) para produtos em cuja composição haja preponderância de matérias-primas regionais.

O Programa Zona Franca Verde está subordinado ao Instituto de Desenvolvimento Agropecuário do Estado do Amazonas – IDAM cuja finalidade é supervisar, coordenar e executar atividades de assistência técnica, extensão agropecuária e florestal, no âmbito das políticas e estratégias do Governo Estadual para os setores agropecuário, florestal, pesqueiro e agroindustrial.

O Programa visa o desenvolvimento auto-sustentado com melhorias na qualidade de vida da população e crescimento econômico e é responsável pelo aumento da renda dos produtores rurais e facilidade de aquisição de crédito para pequenos e médios produtores, através do cartão Zona Franca Verde cujo montante aplicado foi da ordem de R$ 53 milhões de reais dos quais R$ 20 milhões para capital e R$ 33 milhões para o interior.

Na geração de empregos foram obtidos resultados animadores com um desempenho social de 47.576 empregos gerados ou mantidos de 2003 a 2004 com percentuais de 32% para o setor primário, 43% para o setor secundário e 25% para o setor terciário.

A expansão dos incentivos fiscais da Zona Franca de Manaus para os municípios da Região Metropolitana, colocou o município de Manacapuru no topo do ranking entre os fornecedores de fibra (juta e malva) do Brasil, respondendo por 72% da produção nacional.

1.1.2 Demandas de Natureza Social.

O contingente populacional de Manacapuru e o contingente do ensino média intensificam a demanda pelo ensino superior no município. Dados do próprio censo /MEC, apontam um déficit enorme de IES no norte do país, haja vista que temos apenas 6,4% delas concentrada no norte.

Os alunos ingressantes no ensino superior privado continuam em sua maioria oriundos do ensino médio público (69,70% em 2013), e estes alunos pressionam a demanda pelo ensino superior.

- **Contingente do ensino médio levando a demanda pelo ensino superior-** no município existem 171 escolas entre publicas e privadas de ensino fundamental e médio, sendo que destas são 19 estaduais e 150 municipais e somente 02 privadas, e destas, 9 escolas estaduais são exclusivamente ensino médio com 5.514 matriculados) e apenas 3 IES (UFA- EAD/UEA-Arqueologia, Ed Física, Economia, Saúde coletiva e Licenciaturas/UNICESUMAR-EAD). (Censo IBGE, estimativas em 2016).

A reconfiguração das organizações com necessidades interdisciplinares e também a expansão das produções científicas nas diversas áreas da ciência da Administração demandam administradores em diferentes especialidades, uma vez que são profissionais que planejam, organizam coordenam e controlam o uso de diferentes recursos: Financeiros, Físicos, Mercadológicos, Tecnológicos e Humanos das empresas. Os administradores são fundamentais para evitar falhas de comunicação, escassez ou excessos de empregados, gastos desnecessários, desperdícios, ineficiência, prejuízo a produção, déficit orçamentário. Podendo trabalhar nas diversas áreas da empresa: Material, Marketing, Produção, Sistemas Gerenciais, Administrativo Financeira e de Recursos Humanos.

Outros dados sociais justificam a oferta do curso de Superior de Tecnologia em Logística como:

- O **contingente populacional e IDH-** Manacapuru possui 95.330 habitantes é o 3º maior município em população no ranking dos municípios da RMM em 2016 e com **IDH 0,614** considerado inferior a media nacional e médio, comparado ao IDH do estado do Amazonas de 0,674 (Censo IBGE, estimativas em 2016).
- **Mercado de RH-** 918 empresas regularizadas no município, gerando cerca de 4.850 empregos diretos. (Censo IBGE, estimativas em 2016).
- **Necessidade de profissionais com Ensino Superior** qualificados que atendam a expectativa do mercado local.
- **Pesquisa FIEAM-** 31% dos trabalhadores de nível superior no Estado do Amazonas ainda são de outros Estados (FIEAM, 2013).
- **Necessidade da formação do tecnólogo em Logística com visão das particularidades regionais- Manacapuru possui apenas 07 tecnólogos cadastrados no CRA/AM (CRA/AM, 2017).**

1.1.3 Demandas culturais

A cultura do município, assim como do Amazonas, foi largamente influenciada pelos povos nativos da região e pelos diversos grupos de imigrantes emigrantes que ali se estabeleceram, principalmente espanhóis .Manacapuru tornou-se uma cidade com ampla miscigenação cultural e diversificadas culturas. Os nordestinos que migraram para a Amazônia no fim do Século XIX e início do Século XX, atraídos pelo Ciclo da borracha, também contribuíram para a formação da cultura municipal. Tudo isso gerou na localidade e no estado uma cultura mestiça e com grande contribuição e permanência da cultura indígena.

A cultura manacapuruense é rica em tradições e festas folclóricas bastante apreciadas. Por conta do Festival de Cirandas, que nos últimos anos tem atraído grande

número de turistas para a cidade, Manacapuru ficou conhecido como a "Terra das Cirandas". Realiza-se todos os anos, o **Festival de Ciranda** de Manacapuru, no Cirandódromo da cidade, localizado no Parque do Ingá.

O primeiro Festival de Cirandas competitivo aconteceu em 1997. A partir de então, a manifestação cultural recebeu status de manifestação folclórica e a cada ano apresentou mais qualidade e nível técnico nas noites da festividade.

São três as agremiações que compõem o festival do município:Flor Matizada,Guerreiros Mura e Tradicional.

Na música, os destaques são a ciranda e o forró. Manacapuru possui um projeto chamado "Caravana da Música", que conta com a participação de diversos artistas regionais e nacionais.Sua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré.

Todo esse contexto cultural e tradicional abre demandas para a gestão pública e privada de eventos, gestão de empreendimentos voltados ao turismo, gestão de marketing e de todo complexo de empresas prestadoras de serviços e comércio impulsionado pelo festivais.

Festival da Canção de Manacapuru – MANACANÇÃO (29 à 31 de maio)

Eventos religiosos fazem parte da tradição de Manacapuru como o Círio de Nazaré (19 à 28 de outubro) em comemoração a **s**ua padroeira é Nossa Senhora de Nazaré.

- Festa de Nossa Senhora da Conceição (08 de dezembro)
- Festa do São Pedro de Miriti – procissão fluvial em homenagem a São Pedro, protetor dos pescadores.
- Festa de São Francisco – evento com shows de bandas locais, bingos, leilões e concurso de rainhas (04 de setembro)

1.1.4 Demandas políticas

Os conhecimentos produzidos na área de políticas pública vem sendo largamente utilizados por pesquisados, políticos e administradores. Tanto no que diz respeito a implementação e avaliação das políticas pública quanto no que diz respeito as abordagem relacionadas a conhecimento neste processo, demandando tecnólogos em logística em todas as áreas públicas e desenvolvimento de Programas do Governo.

Programas do Governo do Amazonas vigentes em Manacapuru:

- O projeto do governo federal em parceria com o governo do Estado do Amazonas chamado **"Polo Mineral",** para desenvolvimento de setores industrais de mineração de óleo, gás e dos recursos hídricos. Devido a abundante geodiversidade com

recursos de classe mundial como: nióbio; potássio; caulim; estanho; bauxita; tório; urânio; tântalo; calcário; ferro; ouro; areia; carvão e água mineral.

- Programa Zona Franca Verde no município de Manacapuru
- A ampliação do pólo de piscicultura em Manacapuru anunciado pela Secretaria da Produção Rural do Estado do Amazonas
- Investimentos na construção de novos portos em Manacapuru e Itacoatiara anunciado pelo Governo do Estado para atender o PIM (2.maior polo industrial do país)
- Implementação do Polo cerâmico-oleiro
- PAC
- Programa Luz para todos
- Projeto Rondon- coordenado pelo Ministério da Defesa integrando acadêmicos e docentes voluntários para multiplicar ações de melhoria em comunidades assistidas em 61 municípios da Amazônia, incluindo Manacapuru

1.1.5 Demandas de Natureza Ambiental

Promover o desenvolvimento da Amazônia sem destruir seu valioso patrimônio é o desafio que vem sendo superado a partir do aproveitamento, economicamente viável e ambientalmente sustentável, das inúmeras potencialidades da região. Orientadas por ferramentas de gestão ambiental, atividades em áreas como agroindústria, turismo, bioindústria e piscicultura garantem produtividade e rentabilidade, evitando a devastação do meio ambiente amazônico. As demandas ambientais que o curso visará atender portanto serão:

- **Promover o desenvolvimento regional sustentável da Amazônia**, considerada patrimônio da humanidade, por meio da formação de conscientização para valorização da biodiversidade, das comunidades indígenas, ribeirinhas e respeito a cultura local.
- **Proteger o Patrimônio da Humanidade Amazônia-** que detém 1/5 da água doce do planeta e o maior banco genético (15% de todas as espécies de plantas e animais conhecidas), e o subsolo da Amazônia, é avaliado em US$ 7,2 trilhões, excluído o petróleo e o gás natural.
- **Preservar a reserva ecológica a RDS Piranha-** Região de lagos com um berçário de peixes.
- **Valorizar atrativos naturais como as Ilhas**-três ganham destaque: Ilha Nova, localizada em frente ao mirante do Monte Cristo e cujo acesso pode ser feito de

barco ou voadeira; a ilha de Ajaratuba, que tem como destaque uma bela praia de areia branca e igarapés; e a ilha do Barroso, que abriga uma comunidade.

- **E Cachoeiras-** A cachoeira do Paroá, distante 35 quilômetros da sede, tem acesso pela AM-70. Árvores frutíferas e peixes ornamentais e a cachoeira do Ubim tem na fauna diversificada - jacarés, garças, maguaris e várias espécies de peixe - um de seus atrativos. Fica a 30 quilômetros de Manacapuru e a 50 quilômetros de Manaus.
- **Evitar o desmatamento e poluição da Floresta**- Em relação à maior e mais biodiversidade floresta tropical que a região abriga, a Amazônia brasileira enfrenta uma série de ameaças. Dentre as ameaças, figura o desmatamento, que elimina a floresta e sua biodiversidade associada de maneira direta, sobretudo para formação de pastagens e, em alguns locais, para implantação da cultura da soja (FEARNSIDE, 2010). Essas ameaças somam-se às ameaças comuns e primárias como a especulação imobiliária, estabelecimento da posse da terra e abertura de estradas. Elas poderão dizimar rapidamente a Amazônia, a exemplo da floresta Atlântica, caso medidas efetivas não forem adotadas de maneira emergencial. Atualmente se concentra no “arco de desmatamento” ao longo das bordas sul e leste da floresta, mas estradas planejadas abririam áreas novas e extensas na Amazônia Central (FEARNSIDE, 2010) (Figura 2).

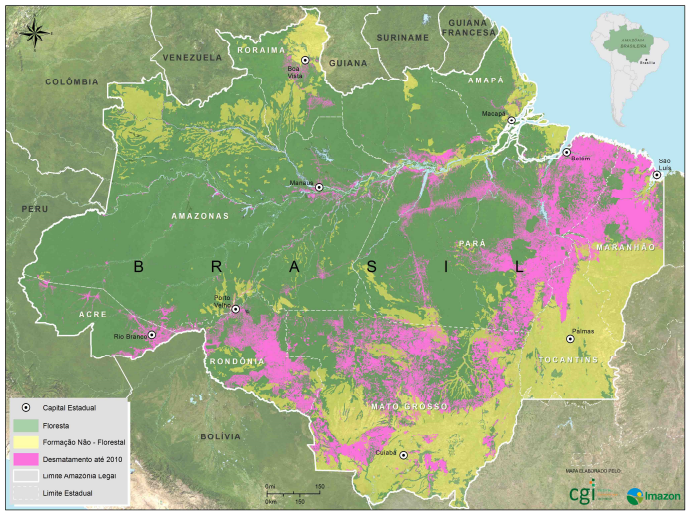


Figura 2. Desmatamento na Amazônia PRODES até 2010. (Fonte: <http://www.imazongeo .org.br/doc/galeriaMapas.php#>. Acesso: 10 out. 2014).

Diante desse cenário, a questão ambiental tem crescido nas últimas décadas e ganhado novas dimensões, inclusive em âmbito mundial. Uma determinada indústria cultural, que enxerga com clareza a inserção dessas questões nos diversos segmentos da sociedade, tem transformado as questões ambientais em mercadoria (GUERRA, 2008; LADVOCAT, 2009). Mudanças climáticas, aquecimento global e extinção de espécies, por exemplo, são temas bastante presentes em nosso cotidiano, veiculados por diferentes

mídias em propagandas de diversos produtos que consumimos no dia a dia (PEREIRA et al., 2013). Em função dessa questão, a sociedade reconhece e preocupa-se com uma crise relacionada à degradação dos ambientes naturais. Entretanto, a questão não é puramente ecológica e não se relaciona exclusivamente aos impactos antrópicos causados aos ecossistemas naturais (PEREIRA et al., 2013).

Juntamente com outros temas como poluição, miséria e fome, os problemas que denominamos ambientais resultam da maneira como nos relacionamos com os demais elementos da natureza nas últimas décadas e, em especial, nos dias atuais (PEREIRA et al., 2013). Dar conta da complexidade relacional dessas questões impõe-se como um dos grandes desafios da sociedade.

Devido às pressões populacionais e de tecnologia, o ambiente biofísico está sendo degradado, por vezes de forma permanente. A proteção do meio ambiente é necessária devido às várias atividades humanas. A produção de resíduos, a poluição do ar e a perda de biodiversidade (resultante da introdução de espécies invasoras e da extinção de espécies) são algumas das questões relacionadas com a proteção ambiental.

A proteção ambiental é influenciada por três fatores interligados: legislação ambiental, ética e educação. Cada um desses fatores desempenha o seu papel em influenciar decisões ambientais a nível nacional e os valores e comportamentos ambientais a nível pessoal.

Nesse contexto, as questões ambientais e o desenvolvimento sustentável na Amazônia são questões cruciais que devem ser debatidos pelas Instituições de Educação e principalmente políticas publicas voltada a utilização de praças tanto públicas quanto privadas que ofereçam. É neste contexto que se insere a Política Ambiental da FA.

1.1.5.1 Política Ambiental da FA

A Política Ambiental da FA, em consonância com as diretrizes da Política Nacional de Meio Ambiente (BRASIL, 1981), está orientada no disposto no Artigo 225 da Constituição Federal de 1988, segundo o qual todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Nessa perspectiva, a Política Ambiental da FA e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos, tem por objetivo a conservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental, necessária à sadia qualidade de vida, visando assegurar condições para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico e cultural na região Amazônica, numa perspectiva ética, humanista e preocupada com as questões ambientais atendidas os seguintes princípios:

- Ação institucional visando assegurar o equilíbrio do meio ambiente, necessário à sadia qualidade de vida, tendo em vista o uso coletivo;
- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- Controle de atividades com potencial ou efetivamente causadoras de significativa alteração ambiental;
- Incentivo à pesquisa, ensino e extensão orientados para o uso racional dos recursos naturais, bem como compreensão da dinâmica socioambiental relacionada;
- Educação ambiental crítica em todos os segmentos acadêmicos, inclusive numa perspectiva extensionista, tendo a comunidade manauara como alvo.

1.1.5.2 Dos objetivos da política ambiental da FA

Para alcançar os princípios norteadores da presente Política Ambiental, a FA e seus diferentes setores e segmentos acadêmicos, quais sejam discentes, docentes e técnicos administrativos visarão, cotidiana e rotineiramente:

- Compatibilizar as atividades institucionais com a manutenção do equilíbrio e da boa qualidade ambiental;
- Estabelecer critérios e padrões, normativos e procedimentais, para utilização de recursos ambientais;
- Estabelecer padrões e critérios, normativos e procedimentais, para o gerenciamento de resíduos sólidos e efluentes líquidos, observado o disposto no texto da Lei nº 12.305/10 que institui a Política Nacional de Resíduos Sólidos;
- Desenvolver pesquisa, ensino e extensão orientados para uso racional dos recursos naturais e resolução ou mitigação de questões e conflitos socioambientais;
- Desenvolver programas e projetos de educação ambiental, numa perspectiva crítica e participativa, transversal e interdisciplinar, contínua e permanente, observado o disposto no texto da Lei no 9.795/99 que institui a Política Nacional de Educação Ambiental.

1.1.5.3 Dos instrumentos da política ambiental da FA

São Instrumentos da Política Ambiental da FA:

- O Dia Mundial do Meio Ambiente;
- A Semana da Responsabilidade Social;
- Cadastro institucional de programas e projetos de educação ambiental;
- Cursos e oficinas de educação ambiental para os atores dos diferentes setores e segmentos institucionais;

- Cursos e oficinas de educação ambiental para a comunidade de Manacapuru;
- Pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- A publicação e a divulgação científica de pesquisas sobre uso racional de recursos, energias renováveis e dinâmicas socioambiental;
- Incentivo ao uso racional de água nos diferentes setores da instituição;
- Incentivo ao uso racional de energia nos diferentes setores da instituição;
- Uso racional da impressão em papel;
- Reutilização de papel para rascunho de documentos extraoficiais;
- A coleta seletiva dos resíduos;
- A utilização de lixeiras para coleta seletiva;
- A criação de postos de coleta de pilhas e baterias;
- A destinação e disposição final adequadas de resíduos sólidos e efluentes líquidos;
- O estabelecimento de critérios e padrões, normativos e procedimentais, de atividades institucionais causadoras de dano ambiental;
- O tratamento e, quando compatível, o reuso da água.

1.1.5.4 Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para os dois primeiros anos do curso:

Semestre	Projeto	Ações a serem desenvolvidas
1º período	Projeto da atividade transversal sobre Educação Étnico Raciais com o tema da: **O Racismo nas Organizações** e Educação Ambiental Tema: **Lixo Orgânico**.	▪ Pesquisa in loco e bibliográfica sobre as temática, a elaboração e exposição de banners com apresentação e debate em sala de aula.
2º período	Projeto da atividade transversal sobre Educação Étnico Raciais com o tema:: **Gênero e Sexualidade no Ambiente Organizacional** e Educação Ambiental Tema: **Coleta Seletiva**.	▪ Pesquisa in loco e bibliográfica sobre as temáticas com a apresentação por meio de dramatização retratando a temática no ambiente da sala de aula.

1.2 POLÍTICAS INSTITUCIONAIS NO ÂMBITO DO CURSO

1.2.1 Política de Ensino

A Faculdade Amazonas define os seguintes princípios que servirão como base de sua política de ensino:

- Princípio da proximidade: recomenda que o ensino e aprendizagem, sejam quais forem seus métodos e técnicas, inicie pelo conhecimento que seja o mais próximo possível da vida do aluno, partindo dos fatos mais imediatos para os mais remotos, do conhecido para o desconhecido.
- Princípio da direção: recomenda ao professor o planejamento, a previsão, a sequência lógica, estruturada, do conhecimento, a clareza de objetivos e o enfoque de questões essenciais do conteúdo, sem deter-se em questões periféricas.
- Princípio da adequação: recomenda que os métodos e técnicas sejam apropriados ao aluno, à natureza e tipo de conteúdo, ao contexto, às fases evolutivas do desenvolvimento e da aprendizagem.
- Princípio da participação: recomenda que se observem, nos alunos em formação, em todas as áreas, a atividade, o envolvimento, o estudo, a atenção, o trabalho com o conhecimento, a organização, a disposição, a conscientização do valor do estudo, da aprendizagem e seus métodos.
- Princípio da espontaneidade: recomenda preservar, em qualquer método de ensino-aprendizagem, o valor de condutas que propiciem a livre manifestação de ideias, a qualificação e acolhimento das pessoas, a confiança, a iniciativa, a criatividade e criação, o respeito às diferenças.

Nesta perspectiva se faz necessário relacionar um dos princípios que regem esta instituição, compreendendo estes como fundamentos das nossas ações de ensino, pesquisa e extensão tendo no horizonte a nossa missão que é formar profissionais para o mercado de trabalho, com princípios humanísticos e éticos. A FA estimula a permanência de seus discentes, mantendo vínculos institucionais, mediante a formação continuada, visando à sua atualização e desenvolvimento científico e profissional, e viabilizando a sua participação em diversas atividades acadêmicas, como:

a) **Ensino:** na FA o ensino representa um processo pedagógico interativo e intencional, no qual professores e alunos devem corresponsabilizar-se com as questões do processo de ensino e da aprendizagem, bem como com os valores humanos essenciais como o respeito, a solidariedade e a ética. Para atingir essa finalidade o ensino na graduação deve buscar a formação de profissionais com competência técnica e habilidades, capazes de preservar o conhecimento acumulado e de construir novos conhecimentos por meio do ensino, da pesquisa e da extensão. O Ensino na FA é desenvolvido através de atividades acadêmicas curriculares e extracurriculares, que constituem a base da produção de novos

conhecimentos a partir de saberes já produzidos mediante conhecimento científicos elaborados pelos docentes da instituição, como com a participação de discentes dos períodos mais avançados do curso, especificamente por meio de produção de artigos e participação em programas de iniciação científicas.

Privilegia-se também outros instrumentos tais como participação em eventos, congressos, seminários específicos de cada curso, culminando em produções acadêmicas. Nesta perspectiva, a política de ensino da FA, propõe que o ensino deve pautar-se nos princípios de: Flexibilização de métodos e concepções pedagógicas; Equilíbrio nas dimensões acadêmicas de ensino, pesquisa e extensão; Respeito à diversidade étnica ideológica, cultural; e Valorização dos profissionais envolvidos com os processos de ensino e aprendizagem. Nossa política de ensino e graduação pensa que os currículos oferecidos devem ainda demonstrar comprometimento com as orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais, tendo em vista princípios norteadores da organização curricular dos cursos de graduação, a saber:

- Flexibilização: sistema integrado e flexível, articulado ao ensino, pesquisa, e ainda possibilidade do aluno traçar um perfil formativo personalizado podendo cursar disciplinas em outros cursos e aproveitar as mesmas como disciplinas optativas ou atividades complementares. A flexibilidade também é um principio a ser adotado pela IE, no que diz respeito a acessibilidade pedagógico para os alunos portadores de deficiência ou com dificuldades de aprendizagem, neste sentido são adotados critérios mais flexíveis de tempo para realização de atividades, progressão curricular para que o aluno possa ter seu tempo de aprendizagem considerado no seu percurso formativo.
- Extensão: a extensão possibilita ao acadêmico a imersão e de problematização da realidade social devendo este processo ser integrado sempre que possível com a pesquisa e com o próprio ensino.
- Problematização: processo pedagógico desenvolvido por meio de situações problemas, com vistas à elaboração de conhecimentos complexos.
- Contextualização: processo de articulação, diálogo e reflexão entre teoria e prática, incluindo a valorização do conhecimento extra escolar do aluno (práticas sociais e mundo do trabalho).
- Competência: capacidade do docente e do discente de acionar recursos cognitivos, visando resolver situações complexas.
- Interdisciplinaridade e Transversalidade: processo de intercomunicação entre os saberes e práticas necessários à compreensão da realidade ou objeto de

estudo, sustentando-se na análise crítica e na problematização da realidade. Esta se desenvolve a partir de atividades e/ou aulas com conteúdos afins de diferentes disciplinas que se entrecruzam pelo viés da interdisciplinaridade, desta maneira estas ações se constituem com este enfoque.

- Educação para os Direitos Humanos: com objetivo central na formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural. Baseada nos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental. Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa.

Serão realizadas, portanto, atividades interdisciplinares no curso que integram e interrelacionem os conteúdos das diferentes disciplinas por período, como gincana do conhecimento, leitura livro clássicos da ciências da logística, cases, visitas técnicas, elaboração de artigos científicos, entre outros, envolvendo as diferentes disciplinas do período. Além disso, serão realizadas atividades transversais que discutirão os temas Étnicos Raciais e a Educação Ambiental em todo o curso por meio de ciclo de palestras, cine-fóruns entre outros.

1.2.1.1 Projetos Interdisciplinares previstos para o primeiro ano do curso:

- **Metodologia:** Ativa com base na pedagogia de projetos. Requisitos de leituras e interpretação de livros clássicos e atividades integrando todas as disciplinas do período. Participação em oficinas de leitura e interpretação.
- Coordenador do projeto Prof Silvio Murilo

Semestre	Projeto	Disciplinas envolvidas
1º	Leitura do livro **"A ética empresarial na prática"** e desenvolvimento de um trabalho escrito juntamente com uma das seguintes atividades: 1 – Dramatização do contexto organizacional;	Todas as disciplinas do 1º período.
2º	Leitura do livro **"Fordlândia"** e desenvolvimento de um trabalho escrito juntamente com uma das seguintes atividades: 1 - Apresentação de Banner.	Todas as disciplinas do 2º período.

1.2.1.2 Projetos Transversais previstos para o primeiro ano do curso:

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos**.** Requisitos de leituras de artigos científicos de subtemas dos temas geradores Étnico racial e Educação Ambiental e atividades integrando todas as disciplinas do período.
Coordenador do projeto Prof Silvio Murilo

Projetos transversais sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para o primeiro ano do curso:

Semestre	Projeto	Ações a serem desenvolvidas
1º período	Projeto da atividade transversal sobre Educação Étnico Raciais com o tema da: **O Racismo nas Organizações** e Educação Ambiental Tema: **Lixo Orgânico**.	▪ Pesquisa in loco e bibliográfica sobre as temática, a elaboração e exposição de banners com apresentação e debate em sala de aula.
2º período	Projeto da atividade transversal sobre Educação Étnico Raciais com o tema:: **Gênero e Sexualidade no Ambiente Organizacional** e Educação Ambiental Tema: **Coleta Seletiva**.	▪ Pesquisa in loco e bibliográfica sobre as temáticas com a apresentação por meio de dramatização retratando a temática no ambiente da sala de aula.

1.2.1.3 Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa

a) Iniciação científica: Objetivando contribuir para a formação na área de pesquisa, oferecendo programa de iniciação científica com bolsas concedidas mediante a apresentação de projetos de pesquisa orientados por professores da área; (Cf. o manual de pesquisa). O curso estimula a iniciação científica por meio de:

- Incentivar pesquisadores produtivos a envolverem os alunos de graduação no processo acadêmico, otimizando a capacidade de orientação à pesquisa da instituição.
- Despertar vocação científica e incentivar talentos potenciais entre os alunos mediante suas participações em projetos de pesquisa
- Aprimorar o processo de formação dos alunos visando sua qualificação profissional para o setor produtivo e empreendedor.
- Estímulo à formação de estudantes do ensino superior ao desenvolvimento e transferência de novas tecnologias e informação.

- Os professores e os alunos dos cursos de graduação vistos como agentes vitais das atividades de Iniciação Científica.
- As atividades de Iniciação Científica desenvolvidas sob a orientação ampla de incentivar o envolvimento de alunos e professores de graduação nas atividades de pesquisa também de natureza extracurricular.

b) Coordenação de Pesquisa e Inovação é responsável pelo suporte ao desenvolvimento e estímulo de atividades de pesquisa e inovação da FA tendo com objetivo regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, critérios de avaliação e instrumentos de apoio à pesquisa. Desta maneira, busca-se promover a pesquisa cientifica produzida pelo seu corpo acadêmico, baseado no saber local relevante a formação de uma sociedade sustentável com respeito aos princípios éticos e aprimoramento dos processos de ensino, aprendizagem e inovação.

1.2.1.4 Projetos de Iniciação Científica e Tecnológica do Curso

O aluno será incentivado a realizar trabalhos científicos a medida que for ampliando o seu conhecimento teórico. O professor será co-responsável por este objetivo, inserindo artigos científicos e discussão de trabalhos e estando a disposição para orientar os alunos interessados a desenvolverem projetos acadêmicos.

Projetos de Articulação Ensino, Pesquisa e Extensão previstos para o curso:

PAPEERI- Projeto 1: Integração da cadeia logística com a implantação de sistemas informacionais logísticos (ARENA, BPM, MS Project) nas indústrias de transformação cerâmica em Manacapuru

Coordenadores do Projeto Prof Cid, Luiz Felipe, Rodrigo com colaboração voluntária da Profa Maria Amélia.

PAPEERI- Projeto 2: Implantação do SGI (ISOS 9000, 14000, 18000) para melhoria da produtividade das indústrias de malva e juta de Manacapuru

Coordenadores do projeto Prof Cid, Luiz Felipe com colaboração voluntaria da Profa Kelly Anne

Metodologia: Ativa com base na pedagogia de projetos e no paradigma epistemológico sócio-construtivista com desenvolvimento de ações de intervenção na comunidade mediante a realidade local.

Objetivo geral: desenvolvimento das competências e habilidades do Tecnólogo em Logística e melhoria da comunidade.

Etapas:

Etapa 1 Ensino- diagnostico da situação a priori com base em conteúdos curriculares;

Etapa 2 Extensão- intervenção na comunidade com aplicação de ferramentas e metodologias de melhoria;

Etapa 3 Pesquisa- resumo expandido com fundamentação teórica e analise dos dados comparativos do antes e do depois da ação de intervenção.

Projeto de Inovação Tecnológica previsto para o curso:

Projeto 3– Administrando Projetos com MS-Project 2010.
Coordenadores do Projeto Prof Luiz Felipe e Prof Rodrigo

1.2.1.5 Projetos de Atividades Complementares Previstos para o primeiro ano do curso:

Os projetos de extensão abaixo descritos serão realizados pelos docentes que ofertaram curso para complementação da formação do tecnólogo em logística bem como servirá como atividades complementares que é uma exigência para colação de grau do tecnólogo em logística.

Projeto de Atividades Complementares:

Projeto 4- Semana Acadêmica com I Ciclo de Palestras do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas
Coordenadora do Projeto Profa. Wanilce

1.2.1.6 Projetos de Extensão e Responsabilidade Social previstos para o primeiro ano do curso.

Os projetos de extensão e responsabilidade social do curso acontece com a integração dos cursos de graduação em uma comunidade nas adjacência FA na qual o aluno recebe orientações do docente para realizar as atividades extrainstitucionais e os atendimentos a comunidade.

Projeto 5 – Atividades de Extensão, coordenação do projeto pela profa Suelania, envolvendo:

Palestra educativa sobre a Importância do descarte correto do lixo- Luiz Felipe

Minicurso de Plano de Negócios - Luciana

Oficina sobre Orçamento Familiar- Rodrigo

1.2.1.7 Projetos de Atividades de Apoio ao Discente previstos para o primeiro ano do curso

Coordenador do Projeto Prof José Felix

- Acolhida dos calouros
- Monitoria
- Nivelamento
- Atividades Extracurriculares: Participação na Feira norte do estudante; Natal Solidário; Participação em eventos do CRA/AM e entidades de classe

1.3 OBJETIVOS DO CURSO

Em consonância com a Resolução N° 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia estabelece os objetivos ao curso.

1.3.1 Objetivo Geral

Em consonância com o Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia e a **Resolução N° 3, de 18 de Dezembro de 2002**, instituidora das Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, o curso superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas tem por objetivo o desenvolvimento de qualificações capazes de permitir ao egresso a gestão, supervisão, operação e parecer técnico de processos logísticos e sua viabilidade financeira envolvendo aquisição, armazenagem, distribuição, embalagem, transporte, carga, descarga e segurança nas relações que articulem clientes, fornecedores, parceiros e agentes da cadeia de suprimentos. Assim como:

- Desenvolver competências profissionais tecnológicas para a gestão de processos de produção de bens e serviços;

- Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;
- Cultivar o pensamento reflexivo, a autonomia intelectual, a capacidade empreendedora e a compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos, nas suas relações com o desenvolvimento do espírito científico;
- Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica , a criação artística e cultural e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;
- Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;
- Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular.

O objetivo é o de capacitar o estudante para o desenvolvimento de competências profissionais que se traduzam na aplicação, no desenvolvimento (pesquisa aplicada e inovação tecnológica) e na difusão de tecnologias, na gestão de processos de produção de bens e serviços e na criação de condições para articular, mobilizar e colocar em ação.

1.3.2 Objetivos Específicos

O curso superior de tecnologia em logística visa habilitar o profissional para atuar ética e competentemente no mercado de trabalho nas áreas que se propõe. Assim, propiciará ao graduando conhecimentos que o permitirão:

• Proporcionar ao acadêmico conhecimento que possa planejar e coordenar a movimentação física e de informações sobre as operações multimodais de transporte, para proporcionar fluxo otimizado e de qualidade para peças, matérias-primas e produtos.

• Desenvolver no acadêmico a capacidade de gerenciar sistemas logísticos de gestão de materiais de qualquer natureza, o que inclui redes de distribuição e unidades logísticas, estabelecendo processos de compras, identificando fornecedores, negociando e estabelecendo padrões de recebimento, armazenamento, movimentação e embalagem de materiais

• Gerenciar e controlar recursos financeiros e ocupar-se do inventário de estoques, sistemas de abastecimento, programação e monitoramento do fluxo de pedidos.

• Ter conhecimento das responsabilidades no exercício das atribuições exigem visão sistêmica e estratégica, capacidade de comando, liderança, além de densos conhecimentos de estratégias de segurança e respectivas tecnologias e equipamentos.

• Colaborar no desenvolvimento das organizações instaladas na micro-região onde está inserida;

• Criar mecanismos de inclusão social;

• Aproximar a comunidade das atividades empresariais por meio de sua qualificação;

• Desenvolver, em parceria com as organizações instaladas na micro-região, estudos relativos à logística de forma a contribuir com o desenvolvimento da ciência.

• Incentivar o desenvolvimento da capacidade empreendedora e da compreensão do processo tecnológico, em suas causas e efeitos;

• Incentivar a produção e a inovação científico-tecnológica, e suas respectivas aplicações no mundo do trabalho;

• Desenvolver competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, para a gestão de processos e a produção de bens e serviços;

• Propiciar a compreensão e a avaliação dos impactos sociais, econômicos e ambientais resultantes da produção, gestão e incorporação de novas tecnologias;

• Promover a capacidade de continuar aprendendo e de acompanhar as

mudanças nas condições de trabalho, bem como propiciar o prosseguimento de estudos em cursos de pós-graduação;

• Adotar a flexibilidade, a interdisciplinaridade, a contextualização e a atualização permanente dos cursos e seus currículos;

• Garantir a identidade do perfil profissional de conclusão de curso e da respectiva organização curricular; e

• Incrementar a prática do empreendedorismo como ferramenta de desenvolvimento pessoal, econômico e social.

1.4 PERFIL PROFISSIONAL DO EGRESSO

O Curso Superior de Tecnologia em Logística da FA terá como objetivo geral formar um perfil profissional do egresso que:

Gerencia as operações e processos logísticos. Promove a segurança das pessoas, dos meios de transporte, dos equipamentos e cargas. Articula e atende clientes, fornecedores, parceiros e demais agentes da cadeia de suprimentos. Elabora documentos de gestão e controles logísticos. Estrutura e define rotas logísticas considerando os diferentes modais. Articula processos logísticos em portos, aeroportos e terminais de passageiros nos diferentes modais. Gerencia e supervisiona o recebimento, o armazenamento, a movimentação, a embalagem, a descarga e a alienação de materiais de qualquer natureza. Gerencia o sistema logístico e sua viabilidade financeira. Gerencia e articula sistemas de manutenção, de suprimento, de nutrição e de atividades financeiras. Avalia e emite parecer técnico em sua área de formação.

1.4.1 Competências e Habilidades Gerais:

O curso de Graduação Tecnológica em Logística pretende o desenvolvimento das seguintes competências e habilidades gerais:

I. Compreender a necessidade de um contínuo aperfeiçoamento profissional, prosseguindo os estudos, com objetivo de acompanhar as mudanças nas condições de trabalho e ser capaz de adotar a interdisciplinaridade, a flexibilidade, a contextualização e a atualização permanente do curso e seu currículo
II. Reconhecer e definir problemas, equacionar soluções, pensar estrategicamente, introduzir modificações no processo logístico, atuar preventivamente, transferir e generalizar conhecimentos e exercer, em diferentes graus de complexidade, o processo da tomada de decisão;
III. Desenvolver um trabalho de equipe de forma eficiente, considerando opiniões divergentes e sendo hábil o suficiente para estabelecer uma comunicação interpessoal;

Ter uma formação ética, humanística e visão global que permitam o desenvolvimento da sensibilidade às mudanças e aplicação de conhecimentos na solução dos problemas e no repensar da própria gestão.

E pretende desenvolver as seguintes competências e habilidades específicas:

• Propor sistemáticas e procedimentos de trabalho nos ciclos das atividades logísticas;

• Planejar e coordenar o treinamento de equipes de trabalho envolvidas nas atividades e processos da cadeia logística;

• Coordenar e acompanhar a implantação de operações relativas e correlacionadas (estoque, armazenagem, transportes e tecnologia da informação aplicada);

• Desenvolver e acompanhar os processos de melhoria contínua das atividades e processos da cadeia logística;

• Contribuir nas tomadas de decisão nos níveis operacional e tático e da organização;

• Implementar as medidas necessárias ao cumprimento das exigências da legislação e dos órgãos competentes nas operações logísticas;

• Propor processos de manutenção preventiva e corretiva para os equipamentos e sistemas logísticos;

• Elaborar análise crítica de propostas e contratos de prestação de serviços e/ou fornecimento de bens para as unidades, aplicando os conhecimentos adquiridos nas unidades básicas de estudo;

• Permanecer atento para a atualização profissional constante, que permita superar os desafios e propor, com responsabilidade social e ética, soluções criativas para as atividades inerentes à logística nas esferas da administração dos setores público e privado.

Perfil do egresso (Eixos de formação e os conteúdos curriculares da diretriz)	**Estrutura curricular (disciplinas da matriz que atendem os conteúdos curriculares da diretriz)**	**Contexto educacional (demandas do curso)**
Conteúdos de Formação Básica	Comunicação e Expressão 80h; Homem Natureza e Sociedade 40h; Metodologia do Trabalho Cientifico 80h; Matemática Básica 80h; Informática Básica 40h; Estatística 80h; Fundamentos de Economia 80h; Fundamentos de Administração e Logística 80h	Demandas de natureza econômica; Demandas de natureza social; Demandas culturais;
	Administração de Materiais e Gestão de Estoques 80h; Canais de Distribuição e Nível de Serviço Logístico 80h; Suprimento Físico 40h;	

Conteúdos de Formação Profissional	Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos 80h; Gestão de Custos Logísticos 80h; Logística da Produção 80h; Logística de Multimodais de Transporte 80h; Legislação Aduaneira e Logística Internacional 80h; Logística Reversa e Desenvolvimento Sustentável 80h; Gestão de Projetos Logísticos 40h	Demandas de natureza econômica; Demandas de natureza social; Demandas culturais; Demandas políticas; Demandas de natureza ambiental.
Conteúdos de Formação Complementar	Marketing Aplicado a Logística 40h; Gestão da Segurança no Trabalho 40h; Sistema de Informação Gerencial Aplicado a Logística 40h; Sistemas de gestão integrado, avaliação e auditoria logística 80h; Empreendedorismo e Inovação em Logística 80h; Inglês 40h; Negociação 40h; Tópicos Especiais em Logística I 40h; Tópicos Especiais em Logística II 40h; Tópicos Especiais em Logística III 40h; Estágio Supervisionado 100h; TC 80h; Atividades Complementares 100h.	Demandas de natureza econômica; Demandas políticas

Mecanismos de acompanhamento dos egressos na sua atuação profissional:

O acompanhamento do egresso será por meio de um questionário on line com objetivo de acompanhar os egressos conforme Manual do egresso.

1.5 ESTRUTURA CURRICULAR

Fundamentada em uma perspectiva mais abrangente e dinâmica de currículo, o Curso Superior pretende uma estrutura curricular onde em uma análise sistêmica e global, os aspectos: flexibilidade, interdisciplinaridade, acessibilidade pedagógica e atitudinal, compatibilidade da carga horária total (em horas), articulação da teoria com a prática e, nos casos de cursos à distância, mecanismos de familiarização com essa modalidade.

A organização curricular dos cursos superiores contemplará o desenvolvimento de competências profissionais e será formulada em consonância com o perfil profissional de conclusão do curso, o qual define a identidade do mesmo e caracteriza o compromisso ético. Incluindo:

- **Flexibilidade**: Todas as matrizes dos cursos superiores da Faculdade possuem disciplinas optativas ofertadas periodicamente, tendo em vista, flexibilizar o perfil de formação proporcionando ao aluno a construção de um processo formativo diferenciado. Bem como ele pode cursar as disciplinas optativas de outros cursos.
- **Interdisciplinaridade:** Todos os cursos da Faculdade desenvolverá projetos interdisciplinares promovendo a integração das disciplinas de um mesmo período por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Interdisciplinaridade anexo a este documento.
- **Transversalidade**: Todos os cursos da Faculdade desenvolverá projetos transversais promovendo a integração das disciplinas discutindo as temáticas de Educação Étnicas racial e Educação Ambiental em um mesmo período em todo o curso por meio da pedagogia de projetos. Esta metodologia de projeto se encontra no Regulamento Institucional de Transversalidade anexo a este documento.
- **Acessibilidade Pedagógica e Atitudinal**: A Faculdade promoverá a acessibilidade pedagógica e atitudinal por meio da utilização de metodologias e técnicas de estudo que favoreçam o aprendizado e o desenvolvimento de competências objetivando que todos possam aprender e se desenvolver, para tanto são planejadas e utilizadas metodologias de ensino com o uso de recursos tecnológicos que favoreçam a remoção de qualquer barreira ao ato de aprender. Estes processos metodológicos encontram-se normatizados em regulamentação própria e no manual de metodologia de ensino e avaliação da Faculdade.
- **Compatibilidade da Carga Horária Total**: A carga horária dos cursos obedece ao descrito nas diretrizes curriculares nacionais no caso dos bacharelados. E a carga horária dos cursos está calculada em hora relógio.
- **Articulação da Teoria com a Prática**: Os cursos de graduação da Faculdade prevêem em suas disciplinas carga horária teórica e prática. A depender da natureza do curso e da especificidade do componente curricular a carga horária prática poderá chegar até o percentual de vinte por cento da carga horária total da disciplina.

Consideramos ainda que a Estrutura Curricular deverá compreender as competências profissionais tecnológicas, gerais e específicas, incluindo os fundamentos científicos e humanísticos necessários ao desempenho profissional do graduado. Portanto, a estrutura curricular do curso é:

- **1º. Período:** Comunicação e Expressão 80; Homem Natureza e Sociedade 40; Metodologia do Trabalho Científico 80h; Matemática Básica 80h; Informática Básica 40h; Fundamentos de Administração e Logística 80h.
- **2º. Período:** Fundamentos de Economia 80h; Estatística 80h; Administração de Materiais e Gestão de Estoques 80h; Canais de Distribuição e Nível de Serviço Logístico 80h; Marketing Aplicado a Logística 40h; Suprimento Físico 40.
- **3º. Período:** Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos 80h; Gestão de Custos Logísticos 80h; Logística da Produção 80h; Logística de Multimodais de Transporte 80h; Gestão da Segurança no Trabalho 40h; Sistema de Informação Gerencial Aplicado a Logística 40h.
- **4º. Período:** Sistemas de gestão integrado, avaliação e auditoria logística 80h; Legislação Aduaneira e Logística Internacional 80h; Logística Reversa e Desenvolvimento Sustentável 80h; Gestão de Projetos Logísticos 40h; Empreendedorismo e Inovação em Logística 80h; Optativa 40h; Estágio Supervisionado 100h; Trabalho de Conclusão 80h.
  - **Estágio Supervisionado 100 h**
  - **Atividades Complementares 100 h.**
  - **Trabalho de Conclusão do Curso: 80h**
  - **Disciplinas Optativas:** Administração para os Direitos Humanos 40h; Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS 40h; Tópicos Especiais em Logística I 40h; Tópicos Especiais em Logística II 40h; Tópicos Especiais em Logística III 40h; Inglês 40h; Negociação 40h.

1.5.1 Matriz do Curso

As unidades curriculares da matriz apresentam, em sua maioria, conteúdos que implicam em abordagens metodológicas teóricas e práticas. Visando alcançar os objetivos propostos no Plano de Ensino de cada disciplina, serão utilizados instrumentos pedagógicos diversificados, com o intuito de estreitar a relação entre a teoria e a prática, estimulando o aprendizado. A aquisição de conhecimentos e habilidades necessárias ao profissional acontecerá de maneira gradativa e com grau de complexidade progressiva, permitindo o desenvolvimento do perfil profissional.

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA 2017	
1. PERIODO	
Disciplina	**Carga horária**

Comunicação e Expressão	80
Homem, Natureza e Sociedade	40
Metodologia do Trabalho Cientifico	80
Matemática Básica	80
Informática Básica	40
Fundamentos de Administração e Logística	80
Sub-total	**400 horas**

2.PERIODO	
Disciplina	**Carga horária**
Fundamentos de Economia	80
Estatística	80
Administração de Materiais e Gestão de Estoques	80
Canais de Distribuição e Nível de Serviço Logístico	80
Marketing aplicado a Logística	40
Suprimento Físico	40
Sub-total	**400 horas**

3.PERIODO	
Disciplina	**Carga horária**
Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos	80
Gestão de Custos Logísticos	80
Logística da Produção	80
Logística de Multimodais de Transporte	80
Gestão da Segurança no Trabalho	40
Sistema de Informação Gerencial Aplicado a Logística	40
Sub-total	**400 horas**
CERTIFICAÇÃO INTERMEDIÁRIA	Analista Logístico

4.PERIODO	
Disciplina	**Carga horária**
Sistemas de Gestão Integrado, Avaliação e Auditoria Logística	80
Legislação Aduaneira e Logística Internacional	80

Logística Reversa e Desenvolvimento Sustentável	80
Gestão de Projetos Logísticos	40
Optativa	40
Empreendedorismo e Inovação em Logística	80
Sub-total	**400 horas**

RESUMO	**C.H.**
Disciplinas	1.600
Estágios Supervisionado	100
TCC	80
Atividades Complementares	100
CARGA HORARIA TOTAL DO CURSO	**1.880**

OPTATIVAS	
Disciplina	**Carga horária**
Educação para os Direitos Humanos	40
Língua Brasileira de Sinais – LIBRAS	40
Tópicos Especiais em Logística I	40
Tópicos Especiais em Logística II	40
Tópicos Especiais em Logística III	40
Inglês	40
Negociação	40

1.5.2 Ementário

EMENTÁRIO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

1º PERÍODO

INFORMÁTICA BÁSICA

CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: O computador e o mundo atual. Ambientes Operacionais. Edição de Texto, Planilhas eletrônicas, editores de apresentação, bancos de dados. O uso do computador e as tecnologias aplicáveis.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. COMER, Douglas E. Redes de computadores e internet. 6.ed. Porto Alegre: Bookman, 2016
2. MENDES, Douglas, Rocha. Redes de computadores: teoria e prática. 2.ed. São Paulo: Novatec, 2016
3. TANENBAUM, Andrew S. Redes de computadores. 5.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ASCENCIO, Ana Fernanda gomes; CAMPOS, Edilene Aparecida veneruchi de. Fundamentos da programação de computadores. 3.ed. São Paulo": Pearson, 2012
2. CAPRON, h.l.; JOHSON, J. Introdução à informática. 8.ed. São Paulo: Prentice Hall, 2004
3. CORMEN, Thomas H.; LEISERSON, Charles E.; RIVEST, Ronald L.; STEIN, Clifford. Algoritmos: teoria e prática. 3.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012
4. GUIMARÃES, Angelo de Mouta; LAGES, Newton A. C. Moura. Introdução à ciência da computação. São Paulo: LTC, s.d.
5. SILBERSCHATZ, Abraham; GALVIN, Peter Baer; GAGNE, Greg. Fundamentos de sistemas operacionais. 8.ed. Rio de Janeiro:LTC, 2014

COMUNICAÇÃO E EXPRESSÃO
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: O texto verbal, a estrutura lógica do texto dissertativo, os textos administrativos e conhecimentos gramaticais. Organizações: conceitos, características e tipologias. Os meios de comunicação nas organizações: classificação, características e linguagens das principais mídias internas e externas; Comunicação interna: conceitos, importância, novas exigências e novas práticas; Comunicação Integrada, Comunicação Corporativa e o Composto da Comunicação nas organizações; Comunicação Institucional (Relações Públicas, Marketing Social e Cultural, Jornalismo, Editoração, Propaganda Institucional e Identidade Corporativa); Comunicação Mercadológica ou Comunicação de Marketing (Marketing, Publicidade, Promoção de Vendas, Merchandising), no contexto da educação ambiental, das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BUENO, Wilson da Costa. **Comunicação empresarial e planos de comunicação: alinhamento, teoria e prática.** São Paulo: Manole, 2014. (Coleção Comunicação Empresarial)
2. SANTOS, Leonor Werneck de; RICHE, Rosa Cuba; TEIXEIRA, Cláudia Souza. **Análise e produção de textos.** São Paulo: Contexto, 2012
3. TOMASI, Carolina; MEDEIROS, João Bosco**. Comunicação Empresarial.** São Paulo: Atlas, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALMEIDA, Antonio Luiz Mendes de. **Atenciosamente: manual prático de redação comercial e oficial.** 5.ed. Rio de Janeiro: Garamond, s.d.
2. GOLD, Miriam. **Redação empresarial.** 4.ed. São Paulo: Pearson, 2010
3. MARCUSCHI, Luiz Antonio. **Produção textual, análise de gêneros e compreensão.** São Paulo: Parábola, 2008. (Educação Linguística, 2)
4. MEDEIROS, João Bosco. **Redação empresarial.** 7.ed. Sõ Paulo: Atlas, 2010
5. OLIVEIRI, Márcia. **Como escrever melhor: informações e técnicas para a sua redação.** São Paulo: Ideia, 2010. (Coleção Fazendo Futuro)

METODOLOGIA DO TRABALHO CIENTIFICO

CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição:: Introdução à metodologia da pesquisa cientifica. O método científico e suas aplicações. Reflexões sobre o ato de estudar, leitura de texto. O estudo de texto. A documentação pessoal. A técnica de redação. Diretrizes para elaboração de um seminário. Diretrizes para elaboração de um trabalho científico, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. Manual para elaboração de trabalhos acadêmicos. Rio de Janeiro: Vozes, 2012
2. MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. Metodologia do trabalho científico. 7.ed. São Paulo: Atlas, 2015

3. SEVERINO, Antônio Joaquim. Metodologia do trabalho científico. 24 ed. São Paulo: Cortez, 2016.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. AQUINO, Italo de Souza, PhD. Como escrever artigos científicos. São Paulo: Saraiva, 2015
2. BARROS, Aidil Jesus da Silveira. Projeto de Pesquisa: Proposta Metodológica. Rio de Janeiro. 2.ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2013.
3. CRESWELL, Jhon W. Investigação qualitativa e projeto de pesquisa: escolhendo entre cinco abordagens. Porto Alegre: Penso, 2014
4. KOLLER, Sílvia H.; COUTO, Maria Clara P. de Paula; HOHENDORFF, Jean von. Manual de produção científica. Porto Alegre: Penso, 2014.
5. SANTOS, Clóvis Roberto dos. Trabalho de conclusão de curso TCC: guia de elaboração passo a passo. São Paulo: Cengage learning, 2012

MATÉMATICA BÁSICA
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Noções de lógica. Função. Números Inteiros, Racionais e Irracionais. Números complexos. Polinômios. Série geométrica e funções exponencial, logarítmica e potência. Conjuntos Numéricos. Módulo e raízes. Resolução de equações e inequações. Função real de variável real. Trigonometria.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. IEZZI, Gelson; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: conjuntos e funções. v.1 São Paulo: Atual, 2013
2. STEWART, James. Cálculo. v.1. 7.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2013
3. SHITSUKA, Ricardo; SHITSUKA, Caleb David Willy Moreira; SHITSUKA, Dorlivete Moreira; SHITSUKA, Rabbith Ive Carolina Moreira. Matemática aplicada. São Paulo: Érica, s.d. (Série Eixos. Gestão e Negócios).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, Ladir Souza de; GARCIA, Airton Alves. Matemática passo a passo, com teorias e exercícios de aplicação. São Paulo: Avercamp, 2016
2. IEZZI, Gelson; DOLCE, Osvaldo; MURAKAMI, Carlos. Fundamentos de matemática elementar: logarítmos. v.2 São Paulo: Atual, 2013

3. JACQUES, Ian. Matemática para economia e administração. 6.ed. São Paulo: Pearson, 2010
4. LEITE, Angela. Aplicações da matemática: administração, economia e ciências contábeis. 2.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2016
5. TAN, S. T. Matemática aplicada à administração e economia. São Paulo: Cengage Learning, 2014

HOMEM, NATUREZA E SOCIEDADE
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Os métodos e metodologias das ciências sociais. A sociedade pós-industrial ou informacional e suas formas de organização pós-institucional. Sociodiversidade e Multiculturalismo: racismo, sexismo, xenofobia, homofobia, etc. Capitalismo global e globalização. As transformações no mundo do trabalho: precarização, informalização, terceirização, sazonalização, flexibilização, etc. do trabalho e suas consequências sociais.A concepção, análise e entendimento do processo de antropização contemporâneo e suas consequências ambientais (sub-habitação, lixo, mobilidade, saúde pública).Políticas públicas e responsabilidade socioambiental.

BIBLIOGRÁFIA BÁSICA

1. CASTRO, Celso Antonio Pinheiro de. **Sociologia aplicada à administração**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2011. ISBN: 978-85-224-3454-1
2. DIAS, Reinaldo. **Sociologia & administração**. 4 ed. Campinas/SP: Editora Alínea, 2009. ISBN: 978-85-7516-365-8.
3. OLIVEIRA, Silvio Luiz de. **Sociologia das organizações: uma análise do homem e das empresas no ambiente competitivo**. 7 ed. São Paulo: Pioneira, 2009. ISBN: 85-221-0176-0.

BIBLIOGRÁFIA COMPLEMENTAR

1. COSTA, Cristina. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade**. 3 ed.: Moderna, 2007. 413p**.** ISBN: 85-16-04810-1.

2. DIAS, Reinaldo. **Fundamentos de Sociologia Geral.** 3. ed. Campinas: Alínea, 2006. 312p. ISBN: 85-86491-62-4.
3. DIAS, Reinaldo**. Introdução à sociologia.** 2 ed. São Paulo: Pearson Education Hall, 2010. Artmed, 2010. Disponível: <http://ares.bv3.digitalpages.com.br/reader>. Acesso em: 17 nov. 2011.
4. GUARESCHI, Pedrinho Alcides**. Sociologia crítica: alternativas de mudança.** 57. ed. Porto Alegre: Cortez, 2004. 166p. ISBN: 85-7430-053-5.
5. OLIVEIRA, Pérsios Santos de. **Introdução á sociologia**. São Paulo: Ática, 2004.

FUNDAMENTOS DE ADMINISTRAÇÃO E LOGÍSTICA

CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: A administração e suas perspectivas; primórdios e antecedentes históricos da administração; abordagem clássica da administração; a administração científica; abordagem anatômica; processo administrativo; tipos de organização; estudo das funções administrativas e métodos de sistemas administrativos em uma empresa; abordagem comportamental da administração; visão sistêmica das organizações; o futuro da administração; reformulação da empresa para o século XXI; Conceitos básicos de Logística. O produto logístico. O nível de serviço logístico. Conceitos básicos de distribuição física e de administração de materiais. Noções sobre sistema de transporte, seus modais e princípios de seleção dos mesmos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BALLOU, Ronald H. Logística Empresarial: transportes, administração de materiais e distribuição física. São Paulo: Atlas, 2012.
2. CHIAVENATO, Idalberto. Introdução à teoria geral da administração. Rio de Janeiro. RJ. Editora Campus, 2011.
3. MAXIMIANO, Antonio Cesar Amaru. Fundamentos de administração: introdução à teoria geral e aos processos de administração. 3.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2015

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ANDRADE, Rui Otavio Bernardes de; AMBONI, Nério. Teoria geral de administração. 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011

2. CLEGG, Stewart; KORNBERGER, Martin; PITSIS, Tyrone. Administração e organizações: uma introdução à teoria e à prática. 2.ed. Porto Alegre: Bookman, 2011
3. LUDOVICO, Nelson. Logística internacional. 3.ed. São Paulo: Saraiva, 2012
4. VIVAIDINI, Mauro; PIREES, Sílvio R. I. Operadores logísticos: integrando operações em cadeias de suprimento. São Paulo: Saraiva, 2010
5. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. Teoria geral da administração. 3.ed. São Paulo: Atlas, 2012

2º PERÍODO

ADMINISTRAÇÃO DE MATERIAIS E GESTÃO DE ESTOQUES
CARGA HORÁIA: 80hs

Conceitos práticos de administração de materiais. Procedimentos fundamentais de administração de materiais: cadastramento, gestão, compras, recebimento, almoxarifado, inventário. Classificação de materiais. Aplicação da curva ABC. Relacionamento com fornecedores. A situação atual da administração de materiais no Amazonas: seus aspectos positivos, seus óbices e suas potencialidades, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. HARA, Celso Minoru. Administração de recursos materiais e patrimoniais. São Paulo: Alínea, 2012
2. SALGADO, Tarcísio Tito. Logística: práticas, técnicas e processos de melhorias. Rio de Janeiro: SENAC, 2014
3. VIANA, João José. Administração de Materiais: Um Enfoque Prático. São Paulo: Atlas, 2012

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. FREITAS, Aimberé (Org.). Reflexões sobre desenvolvimento, transporte e logística na Amazônia brasileira. Boa Vista: AF, 2009
2. FREITAS, Aimberé; PORTUGAL, Licínio (Orgs.) Estudos de transporte e logística na Amazônia. Boa Vista: AF, 2006
3. MARTINS, Petrônio G.; LAUGENI, Fernando Piero. Administração da produção fácil. São Paulo: Saraiva, 2012
4. POZO, Hamilton. Administração de Recursos Materiais e Patrimoniais: Uma Abordagem Logística. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
1. PAOLESCHI, Bruno. Estoques e armazenagem. São Paulo: Érica, 2014

SUPRIMENTO FÍSICO
CARGA HORÁIA: 40hs

Logística e sistema de obtenção logístico. Função compras. Operação de compras. Compras e gestão da qualidade. Gestão de Custos. Condições de Compra. Estratégias de Negociação. Fontes de Fornecimento. Lote Econômico de Compra (LEC).

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão de materiais: uma abordagem introdutória. 3.ed. São Paulo: Manole, 2014
2. CRHISTOPHER, Martin. Logística e gerenciamento da cadeia de suprimentos. 4.ed. São Paulo: Cengage Learning, 2014
3. PAOLESCHI, Bruno. Logística industrial integrada: do planejamento, produção, custo e qualidade à satisfação do cliente. 3.ed. São Paulo: Érica, 2011

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BOWERSOX, Donald J.; CLOSS, David J.; COOPER, M. Bixby; BOWERSOX, John C. Gestão logística da cadeia de suprimentos. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014
2. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. Gestão da cadeia de suprimentos: estratégia, planejamento e operações. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2011
3. GONÇÁLVES, Paulo Sérgio. Logística e cadeia de suprimentos: o essencial. São Paulo: Manole, 2013
4. GRANT, David B. Gestão de logística e cadeia de suprimentos. São Paulo: Saraiva, 2013
5. MAGALHÃES, Eduardo; SANTOS, Almir Garnier; ELIA, Bruno; PINTO, Geraldo. Gestão da cadeia de suprimentos. Rio de Janeiro: FGV, 2013 (Gestão Estratégica e Econômica de Negócios – FGV Management)

CANAIS DE DISTRIBUIÇÃO E NÍVEL DE SERVIÇO LOGÍSTICO
CARGA HORÁIA: 80hs

Natureza da administração da distribuição física. Administração em três níveis. A construção de um canal de distribuição. Fatores condicionantes no estabelecimento dos canais de distribuição. Tipos de canais de distribuição. Relacionamento com o cliente. Os canais de distribuição. Nível de serviço no fluxo de bens e serviços. Resultados esperados de todos os esforços logísticos. Nível de serviço e sua relação com os custos logísticos, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CASTIGLIONI, José Antonio de Mattos; PIGOZZO, Linomar. Transporte e distribuição. São Paulo: Érica, 2014

2. CHIAVENATO, Idalberto. Gestão da produção: uma abordagem introdutória. 3.ed. São Paulo: Manole, 2014

3. HARA, Celso Minoru. Logística: armazenagem, distribuição e trade marketing. 5.ed. SãoPaulo: Alínea, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAIXETA-FILHO, José Vicente; MARTINS, Ricardo Silveira (Orgs.) Gestão logística do transporte de cargas. São Paulo: Atlas, 2015

2. PASCARELLA, Roberto. Gestão de canais de distribuição. Rio de Janeiro: FGV, 2013

3. PENOF, David Garcia; MELO, Edson Correia de; LUDOVICO, Nelson (Orgs.) Gestão da produção e logística. São Paulo: Saraiva, 2013

4. RODRIGUES, Paulo Roberto Ambrósio; FIGUEIREDO, Isabel Bernardo Dias de; MENEZES, Júlio Eduardo da Silva [et.al.] Gestão de logística internacional. Rio de Janeiro: FGV, 2014

5. WANKE, Peter F. Logística e transporte de cargas no Brasil: produtividade e eficiência no século XXI. São Paulo: Atlas, 2010

ESTATÍSTICA

CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Classificação de variáveis, Levantamento de Dados: Coleta; Apuração; Apresentação; e Análise de resultados. Séries Estatísticas. Distribuição de Frequências. Análise de Gráficos Estatísticos. Medidas de Tendência Central. Medidas de Dispersão. Medidas Separatrizes. Medidas de Assimetria. Medidas de Curtose. Distribuição Normal e as distribuições Relacionadas. Intervalo de Confiança. Teste de Hipóteses , no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

1. DOANE, David P.; SEWARD, Lori E. Estatística aplicada à administração e economia. 4.ed. Porto Alegre: AMGH, 2014.
2. FONSECA, Jairo Simon da; MARTINS, Gilberto de Andrade; TOLEDO, Geraldo Luciano. Estatística aplicada. São Paulo: Atlas, 2015
3. VIEIRA, Sônia. Estatística básica. São Paulo: Cengage Learning, 2014. 25exs

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DOWNING, Douglas; CLARK, Jeffrey. Estatística aplicada. São Paulo: Saraiva, 2011.
2. KAZMIER, Leonard J. Estatística aplicada à administração e economia. 4.ed. Rio de Janeiro: Bookman, 2007
3. LARSON, Ron. Estatística aplicada. 4.ed. São Paulo: Pearson, 2010
4. MARTINS, Gilberto de Andrade; DOMINGUES, Osmar. Estatística geral e aplicada. 5.ed. São Paulo: Atlas, 2014
5. MOORE, David S.; NOTZ, William I.; FLIGNER, Michael A. A estatística básica e sua prática. 6.ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014

FUNDAMENTOS DE ECONOMIA
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Demanda. Oferta. Equilíbrio de Mercado. Teoria do Consumidor. Teoria da Firma. Cenário dos negócios em uma economia globalizada Mercados comuns e a integração logística regional. Impactos da conjuntura econômica sobre as empresas de pequeno e médio porte. Concorrência e competitividade. A economia baseada na informação. Custo, valor e preço. Eficiência e localização dos custos. Economias de escala, de variedade e aprendizado. Inovação no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BACHA, Carlos José Caetano. Entendendo a economia brasileira. 2.ed. São Paulo: Alínea, 2011
2. GIAMBIAGI, Fábio; VILLELA, André; CASTRO, Lavínia; HERMANN, Jennifer. Economia brasileira contemporânea (1945-2010). 2.ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2011.
3. VICECONTI, Paulo; NEVES, Silvério das. Introdução à economia. 12. Ed. São Paulo: Saraiva, 2013

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ALÉM, Ana Claudia. Macroeconomia: teoria e prática no Brasil. São Paulo: Elsevier, 2010

2. LANZANA, Antonio Evaristo Teixeira. Economia brasileira: fundamentos e atualidade. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2006

3. ROSSETTI, José Paschoal. Introdução à economia. 20.ed. São Paulo: Atlas, 2003.
4. SERÁFICO, Marcelo. Globalização e empresariado: estudo sobre a Zona Franca de Manaus. São Paulo: Annablume, 2011
5. VASCONCELLOS, Marco Antônio Sandoval de. Fundamentos de Economia. 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2010.

MARKETING APLICADO A LOGÍSTICA

CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Conceito de Marketing; Orientação para criação de valor para os clientes; O processo de marketing. Pesquisa de marketing. Comportamento do Consumidor, Segmentação de Mercado; Composto Mercadológico (4P s). Marketing estratégico. Estratégias comemorativas. O Marketing entre empresas - business to business. Integração do marketing e logística, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étio-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

6. KOTLER, Philip; KELLER, Kevin L. Administração de marketing. 14.ed. São Paulo: Pearson, 2012
7. PETER, J. Paul; DONNELLY JR., James H. Introdução ao marketing: criando valores para os clientes.São Paulo: Saraiva, 2013
8. ROSENBLOOM, Bert. Canais de marketing: uma visão gerencial. São Paulo: Cengage Learning, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Pedro Carlos de.; MORAES, Wagner Fróes de. Administração mercadológica. 3.ed. São Paulo: Alínea, 2010
2. DORNIER, Philippe-Pierre; ERNST, Ricardo; FENDER, Michel; KOUVELIS, Panos. Logística e operações globais: texto e casos. São Paulo: Saraiva, 2014
9. LAS CASAS, Alexandre Luzzi. Plano de marketing para micro e pequena empresa. 6.ed. São Paulo: Atlas, 2011
10. MADRUGA, Roberto Pessoa; CHI, Ben Thion; SIMÕES, Marcos Licínio da Costa; TEIXEIRA, Ricardo Franco. Administração de marketing no mundo contemporâneo. 3.ed. Rio de Janeiro: FGV, s.d.
11. PINHEIRO, Duda; GULLO, José. Fundamentos de marketing: suporte às estratégias de negócios das empresas – gestão da comunicação integrada de marketing. São Paulo: Saraiva, 2011

3º PERÍODO

LOGÍSTICA DA PRODUÇÃO
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Conceitos e evolução da administração da produção e operações. As funções da área de produção. Processo da tomada de decisão. Sistemas e estratégias de produção e operações. MRP.ERP.OPT. Gerenciamento de projetos e processos. Capacidade, localização e arranjo físico das
instalações. Layout de processo. Logística de apoio à produção. Gestão da qualidade, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

12. MARTINS, Petrônio G. **Administração da Produção**. 2 ed. São Paulo: Saraiva, 2012.

13. PENOF, David Garcia; MELO, Edson Correia de. **Gestão da Produção e Logística**. São Paulo: Saraiva, 2013.

14. SUZANO, Marcio Alves. **Administração da Produção e Operações com Ênfase em Logística**. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CAMPOS, Vânia Barcellos Gouvêa. **Planejamento de Transportes**: Conceitos e Modelos. Rio de Janeiro: Interciência, 2013.

2. EHRLICH, Pierre Jacques; MORAES, Edmilson Alves de. **Engenharia Econômica**: Avaliação e Seleção de Projetos de Investimentos. São Paulo: Atlas, 2010.

3. LOBO, Renato Nogueira; SILVA, Damião Limeira da. **Planejamento e Controle da Produção**. São Paulo: Érika, 2014. (Coleção Eixos).

4. SLACK, Nigel; CHAMBERS, Stuart; JOHNSTON, Robert. **Administração da Produção**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2009.

5. SILVA, Orlando Roque da; VENANZI, Délvio. **Gerenciamento da Produção e Operações**. Rio de Janeiro: LTC, 2013.

LOGISTICA DE MULTIMODAIS DE TRANSPORTES
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Modalidades de transportes e sua utilização competitiva de acordo com tipos de carga, distância e tempo. Os diversos tipos de transportadores e operadores logísticos. Roteirização e controle de frotas. Planejamento de instalações de armazenagem e de centrais de distribuição. Emprego de sistemas WMS. As operações de recebimento, armazenagem, abastecimento, atendimento de pedidos, embalagens e expedição em CDs. Indicadores de desempenho relacionados à armazenagem, transporte e distribuição, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos; PIGAZZO, Linomar. **Transporte e Distribuição**. São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos: Gestão e Negócios)
- RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **Transporte e Modais com Suporte de TI e SI**. Curitiba: IBPEX, 2012.
- VALENTE, Amir Mattar; NOVAES, Antônio Galvão; PASSAGLIA, Eunice. **Gerenciamento de Transporte e Frotas**. 2 ed. São Paulo: Cengage Learning, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAIXETA-FILHO, José Vicente; MARTINS, Ricardo Silveira. **Gestão Logística do Transporte de Cargas**. São Paulo: Atlas, 2009.
- CASTIGLIONI, José Antônio de Mattos; MINETTO JUNIOR, Romualdo Francisco. **Processos Logísticos**. São Paulo: Érica, 2014.
- HARA, Celso Minoru. **Logística**: Armazenagem, Distribuição e Trade Marketing. 5 ed. Campinas: Alínea, 2013.
- MAGALHÃES, Petrônio Sá Benevides. **Transporte Marítimo**: Cargas, Navios, Portos e Terminais. São Paulo: Aduaneiras, 2010.
- ROUX, Michel; VIEIRA, Darli Rodrigues. **Projeto de Centros de Distribuição**: Fundamentos, Metodologia e Prática para a Moderna Cadeia de Suprimentos. São Paulo: Campus, 2011.

SISTEMA DE INFORMAÇÃO GERENCIAL – APLICADA A LOGÍSTICA
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Características básicas das novas tecnologias da informação. A tecnologia da informação na gestão da cadeia de suprimento. O emprego da tecnologia da informação nas estruturas logísticas. Perspectivas futuras e potencialidades da tecnologia da informação na logística, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. AKABANE, Getúlio K. **Gestão Estratégica da Tecnologia da Informação**: Conceitos, Metodologias, Planejamento e Avaliações. São Paulo: Atlas, 2012.

2. CRUZ, Tadeu. **Sistemas de Informações Gerenciais**: Tecnologia da Informação e as Organizações do Século XXI. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2014.

3. REZENDE, Denis Alcides. **Planejamento de Sistemas de Informação e Informática**: Guia Prático para Planejar a Tecnologia da Informação ao Planejamento Estratégico das Organizações. 4 ed. São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BATISTA, Emerson de Oliveira. Sistemas de Informação: **O Uso Consciente da Tecnologia para o Gerenciamento**. São Paulo: Saraiva, 2009.

2. GOMES, Carlos Francisco Simões; RIBEIRO, Priscilla Cristina Cabral. **Gestão da Cadeia de Suprimentos Integrada à Tecnologia da Informação**. 2 ed. Rio de Janeiro: Pioneira, 2013.

3. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Sistemas de Informações Gerenciais**. 15 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

4. SILVA FILHO, Cândido Ferreiro da; SILVA, Lucas Frazão (Orgs.). **Tecnologia da Informação e Gestão do Conhecimento**. 2 ed. São Paulo: Alínea, 2013.

5. TURBAN, Efraim; LEIDNER, Dorothy; MCLEAN, Ephraim (et al.) **Tecnologia da Informação para Gestão**: Transformando os Negócios na Economia Digital. 6 ed. Porto Alegre: Bookman, 2010.

GESTÃO DE CUSTOS LOGÍSTICOS
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Conceitos básicos, distinção entre custos e despesas; formas de controle de estoques e suas influências sobre os custos dos materiais e na tributação; distinção e controle de custos diretos e indiretos; formas e critérios de departamentalização, apropriação e rateio de custos; conceitos e aplicações do custo por absorção e custeio direto; sub-produtos e refugos; sistema de custeio por atividade (ABC): definições, coleta de dados, estrutura do sistema, custos para tomadas de decisão; margem de contribuição; relação com a determinação do preço ideal de venda, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARSANO, Paulo Roberto; MONTE, Gerry Adriano; OLIVEIRA FILHO, José Leme de. **Tributação e Legislação Logística**. São Paulo: Érica, 2014.

2. SILVA, Raimundo Nonato Sousa; LINS, Luiz dos Santos. **Gestão de Custos: Contabilidade, Controle e Análise.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

3. SILVA, Rodrigo Antônio Chaves. **Controle Gerencial dos Custos**. Curitiba: Juruá, 2014

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- BERTÓ, Dalvio José; BEULKE, Rolando. **Gestão de Custos**. São Paulo: Saraiva, 2006.
- BRUNI, Adriano Leal. **Gestão de Cursos e Formação de Preços: Com Aplicações na Calculadora HP 12C e Excel, Inclui 150 Exercícios Resolvidos, A Planilha Custos. XLS e o Conjunto de Apresentações Cursos.** PPT. 5 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- MARTINS, Eliseu. **Contabilidade de Custos**. 9 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- PEREZ JUNIOR, José Hernandez; OLIVEIRA, Luís Martins de; COSTA, Rogério Guedes. **Gestão Estratégica de Custos**. 6 ed. São Paulo: Atlas, 2010.
- SOUZA, Marcos Antônio de. **Gestão de Custos: Uma Abordagem Integrada entre Contabilidade, Engenharia e Administração**. São Paulo: Atlas, 2009.

GERENCIAMENTO DA CADEIA DE SUPRIMENTOS
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Logística. Cadeia de Suprimento e seu Gerenciamento. Evolução da Logística: Primeira Fase Atuação Segmentada. Segunda Fase - Integração Rígida. Terceira Fase - Integração Flexível. Quarta Fase Integração Estratégica (SCM). Participação da Logística na Economia. A Logística no Brasil. Manufatura Dispersa e Cadeia de Valor. Acompanhamento um pedido Típico. Compreensão do Ciclo de pedido. Redução de Custos. Organização da empresa. Importância da informação. Reflexões, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e ético-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BOWERSOX, Donald J.; COOPER, M. Bixpy; CLOSSO, David J. (et al.) **Gestão Logística da Cadeia de Suprimento**. 4 ed. Porto Alegre: MaGraw Hill/Bookman, 2014.

2. CHOPRA, Sunil; MEINDL, Peter. **Gestão da Cadeia de Suprimentos: Estratégias, Planejamento e Operações.** 4 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

3. FIGUEIREDO, Peter. **Logística e Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos: Planejamento do Fluxo de Produtos e dos Recursos**. São Paulo: Atlas, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARBACCHE, Fernando Saba; SANTOS, Almir Garnier; MONTENEGRO, Christopher (et al). **Gestão da Cadeia de Suprimentos**. Rio de Janeiro: FGV, 2013 (Série Marketing).

2. CORRÊA, Henrique Luiz. **Administração de Cadeia de Suprimentos e Logística: O Essencial.** São Paulo: Atlas, 2014.

3. JACOBS, F. Robert; CHASE, Richard B. **Administração de Operações e da Cadeia de Suprimentos.** 13 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2012.

4. PAOLESCHI, Bruno**. Cadeia de Suprimentos**. São Paulo: Érica, 2014.

5. XAVIER, Murilo César. **Estratégia de Suprimentos: Fornecedores são de Marte Consumidores são de Vênus**. Rio de Janeiro: Ciência Moderna, 2009.

GESTÃO DA SEGURANÇA NO TRABALHO
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Considerações Gerais sobre o Trabalho. Legislação. Equipamentos de Proteção. Incêndios, Proteção e Prevenção. Sistemas e Instalações Industriais. Segurança no Transporte e Armazenamento; Introdução. Higiene e Segurança no Trabalho. Principais órgãos responsáveis pelas Políticas de saúde, higiene e segurança do trabalho. Órgãos legisladores, reguladores, normativos e fiscalizadores. Interpretação da norma OHSAS 18000, Introdução a CLT e a Legislação e Normas de saúde, Higiene e Segurança do Trabalho (Lei 6.514,de 22/12/770). Introdução aos Problemas do Meio Ambiente. Introdução a Legislação e Política brasileira de Higiene e Segurança do Trabalho e de meio Ambiente. Introdução a Legislação de Saúde e sanitária.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

a) GONÇALVES, Edwar Abreu. **Manual de segurança e saúde no trabalho**. São Paulo: LTC, 2011.

b) GOMES, Orlando. **Curso de direito do trabalho**. Rio de Janeiro: Forense, 2012.

c) TAVARES, José da Cunha. **Noções de prevenção e controle de perdas em segurança do trabalho**. 8.ed. São Paulo: SENAC, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

6. ARAÚJO, Edmir Netto de. **Curso de direito administrativo.** São Paulo: Saraiva, 2010.

7. BRASIL. **Ministério do Trabalho e Emprego. Brasil. Normas Regulamentadoras.** Disponível em: <http://portal.mte.gov.br/legislacaonormas-regulamentadoras 1.htm>

8. DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de direito do trabalho**. São Paulo: LTC, 2012.

9. MARTINS, Sérgio Pinto. **Direito da seguridade social: custeio da seguridade social, benefícios, acidente de trabalho, assistência social, saúde**. São Paulo: Atlas, 2010.

10. OLIVEIRA, Ariste de. **Manual de prática trabalhista**. São Paulo: Atlas, 2011.

4º PERÍODO

LOGÍSTICA REVERSA E DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Princípios de logística reversa. A logística reversa e a preservação ambiental. O potencial econômico dos bens de pós-consumo e de pós-venda. Os canais de distribuição reversos de bens de consumo de pós-venda e de pós-consumo. Canais reversos fechados e abertos. A logística reversa e suas oportunidades econômicas no Amazonas. Sistema de gestão ambiental. Comprometimento e política ambiental. Evolução da gestão social e ambiental. Aquecimento global, consumo e marketing ambientais, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. BARTHOLOMEU, Daniela Bacchi; CAIXETA FILHO, José Vicente**. Logística Ambiental de Resíduos Sólidos.** São Paulo: Atlas, 2011.

2. VALLE, Rogério; SOUZA, Ricardo GABBAY de. (Orgs). **Logística Reversa: Processo a Processo**. São Paulo: Atlas, 2013.

3. XAVIER, Lúcia Helena; CORREA, Henrique Luiz. **Sistemas de Logística Reversa: Criando cadeias de Suprimento Sustentáveis.** São Paulo: Atlas, 2013.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. BERTÉ, Rodrigo; RAZZOLINI FILHO, Edelvino. **O Reverso da Logística e as Questões Ambientais no Brasil.** Curitiba: Ibpex, 2013.

2. BORNIA, Antônio Cezar. **Análise Gerencial de Custos: Aplicação em Empresas Modernas.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

3. DONATO, Vitório. **Logística Verde: Uma Abordagem Socio-Ambiental.** Rio de Janeiro, 2010.

4. MIGUEZ, Eduardo Correia. **Logística Reversa como Solução para o Problema do Lixo Eletrônico Benefícios Ambientais e Financeiro**. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2010.

5. SANTOS, Jaqueline Guimarães. **A Logística Reversa como Ferramenta para a Sustentabilidade: Um Estudo sobre a Importância das Cooperativas de Reciclagem na Gestão de Resíduos Sólidos Urbanos.** Reuna, V. 17, n.2, 2012. Disponível: http://revistas.una.br/index.php/reuna/article/view/422.

LEGISLAÇÃO ADUANEIRA E LOGÍSTICA INTERNACIONAL
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Comércio exterior. Transporte internacional. Legislação aduaneira. Aplicação do Siscomex no processo de exportação. Atividade logística na exportação e importação de produtos. Potencialidades do comércio exterior no Amazonas. Normas da organização mundial do comércio no direito brasileiro. Direito tributário no comercio exterior. Carga tributária no Brasil e no Amazonas. Demandas logísticas para o desenvolvimento do comércio exterior, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1 LUDOVICO, Nelson. **Logística Internacional: Um Enfoque em Comércio Exterior.** São Paulo: Saraiva, 2010.

2 LUZ, Rodrigo**. Comércio Internacional e Legislação Aduaneira.** 5 ed. São Paulo: Elsevier, 2012. (Série Provas e Concursos).

3 SOUZA, José Meireles de. **Gestão do Comércio Exterior: Exportação/Importação**. v.4 São Paulo: Saraiva, 2010 (Série Comércio Exterior).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

a) CAPARROZ, Roberto; LENZA, Pedro. **Comércio Internacional Esquematizado**. São Paulo: Saraiva, 2012.

b) FARO, Ricardo; FARO, Fátima. **Curso de Comércio Exterior: Visão e Experiência Brasileira.** 3 ed. São Paulo: Atlas, 2012.

c) ROJAS, Pablo**. Introdução a Logística Portuária e Noções de Comércio Internacional.** Porto Alegre: Bookman, 2014 (Série Tekne).

d) SERAPI, Carlos**. Comércio Exterior e Negociações Internacionais: Teoria e Prática.** São Paulo: Saraiva, 2008.

e) WERNECK, Paulo. **Comércio Exterior e Despacho Aduaneiro.** 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

SISTEMAS DE GESTÃO INTEGRADO, AVALIAÇÃO E AUDITORIA LOGÍSTICA CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Introdução ao Sistema da Qualidade. - Evolução da Qualidade: Inspeção. Controle. Garantia. Gestão pela Qualidade Total. A qualidade orientada para o cliente. - Origem dos principais problemas da qualidade. - As normas da série ISO 9000, 14000 e OHSAS 18000. Organização da Documentação. Componentes do Sistema. Dinâmica dos indicadores. Caso prático - QS 9000 ISO/TS 16949. Auditoria da qualidade: Auditorias da qualidade - métodos e técnicas. Norma ISO 19011; Casos práticos de auditoria simulada. A Qualidade Total: Qualidade Total: Princípios. Conceitos. Programa típico de implementação. Auto- Avaliação das organizações. Equipes de auditoria: criação e constituição. As etapas da realização de uma auditoria em logística. Auditoria do processo de planejamento logístico a longo prazo. Auditoria do processo de melhoria contínua. Avaliação dos indicadores de desempenho.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- CARPINETTI, Luiz Cesar Ribeiro. **Gestão da Qualidade: Conceitos e Técnicas.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2012.
- MARSHALL JÚNIOR. Isnard; ROCHA, Alexandre Varanda; MOTA, Edmarson Bacelar (et al). **Gestão da Qualidade e Processo.** Rio de Janeiro: FGV, 2012 (Série Gestão Empresarial).
- MORINI, Cristiano; LEOCE, Gustavo. **Logística Internacional Segura.** São Paulo: Atlas, 2011.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

a) CARVALHO, Pedro Carlos de. **O Programa 5s e a Qualidade Total.** 5 ed. Campinas: Alínea, 2011.

b) MARSHALL JÚNIOR, Isnard; CIERCO, Agliberto Alves; ROCHA, Alexandre Varanda. **Gestão da Qualidade** 10 ed. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2012.

c) ROTONDARO, Roberto G. (Coord.) **Seis Sigma: Estratégia Gerencial para a Melhoria de Processos Produtivos e Serviços.** São Paulo: Atlas, 2010.

d) ROUX, Michel; VIEIRA, Darli Rodrigues. **Auditoria Logística.** Porto Alegre: Elsevier, 2011.

e) SZABO JÚNIOR, Adalberto Mohai. **Qualidade Total.** Curitiba: Juruá, 2013.

EMPREENDEDORISMO E INOVAÇÃO EM LOGÍSTICA
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Empreendedorismo e o empreendedor: conceitos e definições. Perfil Empreendedor. Construção da visão de negócio trabalhando a ideia. Construção da rede de relações (network). Elaboração e apresentação de um plano de negócios. Criatividade e decisões em grupo. Criatividade. Inovação no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. FREITAS FILHO, Fernando Luiz. **Gestão da Inovação. Teoria e Prática para a Implantação.** São Paulo: Atlas, 2013.
2. OLIVEIRA, Djalma de Pinho Rebouças de. **Empreendedorismo: Vocação, Capacitação e Atuação Direcionadas para o Plano de Negócios**. São Paulo: Atlas, 2013.
3. TAJRA, Sanmya Feitosa. **Empreendedorismo: Conceitos e Práticas Inovadoras.** São Paulo: Érica, 2014 (Série Eixos).

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. DORNELAS, José Carlos Assis. **Criação de Novos Negócios: Empreendedorismo para o Século XXI.** 2 ed. São Paulo: Elsevier, 2014.
2. DORNELAS, José Carlos Assis. **Empreendedorismo: Transformando Ideias em Negócios.** 5 ed. Rio de Janeiro: LTC, 2014.
3. EMERSON, Melinda F. **A Bíblia do Empreendedor: Torne-se seu Próprio Chefe em 12 Meses.** São Paulo: Gente, 2013.
4. HASHIMOTO, Marcos. Espírito **Empreendedor nas Organizações: Aumentando a Competitividade através do Intra-Empreendedorismo.** 3 ed. São Paulo: Saraiva, 2013.
5. HISRICH, Robert D.; PETERS, Michael P.; SHEPHERD, Dean A. **Empreededorismo**. 9 ed. São Paulo: McGraw-Hill, 2014.

GESTÃO DE PROJETOS LOGÍSTICOS
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Definição de projeto. Evolução da gerência de projetos. Estrutura analítica de projetos (EAP). Abordagem e problemas de projeto de redes logísticas. Projeto de redes logísticas globais. Ferramentas de apoio ao projeto de redes logísticas. Custos logísticos e criação de valor. Cronogramas físicos e financeiros. Alocação de recursos humanos e

financeiros. Controle do projeto. Ferramentas computacionais para gerência de projetos. Análise de gerência de projetos tecnológicos. Gerenciamento de projetos: projetos de fábricas e os projetos de produtos. Integração dos projetos de fábricas e de produtos com manufatura- processos e métodos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. DINSMORE, Paul Campbell; CAVALIERI, Adriane. **Como se tornar um profissional em gerenciamento de projetos.** 4.ed. Rio de Janeiro: Qualitymark, 2011.
2. MARTEL, Alain; VIEIRA, Darli Rodrigues. **Análise e projeto de Redes Logísticas.** 2.ed. São Paulo: Saraiva, 2010.
3. TERRIBILI FILHO, Armando. **Gerenciamento dos custos em projetos.** Rio de Janeiro: Campus, 2014.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. CARVALHO, Marly Monteiro de. **Construindo competências para gerenciar projetos: teoria e casos**. 2.ed. São Paulo: Atlas, 2009.
2. FONSECA, José Wladimir Freitas da. **Elaboração e análise de projetos: a viabilidade econômico-financeira.** São Paulo: Atlas, 2012.
3. GILDO, Jack; CLEMENTS, James P. **Gestão de projetos.** 3.ed São Paulo: Cengage Learning, 2011.
4. RABECHINI JUNIOR, Roque; CARVALHO, Marly Monteiro de; SOLER, Alonso Mazini (Orgs.). **Gerenciamento de projetos na prática: casos brasileiros.** v.2. São Paulo: Atlas, 2009**.**
5. VARGAS, Ricardo Viana. **Gerenciamento de projetos: estabelecendo diferenciais competitivos.** 7. ed. Rio de Janeiro: Brasport, 2010.

ESTÁGIO SUPERVISIONADO
CARGA HORÁIA: 100hs

Descrição: Reunião de conteúdos acadêmicos e práticos desenvolvidos ao longo do curso. Supervisão do estágio na empresa pública ou privada, com intuito de o aluno identificar e avaliar as áreas de interesse a serem desenvolvidas no trabalho de conclusão de curso, no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRADE, Maria Margarida de. **Introdução à Metodologia do Trabalho Científico: Elaboração de Trabalhos na Graduação.** São Paulo: Atlas, 2010.

2. CASTRO, Cláudio de Moura. **Como Redigir e Apresentar um Trabalho Científico.** São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.

3. MEDEIROS, João Bosco**. Redação Científica: A Prática de Fichamentos, Resumos, Resenhas.** São Paulo: Saraiva, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ISKANDAR, Jamil Ibrahim**. Normas da ABNT: Comentadas para Trabalhos Científicos**. 4 ed. Curitiba: Juruá, 2010.

2. OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de. **Metodologia da Pesquisa Científica: Guia Prático para a Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.** 3 ed. Florianópolis: Visual Books, 2008.

3. PRESTES, Maria Luci de Mesquita. **A Pesquisa e a Construção do Conhecimento Científico: Do Planejamento aos Textos da Escola á Academia.** 4 ed. São Paulo: Rêspel, 2010.

4. RAMOS, Albenides. **Metodologia da Pesquisa Científica: Como uma Monografia pode Abrir o Horizonte do Conhecimento.** São Paulo: Atlas, 2009.

5. RUDIO, Franz Victor**. Introdução ao Projeto de Pesquisa Científica.** 37 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO
CARGA HORÁIA: 80hs

Descrição: Consiste na elaboração de um trabalho ou projeto, a partir de um tema a ser escolhido dentro da área de atuação do Tecnólogo em Logística. O trabalho será realizado ao longo do último semestre pelo discente sob orientação de um professor.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

a) ACEVEDO, Cláudia Rosa; NOHARA, Jouliana Jordan. **Como fazer monografias: TCC, Dissertações e Teses.** 4 ed. São Paulo: Atlas, 2013.

b) CERVO, Amado L.; BERVIAN, Pedro A.; SILVA, Roberto da. **Metodologia Científica**. 6 ed. São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2010.

c) NASCIMENTO, Luiz Paulo do. **Elaboração de Projetos de Pesquisa.** São Paulo: Cengage Learning, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

- CAJUEIRO, Roberta Liana Pimentel. **Manual para Elaboração de Trabalhos Acadêmicos**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2013.

- COSTA, Marco Antônio F. da; COSTA, Maria de Fatima Barrozo da. **Projeto de Pesquisa: Entenda e Faça.** Rio de Janeiro: Vozes, 2011.

- CRESWELL, John W. **Projeto de Pesquisa: Métodos Qualitativos, Quantitativos e Misto**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.
- OLIVEIRA NETTO, Alvim Antônio de**. Metodologia da Pesquisa Científica: Guia Prático para Apresentação de Trabalhos Acadêmicos.** Florianópolis: Visual Books, 2008.
- YIN, Robert K. **Estudo de Caso: Planejamento e Método.** 4 ed. Porto Alegre: Bookman, 2009.

ATIVIDADES COMPLEMENTARES
CARGA HORÁIA: 100hs

As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de 100 horas de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

DISCIPLINAS OPTATIVAS

EDUCAÇÃO PARA DIREITOS HUMANOS
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Educação, direitos humanos e formação para a cidadania. História dos direitos humanos e suas implicações para o campo educacional. Documentos nacionais e internacionais sobre educação e direitos humanos. Estatutos da Criança e do Adolescente e os direitos humanos; sociedade, violência e construção de uma cultura da paz, preconceito, discriminação e práticas educativas; políticas curriculares; temas transversais, projetos interdisciplinares e educação em direitos humanos.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educação em Direitos Humanos: temas, questões e propostas**; Rio de Janeiro: DP&Alli, 2008.
2. CANDAU, Vera Maria; ANDRADE, Marcelo; SACAVINO, Susana et alli.**Educação em direitos humanos e formação de professores/as**;São Paulo: Cortez, 2013.
3. FERREIRA, Lúcia Guerra; ZENAIDE, Maria Nazaré; DIAS, Adelaide Alves (org.). **Direitos humanos na educação superior: subsídios para a educação em direitos humanos na pedagogia**; João Pessoa: Editora Universitária UFPB, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPELENTAR

1. ANDRADE, Marcelo. **É a educação um direito humano? Em busca de razões suficientes para se justificar o direito de formar-se como humano** Revista de Educação, v. 36, p. 21-27; Rio Grande do Sul: PUC-RS, 2013.
2. CANDAU, Vera Maria; SACAVINO, Susana (org.). **Educar em direitos humanos: construir democracia**; Rio de Janeiro: Vozes, 2000.
3. CORTINA, Adela. **Cidadãos do mundo: para uma teoria da cidadania**; São Paulo: Loyola, 2005.
4. PAIVA, AngelaRandolpho. (Org.). **Direitos Humanos em seus desafios contemporâneos**; Rio de Janeiro: Pallas, 2012.
5. SACAVINO, Susana (org). **Educação em direitos humanos: pedagogias desde o sul**; Rio de Janeiro: 7 Letras, 2013.

LÍNGUA BRASILEIRA DE SINAIS/LIBRAS
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Introdução aos conceitos de Surdez, Surdo, Cultura Surda, Identidade Surda, Oralismo e Libras. Introdução à prática de Libras. Alfabeto manual. Parâmetros da Língua Brasileira de Sinais. Estrutura gramatical básica.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. RAMIREZ, Alejandro R.G; MASUTTI, Maria L. (Organizadores). **A Educação de Surdos em uma Perspectiva Bilíngue**, Florianópolis, SC: UFSC, 2009.
2. ROCHA, Solange M. R (Organizadora). **O INES e a Educação de Surdos no Brasil** vol. 1, Rio de Janeiro, RJ: INES, 2007.
3. STROBEL, Karin**. Imagens do Outro sobre a Cultura Surda**, Florianópolis, SC:UFSC, 2008.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1. ARBOZA, H. H. e MELLO, A.C.P. T. ***O surdo, este desconhecido*.** Rio de Janeiro, Folha Carioca, 1997.
2. DIDEROT, D. ***Carta sobre os surdos-mudos para uso dos que ouvem e falam*.** São Paulo, Editora Nova Alexandria, 1993.
3. _____. **Língua de Sinais e Língua Portuguesa: em busca de um diálogo.** In: LODI, Ana; TESKE, Ottmar; LACERDA, Cristina (orgs). Letramento e minorias. Porto Alegre: Mediação, 2002.
4. KARNOPP, Lodenir, QUADROS, Ronice M, B. **Língua de Sinais Brasileira – Estudos Linguísticos**, Florianópolis, SC: Artmed, 2004

5. QUADROS, Ronice M (Organizadora). **Estudos Surdos I, II e III,** Petrópolis, RJ:Arara Azul, 2007.

INGLÊS
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Estruturas básicas da língua – revisão geral. Desenvolvimentos de estratégias de leitura para a compreensão, interpretação, tradução e versão de textos. Estudo de textos específicos da área de turismo e de textos variados.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

- MURPHY, Raymond. **Essential Grammar in Use – With Answers (Gramática Básica da Língua Inglesa).** 2 ed. São Paulo: Martins, 2010.
- SOUZA, Adriana Grade Fiori; ABSY, Conceição A. COSTA, Gisele C. da (et al) **Leitura em Língua Inglesa: Uma Abordagem Instrumental.** 2 ed. São Paulo: Disal, 2010.
- SWICK, Ed. **A Prática Leva à Perfeição: Gramática Prática da Língua Inglesa para Estudantes de Inglês (nível básico).** Rio de Janeiro: Alta Books, 2012.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

a) COLLINS, W & Son. **Dicionário Português-Inglês / Inglês-Português.** São Paulo: Siciliano, 2011.

b) DAVIES, Bem Parry. **O ABC do Inglês: Nível Intermediário.** Rio de Janeiro: Elsevier, 2014.

c) IGREJA, José Roberto A. **Como se diz em Inglês? Termos Coloquiais, Expressões Comuns e Curiosidades da Língua Inglesa.** São Paulo: Disal, 2010.

d) SANTOS, Denise. **Ensino da Língua Inglesa: Focos em Estratégias**. São Paulo: Disal, 2012.

e) SILVA, Andrea Stahel M. da. **Passaporte: Guia de Conversação (inglês).** São Paulo: WMF Martins Fontes, 2009.

NEGOCIAÇÃO
CARGA HORÁIA: 40hs

Descrição: Negociação: conceitos e tipologias. Etapas do processo de Negociação. Conflito: conceitos e tipos. Formas de gerir e mediar conflitos. Variáveis no processo de tomada de decisão. Competição, coesão, conflitos nas relações grupais. Negociação e

tomada de decisão, comunicação interpessoal e intergrupal, motivação, criatividade e inovação, liderança e relações de poder no contexto da educação ambiental e das relações culturais e étnico-raciais.

BIBLIOGRAFIA BÁSICA

1. ANDRÉ NETO, Antônio; ANDRADE, Gersem Martins de; CARVALHAL, Eugênio. **Negociação e Administração de Conflitos**. 2 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2010.
2. GUIRADO, Francisco. **Treinamento de Negociação: Desenvolvendo a Competência para Negociar.** São Paulo: Senac, 2013.
3. MELLO, José Carlos Martins F. de. **Negociação Baseada em Estratégica**. 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

BIBLIOGRAFIA COMPLEMENTAR

1 ANDRADE, Rui Otávio Bernardes; ALYRIO, Rovigati Danilo; MACEDO, Marcelo Álvaro da Silva. **Princípios de Negociação: Ferramentas e Gestão.** 2 ed. São Paulo: Atlas, 2010.

2 CIALDINI, Robert B. **As Armas de Persuasão: Como Influenciar e não se Deixar Influenciar.** Rio de Janeiro: Sextante, 2012.

3 ERTEL, Danny; GORDON, Mark. **Negociação: Desenvolvendo Novas Habilidades e Abordagens para a Obtenção de Resultados Práticos e Duradouros.** São Paulo: MBooks, 2009.

4 MARTINELLI, Dante Pinheiro; ALMEIDA, A. P. de. **Negociação Empresarial: Enfoque Sistêmico e Visão Estratégica.** São Paulo: Manole, 2010.

PEKAR LEMPEREUR, Alain. **Método de Negociação**. São Paulo: Atlas, 2009.

1.6 CONTEÚDOS CURRICULARES

Seguindo o que preconiza a Resolução N° 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a organização e o funcionamento dos cursos superiores de tecnologia, o Curso superior de tecnologia em logística se organiza estruturado em EIXOS de formação:

Conteúdos de Formação Básica	Comunicação e Expressão 80h; Homem Natureza e Sociedade 40h; Metodologia do Trabalho Cientifico 80h; Matemática Básica 80h; Informática Básica 40h; Estatística 80h; Fundamentos de Economia 80h; Fundamentos de Administração e Logística 80h

Conteúdos de Formação Profissional	Administração de Materiais e Gestão de Estoques 80h; Canais de Distribuição e Nível de Serviço Logístico 80h; Suprimento Físico 40h; Gerenciamento da Cadeia de Suprimentos 80h; Gestão de Custos Logísticos 80h; Logística da Produção 80h; Logística de Multimodais de Transporte 80h; Legislação Aduaneira e Logística Internacional 80h; Logística Reversa e Desenvolvimento Sustentável 80h; Gestão de Projetos Logísticos 40h
Conteúdos de Formação Complementar	Marketing Aplicado a Logística 40h; Gestão da Segurança no Trabalho 40h; Sistema de Informação Gerencial Aplicado a Logística 40h; Sistemas de gestão integrado, avaliação e auditoria logística 80h; Empreendedorismo e Inovação em Logística 80h; Inglês 40h; Negociação 40h; Tópicos Especiais em Logística I 40h; Tópicos Especiais em Logística II 40h; Tópicos Especiais em Logística III 40h; Estágio Supervisionado 100h; TC 80h; Atividades Complementares 100h.

Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

A bibliografia básica e complementar presente no ementário do curso foi indicada pelos professores das respectivas disciplinas – especialistas da área, observando a pertinência da mesma e a adequada relação entre o que indica a ementa das unidades curriculares.

Ressaltamos que os conteúdos curriculares de **educação ambiental, educação étnico-racial, de direitos humanos, artístico cultural, Memória cultural e patrimônio cultural** serão abordados de maneira transversal e interdisciplinar a partir de projetos de trabalhos organizados e desenvolvidos a partir da integração das disciplinas.

Além dos componentes curriculares obrigatórios (disciplinas, atividades complementares e práticas profissionais), são ofertadas disciplinas optativas, atendendo à parte flexível do currículo, com o objetivo de possibilitar ao estudante selecionar disciplinas que atendam a seus interesses e ampliem os conhecimentos, contribuindo para o desenvolvimento de sua autonomia. Todos os elementos presentes foram organizados observando a correta proposição em carga horária teórica e prática e ainda com bibliografia atualizada privilegiando títulos com edições dos últimos três anos, sempre que possível.

Curso superior de Tecnologia em Logística se organiza estruturado em núcleo de formação, sendo que:

1.7.1 Metodologia de Ensino

Quando pensamos nos aspectos metodológicos no Ensino Superior, destacamos três importantes aspectos. O primeiro diz respeito a relação entre a qualidade de ensino no ensino superior e o trabalho docente que se realiza na sala de aula, uma vez que a essência do que acontece nas instituições superiores, deriva do sucesso e da qualidade da aprendizagem dos alunos. O objetivo final da ação docente é sempre que os alunos aprendam mais e melhor.

Este aspecto nos remete a um segundo que diz respeito a essência da atividade docente. O foco nuclear da prática pedagógica é a aprendizagem do aluno, resultado de uma atividade intelectual e prática, realizada pelo aluno, a partir da mediação do professor, dos livros, do material didático dos colegas de classe. Enfim aprender não é nunca um ato solitário é sempre uma ação coletiva e multifacetada.

O terceiro aspecto se refere aos aspectos específicos da aprendizagem universitária. O ensino universitário por seu caráter distinto não pode reduzir seu propósito a apropriação de técnicas e de conceitos para um exercício profissional futuro, a própria dinâmica de um mundo em constante mudança, não nos permite pensar assim. Para além disso o ensino universitário deve acima de tudo ensinar a pensar, ensinar o aprender a aprender.

Mais do que isto, pensamos que o ensino superior deve adotar outra lógica epistemológica que favoreça a ruptura com modelos disciplinares e fechados em si mesmos. Assim as metodologias de ensino, entendidas, como o caminho da mediação entre o sujeito consciente e o objeto do conhecimento, deve favorecer a aproximação desses dois polos a partir de mediações qualitativas que permitam ao aluno a construção do conhecimento tendo em vista a formação das competências que se deseja no perfil de cada curso de graduação.

Diante disto, a metodologia não é tão somente o conjunto de técnicas de ensino, mas sim, possíveis caminhos, possíveis maneiras de conceber e construir o conhecimento, possíveis visões de aluno, de aprendizagem, de educação e de mundo.

Nesta perspectiva tal qual preconiza o PDI (Projeto de Desenvolvimento Institucional) e o PPC (Projeto Pedagógico do Curso) a metodologia adotada pela FA, apóia nos seguintes princípios:

Alunos e professores formam uma comunidade educativa de aprendentes.

A sala de aula é um espaço privilegiado de vivências e experiências de aprendizagem entre sujeitos do processo de construção de conhecimento.

O conhecimento é sempre multideterminado, portanto o ato de ensinar deve apoiar-se na interdisciplinaridade, na transversalidade e na educação para os direitos humanos.

A prática pedagógica docente deve ser sempre uma ação endereçada e interessada.

Considerando que os métodos de ensino constituem um ponto fundamental do planejamento da disciplina e do planejamento das aulas, propomos que os mesmos devem conter uma visão dialógica do processo de construção do conhecimento, a metodologia de ensino assim delineada deve buscar:

Superar as aulas meramente expositivas por aulas dialógicas, seminários, debates e mesas-redondas, onde se procurará estimular o aluno a atividades individuais e coletivas de construção do conhecimento, e não a assimilar um conjunto de saberes, como usualmente acontece;

Conferir maior ênfase aos trabalhos de pesquisa extraclasse para as diversas disciplinas do curso, sendo sugerido que os docentes possam exigir, sempre que possível, a realização de trabalhos e artigos de conclusão das disciplinas;

Recorrer à utilização de recursos multimídias postos à disposição dos professores na Instituição, através de mecanismos que, preferencialmente, o aproximem da atividade profissional a ser futuramente desempenhada;

Valer-se das Tecnologias da Informação como ferramenta de multiplicação do saber. Neste sentido a orientação metodológica para o desenvolvimento das atividades de ensino/aprendizagem perpassa fundamentalmente pela superação dos modelos centrados essencialmente nas aulas expositivas, tendo em vista a necessidade de desenvolver o perfil do egresso do curso.

Neste sentido, outras técnicas de ensino devem ser incorporadas para que os objetivos, as competências e as habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico possam se consolidar.

Assim está indicado que o professor assuma o conhecimento dentro de uma perspectiva interdisciplinar e transdisciplinar, que incorpore técnicas e atividades variadas no dia a dia da sala de aula, que realize o planejamento e a organização de situações didáticas que privilegiem o aluno como protagonista da construção do saber e que por fim demonstre a importância do papel social de todos na construção de uma sociedade mais justa a partir de uma inserção consciente e cidadã no mundo do trabalho.

A FA adota como referência a Norma Brasil 9050, Associação Brasileira de Normas Técnicas, que trata da acessibilidade de Pessoas Portadoras de Deficiências e Edificações, Espaço, Mobiliário e Equipamentos Urbanos. Atende, ainda, à Portaria MEC nº 3.284 de 07 de novembro de 2003 e o Decreto 5296/2004.

Neste sentido, no que se refere aos alunos com deficiência física, a FA apresenta as seguintes condições de acessibilidade:

Livre circulação dos estudantes nos espaços de uso coletivo (eliminação de barreiras arquitetônicas);

Vagas reservadas em estacionamentos nas proximidades das unidades de serviços;

Rampas com corrimãos, facilitando a circulação de cadeiras de rodas;

Portas e banheiros adaptados com espaço suficiente para permitir o acesso de cadeira de rodas;

Barras de apoio nas paredes dos banheiros;

Sinalização de atendimento prioritário.

Em relação aos alunos com deficiência auditiva, a FA está igualmente comprometida, ao proporcionar intérpretes de Língua de Sinais- LIBRAS, especialmente quando da realização de provas ou sua revisão, complementando a avaliação expressa em texto escrito ou quando este não tenha expressado o real conhecimento do aluno; flexibilidade na correção das provas escritas, valorizando o conteúdo semântico; aprendizado de língua portuguesa, principalmente, na modalidade escrita (para o uso de vocabulário pertinente às matérias do curso em que o estudante estiver matriculado); materiais de informações aos professores para que se esclareça a especificidade linguística dos surdos.

Neste contexto, a FA atenderá as condições de acesso para as pessoas com necessidades especiais, conforme preconiza o Decreto 5.296 de 2 de dezembro de 2004.

Outro aspecto relevante no campo metodológico referente à acessibilidade pedagógica e atitudinal, acerca desta questão vale a pena destacar é o da ACESSIBILIDADE. O aumento crescente de Estudantes com necessidades educativas especiais e de atendimento pedagógico diferenciado, tem demandando das instituições de ensino superior a implantação e a consolidação de políticas de inclusão e de acessibilidade, que estão para além de garantir o acesso as instalações físicas das IES, mas que sejam ofertadas todo um conjunto de ações que garantam que estes alunos estejam inclusos em condições excelentes de aprendizagem e desenvolvimento.

Tendo como base um vasto conjunto de leis, orientações e recomendações expressas em documentos publicados pelo Governo Federal e mais especificamente pelo Ministério da Educação, o conceito de acessibilidade vem sendo ampliado fazendo com que as ações desenvolvidas pelas IES, se tornem cada vez mais variadas e por certo, também mais complexas. Neste sentido, o conceito de acessibilidade exige a formulação de políticas institucionais, das quais emergem ações articuladas no âmbito pedagógico e da gestão.

Sendo assim a acessibilidade e a inclusão passam a ser integrante de outro conceito fundamental que é o da Responsabilidade Social, conforme preconiza o documento REFERENCIAIS DE ACESSIBILIDADE NA EDUCAÇÃO SUPERIOR E A AVALIAÇÃO IN LOCO DO SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES), publicado em 2013. Como indicado neste documento especificamente a responsabilidade social ultrapassa a perspectiva do compromisso para se tornar um dever constituindo a essência de ser das instituições de ensino superior. Citando a Lei do SINAES, a finalidade de uma instituição de educação superior deve ser a de promover:

> (…) a melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional e efetividade acadêmica e social e, especialmente, a promoção do aprofundamento dos compromissos e responsabilidades sociais das instituições de educação superior, por meio da valorização de sua missão pública, da promoção dos valores democráticos, do respeito à diferença e à diversidade, da afirmação da autonomia e da identidade institucional. (Lei nº 10.861/04 – SINAES).

É neste sentido que a Faculdade Amazonas, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja:

- Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos,
- Adequação nos mobiliários e equipamentos,
- Adequação de objetivos,
- Adequação de conteúdos,
- Adequação de métodos e didática,
- Adequação nas avaliações,
- Adequação de tempo,

Estas adequações, por sua vez encontram respaldo legal principalmente no Decreto n° 3.298/1999, o qual afirma que as instituições de ensino superior deverão oferecer adaptações de provas e os apoios necessários, previamente solicitados pelo aluno portador de deficiência, inclusive tempo adicional para realização das provas, conforme as características da deficiência.

E também no conceito de acessibilidade como a condição para utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos serviços de transporte e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa portadora de deficiência ou com mobilidade reduzida presente no Decreto nº 5.296/2004. Para a FA, a acessibilidade pedagógica entende que a comunidade universitária deve desenvolver medidas pedagógicas diferenciadas, compreendendo que as necessidades educacionais são específicas, podendo ser permanentes ou temporárias, a ser consideradas as seguintes características dos/as alunos/as com:

- Altas Habilidades e superdotação;
- Deficientes Físicos, Intelectuais, Sensoriais e Múltiplos;

- Transtornos Mentais, Distúrbios de Humor e outras situações classificadas pelo CID ou DSMV-TR;
- Transtornos Globais;
- Alterações orgânicas como insuficiências;

Neste sentido, nosso programa defende acessibilidade integral enquanto prática institucional entendendo como um dos fundamentos das práticas pedagógicas e de gestão no ensino superior, considerando, especificamente no campo da acessibilidade pedagógica, as seguintes ações:

1) Mapeamento das necessidades dos estudantes: preenchimento de ficha cadastral; registro de observação em sala de aula; registro de impressões dos professores; registro das impressões dos próprios acadêmicos; mapeamento de estudos e rotina realizados.
2) Orientação aos coordenadores de cursos e professores.
3) Encaminhamento/solicitação de adequações didático-pedagógicas.
4) Encaminhamento de adequações de materiais didáticos.
5) Promoção de cursos, palestras e eventos de capacitação.
6) Trabalho colaborativo com outros profissionais.
7) Os estudantes e servidores surdos são acompanhados por profissional intérprete de LIBRAS.
8) Empréstimos de materiais para estudantes e servidores: notebooks, gravadores, lupas e ampliadores eletrônicos, bengala.

1.7.2 Atividades Pedagógicas

Para fazer valer os princípios metodológicos aqui explicitados, indicamos como técnicas de ensino, o uso de:

- Aulas Expositivas Dialogadas: a aula expositiva dialogada deve permitir que a partir da exposição realizada o aluno possa interagir com o conteúdo sendo provocado, a partir das questões apresentadas pelo professor, mais do que expor um assunto numa perspectiva definida e acabada, o professor deve a partir do que apresenta indagar o aluno, para que a partir do que este já sabe, avançar na construção de um novo conhecimento. Neste sentido o professor deve sempre iniciar sua exposição a partir de uma pergunta problematizadora que tenha o poder de mobilizar o já sabido em direção ao não-sabido
- Aulas Expositivas dialogadas com uso de recursos audiovisuais: semelhante ao processo da aula expositiva está diferencia-se da primeira por incluir recursos audiovisuais na dinâmica da exposição. Esses recursos audiovisuais podem ser

desde o uso do Datashow com projeções de imagens ou textos, até a apresentação de pequenos vídeos, ou trechos de filmes, músicas, manchetes de jornais, trechos de programas de televisão, telejornais, ou seja, as possibilidades do trabalho pedagógico são ampliadas pela quantidade significativa de informações que os professores podem acessar e apresentar, encontrando neste recurso os elementos problematizadores para a partir de então inserir os elementos teóricos necessários a reflexão.

- Atividades em grupo tais como seminário; painel integrado; grupos de observação e de verbalização: estas atividades além de favorecerem a construção do conhecimento e o aprendizado de conteúdos conceituais, são também excelentes fontes para o desenvolvimento de competências e conteúdos atitudinais, para que isso aconteça, estas devem ser muito bem preparadas, devendo ter seus objetivos e procedimentos claros e compartilhados com os alunos. Estas atividades conferem bastante dinamismo à sala de aula, além de serem excelente fonte de construção coletiva de conhecimento.
- Estudos Dirigidos: os estudos dirigidos privilegiam as habilidades destinadas fundamentalmente a capacidade de leitura e escrita, devendo também ser objeto de planejamento do professor, onde a partir de um texto ou conjunto de textos, localiza as informações pertinentes ao estudo, sinalizando onde deseja que os alunos realizem o devido aprofundamento.
- Exercícios de Fixação de Conteúdos: realização de exercícios teóricos para a fixação de conteúdos, ou treino de habilidades específicas.
- Estudos de Caso: realização de estudos como um problema que reproduz os questionamentos, as incertezas e as possibilidades de um determinado contexto mobilizando conhecimentos para a tomada de decisão. O processo de chegar a uma decisão, por meio da análise e discussão individual e coletiva das informações expostas no estudo de caso, promove o raciocínio crítico e argumentativo dos alunos. Em função dessas características, o caso é considerado um valioso instrumento pedagógico, que desafia o aluno a raciocinar, argumentar, negociar e refletir – habilidades bastante demandantes do ponto de vista cognitivo e social.
- Elaboração de Projetos de Ação ou de Investigação: elaboração, desenvolvimento e aplicação de ações ou ainda realização de pesquisas acerca de temas relativos as disciplinas do currículo que por sua relevância mereçam aprofundamento.
- Visitas Técnicas: visitas em espaços externos que promovam a integração entre conteúdos teóricos e práticos, possibilitando ao aluno a integração entre aquilo

que se sabe sobre um determinado conhecimento e aquilo que se produz a partir desse conhecimento.

- Atividades de Extensão: atividades que proporcionem a execução de atividades na comunidade externa a partir de conteúdos aprendidos e produzidos no transcurso da graduação favorecem a integração de conhecimentos em caráter interdisciplinar e transversa, além de proporcionar excelente articulação entre teoria e prática.
- Atividade de Pesquisa: atividades de pesquisa em torno de situações que mereçam aprofundamento de estudos e que possam contribuir para a o desenvolvimento do espírito científico, para a consolidação da aprendizagem e desenvolvimento das competências explicitadas no Projeto Pedagógico do curso.
- Atividades Práticas Supervisionadas em Laboratórios ou Espaços Externos: atividades de aplicação de conhecimentos ou de treinos de habilidades no sentido da integração entre teoria e prática que podem ser simuladas quando realizadas em laboratório, ou reais quando realizadas em espaços externos à instituição.
- Workshops ou Oficinas Pedagógicas: a partir de um conceito ou um problema, o professor proporciona a interação e a troca de experiências em sala de aula, tendo em vista a elaboração de um produto. Este produto pode ser desde um produto material, quando um produto conceitual. O sentido do Workshop e das Oficinas pedagógicas e o aprender fazendo, ou seja, integrando teoria e prática mediadas pelo professor com vista a alcançar um objetivo comum.
- Jogos; Gincanas; Feiras e Exposições Temáticas: realização das atividades em grupo que tenham como objetivo o exercício de algum conhecimento específico, o treino de uma habilidade ou a exposição do produto final de uma aprendizagem consolidada pelos alunos.
- Mini palestras: integração dos alunos com profissionais da área no sentido de atualização do conhecimento a partir da abordagem de temas atuais pertinentes ao exercício da profissão. As mini palestras devem ser realizadas em sala de aula, e deve priorizar conhecimentos atuais e inovadores.
- Círculo de debates ou discussões: atividades de sala de aula, orientadas e mediadas pelo professor que deve organizá-la de modo a favorecer a participação de todos os envolvidos. Estas atividades podem ser realizadas como forma de socialização do conhecimento a partir da leitura de textos, ou de qualquer outra atividade que tenham os conceitos teóricos como fundamento. Nestas atividades os professores têm a excelente oportunidade de promover o desenvolvimento da autonomia do pensamento, da capacidade de argumentação e de negociação para a criação de consensos.

- Elaboração de paper/artigos científicos; resumos, resenhas e textos escritos argumentativos ou dissertativos: atividades que devem considerara a capacidade de integração conceitual dos alunos, além de excelentes oportunidades para o exercício da capacidade de articulação de conceitos e de treino das capacidades de leitura e escrita dos alunos.

1.7.3 Metodologia das atividades interdisciplinares e transversais

Neste cenário há ainda que se considerar o trabalho transversal necessário com as temáticas voltadas para as questões étnico-raciais e aquelas relativas à educação ambiental, neste sentido é previsto que a abordagem destes temas se realize de maneira transversal nos currículos da graduação promovendo discussões que ressaltem a importância da compreensão de tais temáticas no contexto geral da formação dos alunos. Isto significa afirmar que tais abordagens dar-se-ão na oportunidade do desenvolvimento das disciplinas do curso, sendo contemplada, como mecanismo de reflexão e de sensibilização para as discussões sociais que essas implicam.

1.7.4 Metodologia da Educação para os Direitos Humanos

Esta ocorre como conteúdo específico de disciplinas da grade e também como disciplina optativa, cujo ementário trata dos princípios de: dignidade humana; igualdade de direitos; reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades; laicidade do Estado; democracia na educação; transversalidade, vivência e globalidade; e sustentabilidade socioambiental.

Direitos Humanos são, modernamente, entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política. Pelo contrário, são direitos que a sociedade política tem o dever de consagrar e garantir. O conceito de “Direitos Humanos” resultou de uma evolução do pensamento filosófico, jurídico e político da Humanidade. O retrospecto dessa evolução permite visualizar a posição que o homem desfrutou, aqui e ali, dentro da sociedade, através dos tempos.

Mas a ressalva maior está no que condiz ao sistema de ensino. Este deve ter uma responsabilidade de enquadrar-se na formação do Estado Democrático, pois o sistema de ensino deve contemplar a formação do cidadão, desenvolvendo uma visão moderna e bem fundamentada dos direitos civis, políticos e sociais, e também uma consciência mais abrangente dos direitos humanos.

Frente a pergunta de como abarcar o ensino e aprendizagem dos Direitos Humanos no sistema educativo, alinham-se diversas respostas, pois por um lado estão todas aquelas

que podem denominar-se de incorporação dos conteúdos. Estas consideram que é suficiente a inclusão desta temática em alguma das disciplinas existentes, ou, no máximo, o estudo de uma disciplina específica, para que os acadêmicos logrem os objetivos que, sobre este aspecto, orientam a ação do sistema educativo.

Duas objeções podem ser formuladas a esta postura. Uma delas consiste em que atrás desta posição, existe uma concepção meramente declaratória, nominalista, dos Direitos Humanos, que os reduz a um conjunto de informações cuja formulação é suficiente para assegurar sua existência real. Por outro lado, se fundamenta na difundida critica que se faz dos sistemas educativos em relação ao enciclopedismo curricular. O conjunto de temas ou disciplinas reforça este enciclopedismo e torna mais questionável a ação das instituições de ensino.

O tema direitos humanos e cidadania assume papel importante em nossa sociedade, principalmente através das transformações ocorridas nos últimos séculos. A noção de cidadania foi fortalecida, e ganhou novo significado a partir da Constituição Federativa de 1988 que reforçou a ideia de cidadãos como sujeitos sociais ativos que contribuem para o desenvolvimento de um Estado Democrático Social de Direito.

A educação está intimamente ligada à cidadania, desde o ensino primário até o superior, pois é neste cenário imbuído de significação que são apresentados aos estudantes o real valor em ser cidadão. Desta maneira trabalha-se para despertar no aluno este anseio em se tornar um ser partícipe das transformações sociais. A educação torna-se o pilar para o desenvolvimento e crescimento do sujeito como cidadão, assim:

A educação para a cidadania e os programas educacionais voltados para esse fim pressupõem a crença na tolerância, a marca do bom senso, da razão e da civilidade que faz com que os homens possam se relacionar entre si. Pressupõem também a crença na possibilidade de formar este homem, ensinando a tolerância e a civilidade dentro do espaço e do tempo da escola (SANTOS, 2001)

Os Direitos Humanos e Fundamentais constituem o pilar para a organização de um sistema constitucional e do próprio Estado. As normas constitucionais elaboradas pelo Estado para a organização da sociedade têm como alguns de seus fundamentos a cidadania e a dignidade da pessoa humana. A consolidação de tais direitos eleva a condição do cidadão que vive em uma sociedade e zela pelo respeito mútuo. É de grande importância o reconhecimento, pelos cidadãos de seus direitos visto que desta maneira os mesmos podem lutar por melhorias na qualidade de vida.

Ao exercer o papel de cidadão na sociedade, o sujeito visa participar da efetivação dos direitos que o tutelam e da afirmação dos Direitos Humanos e Fundamentais. Desta forma a educação passa a ter um papel essencial no conhecimento e construção de tais Direitos.

Assim, se o conhecimento dos Direitos Humanos deve ser divulgado na sociedade, tanto mais se deve exigi-lo quando se trata de estudantes do ensino superior pois estes, em face de sua posição privilegiada na sociedade brasileira, devem conhecer a fundo seus direitos e buscar seu reconhecimento na sociedade. Tratar da questão dos Direitos Humanos significa não apenas defender os direitos próprios, é também buscar a defesa dos direitos que envolvem a sociedade como um todo.

Certos desse propósito a FA, atendendo o chamado de sua vocação institucional expressa na sua missão institucional, a Educação para os Direitos Humanos será ofertada como prevê os termos legais, conforme dispõe as Diretrizes Nacionais em Direitos Humanos CNE/CP No. 08 de 06/03/2012, em formato de uma disciplina "Educação e Direitos Humanos" com carga horária de 40h em todas as matrizes curriculares dos cursos.

Ademais, a FA já vem desde 2017, trabalhará com a Temática das Relações étnico-raciais e indígenas no formato dos projetos transversais, fato que reafirma o compromisso institucional da IES com o desenvolvimento de competências atitudinais em nossos alunos como nosso contributo para a formação de uma sociedade mais justa, igualitária e tolerante para com as diferenças.

1.7.5 Aulas Práticas

O aluno do Curso de Graduação da FA, tendo em vista a necessidade de atender aos requisitos da formação proporciona experiências acadêmicas de articulação entre teoria e prática referentes aos conhecimentos específicos da área, até aqueles referentes aos conhecimentos pertinentes ao exercício da docência, estas atividades aulas práticas serão proporcionadas em espaços internos que são nossos laboratórios e estende-as as atividades de visita técnicas e oficinas pedagógicas além de estágio curricular utilizando a rede pública de saúde.

As aulas práticas, as visitas técnicas, as oficinas pedagógicas, assim como os estágios, são atividades acadêmicas monitorada em campo por professores e/ou preceptores que realizam o acompanhamento dos alunos na realização das atividades em diferentes disciplinas do currículo. Sendo, portanto assim definidas:

As Aulas Práticas: nos primeiros períodos do curso realizam-se preferencialmente nos laboratórios, nas instalações da FA e atendem a diferentes componentes curriculares, sobretudo das disciplinas básicas do curso. Nos laboratórios os alunos desenvolvem suas atividades acadêmicas deste as bases de teóricas e experimentais referentes aos conhecimentos específicos da área.

As Visitas Técnicas: consiste no propósito de levar o aluno ao local de uma atividade profissional relacionada à sua formação, para que o mesmo possa a partir do conhecimento teórico obtido em sala de aula, aprofundar o mesmo através de estudo, análise e avaliação.

A mesma não deve ser encarada como um passeio, mas sim, com uma atividade formal, a qual precisa de planejamento prévio. Durante a Visita, o registro e as anotações devem ser atividades prioritárias. As visitas devem ser realizadas com objetivos didáticos, sendo orientada e operacionalizada com técnica e discutida previamente. Os professores, na oportunidade, estarão avaliando: postura, pontualidade, conhecimento técnico e respeito com os colegas. O relatório final deverá ser elaborado e entregue para que o professor possa avaliar a efetividade da atividade na aprendizagem dos alunos.

Oficinas Pedagógicas: são atividades de ensino e aprendizagem realizadas em ambientes destinados ao desenvolvimento das aptidões e habilidades, mediante atividades orientadas por professores capacitados. Nestas oficinas deverão estar disponíveis diferentes tipos de equipamentos e materiais para o ensino ou aprendizagem, nas diversas modalidades do desempenho profissional, podendo ocorrer em espaços da instituição ou fora dela.

Tanto as Aulas Práticas como os Estágios, ocorrem em instituições que possuam convênio ou termo de cooperação com a IES.

1.8 ESTÁGIO CURRICULAR SUPERVISIONADO

Atendendo os preceitos legais, as práticas são consideradas como uma forma de complementar o ensino e a aprendizagem acadêmica subsidiando a formação profissional e devem ser: “planejadas, executadas, acompanhadas e avaliadas em conformidade com os currículos, programas e calendários escolares, a fim de se constituírem em instrumentos de integração, em termos de treinamento prático, de aperfeiçoamento técnico-cultural, científico e de relacionamento humano”. Denominada como Prática Profissional é estabelecida para permitir ao estudante qualificar seu processo de formação ao longo do curso.

No Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas o Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, com regulamento aprovado pelo CONSUP.

A organização curricular estruturada para o desenvolvimento das competências profissionais, com a indicação da carga horária adotada e dos planos de realização do estágio profissional supervisionado e de trabalho de conclusão de curso, se requeridos:

O Estágio Curricular Supervisionado do Curso Superior de Tecnologia em Logística em forma de Praticas Supervisionadas define-se como um processo de aprendizagem profissional que:

I- Integra o conhecimento adquirido pelo aluno ao longo do curso em sala de aula à prática profissional e estimula a aplicação e de competências e habilidades adquiridas em situações reais de vida e trabalho;

II- Propicia ao aluno a aquisição de experiência profissional específica visando contribuir com sua inserção no mercado de trabalho;

III- É desenvolvido fora da sala de aula;

IV- Está em sintonia com o projeto pedagógico do curso, com os objetivos da instituição e com o perfil profissional desejado;

V- Constitui-se numa atividade de investigação, explicitação, interpretação e intervenção na realidade e de enriquecimento da formação profissional dos discentes.

O Estágio Curricular Supervisionado é disciplina obrigatória do Curso Superior de Tecnologia em Logística da FA. A prática do Estágio Curricular Supervisionado resultará em um documento denominado Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório.

O estágio supervisionado curricular deverá ser cumprido pelo aluno com carga horária total de 100 (cem) horas, e a integralização da carga horária total (100 horas) do estágio, ocorrerá no 4º período do curso.

É definido como objetivo geral do estágio proporcionar a experiência da atuação profissional com base nos conhecimentos teórico-práticos fornecidos pelas disciplinas durante o ensino do curso de graduação.

Para o estágio são estabelecidos os seguintes Objetivos Específicos:

a) Promover a integração do aluno com o mercado de trabalho, propiciando o seu desenvolvimento profissional e acadêmico;

b) Proporcionar aos alunos condições de desenvolver suas habilidades, analisar criticamente situações e propor mudanças no ambiente organizacional;

c) Promover a transição da passagem da vida profissional abrindo aos estagiários oportunidades de conhecer a tecnologia, diretrizes, organização e funcionamento das instituições;

d) Possibilitar a integração e aplicação das competências adquiridas ao longo do curso em situações reais;

e) Incentivar o desenvolvimento das potencialidades individuais, propiciando surgimento de profissionais empreendedores, capazes de implantar novas técnicas, métodos e processos inovadores;

f) Consolidar o processo ensino-aprendizagem e incentivar a busca do aprimoramento pessoal e profissional;

g) Permitir ao aluno correlacionar conhecimentos teórico-práticos já construídos à realidade social;

h) Permitir ao aluno vivenciar o cotidiano das diversas instituições visando conhecer os problemas técnicos, científicos, econômicos, políticos e humanos existentes nestes ambientes;

i) Favorecer a participação do aluno em atividades de pesquisa.

Os Estágios serão organizados sob a Coordenação de Curso, orientação e supervisão do professor supervisor de estágio, e com supervisão de campo nas empresas conveniadas a IES.

O aluno poderá realizar o estágio no seu local de trabalho, desde que desempenhe atividades relacionadas à sua área de formação exceto em empresa de sua propriedade, pois o aluno não pode se auto-supervisionar.

Para realização dos estágios o aluno deverá estar devidamente matriculado no curso.O estágio curricular não estabelece vínculo de qualquer natureza devendo o estagiário estar segurado contra acidentes pessoais, seguro este a ser realizado pela IES.

Os horários de estágio curricular obedecerão à dinâmica de funcionamento da Instituição onde estiverem ocorrendo, respeitando a carga horária diária.

O aluno será avaliado em relação à descrição e realização das atividades realizadas comparadas com o descrito no Termo de Compromisso de Estágio e a relação dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos no curso com a respectiva prática de estágio e no diagnóstico organizacional descrito no Relatório de Estágio, sob orientação e acompanhamento de um professor supervisor de estágio.

Estão previstos para a realização dos estágios encontros periódicos sob orientação do professor supervisor de estágio, objetivando a otimização das experiências do estagiário em formação, conforme cronograma entregue no início de cada semestre pelo professor supervisor de estágio.

Cabe Professor Supervisor de Estágio:

a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Curso;

b) Elaborar o cronograma das etapas de supervisão do estágio supervisionado;

c) Fornecer e orientar sobre todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;

d) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo;

e) Supervisionar as atividades e freqüências dos alunos do estágio supervisionado;

f) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;

g) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;

h) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;

i) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;

j) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a Faculdade

l) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.

m) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio.

Cabe a parte concedente:

a) Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular; b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural; c) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no transcurso do estágio, para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular; d) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES; e) Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor supervisor de estágio aos locais destinados. As formas de avaliação e demais informações constam em Regulamento próprio presente no projeto político pedagógico do curso.

1.8.1 Carga horária total e período (s) do estágio supervisionado

A carga total dos estágio será de 100 horas que será realizado no 4º período.

1.8.2 Convênios para o estágio supervisionado

Empresas conveniadas a IES, conforme termos de convênios anexados aos documentos do curso.

1.8.3 Forma de apresentação do estágio supervisionado

A apresentação do estágio supervisionado será um diagnostico organizacional no 4 período.

1.8. 4 Forma de orientação do estágio supervisionado

Orientação do estágio supervisionado acontecerá em sala de aula com explanação sobre a relação dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos no curso com a respectiva

prática de estágio e no diagnóstico organizacional descrito no Relatório de Estágio, sob orientação e acompanhamento de um professor supervisor de estágio.

1.8.5 Forma de supervisão do estágio supervisionado

A FA disponibilizará um coordenador geral de estágio e um supervisor de campo.

1.8.6 Coordenação do estágio supervisionado

A coordenação do estágio supervisionado será feita pela coordenação do curso Superior de Tecnologia em Logística.

1.8.7 Avaliação do estágio supervisionado

A avaliação do estágio supervisionado será feita com base nas orientações e acompanhamento do desenvolvimento das atividades para cumprimento do trabalho do Diagnóstico Organizacional.

1.12 ATIVIDADES COMPLEMENTARES:

1.12.1 Carga horária das atividades complementares

Essas atividades complementares devem atender a uma carga horária mínima de 100 horas.

As atividades complementares terão por objetivo propiciar ao aluno a oportunidade de realizar, em prolongamento ao Currículo Pleno, uma trajetória diversificada, autônoma e particular, com conteúdos extracurriculares que lhe permitam enriquecer o conhecimento propiciado pelo Curso. Elas serão sempre ajustadas entre o corpo discente e a Coordenação do Curso, a qual tornará público às modalidades admitidas, de sorte a permitir a sua livre escolha pelo aluno.

As atividades complementares devem se converter em oportunidades de atualização e de enriquecimento complementando o perfil do formando, possibilitando o reconhecimento, por avaliação de habilidades, conhecimento e competência do aluno, inclusive adquirida fora do ambiente acadêmico, incluindo a prática de estudos e atividades independentes, transversais, opcionais, de interdisciplinaridade, especialmente nas relações com o mercado do trabalho e com as ações de extensão junto à comunidade.

REGULAMENTO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA

CAPÍTULO I - DAS FINALIDADES

Art. 1º. As atividades complementares constituem atividades extracurriculares dos Cursos e compreendem uma carga horária de acordo com cada matriz curricular aprovada pelo Ministério da Educação, sendo desenvolvida no decorrer do curso.

Art. 2º. Os alunos podem realizar atividades complementares desde o 1º semestre do curso até o último semestre. Em virtude do sistema do e-mec não disponibilizar um processo para as atividades complementares a parte, a carga do curso foi distribuídas nos semestres sem a obrigatoriedade do aluno cursar as horas estabelecidas naquele semestre, mas durante o curso.

Art. 3º. Os alunos deverão cursar no mínimo 4 atividades diversificadas;

Art. 4º. As atividades complementares só serão contabilizadas a partir da entrada do aluno na IES. Art.

5º. As atividades complementares têm como objetivos específicos: adquirir conhecimentos extracurriculares; participar ativamente, na qualidade de auxiliar, monitor ou estagiário, de atividades de pesquisa, extensão e ensino; produz e/ou apresentar trabalhos acadêmicos próprios. Desenvolver atividades relacionadas com responsabilidade social, cultural, artística e esportiva.

Art. 6º. O aluno pode escolher quaisquer atividades complementares dentre as listadas no Art. 7º. Ficam estabelecidas as seguintes exigências para o aproveitamento das atividades complementares: Ver a tabela a seguir.

Art. 8º. Os casos omissos e as interpretações deste regulamento devem ser resolvidos pelo Colegiado de Curso, com recurso, em instância final, da Faculdade Amazonas.

Art. 9º. Este regulamento entra em vigor na data de sua aprovação.

CAPÍTULO II - DO LOCAL E DA REALIZAÇÃO

Art. 3º - As Atividades Complementares poderão ser desenvolvidas na própria Faculdade Amazonas ou em organizações públicas e privadas, que propiciem a complementação da formação do aluno, assegurando o alcance dos objetivos previstos nos Artigos 1º e 2º deste Regulamento.

Parágrafo único - As Atividades Complementares deverão ser realizadas preferencialmente aos sábados ou no contra turno do aluno, não sendo justificativa para faltas em outras disciplinas/unidades curriculares.

CAPÍTULO III - DAS ATRIBUIÇÕES

SEÇÃO I

DO COORDENADOR DO CURSO

Art. 4º - Ao Coordenador do Curso compete:

I. indicar à Gerência de Ensino e Pesquisa o professor responsável por coordenar as ações das Atividades Complementares no âmbito de seu curso;

II. propiciar condições para o processo de avaliação e acompanhamento das Atividades Complementares;

III. supervisionar o desenvolvimento das Atividades Complementares;

IV. definir, ouvido o Colegiado de Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

V. validar, ouvido o Colegiado de Curso, as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

VI. julgar, ouvido o Colegiado de Curso, a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO II

DO COLEGIADO DO CURSO

Art. 5º - Ao Colegiado do Curso compete:

I. propor ao Coordenador do Curso, para as atividades relacionadas no artigo 13, procedimentos de avaliação e pontuação para avaliação de Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

II. propor ao Coordenador do Curso as disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular que poderão ser consideradas Atividades Complementares, em consonância com o Projeto Pedagógico do Curso;

III. propor ao Coordenador do Curso a avaliação das Atividades Complementares não previstas neste Regulamento.

SEÇÃO III

DO PROFESSOR RESPONSÁVEL

Art. 6º - Ao professor responsável pelas Atividades Complementares compete:

I. analisar e validar a documentação das Atividades Complementares
apresentadas pelo aluno, levando em consideração este Regulamento;

II. avaliar e pontuar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo
aluno, de acordo com os critérios estabelecidos, levando em consideração a documentação apresentada;

III. orientar o aluno quanto à pontuação e aos procedimentos relativos
às Atividades Complementares;

IV. fixar e divulgar locais, datas e horários para atendimento aos alunos;

V. controlar e registrar as Atividades Complementares desenvolvidas pelo aluno, bem como os procedimentos administrativos inerentes a essa atividade;

VI. encaminhar à Secretaria Acadêmica – SECAD, o resultado da matrícula e da avaliação das Atividades Complementares;

VII. participar das reuniões necessárias para a operacionalização das ações referentes às Atividades Complementares.

SEÇÃO IV
DO ALUNO

Art. 7º - Aos alunos da Faculdade Amazonas, matriculados nos cursos de Graduação, compete:

I. informar-se sobre o Regulamento e as atividades oferecidas dentro ou fora da Faculdade Amazonas que propiciem pontuações para Atividades
Complementares;

II. inscrever-se e participar efetivamente das atividades;

III. solicitar a matrícula e a avaliação em Atividades Complementares, conforme prevê este Regulamento;

IV. providenciar a documentação comprobatória, relativa à sua participação efetiva nas atividades realizadas;

V. entregar a documentação necessária para a pontuação e a avaliação das Atividades Complementares, até a data limite estabelecida no Calendário Acadêmico;

VI. arquivar a documentação comprobatória das Atividades Complementares e apresentá-la sempre que solicitada;

VII. retirar a documentação apresentada junto ao professor responsável em até 60 dias corridos após a publicação do resultado.

§1º - A documentação a ser apresentada deverá ser devidamente legitimada pela Instituição emitente, contendo carimbo e assinatura ou outra forma de avaliação e especificação de carga horária, período de execução e descrição da atividade.

§2º - A documentação não retirada no prazo estabelecido neste Regulamento será destruída.

CAPÍTULO IV
DO PROCESSO DE MATRÍCULA

Art. 8º - O aluno deverá protocolar junto ao professor responsável a entrega da documentação comprobatória para avaliação em Atividades Complementares, no momento que julgar ter os pontos necessários para avaliação.

§1º - A documentação comprobatória deverá ser entregue até a data limite prevista em Calendário Acadêmico.

§2º - Caso o aluno complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, a matrícula será realizada, sendo o aluno considerado aprovado.

§3º - Caso o aluno não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação em Atividades Complementares, à matrícula não será realizada.

§4º - Caso o aluno tenha como único requisito faltante para conclusão do curso as Atividades Complementares e não complete o número mínimo de pontos exigido para aprovação, a matrícula será realizada e o aluno será considerado reprovado.

Art. 9º - A matrícula e a avaliação em Atividades Complementares deverão ser realizados até a data limite para lançamento de notas estabelecida no Calendário Acadêmico.

Art. 10 - Não será aceita matrícula em enriquecimento curricular em Atividades Complementares.

Art. 11 - Não haverá dispensa ou convalidação das Atividades Complementares.

CAPÍTULO V
DA AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

Art. 12 - Na avaliação das Atividades Complementares, desenvolvidas pelo aluno, serão considerados:

I. a compatibilidade e a relevância das atividades desenvolvidas, de acordo com o Regulamento, e os objetivos do curso em que o aluno estiver matriculado;

II. o total de horas dedicadas à atividade.

Parágrafo único - Somente será considerada, para efeito de pontuação, a participação em atividades desenvolvidas a partir do ingresso do aluno no Curso.

Art. 13 - Poderão ser validadas como Atividades Complementares:

Grupo 1 - Atividades de complementação da formação social, humana e cultural, estando inclusas:

I. atividades esportivas - participação nas atividades esportivas;
II. cursos de língua estrangeira – participação com aproveitamento em cursos de língua estrangeira;
III. participação em atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras;
IV. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter artístico ou cultural;
V. participação como expositor em exposição artística ou cultural.

Grupo 2 - Atividades de cunho comunitário e de interesse coletivo, estando Inclusas:

I. participação efetiva em Diretórios e Centros Acadêmicos, Entidades de Classe, Conselhos e Colegiados internos à Instituição;
II. participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS, associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares;

III. participação em atividades beneficentes;
IV. atuação como instrutor em palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, desde que não remunerados e de interesse da sociedade;
V. engajamento como docente não remunerado em curso s preparatórios e
VI. de reforço escolar;
VII. participação em projetos de extensão, não remunerados, e de interesse social.

Grupo 3 - Atividades de iniciação científica, tecnológica e de formação profissional, estando inclusas:

I. participação em cursos extraordinários da sua área de formação, de fundamento científico ou de gestão;
II. participação em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
III. participação como apresentador de trabalhos em palestras, congressos e seminários técnico-científicos;
IV. participação em projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso;
V. participação como expositor em exposições técnico-científicas;
VI. participação efetiva na organização de exposições e seminários de caráter acadêmico;
VII. publicações em revistas técnicas;
VIII. publicações em anais de eventos técnico-científicos ou em periódicos
IX. científicos de abrangência local, regional, nacional ou internacional;
X. estágio não obrigatório na área do curso;
XI. trabalho com vínculo empregatício, desde que na área do curso;
XII. trabalho como empreendedor na área do curso;
XIII. estágio acadêmico;
XIV. participação em visitas técnicas organizadas pela Faculdade Amazonas;
XV. participação e aprovação em disciplinas/unidades curriculares de enriquecimento curricular de interesse do Curso, desde que tais disciplinas/unidades curriculares tenham sido aprovadas pelo Colegiado de Curso e estejam de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso.
XVI. Participação em Empresa Júnior, Hotel Tecnológico, Incubadora Tecnológica;
XVII. Participação em projetos multidisciplinares ou interdisciplinares.

§1º - Os estágios previstos referem-se a estágios de característica opcional por parte do discente (estágio não obrigatório). O Estágio Curricular Obrigatório não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

§2º - Os projetos multidisciplinares ou interdisciplinares referem-se àqueles de característica opcional por parte do discente, não previstos no currículo do curso do aluno. O Trabalho de

Conclusão de Curso (TCC) não poderá ser pontuado em Atividades Complementares, por já possuir carga horária e registro de nota próprios.

CAPÍTULO VI
DA PONTUAÇÃO

Art. 14 - As Atividades Complementares serão avaliadas, segundo a carga horária ou por participação efetiva nas atividades, atendendo ao disposto no parágrafo 1º do Art. 7º deste Regulamento.

Parágrafo único - As atividades que se enquadram em mais de um item serão pontuadas por aquele que propiciar maior pontuação.

Art. 15 - O aluno deverá participar de atividades que contemplem os Grupos listados no Artigo 13 deste Regulamento, completando no mínimo 20 pontos em cada um dos grupos.

Art. 16 - O aluno poderá integralizar:

I. No grupo 1 o máximo de 30 pontos;

II. No grupo 2 o máximo de 30 pontos;

III. No grupo 3 o máximo de 40 pontos.

Art. 17 - Caberá ao Colegiado de Curso propor ao Coordenador do Curso a pontuação dos itens de cada Grupo, respeitados os Artigos 15 e 16.

Parágrafo único - O Anexo 1 deste Regulamento será utilizado como referência para definição dos pontos em cada item.

CAPÍTULO VII
DA AVALIAÇÃO

Art. 18 - Será considerado aprovado o aluno que, na avaliação, obtiver pelo menos 70 pontos.

Parágrafo único - Para fins de registro acadêmico constará no histórico escolar do aluno apenas o conceito “aprovado” ou “reprovado” em Atividades Complementares, não sendo registrado o número de pontos que o aluno auferiu para obtenção de tal conceito.

PONTUAÇÃO SUGERIDA PARA AS ATIVIDADES COMPLEMENTARES

OBS: Conforme determina o Art. 17 deste regulamento, este anexo trata-se apenas de uma referência para regulamentação própria de cada Colegiado de Curso.

Os alunos deverão enquadrar-se na pontuação estabelecida para o curso em que estiverem matriculados.

1) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos por semestre por participação nas atividades esportivas em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.

2) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação nas atividades artísticas e culturais, tais como: banda marcial, camerata de sopro, teatro, coral, radioamadorismo e outras, em Instituições, de acordo com o Art. 3º deste Regulamento.
3) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, por participação efetiva em Diretórios Acadêmicos e Entidades de Classe.
4) Serão atribuídos 10 (dez) pontos, por semestre, por participação efetiva em trabalho voluntário, atividades comunitárias, CIPAS , associações de bairros, brigadas de incêndio e associações escolares.
5) Será atribuído 0,5 (meio) ponto, por hora, por participação em cursos da área específica de cada curso de graduação, de fundamento científico ou de gestão.
6) Será atribuído 1,0 (um) ponto, por hora, pela participação em palestras técnicas, congressos e seminários.
7) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por semestre, para o aluno que obtiver frequência e aprovação em cursos de língua estrangeira.
8) Serão atribuídos até 5 (cinco) pontos, por hora, por apresentação de palestras técnicas, seminários, cursos da área específica, de cada curso de graduação.
9) Serão atribuídos até 10 (dez) pontos a artigos científicos publicados e até 15 (quinze) pontos a projetos de iniciação científica e tecnológica, relacionados com o objetivo do Curso.

CAPÍTULO VIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 19 - Os casos omissos neste Regulamento serão tratados pela Coordenação do Curso.

1.13 TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO:

Reconhecendo a importância dos paradigmas da pedagogia moderna e atendendo às orientações da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (MEC, 1996) e o Art.8º da Resolução N° 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso Superior de Tecnologia em Logística que o Trabalho de Curso é um componente curricular opcional da Instituição que, se o adotar, podendo ser desenvolvido sob a forma de Monografia, Projeto, Análise de Casos, Performance, Produção Artística, Desenvolvimento de Instrumentos, Equipamentos, Protótipos, entre outros, de acordo com a natureza da área profissional e os fins do curso, com a carga horária utilizada para este fim considerada como adicional ao mínimo estabelecido.

Optando a Instituição por incluir no currículo do curso superior de tecnologia em logística o Trabalho de Curso deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu conselho superior acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração. O Trabalho de Conclusão de Curso é um componente curricular Curso de Superior Tecnológico em Logística da FA visa estimular a pesquisa, portanto será desenvolvido em forma de Projeto Integrador, centrado nas áreas teórico-práticas e de formação profissional relacionadas com o curso, de acordo com regulamentação própria, aprovada pelo conselho superior acadêmico, que dispõe dos critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, além das diretrizes técnicas relacionadas com a sua elaboração.

Os TCCs deverão enquadrar-se nas seguintes áreas relacionadas às áreas de formação do perfil profissional do egresso: Administração de materiais e estoques, distribuição e transportes, gestão da qualidade, custos logísticos, logística reversa, gestão da produção e operações, logística aplicada ao comércio exterior, gestão da cadeia de suprimentos, legislação aplicada a logística, marketing aplicado a logística.

O trabalho de conclusão de curso é um componente curricular de 80 horas, considerado requisito indispensável para a obtenção do grau de Tecnólogo em Logística. O aluno poderá realizar o TCC desde que esteja regularmente matriculado.
O trabalho de conclusão de curso deverá ser elaborado no 4º período do curso, com 80 horas.

Ao final do curso, o aluno regularmente matriculado deverá entregar uma via física do seu projeto integrador e apresentá-lo em forma de banner e defendê-lo para uma banca examinadora composta de três professores membros do colegiado, escolhidos pelo professor orientador, sendo que um dos membros da banca serão obrigatoriamente o professor orientador e o segundo membro, um professor de metodologia da pesquisa e o terceiro membro, preferencialmente um professor graduado em Logística.

O TCC deverá obrigatoriamente levar em consideração a estrutura do projeto integrador, conforme o regulamento em anexo e fazer uso de linguagem acadêmica aceitável.

Os prazos estabelecidos para apresentação das etapas de construção e defesa do projeto, conforme cronogramas gerais divulgado pelo professor orientador deverão ser rigorosamente cumpridos, sob pena de reprovação na disciplina.

A avaliação do TCC é uma composição de: 50% avaliação contínua das etapas de elaboração do Projeto Integrador conforme o cronograma definido pelo professor orientador e 50% avaliação da defesa oral do projeto integrador pela banca examinadora, de acordo com os seguintes critérios: conteúdo e relevância do tema; desenvolvimento e fluidez da

fundamentação teórica; coerência, adequação e consistência metodológica; apresentação geral do trabalho, com domínio da matéria versada, linguagem academicamente adequada e clareza na exposição. Entretanto, somente será considerado aprovado o aluno que obtenha nota maior ou igual a 5,0 (cinco) nas duas avaliações simultaneamente, no trabalho escrito e na defesa oral e com frequência mínima de 75% na disciplina. E os casos omissos ao regulamento do TCC serão resolvidos pontualmente, pelo professor.

1.13.1 Carga horária total, período de realização e áreas do TCC

O TCC – Trabalho de Conclusão de Curso tem carga horária de 80 horas

1.13.2 Forma de apresentação do TCC

Os alunos submeteram a uma banca avaliadora a apresentação do projeto integrador por meio de slides ou banners (definido pelo orientador da disciplina).

1.13.3 Forma de orientação do TCC

A orientação acontecerá por equipe composta de até três membros na sala de aula para dirimir duvidas e avaliação do desenvolvimento de cada etapa do trabalho para conclusão do projeto integrador.

1.13.4 Forma de coordenação do TCC

A coordenação do TCC fica o encargo da coordenadora do curso juntamente com os professores orientadores por turma.

1.14 APOIO AO DISCENTE

O Programa de Apoio ao Discente se divide em três eixos:

EIXO 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

a) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FA, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise critica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios

disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.

b) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FA, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também e previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)

c) Evento artístico cultural: com objetivo apresentar ao aluno a diversidade artística e cultural regional.

d) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A FA, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.

   - Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.
   - Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
   - Visitas aos cursos.
   - Palestras sobre assuntos da atualidade.
   - Rodada de conversa com Profissionais

e) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.

f) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FA compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.

g) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAPA deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.

b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC), como também de pesquisa.

c) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de Calouros e o oferecimento de oficinas especificas na área da leitura, escrita e calculo, através do nivelamento acadêmico.

d) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FA está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

- Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
- Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;

- Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FA, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
- Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

a) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FA oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.
b) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.
c) Bolsa de Iniciação Científica: A FA, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.
d) Política de Desconto: A FA mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato;
e) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni e Bolsa Universidade da Prefeitura Municipal de Manaus.
f) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa

com Transtorno Espectro Autista: A FA por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

g) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS

a) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.
b) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: haverá espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.
c) Serviços da IES
   - Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
   - Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.
   - Ouvidoria

1.15 AÇÕES DECORRENTES DOS PROCESSOS DE AVALIAÇÃO DO CURSO

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional: a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo; b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores; c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional; d) competência técnico-

metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto-avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de auto avaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento continuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

1.15.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

1.15.2 Objetivos Específicos:

- Realizar auto avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Realizar auto avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;
- Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1.15.3 Metodologia da avaliação institucional:

O processo de auto avaliação é assumido dentro de duas dimensões:

a) A primeira se define como **avaliação externa**, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco), o processo de avaliação desses índices é realizado a partir da ampla divulgação dos resultados e da analise detalhada dos indicadores aferidos pelos membros da CPA e do Conselho Maior da Instituição. Os relatórios emitidos pelos organismos oficiais de avaliação são também objeto de analise das instâncias colegiadas (NDE e Colegiado de Curso), os quais por meio de convocação extraordinária analisam, debatem e propõem soluções de melhoria que serão viabilizadas, por meio de ações previstas, planejadas e executadas nos Planos Acadêmicos Administrativos (semestrais) e Plano de Gestão (anual) da IES.

b) A segunda se define como **avaliação interna**, está dimensão se desdobra em dois níveis, a saber: O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro-institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

1.15.4 Avaliação Interna são duas

a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

a) Missão Institucional
b) Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
c) Responsabilidade Social
d) A Comunicação com a Sociedade
e) Política de Pessoal
f) Gestão Institucional

g) Infraestrutura
h) Planejamento e Avaliação
i) Atendimento ao Estudante
j) Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizadas pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela Faculdade. Desta Avaliação é gerad0 o Plano de Gestão Institucional, o qual possui os seguintes eixos:

Eixo 1 - Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

Eixo 2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

Eixo 3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

3.5 Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

Este plano é elaborado mediante a análise e discussões dos indicadores obtidos pela IES, sendo elaboradas medidas corretivas e de melhorias dos aspectos críticos e estratégicos da IES. Com vigência de 12 meses essas medidas tomadas são reavaliadas em função de sua efetividade na obtenção de melhores resultados e podem ser revistas, ampliadas e ou substituídas por outras de maior eficácia

1.15.5 Segundo Nível: Avaliação de Curso

a) A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no inicio do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da

comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.16.6 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações prevêem as seguintes etapas:

- Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas. Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FA e um específico para a auto avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.
- Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa: Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo. Este processo de sensibilização se dá também por meio da divulgação no site institucional, **nas páginas oficiais das redes sociais e nos blog´s dos cursos de maneira sistemática.** É também realizado um **calendário de atendimento** aos **cursos nos nossos laboratórios de informática**, **com um monitor disponível para orientações, a fim de garantir os meios de preenchimento online para alunos que não possuem acesso a equipamentos e informática.**
- Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do

programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.

- Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:
  - Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
  - Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
  - Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
  - Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.

b) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao inicio do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógicos.

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da Faculdade, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e outros. As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como principio o dialogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem Inter conceitual. São consideradas atividades interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extracurriculares e que as primeiras são consideradas como

metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extracurriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.
- Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos
- Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

1.17 TECNOLOGIA DE INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO – TIC's – NO PROCESSO ENSINO APRENDIZAGEM

Os atos e processos de "informar" e "comunicar" são intrínsecos a qualquer modalidade de educação e foram, durante séculos de educação formal, realizados por docentes sem outras mediações que livros, quadro-negro (ou equivalente) e giz (ou equivalente). Esta situação de estabilidade técnica do processo educacional foi alterada no último século com inovações tecnológicas no registro, organização, armazenagem e transferência da informação. O retroprojetor, as transparências, o mimeógrafo, os flanelógrafos, foram alguns dos recursos audiovisuais vistos como auxiliares de processos educacionais nas primeiras décadas do século XX em muitos países da América Latina, já então envolvidos com programas de cooperação técnica internacional. Enquanto os grandes computadores começavam a revolucionar as funções de registro, organização e armazenagem da informação em larga escala, pouco se poderia esperar de seu auxílio nos processos educacionais.

A pesquisa científica, sim, seria quase imediatamente transformada pela utilização desses equipamentos originalmente criados para atividades censitárias nos países industrializados. Em poucas décadas os retroprojetores se converteram em instrumentos arcaicos e praticamente desapareceu da literatura e práticas educacionais a referência a "meios audiovisuais". A revolução dos microcomputadores nos anos 1980 e as inovações tecnológicas nas comunicações que avançavam rapidamente nos países da Região, finalmente permitiram que essa nova "onda de inovação" alcançasse primeiro, as universidades e, algum tempo depois, as escolas do ensino primário e secundário.

A expressão "TIC na educação" assume conteúdo bastante diversificado. O primeiro conteúdo se refere à capacitação para o uso de computadores e internet, usualmente denominada de "computação" em grande parte das instituições que a oferecem. Há ainda a referência a campos de natureza mais técnica e científica como "informática" – inclusive "informática educativa" – desenvolvimento de sistemas, engenharia da computação, ciência da computação.

A FA entende por TICs como sendo o conjunto de ferramentas e processos eletrônicos para acessar, recuperar, guardar, organizar, manipular, produzir, compartilhar e apresentar informações. As "novas" TIC incluem equipamentos e software de computação e de telecomunicações dos quais os centrais são os computadores, modems, roteadores, programas operacionais e aplicativos específicos como os multimídia, e sistemas de bases de dados.

Neste sentido, admitimos que as TICs podem ser excelentes ferramentas de apoio no processo formativo e a universidade deve abrir as suas portas para estas tecnologias, pois é através da interação e mediação nos diferentes campos do conhecimento que o acadêmico poderá ampliar sua gama de informações. Estas por sua vez serão incorporadas ao cotidiano da sala de aula, a partir do acesso dos alunos e do uso mediados das mesmas, como recurso pedagógico.

As TICs são recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como ambientes virtuais e suas ferramentas, redes sociais e suas ferramentas, fóruns eletrônicos, blogs, chats, tecnologias de telefonia, teleconferências, videoconferências, TV convencional, TV digital e interativa, rádio, programas específicos de computadores (softwares), objetos de aprendizagem, conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais (livros) ou em suportes eletrônicos (CD, DVD, Memória Flash, etc.), entre outros.

1.20 PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DOS PROCESSOS ENSINO-APRENDIZAGEM

Os processos de avaliação da aprendizagem têm se constituído na tradição pedagógica muitas vezes como um instrumento de punição que objetiva medir a capacidade do aluno, por meio de instrumentos rígidos e estereotipados como provas e trabalhos. Estes por sua vez pretendem a partir dos resultados alcançados estabelecer uma classificação do aluno em termos de aprovação ou reprovação em uma determinada disciplina.

Este entendimento tem sido alvo de severas críticas por converter o processo de avaliação em um “acerto de contas” entre o professor e o aluno, inviabilizando assim a própria dimensão pedagógica que deveria estar contida na possibilidade de que o erro seja tomado como ponto de partida para o estabelecimento de novos itinerários de aprendizagem, como nos ensina a corrente teórica da avaliação formativa e/ou contínua.

Vista desse modo, a avaliação é um momento privilegiado de aprendizagem, uma vez que a leitura correta dos erros e das dificuldades encontradas pelos alunos, em uma determinada questão, por exemplo, pode oferecer ao professor a oportunidade de rever sua prática pedagógica, promovendo ajustes na sua conduta de ensino. Outro fator que deve ainda ser considerado, reside na ideia de que a avaliação não pode mais ser tomada como um momento estanque do processo ensino-aprendizagem. Dito de outro modo o processo de avaliação deve assumir o caráter dinâmico típico da construção do conhecimento.

Assim, quando falamos de um currículo organizado para a formação de competência, onde o conteúdo de ensino é tomado em toda a sua complexidade e multidimensional idade (conceitos, atitudes e procedimentos), tem um desafio para o professor, cabendo a substituição da lógica tradicional de avaliar, por outra racionalidade que a conceba muito

mais como um instrumento de diagnóstico da aprendizagem, do que um fim em si mesma. Está nova lógica, como já alertamos, deve, portanto, considerar o caráter dialógico e processual da aprendizagem e por extensão o caráter também dialógico e processual do próprio desenvolvimento das competências.

Therrien e Loiola (2001) afirmam que "[...] ser competente é ser capaz de utilizar e de aplicar procedimentos práticos apropriados em uma situação de trabalho concreta". Na visão de Brandão (2009),os processos cognitivos ou a aquisição de conhecimento, habilidades e atitudes são oriundos da inserção e interação do indivíduo no meio social. Desta forma, a competência pode ser definida como desempenho profissional ou social expressa pelo sujeito, de seus conhecimentos, habilidades e atitudes, em um contexto específico (Brandão, 2009). Segundo Desaulniers (1997),a competência é inseparável da ação, e os conhecimentos teóricos são utilizados de acordo com a capacidade de executar as decisões que ela (a ação) sugere.

A competência se constrói, portanto, na articulação entre um saber e um contexto; além disso, o profissional é capaz de transpor a aprendizagem para outros contextos. Assim, ser competente é:

a) saber agir com competência;

b) saber mobilizar saberes e conhecimentos em um contexto profissional;

c) saber integrar ou combinar saberes múltiplos e heterogêneos;

d) saber transpor;

e) saber aprender e aprender a saber; e

f) saber envolver-se.

O profissionalismo e a competência resultam não somente de um saber agir, mas de um querer agir e de um poder agir; e, associados à competência, estão os aspectos cognitivos, afetivos e sociais inerentes à motivação humana (Le Boterf, 2000).

Avaliar competência "[...] não se trata de avaliar o indivíduo, mas seu agir profissional em um determinado contexto" (Rosa, Cortivo & Godoi, 2006, p. 82). Com base nesta proposta, o processo avaliativo da disciplina deve ser estruturado para que conhecimentos, habilidade e atitudes sejam avaliadas em equilíbrio evidenciando as competências desenvolvidas no interior de cada disciplina, no período letivo e por fim o conjunto das mesmas previstas no perfil do egresso.

Neste sentido, os cursos devem utilizar a tabela abaixo para identificar que conhecimentos, quais habilidades e quais atitudes previamente definidas serão objeto de avaliação sistemática dos professores. Esta matriz de competências deve guardar observância com os conteúdos previstos, o objetivo da disciplina e por fim o objetivo do próprio curso, devendo ainda estabelecer os instrumentos avaliativos alinhados ao que se

deseja de fato avaliar, tendo em vista que a avaliação de um conhecimento de natureza conceitual é deveras distinta da avaliação de uma habilidade (ainda que reconheçamos que estes conteúdos se dão articuladamente) há de se considerar algumas distinções e especificidades para as quais os instrumentos avaliativos devem observar.

E como podemos promover uma avaliação das competências? Primeiro é preciso retomar alguns conceitos que já indicamos na metodologia de ensino. Por competência consideramos a capacidade do aluno de mobilizar conceitos, atitudes e procedimentos para a solução ou superação de uma determinada situação. Dizemos que o sujeito é uma pessoa competente quando reconhecemos nele a capacidade de resolver situações complexas e estas soluções serão tão mais eficazes, quando for à capacidade de articulação de conhecimentos de diferentes ordens e fontes.

É precisamente por esta razão que os processos avaliativos devem ser planejados e organizados em termos de instrumentos avaliativos ou atividades de avaliação diversificadas e integradas, auxiliando o professor e principalmente o aluno no ajuste e gerenciamento de suas aprendizagens. Outro ponto fundamental é reconhecer que determinados conteúdos requerem modelos diferenciados de avaliação, como veremos a seguir.

Não é razoável pensar que um conteúdo de natureza eminentemente prático ou procedimental possa ser avaliado da mesma maneira como avaliamos o domínio de um conceito. Ou ainda que, podemos avaliar a aquisição ou desenvolvimento de uma atitude apenas perguntando ao aluno como ele se comportaria no plano teórico a partir de uma prova fechada de perguntas e respostas, onde, frequentemente o aluno é chamado a descrever um procedimento, ou memorizar um conceito.

Convenhamos que a descrição de um procedimento, não garante que os alunos sejam capazes de realizá-lo. Ou ainda que a transcrição de um conceito em uma prova de perguntas e respostas garanta que os alunos sejam capazes de articular conceitos ou de retomá-los, quando precisarem tomar uma decisão.

Na direção de avaliar competências algumas alternativas metodológicas têm sido assumidas por professores, uma dela é a avaliação por portfólio realizada com base numa coleção organizada de trabalhos produzidos pelo aluno, visando fornecer um registro a médio/longo prazo da evolução do rendimento do aluno e da evolução das suas atitudes.

Como instrumento de avaliação permite operacionalizar a avaliação formativa, contínua e sistemática, consignada na legislação em vigor que regulamenta o desenvolvimento curricular e a avaliação interna, permite, ainda operacionalizar não só a avaliação formativa, mas também concretizar efetivamente os efeitos de uma avaliação formativa, isto é, gerar medidas de diferenciação pedagógica adequadas às características dos alunos e às aprendizagens e competências a desenvolver. Assim como permite concretizar os objetivos da avaliação formativa, nomeadamente a regulação do ensino e da

aprendizagem, recorrendo a uma variedade de instrumentos de recolha de informação, de acordo com a natureza das aprendizagens e dos contextos em que ocorrem. Pensando desta maneira, asa avaliações formativas e somativas devem propor avaliar a aprendizagem e o conhecimento construído a partir de uma visão interdisciplinar e transversal.

Os recursos audiovisuais tais como filmagens, fotografias, realização de pequenos vídeos e documentários, a integração das TIC's as atividades de simulações, os protocolos de observação, a auto avaliação, a resolução de problemas são poderosos aliados para avaliar procedimentos e atitudes, situações problemas podem também funcionar de forma muito eficiente na avaliação dos conceitos, e quando bem construídas podem inclusive ser um importante meio de mobilização e de integração de conteúdos atitudinais, conceituais e até mesmo procedimentais.

Sob essa ótica, avaliar implica no acompanhamento contínuo e contextualizado das experiências de aprendizagem apresentadas e, principalmente, o estabelecimento de estratégias educativas que sejam capazes de possibilitar a recuperação do aluno no processo, respeitando a sua individualidade e, minimizando as desigualdades da sua formação.

Assim, a avaliação das disciplinas será de natureza Formativa e Somativa.

a) Avaliação Formativa: se dará no desenvolver do processo ensino-aprendizagem quando os sujeitos serão os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando os próprios reguladores da ação educativa, tendo a oportunidade de rever a adequação da dinâmica e metodologias adotadas, viabilizando o redirecionamento das atividades educativas planejadas, no sentido de adquirir as competências estabelecidas.
b) Avaliação Somativa; tem como objetivo conferir notas, tendo como referência as normas e exigências institucionais, acompanhará a avaliação formativa através da auto avaliação discente e avaliação do moderador da aprendizagem.

A verificação do rendimento escolar se fará ao longo do ano letivo, em cada componente curricular, compreendendo:

- Apuração de frequência às atividades escolares;
- Avaliação do aproveitamento escolar.

O rendimento escolar será aferido com base no cômputo da frequência e dos resultados do aproveitamento nas atividades didático-pedagógicas previstas na programação do componente curricular, sob orientação acadêmica.

A avaliação do aproveitamento escolar deve ser entendida como instrumento de acompanhamento contínuo e de caráter construtivo, visando a melhoria da qualidade da aprendizagem através de um processo formativo, permanente e de progressão continuada.

Será considerado aprovado no componente curricular o aluno que obtiver:

- Frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento) às atividades didático-pedagógicas programadas em cada componente curricular;
- Média aritmética das notas obtidas nos componentes curriculares, igual ou superior a 5 (cinco);

Aos componentes curriculares semestrais serão atribuídas 2 notas com no mínimo 2 atividades de avaliação. No final de cada semestre letivo, o aluno que obtiver média inferior a 5 (cinco) estará reprovado.

A média final em cada disciplina é obtida mediante a seguinte fórmula:

$$\frac{M(N1 + N2) + PF}{2} \geq 5$$

Onde:

M = Média

N1 e N2 = nota

PF = Prova Final

N1 = média da N1 e AV1 (média de 2 atividades avaliativas)

N2 = média da N2 e AV2 (média de 2 atividades avaliativas)

Fica assegurado ao aluno o direito de revisão do resultado da avaliação, que será regulamentado em norma específica. Terá direito a matricular-se na série seguinte, o aluno aprovado nos componentes curriculares da série na qual está matriculado. O aluno reprovado em 50% (igual e superior) dos componentes curriculares fará matrícula na série seguinte em regime de progressão parcial. Em caso de nova reprovação, será vedado a matrícula na série subsequente, devendo o aluno cursar apenas os componentes curriculares que determinaram à progressão parcial.

1.20.1 Formas de Acesso ao Curso

O ingresso de alunos a qualquer curso ministrado pela FA se dá, conforme exigência da legislação em vigor, sempre através de um processo seletivo.

O ingresso em um curso de graduação se dará através de:

a) Processo Seletivo;
b) Transferência;
c) Portador de Diploma de Curso Superior;
d) Re-opção;
e) ENEM.

1.20.1.1 Do Processo Seletivo

O Processo Seletivo é um exame seletivo e classificatório a que se submetem aqueles que concluíram o ensino médio ou equivalente e que desejam ingressar em curso de graduação. O Processo Seletivo será aberto por edital e será elaborado em articulação com o ensino médio, sem ultrapassar este nível de complexidade.

A classificação dos candidatos aprovados obedece a ordem decrescente de pontos obtidos, até o preenchimento das vagas definidas para cada curso e turno da preferência do candidato registrados no ato de sua inscrição. O Processo Seletivo, com validade exclusiva para o ano ao qual se destina, será realizado antes do início de cada ano letivo, sob a responsabilidade do Diretor Acadêmico.

a) Do Processo Seletivo Contínuo

- O Processo Seletivo Contínuo é um processo seletivo sequenciado destinado aos estudantes que ainda estão cursando o ensino médio e que pretendem, após sua conclusão, ingressar em curso de graduação.
- O Processo Seletivo Contínuo, aberto por edital, só terá validade para o estudante que se submeter aos três exames correspondentes a 1ª, 2ª e 3ª ano do ensino médio e terá validade exclusiva para o ano imediatamente subsequente ao ano de conclusão do ensino médio.
- A média final do aluno que se submeter ao Processo Seletivo Contínuo corresponde à média aritmética dos resultados dos três exames mencionados no parágrafo anterior.
- A classificação dos candidatos para o preenchimento das vagas definidas pelo Conselho Maior para o Processo Seletivo Contínuo obedecerá à ordem decrescente das médias obtidas na forma do parágrafo anterior.
- O Processo Seletivo contínuo será planejado e coordenado pelo Diretor Acadêmico.

1.20.1.2 Transferência

Transferência é a forma de admissão de estudantes oriundos de outra Instituição de Ensino Superior - IES no decorrer de um curso de graduação. A transferência facultativa

depende da existência de vaga no curso ou curso afim e sua autorização está condicionada ao atendimento das exigências das normas estabelecidas pelo Conselho Maior, mediante processo seletivo. O processo de transferência facultativa inicia-se com o pedido de declaração de vaga.

A FA, ao deferir o pedido de declaração de vaga, deverá solicitar da IES de origem do candidato a respectiva Guia de Transferência acompanhada da seguinte documentação:

- Histórico escolar completo do aluno a ser transferido, no qual conste inclusive o semestre e ano letivo em que foi aprovado no processo seletivo;
- Currículo pleno do curso, com a indicação do programa e carga horária de cada disciplina cursada;
- Regime ou critério de aprovação.

1.20.1.3 Do Portador de Diploma de Curso Superior

O Portador de Diploma de Curso Superior poderá ser admitido em curso de graduação da FA em vagas remanescentes do Processo Seletivo. O Conselho Maior estabelecerá os critérios para o processo seletivo dos candidatos em normas complementares.

1.20.1.4 Da Re-opção

Re-opção é transferência interna de um curso de graduação para outro da mesma área permitida a alunos regulares da FA, através de seleção.Os critérios exigidos para o deferimento do pedido de re-opção são:

- Existência de vaga no curso pretendido;
- Comprovação de regularidade de matrícula no curso de origem; e
- Comprovação de que o estudante já tenha cursado, pelo menos, dois semestres do curso de origem.

1.20.1.5 Enem

Através do resultado do ENEM, o candidato concorre às vagas sem precisar fazer o vestibular, desde que obtenha média igual ou superior a 450 (QUATROCENTOS E CINQUENTA PONTOS).

1.20.1.6 Matrícula

A primeira matrícula institucional é o cadastramento do candidato selecionado por uma das formas de admissão a um curso de graduação ou pós-graduação, tornando-se por este ato, um aluno regular vinculado ao Curso a FA.

Por ocasião do cadastramento o aluno recebe um número permanente no curso, o qual indica o ano de seu ingresso, o código da área de estudo e a sequência numérica do curso.

A matrícula institucional é feita pela secretaria Acadêmica no prazo fixado no calendário acadêmico, salvo por motivo de força maior, devidamente comprovado e aceito pelo Conselho Superior.

A não efetivação da primeira matrícula institucional, expirados todos os prazos de chamada, implica na perda do direito a vaga.

A solicitação de matrícula institucional é feita em formulário próprio pelo acadêmico ou seu representante legal, anexando a esta, a seguinte documentação:

I- certificado de conclusão do ensino médio ou equivalente;

II- histórico escolar do ensino médio;

III- diploma do ensino superior;

IV- título de eleitor;

V- comprovante de estar quites com o serviço militar, para os homens;

VI- uma foto ¾.

Os itens I e II são exigidos para os cursos de graduação e os itens III e IV para os cursos de pós-graduação ou cursos de graduação com ingresso como portador de diploma de nível superior.

A solicitação de matrícula institucional, sem qualquer exceção só poderá ser feita à vista de toda documentação exigida. Será anulada a matrícula efetuada quando não tenham sido observadas todas as exigências legais e regimentais, o que deve ser notificado

1.21 NÚMERO DE VAGAS:

O curso Superior de Tecnologia em Logística esta pleiteando 240 vagas em 2 entradas nos turnos:

- Matutino: 120 vagas (3 turmas de 40 alunos)
- Noturno: 120 vagas (3 turmas de 40 alunos)

1.22 RESPONSABILIDADE SOCIAL

Será realizada conforme já citado no inicio do PPC.

DIMENSÃO 2: CORPO DOCENTE

2.1 ATUAÇÃO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE- NDE

As normas do NDE compreendem os seguintes itens:

I. O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

II. O NDE deve ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

III. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante: contribuir para a consolidação do perfil profissional do egresso do curso; zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades de ensino constantes no currículo-indicar formas de incentivo ao desenvolvimento de linhas de pesquisa e extensão, oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas públicas relativas à área de conhecimento do curso; zelar pelo cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais para os Cursos de Graduação.

IV. A FA, por meio dos seus colegiados superiores, devem definir as atribuições e os critérios de constituição do NDE, atendidos, no mínimo, os seguintes: ser constituído por um mínimo de 5 professores pertencentes ao corpo docente do curso; ter pelo menos 60% de seus membros com titulação acadêmica obtida em programas de pós-graduação *stricto sensu*; ter todos os membros em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, sendo pelo menos 20% em tempo integral; assegurar estratégia de renovação parcial dos integrantes do NDE de modo a assegurar continuidade no processo de acompanhamento do curso.

V. O NDE constituído deverá se reunir no mínimo 3 vezes por semestre em reuniões ordinárias previstas em calendário acadêmico

VI. Caso haja necessidade de outras reuniões o Presidente do NDE, poderá convocar reuniões extraordinárias

VII. As reuniões ordinárias e extraordinárias deverão ser registradas em ata aprovada por todos os membros

VIII. O presidente nato do NDE é o Coordenador de Curso de Graduação.

IX. O NDE não se constitui em instância deliberativa devendo suas propostas serem

submetidas aos Colegiados de Curso.

Seguindo as novas diretrizes do MEC, em resposta ao novo instrumento de Avaliação de Cursos de graduação presencial, a Direção da FA designou os professores relacionados no quadro a seguir para, sob coordenação do curso, constituir o Núcleo Docente Estruturante (NDE), responsável pela formação, implementação e desenvolvimento do Projeto Pedagógico do Curso e outras atividades pertinentes ao curso, que constam em regulamento próprio.

O Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Logística é formado por professores, contratados em regime integral ou parcial, que participaram efetivamente da construção do Projeto Pedagógico e juntos com o coordenador são responsáveis pela implantação do curso, os mesmos possuem formação *stricto sensu* e experiência na área. As reuniões do NDE ocorrem duas vezes ao semestre em caráter ordinário, convocadas pelo presidente do Núcleo. As demais reuniões ocorrem em caráter extraordinário, podendo também acontecer em conjunto com o colegiado de curso, devendo ser convocada pelo presidente do núcleo e o coordenador de curso. Sendo o NDE do curso:

1. Profª. Esp. Cid Eugênio de Oliveira, Parcial
2. Profº Dr. José Félix da Costa Filho, Parcial
3. Profª. Msc. Luciana Oliveira do Valle Carminé, Integral
4. Profº. Dr. Silvo Murilo Melo de Azevedo, Parcial
5. Profª. Msc. Luiz Felipe de Araujo Costa, Integral

2.2 ATUAÇÃO DO COORDENADOR DE CURSO

A FA entende que coordenar um curso no Ensino Superior requer responsabilidades cada vez mais abrangentes dentro do processo de transformação pelas quais as instituições passam atualmente. Por isso tem definido claramente qual o perfil que deseja de seus coordenadores e por consequência as suas atribuições.

O perfil de atuação do coordenador que se deseja é de alguém que seja mais que um simples mediador entre alunos e professores, ou seja, deseja-se um gestor para promover as alterações e introduzir propostas inovadoras no ambiente universitário. Sendo capaz de transformar, diariamente, conhecimento em competência.

A atuação do coordenador de curso é definida pelas seguintes competências:

1. Reconhecer as necessidades da área em que atua;
2. Tomar decisões que possam beneficiar toda a comunidade acadêmica;
3. Atender as exigências legais do Ministério da Educação;
4. Gerir e executar o projeto político-pedagógico do curso;
5. Operar novas tecnologias;

6. Avaliar o trabalho dos docentes;
7. Estar comprometido com a missão, crença e valores da instituição;
8. Estar atento às mudanças impostas pelo mercado de trabalho a fim de adequar e modernizar o curso com foco na garantia de qualidade;
9. Gerir equipes e processos, pensando e agindo estrategicamente;
10. Colaborar com o desenvolvimento dos alunos e com o crescimento da instituição em que trabalha.

Assim, ser coordenador de curso pressupõe possuir competências nos aspectos: legal, mercadológico, científico, organizacional e de liderança.

Trata-se não apenas de competência técnica, centrada no saber fazer de modo operacional, mas no conhecer, no saber ser e no saber viver junto, ou seja, o conhecimento dos dados isolados é insuficiente; é preciso articulá-los à iniciativa, a motivação para o trabalho, às relações interpessoais, aliando saberes sócio afetivos e cognitivos.

No que compete a representatividade do coordenador nas instâncias colegiadas institucionais, possuindo acento no Conselho Maior da Instituição, sendo ainda, presidente nato do colegiado de curso e membro do Núcleo Docente Estruturante.

2.3 EXPERIÊNCIA DE MAGISTÉRIO SUPERIOR E DE GESTÃO ACADÊMICA DA COORDENADORA DO CURSO

2.3.1 Identificação da coordenadora

A Coordenadora do Curso Superior de Tecnologia em Logística é a Profa. MSc. Luciana Oliveira do Valle Carminé.

2.3.2 Titulação da coordenadora

Possui Graduação em Ciências Econômicas, possui Mestrado em Engenharia de produção pela Universidade Federal do Amazonas – UFAM.

2.3.3 Experiência no magistério superior da coordenadora

13 anos de experiência no magistério superior.

2.3.4 Experiência fora do magistério superior da coordenadora

21 anos

2.3.5 Experiência em gestão acadêmica da coordenadora

01 ano e 01 mês

2.4 REGIME DE TRABALHO DA COORDENADORA DE CURSO

O regime de trabalho da Coordenadora Luciana Oliveira do Valle Carminé é integral.

2.5 CARGA HORÁRIA DE COORDENAÇÃO DE CURSO

A carga horária da coordenadora é de 40 horas semanais.

2.6 TITULAÇÃO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

O Corpo Docente é constituído por todos os professores permanentes da FA e que tenham sido admitidos conforme as normas estabelecidas pela Coordenação de Ensino.

Os professores são contratados pela Entidade Mantenedora, conforme as normas do Regulamento da Carreira Docente, aprovadas pelo Conselho Superior e referendadas pela Entidade Mantenedora, e segundo o regime das leis trabalhistas, na forma seguinte:

- Professores Integrados no Quadro de Carreira Docente;
- Professores Visitantes ou Colaboradores.

Os professores que atuarão no Curso Superior de Tecnologia em Logística foram contratados mediante a realização de processo seletivo, executado por comissão designada para esse fim, e que incluiu os seguintes passos:

- Análise do currículo dos candidatos previamente selecionados na "banca de currículos" da Faculdade ou dos que apresentarem, mediante divulgação do processo seletivo, em edital publicado em jornal de grande circulação desta capital;
- Banca de avaliação de uma aula dos candidatos sobre um tema relacionado à disciplina em questão;
- Entrevista com o candidato;
- Argumentação oral sobre um tema relacionado à disciplina para cuja vaga o candidato estiver concorrendo.

A Faculdade tem procurado contratar, preferencialmente, profissional com doutorado ou mestrado concluído ou em andamento, mas leva em conta, também, a experiência profissional na docência e a produção científica dos candidatos.

Os professores previstos para os dois primeiros semestres do curso em acordo com o quadro abaixo:

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Cid Eugenio de Oliveira	Especialista	Parcial
José Félix da Costa Filho	Doutor	Parcial
Kelly Anne Correa de oliveira	Mestre	Horista
Luciana Oliveira do Valle Carminé	Mestre	Integral
Luiz Felipe de Araujo Costa	Mestre	Integral
Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira	Mestre	Horista
Rejane Flores da Costa Bonfim	Mestre	Integral
Rodrigo Negreiros da Silva	Especialista	Parcial
Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutor	Parcial
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo	Mestre	Parcial
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo	Mestre	Parcial

2.7 PERCENTUAL DE DOUTORES

O Curso conta no seu quadro com dois (02) doutores são eles: José Félix da Costa Filho e Silvio Murilo Melo de Azevedo.

2.8 REGIME DE TRABALHO DO CORPO DOCENTE DO CURSO

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO
Cid Eugenio de Oliveira	Especialista	Parcial
José Félix da Costa Filho	Doutor	Parcial
Kelly Anne Correa de oliveira	Mestre	Horista
Luciana Oliveira do Valle Carminé	Mestre	Integral
Luiz Felipe de Araujo Costa	Mestre	Integral
Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira	Mestre	Horista

Rejane Flores da Costa Bonfim	Mestre	Integral
Rodrigo Negreiros da Silva	Especialista	Parcial
Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutor	Parcial
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo	Mestre	Parcial
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo	Mestre	Parcial

.

1.9 EXPERIÊNCIA PROFISSIONAL DO CORPO DOCENTE DO CURSO (FORA DO MAGISTÉRIO SUPERIOR)

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	EXPERIÊNCIA PROFIFFIONAL
Cid Eugenio de Oliveira	Especialista	Parcial	45 anos
José Félix da Costa Filho	Doutorado	Parcial	25 anos
Kelly Anne Correa de oliveira	Mestre	Horista	16 anos
Luciana Oliveira do Valle Carminé	Mestre	Integral	21 anos
Luiz Felipe de Araujo Costa	Mestre	Integral	17 anos
Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira	Mestre	Horista	14 anos
Rejane Flores da Costa Bonfim	Mestre	Integral	28 anos
Rodrigo Negreiros da Silva	Especialista	Parcial	3 anos
Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutorado	Parcial	12 anos
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo	Mestrado	Parcial	15 anos
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo	Mestre	Parcial	30 anos

2.11 EXPERIÊNCIA NO MAGISTÉRIO SUPERIOR DO CORPO DOCENTE

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	TEMPO DOCÊNCIA
Cid Eugenio de Oliveira	Especialista	Parcial	35 anos
José Félix da Costa Filho	Doutorado	Parcial	40 anos
Kelly Anne Correa de oliveira	Mestre	Horista	12 anos
Luciana Oliveira do Valle Carminé	Mestre	Integral	13 anos
Luiz Felipe de Araujo Costa	Mestre	Integral	2 anos
Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira	Mestre	Horista	14 anos
Rejane Flores da Costa Bonfim	Mestre	Integral	13 anos
Rodrigo Negreiros da Silva	Especialista	Parcial	4 anos
Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutorado	Parcial	11 anos
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo	Mestrado	Parcial	18 anos
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo	Mestre	Parcial	13 anos

2.12 FUNCIONAMENTO DO COLEGIADO DE CURSO

O coordenador, os professores do curso e um representante discente participam ativamente dos órgãos colegiados da Faculdade, nos termos do Regimento Institucional, especialmente o Colegiado de Curso.

O Conselho de Curso é o órgão colegiado da unidade Curso, sendo integrado pelos seguintes membros:

- Coordenador, que o preside;
- Corpo docente do curso;
- Um representante do corpo discente.

Compete ao Colegiado de Curso:

I - Aprovar o perfil do curso e as diretrizes gerais das disciplinas, com suas ementas e respectivos programas elaborados pelo Núcleo Docente Estruturante- NDE;

II - Aprovar o currículo do curso e suas alterações com a indicação das disciplinas e respectivas cargas horárias de acordo com as diretrizes curriculares elaborado pelo Núcleo Docente Estruturante - NDE;

III - Acompanhar os resultados da auto avaliação do curso realizado pela CPA;

V - Colaborar com os demais órgãos acadêmicos no âmbito de sua atuação;

VI - Articular a formulação, execução e avaliação do projeto institucional e formação de professores;

VII - Exercer outras atribuições de sua competência.

O Colegiado de Curso reúne-se ordinariamente duas vezes por semestre, estas reuniões possuem caráter deliberativo e pauta voltada para as questões de organização acadêmico-administrativa do curso. As demais reuniões ocorridas no semestre são convocadas pelo coordenador de curso em caráter extraordinário. Algumas reuniões extraordinárias podem ocorrer em conjunto com reuniões do Núcleo Docente Estruturante, desta maneira a convocação é realizada pelo presidente do núcleo e o coordenador do curso.

O conteúdo das reuniões é registrado em ata e os pleitos encaminhados via Comunicação Interna com cópia da ata para a Direção geral a qual cabe tomar as medidas acadêmico-administrativas pertinentes as demandas do curso.

2.12.1 Membros do Colegiado de Curso

COLEGIADO
Cid Eugenio de Oliveira
José Félix da Costa Filho
Kelly Anne Correa de oliveira
Luciana Oliveira do Valle Carminé
Luiz Felipe de Araujo Costa
Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira
Rejane Flores da Costa Bonfim
Rodrigo Negreiros da Silva
Silvio Murilo Melo de Azevedo

Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo

2.14. PRODUÇÃO CIENTÍFICA, CULTURAL, ARTÍSTICA OU TECNOLÓGICA

PROFESSOR	TITULAÇÃO	REGIME DE TRABALHO	PRODUÇÃO CIENTIFICA
Cid Eugenio de Oliveira	Especialista	Parcial	
José Félix da Costa Filho	Doutorado	Parcial	1
Kelly Anne Correa de oliveira	Mestre	Horista	
Luciana Oliveira do Valle Carminé	Mestre	Integral	1
Luiz Felipe de Araujo Costa	Mestre	Integral	
Maria Amélia Costa Saraiva Nogueira	Mestre	Horista	1
Rejane Flores da Costa Bonfim	Mestre	Integral	
Rodrigo Negreiros da Silva	Especialista	Parcial	
Silvio Murilo Melo de Azevedo	Doutorado	Parcial	4
Suelânia Cristina Gonzaga de Figueiredo	Mestrado	Parcial	8
Wanilce do Socorro Pimentel do Carmo	Mestre	Parcial	3

DIMENSÃO 3: INFRAESTRUTURA

3.1 Gabinete de Trabalho para Professores

O curso oferece gabinete de trabalho equipado, na proporção de um gabinete de trabalho para cada professor de tempo integral lotado na respectiva unidade acadêmica.

3.3 Espaço de trabalho para coordenação de curso e serviços acadêmicos

O gabinete do coordenador possui condições adequadas em termo de dimensão equipamentos e conservação para comportar o gabinete do coordenador, o espaço para a funcionária e atendimento aos alunos e professores.

3.3 Sala de Professores

As instalações para docentes (salas de professores) estão equipadas segundo a finalidade e atendem, plenamente, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta. Existe ainda uma sala de reunião para uso do Núcleo Docente Estruturante a qual é utilizada pelo referido Núcleo mediante agendamento.

3.4 Salas de Aula

As salas de aula estão equipadas, segundo a finalidade e atendem, aos requisitos de dimensão, limpeza, iluminação, acústica, ventilação, conservação e comodidade necessária à atividade proposta e contém uma média de 40 cadeiras estofadas com braço, um quadro branco, ar condicionado, uma mesa de professor e recursos pedagógicos a disposição.

3.5 Acesso dos alunos aos equipamentos de informática

A FA possui laboratórios de informática com terminais, softwares e acesso a internet para o uso de professores e alunos mediante sistema de agendamento. Nos laboratórios os alunos contam com suporte de um técnico de informática que assessora a utilização dos mesmos.

3.6 Livros da Bibliografia Básica

Os livros da bibliografia básica 03 títulos por unidade curricular com exemplares na proporção suficiente para o número de vagas, e está atualizado e tombado junto ao patrimônio da FA.

3.7. Livros Bibliografia Complementar

Os livros da bibliografia complementar possuem cinco títulos por unidade curricular, com no mínimo dois exemplares de cada título disponíveis**,** estando tombados e cadastrados junto ao patrimônio da FA e ao sistema da biblioteca.

3.8 Periódicos Especializados

1. Revista Mundo Logística
2. Isto É Dinheiro
3. Isto É

4. Exame
5. Você RH
6. CEO Exame

3.8.1 Periódicos impressos

Assinaturas de periódicos correntes disponibilizados na Biblioteca

1. Revista de Administração Pública
2. Isto É Dinheiro
3. Isto É
4. Exame
5. Você RH
6. CEO Exame

3.8.2 Periódicos online de livre acesso do curso

1. Faces Journal - FUMEC
http://www.fumec.br/revistas/facesp/issue/view/212

2. Revista GEPROS - Gestão da Produção, Operações e Sistemas
http://revista.feb.unesp.br/index.php/gepros

3. Gestão Industrial - (Universidade Tecnológica Federal do Paraná)
http://revistas.utfpr.edu.br/pg/index.php/revistagi/index

4. Revista G&P - Gestão e Planejamento da UNIFACS de Salvador
http://revistas.unifacs.br/index.php/rgb

5. Revista Gestão e Produção da Universidade Federal de São Carlos
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0104-530X&nrm=iso&rep=&lng=en

6. Revista Pesquisa Operacional (Sociedade brasileira de Pesquisa Operacional)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=0101-7438&nrm=iso&rep=&lng=en

7. Revista Ciências Administrativas da UNIFOR (fundação Edson Queiroz da Universidade de Fortaleza)
http://www.unifor.br/index.php?option=com_content&view=article&id=182&Itemid=214

8. Revista Transportes (Associação Nacional de Pesquisa e Ensino em Transportes - ANPET)
http://www.revistatransportes.org.br/anpet

9. Produção Online (Revista científica eletrônica de Engenharia da Produção) - ABREPO
http://www.producaoonline.org.br/rpo

10. URBE - Revista Brasileira de Gestão Urbana
http://www2.pucpr.br/reol/pb/index.php/urbe

11. Revista Brasileira do Comércio Exterior - RBCE (Fundação centro de Estudos do

Comércio Exterior - FUNCEX)
http://www.funcex.org.br/publicacoes/rbce/rbce_sobre.asp

12. Revista Eletrônica Produção & Engenharia
http://www.revistaproducaoengenharia.org/

13. Revista Eletrônica Produção em Foco
http://www.sociesc.org.br/producaoemfoco/index.php/producaoemfoco

14. RAC - Revista de Administração Contemporânea
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1415-6555&lng=pt&nrm=iso

15. Revista CNT - Transporte Atual (Confederação Nacional do Transporte)
http://www.cnt.org.br/Paginas/Revista-CNT-Transporte-Atual.aspx#

16. Revista Eletrônica de Gestão Organizacional (universidade Federal de Pernambuco)
http://www.revista.ufpe.br/gestaoorg/index.php/gestao/search

17. Cenários do Transporte (Revista editada pela ABTI - Associação Brasileira de Transportadores Internacionais)
http://www.abti.org.br/index.php?option=com_flippingbook&view=category&id=2&Itemid=315

18. BAR - Brazilian Administration Review (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Administração - ANPAD)
http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_serial&pid=1807-7692&nrm=iso&rep=&lng=pt

19. Revista Eletrônica de Ciência Administrativa (RECADM)
http://189.16.45.2/ojs/index.php/recadm

20. Revista de Administração IMED
http://seer.imed.edu.br/index.php/raimed

3.9 Laboratórios e Laboratório Didáticos Especializados: Quantidade

3.9.1 Laboratórios básico do Curso: Quantidade

Para o desenvolvimento de atividades práticas a Faculdade Amazonas possui um laboratório de Informática com software especifico.

3.9.2 Laboratórios didáticos Especializados: qualidade

Laboratórios Especializados em Serviços

Para o desenvolvimento de atividades práticas a Faculdade Amazonas possui um laboratório de Informática com software especifico que ira gerar serviços a comunidade por meio do PAPEERI.

Infraestrutura de Segurança

Nos prédios onde funciona a FA são atendidas as normas de segurança no tocante a pessoal e equipamentos. Os prédios foram vistoriados pelo Corpo de Bombeiros de modo que as suas condições gerais de funcionamento foram todas aprovadas. Eles estão equipados com extintores, escadas de incêndio, além de amplas áreas de circulação. Existe controle de acesso aos prédios, além de funcionários que exercem vigilância nas áreas de circulação interna e externa.

Todas as instalações físicas são limpas constantemente, estando em perfeito estado de conservação. A manutenção e a conservação dos equipamentos, dependendo de sua amplitude, são executadas por funcionários da Instituição ou através de contratos com os fornecedores dos equipamentos. A atualização dos equipamentos é feita a partir de uma análise periódica dos funcionários da Instituição, os quais devem verificar a necessidade de se adquirir novos equipamentos e/ou atualizar os existentes.

Os equipamentos de informática são atualizados com base em up-grades periódicos e a substituição é realizada com base nos softwares que se apresentam mais atualizada. A aquisição de novos equipamentos é conduzida sob a orientação do técnico responsável pelos laboratórios. Os laboratórios contam com técnicos especializados nas respectivas áreas, que respondem por toda manutenção básica dos equipamentos, inclusive com suprimento e assistência. A manutenção é realizada segundo os preceitos e métodos previstos pela TPM – Total Produtivity Management, observando o seguinte quadro conforme as etapas a seguir:

Tipologia	Frequência
Manutenção Corretiva	Executada conforme demanda, inicialmente com técnicos próprios e num segundo momento, através de empresas terceirizadas.
Manutenção Preventiva	A cada seis meses, todos os equipamentos sofrem manutenção preventiva, que consiste, basicamente, em limpeza e revisão.
Manutenção Preditiva	Os fornecedores de equipamentos apresentam um quadro da vida útil dos principais componentes que serão, periodicamente, substituídos para evitar o custo do desgaste de peças.

DIMENSÃO 4: REQUISITOS LEGAIS E NORMATIVOS

	Dispositivo Legal	Justificativa
1	Diretrizes Curriculares Nacionais (Não se aplica para os cursos que não tem Diretrizes Curriculares Nacionais)	Os componentes previstos na Diretriz Curricular Nacional do Curso Superior de Tecnologia, Resolução CNE/CES N° 29 de 3 de Dezembro de 2002, tais como: objetivo do curso; perfil do egresso, competências e habilidades; eixos de formação; estágio supervisionado; atividades complementares, trabalho de conclusão de curso, encontra-se dispostos no PPC na sessão Didático-Pedagógica, em consonância com o que determina a diretriz e comprovado nos regulamentos anexos neste PPC.
2	Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica	Não se aplica para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.
3	Diretrizes Curriculares Nacionais para Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena	Em atendimento a Lei nº 11.645 de 10/03/2008; Resolução CNE/CP nº 01 de 17/06/2004, o curso realiza a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena por meio da pedagogia de projetos, comprovada pela regulamentação anexa neste PPC na sessão Didático-Pedagógica e nos projetos do curso. E as atividades de Educação Étnico racial que serão desenvolvidas constam da tabela a seguir.
4	Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação em Direitos Humanos	Conforme disposto no Parecer CNE/CP nº 8, de 06/03/2012, que originou a Resolução CNE/CP nº 1, de 30/05/2012, a Educação em Direitos Humanos é tratada no curso em acordo com o que preconiza o Art.7º de forma transversal, como conteúdo específico de uma das disciplinas, de forma mista ou conforme o que trata o Parágrafo único: “Outras formas de inserção da Educação em Direitos Humanos poderão ainda ser admitidas na organização curricular das instituições educativas desde que observadas as especificidades dos níveis e modalidades da Educação Nacional”. Dessa forma a Educação para os Direitos Humanos no curso

		superior de tecnologia em logística da FA é tratada como disciplina optativa.
5	Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro Autista	Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FA por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012. E o NAPA- Núcleo de apoio psicopedagógico e de acessibilidade nomeado conforme Portaria nº 030/2015, possui inclusive regulamento anexo neste PPC.
6	Titulação do corpo docente	O curso avaliado possui todos os docentes com titulação de no mínimo especialista, conforme preconiza o art.66 da Lei nº9.394, de 20/12/1996. Sendo: 11 docentes, todos com pós-graduação.
7	Núcleo Docente Estruturante	Atendendo a Resolução CONAES nº1 de 17/06/2010, que determina que o NDE deve ser constituído de no mínimo 5 docentes, sendo pelo menos 60% de seus membros com pós-graduação stricto sensu; todos em regime parcial ou integral e pelo menos 20% em tempo integral. O NDE do curso foi criado em 04/02/2016 e é composto pelos membros: Prof. Dr. José Félix da Costa Lima Doutor, Regime Parcial; Profa. Msc. Luciana Oliveira do Valle Carminé, Mestre, Regime Integral; Prof Dr. Silvio Murilo Melo de Azevedo, Doutor, Regime Parcial; Prof. Mestre. Luiz Felipe de Araujo Costa, Mestre, Regime Integral; Prof. Esp Cid Eugênio de Oliveira, Especialista, Regime Parcial.
8	Denominação dos Cursos Superiores de Tecnologia	Curso Superior de Tecnologia em Logística
9	Carga Horária mínima, em horas- para os Cursos	1.600 Horas

	Superiores de Tecnologia.	
10	Carga Horária mínima, em horas- para Bacharelados e Licenciaturas	Não se aplica para tecnológicos e sequenciais.
11	Tempo de Integralização	De acordo com a Resolução CNE/CES nº 02/2007, que dispõe sobre a carga horária mínima e procedimentos relativos a integralização e duração dos cursos de graduação o curso avaliado possui a integralização mínima 2 anos.
12	Condições de Acessibilidade para Pessoas com Deficiência ou Mobilidade Reduzida	É neste sentido que a Faculdade Amazonas, concebeu o seu Programa Institucional de Acessibilidade e Inclusão, observando Decreto nº 5.296/2004, onde as Barreiras de Acessibilidade no campo das edificações, na dimensão urbanística, de transportes, de comunicação e de informações devem ser retiradas e ainda no campo da acessibilidade atitudinal/pedagógica para onde devem convergir todos os esforços para garantir acesso ao currículo onde haja: • Adequação nos materiais didáticos e pedagógicos, • Adequação nos mobiliários e equipamentos, • Adequação de objetivos, • Adequação de conteúdos, • Adequação de métodos e didática, • Adequação nas avaliações, • Adequação de tempo,
13	Disciplina de LIBRAS	Segundo o Decreto nº 5.626/2005 para os cursos de bacharelado, LIBRAS poderá ser ofertada como disciplina, e no caso do curso avaliado encontra-se na matriz curricular que consta no PPC.
14	Prevalência de Avaliação Presencial para EAD	Não se aplica para cursos presenciais.
		Não se aplica para ato regulatório de autorização. A FA disponibiliza todas as informações descritas na

15	Informações Acadêmicas (Portaria nº 40)	Portaria nº 40 de 12/12/2007 Art. 32. Após a autorização do curso, a instituição compromete-se a observar, no mínimo, o padrão de qualidade e as condições em que se deu a autorização, as quais serão verificadas por ocasião do reconhecimento e das renovações de reconhecimento. **§ 1º A instituição deverá afixar em local visível junto à Secretaria de alunos, mural com as condições de oferta do curso**, informando especificamente o seguinte: I - ato autorizativo expedido pelo MEC, com a data de publicação no Diário Oficial da União; II - dirigentes da instituição e coordenador de curso efetivamente em exercício; III - relação dos professores que integram o corpo docente do curso, com a respectiva formação, titulação e regime de trabalho; IV- matriz curricular do curso; V - resultados obtidos nas últimas avaliações realizadas pelo MEC, quando houver; VI - valor corrente dos encargos financeiros a serem assumidos pelos alunos, incluindo mensalidades, taxas de matrícula e respectivos reajustes e todos os ônus incidentes sobre a atividade educacional. **§ 2º A instituição manterá em página eletrônica própria**, **e também na biblioteca**, para consulta dos alunos ou interessados, registro oficial devidamente atualizado das informações referidas no §1º, além dos seguintes elementos: I - projeto pedagógico do curso e componentes curriculares, sua duração, requisitos e critérios de avaliação; II - conjunto de normas que regem a vida acadêmica, incluídos o Estatuto ou Regimento que instruíram os pedidos de ato autorizativo junto ao MEC;

		III - descrição da biblioteca quanto ao seu acervo de livros e periódicos, relacionada à área do curso, política de atualização e informatização, área física disponível e formas de acesso e utilização; IV - descrição da infra-estrutura física destinada ao curso, incluindo laboratórios, equipamentos instalados, infra-estrutura de informática e redes de informação.
16	Políticas de Educação Ambiental	Conforme a Lei 9.795 de 27/04/1999 e Decreto nº 4.281 de 25/06/2002, as políticas de Educação Ambiental não são trabalhadas como disciplinas e no curso avaliado serão realizadas atividades temáticas por meio da pedagogia de projetos de forma transversal, conforme regulamento anexo no PPC e nos projetos de atividade apresentados em visita in loco. E confirmado por docentes. E as atividades transversais que serão desenvolvidas sobre Educação Ambiental constam da tabela a seguir.
17	Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.	Não se aplica para bacharelados, tecnológicos e sequenciais.
18	Contratos Organizativos de Ação Pública de Ensino e Saúde (COAPES), Lei nº 12.871/2013	Exclusivo para cursos da área da saúde. Não se aplica

Projetos interdisciplinares previstos para o primeiro ano do curso:

Semestre	Projeto	Disciplinas envolvidas
1º	Leitura do livro **"A ética empresarial na prática"** e desenvolvimento de um trabalho escrito juntamente com uma das seguintes atividades:	Todas as disciplinas do 1º período.

	1 – Dramatização do contexto organizacional; 2 – Seminários (com rigor científico); 3 - Apresentação de Banner.	
2º	Leitura do livro **"Fordlândia"** e desenvolvimento de um trabalho escrito juntamente com uma das seguintes atividades: 1 – Dramatização do contexto organizacional; 2 – Seminários (com rigor científico); 3 - Apresentação de Banner.	Todas as disciplinas do 2º período.

Projetos transversais do curso sobre educação étnico racial e educação ambiental previstos para o primeiro ano do curso:

Semestre	Projeto	Ações a serem desenvolvidas
1º período	Projeto da atividade transversal sobre Educação Étnico Raciais com o tema da: **O Racismo nas Organizações** e Educação Ambiental Tema: **Lixo Orgânico**.	▪ Pesquisa in loco e bibliográfica sobre as temática, a elaboração e exposição de banners com apresentação e debate em sala de aula.
2º período	Projeto da atividade transversal sobre Educação Étnico Raciais com o tema:: **Gênero e Sexualidade no Ambiente Organizacional** e Educação Ambiental Tema: **Coleta Seletiva**.	▪ Pesquisa in loco e bibliográfica sobre as temáticas com a apresentação por meio de dramatização retratando a temática no ambiente da sala de aula.

PROGRAMAS INSTITUCIONAIS

PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DE EGRESSOS

1. CONSIDERAÇÕES GERAIS

As políticas e as ações direcionadas aos egressos da Faculdade Amazonas vinculam-se à ideia de por meio do Programa de Acompanhamento de Egressos possa se obter uma avaliação continuada das condições de oferta dos cursos da IES, visando à formação de profissionais capazes de se integrarem no mercado de trabalho. Portanto, o Programa de Acompanhamento de Egressos visa se constituir em ferramenta e fonte de dados e informações para a auto avaliação continuada Faculdade Amazonas.

Por meio do acompanhamento do egresso, o contato direto em atendimento em eventos e/ou pesquisa, será possível fazer o mapeamento e a construção de indicadores, a partir das informações colhidas, para uma discussão em termos da efetiva qualidade dos cursos e da repercussão dos mesmos no mercado e na sociedade. Considerando também que as informações são importantes indicadores para o aperfeiçoamento dos próprios cursos e o desenvolvimento qualitativo de oferta educacional da IES.

O programa de acompanhamento de egressos colhe dados sobre a inserção dos egressos no mercado de trabalho, acompanhando também as mudanças e necessidades do mercado, visando subsidiar os proponentes de cursos para a revisão e organização das propostas de formação, no intuito de formar profissionais cada vez mais qualificados para o exercício de suas atribuições.

. A instituição entende que, quanto a egresso e o conceito a ser considerado, existe uma compreensão de categorias distintas, ou seja, qualidades que caracterizam o ser egresso. Para esclarecimento consideramos primeiramente conforme nos indica FERREIRA (1999), egresso é todo aquele que “deixou de pertencer a uma comunidade.” Assim, percebe-se a existência de categorias distintas de egressos, que são:

a. Concluíram todas as disciplinas do currículo de um curso e colaram grau, sendo então portadores de diplomas por esta IES.
b. Aqueles que se transferiram para outras instituições de ensino superior.
c. Aqueles que desistiram dos seus cursos, que evadiram ou abandonaram a IES.
d. Aqueles que ultrapassaram os limites de tempo para a conclusão de seu curso, que jubilaram na IES. Resumidamente, consideram aqueles que discutem o tema, a existência de quatro categorias de egressos que são: os diplomados, os transferidos, os desistentes e os jubilados.

Para a Faculdade Amazonas é importante ter o conhecimento e reconhecimento destes como egressos por deixarem de pertencer, em determinado momento e situação, ao quadro acadêmico ou de formados pela instituição. O Programa de Acompanhamento de Egressos tem o caráter de integração de saberes acadêmicos com as necessidades dos cenários sociais. Através do programa é possível realizar estudos para detecção de novas demandas profissionais na região em que está instalada a IES.

Por meio desta política será avaliada a situação de integração de saberes e práticas gestadas inicialmente na academia e como as mesmas se relacionam na rede de conhecimentos entre empresa, IES e sociedade, ou seja, na formação e na qualificação dos profissionais. De forma sintética pode-se, através de vários mecanismos de coleta de dados, identificar a necessidade de novos perfis de profissionais como também a adequação da oferta de cursos.

O acompanhamento de egressos constitui, pois, uma forma de avaliar os resultados de uma instituição, e a partir disso, introduzir modificações na entrada de alunos em uma escola ao longo de toda a sua permanência nela e inserir melhorias contínuas no processo de ensino (PENA, 1999, p. 6).

1. Objetivos do Programa de Acompanhamento do Egresso Constituem objetivos da Política de Acompanhamento do Egresso:

I. Identificar o perfil do egresso e criar mecanismos para avaliação de seu desempenho nos postos de trabalho quer no setor público, no privado ou no terceiro setor;
II. Construir, a partir de instrumento de cadastro, um banco de dados com informações que possibilitem manter com o egresso uma comunicação permanente e estreito vínculo institucional;
III. Fomentar o relacionamento entre a Faculdade Amazonas e seus egressos, visando ao aperfeiçoamento das ações institucionais concernentes à implementação de novos cursos e programas no âmbito da educação superior;
IV. Estimular e criar condições para a educação continuada de egressos;
V. Construir indicadores que subsidiem a adequação curricular às necessidades do desenvolvimento de competências e habilidades, em consonância com as diretrizes nacionais para os cursos superiores.

A viabilidade para atender as necessidades previstas na Política de Egressos, pelo Programa de Acompanhamento do Egresso, possui a necessidade de mecanismos que possibilitem um canal de comunicação, de busca e acesso do egresso.

2. MECANISMOS DE CAPTAÇÃO E CONTATO COM EGRESSO – PRESENCIAL OU VIRTUAL

a) APOIO A FORMAÇÃO DE ASSOCIAÇÃO DE EX-ALUNOS: A finalidade do apoio a formação de uma associação de ex-alunos é de que a partir desta associação, seus membros possam contar com apoio na realização de encontros de antigos alunos e beneficiar de iniciativas de formação realizadas ao longo de cada ano, como sejam Conferências ou Seminários, assessorando na organização e oferta de espaços.

3. A CRIAÇÃO DO SITE DE EGRESSOS: SEUS OBJETIVOS E AÇÕES

Ao pesquisar mecanismos de acesso e aplicação do programa de acompanhamento de egresso, viu-se que se torna necessário a criação de um Site do Egresso no site da IES, desenvolvido para ser um canal permanente e dinâmico de comunicação entre a Faculdade Amazonas e seus egressos, possibilitando um vínculo contínuo, bem como buscando

estender e estreitar a relação de confiança já estabelecida. O Site de Egresso da Faculdade Amazonas terá por objetivos:

- Promover atualização acadêmica e comunicar a oferta de cursos, seminários e palestras direcionadas à complementação profissional do egresso;
- Integrar o egresso à comunidade acadêmica através da participação em eventos artísticos, culturais e esportivos promovidos pela Faculdade Amazonas;
- Proporcionar a participação de egressos em atividades extensionistas (como parte proponente de cursos de extensão, palestrante/conferencista em eventos acadêmicos e científicos, e como colaborador em atividades de responsabilidade social);
- Oferecer e divulgar a política de benefícios direcionada aos egressos da Faculdade Amazonas;
- Proporcionar ao egresso espaço para socialização e divulgação de contribuições à sociedade (conquistas, premiações e produção artística e literária);
- Possibilitar e promover o relacionamento entre antigos colegas de curso, assim como eventuais encontros entre as turmas.
- Captar informações, através de ferramenta própria, para construção de indicadores que irão subsidiar a avaliação contínua da política institucional de acompanhamento do egresso.

3.1. AÇÕES POSSIVEIS PREVISTAS PARA O SITE

a) Espaço do Egresso - Pesquisa Colocação no Mercado e outros. Esse link tem por objetivo proceder com a demanda de pesquisas que podem ser oriundas da Coordenação Pedagógica, Núcleo de Pesquisa e Extensão, Comissão Própria de Avaliação, Coordenações de Curso e Direção da IES.

b) Endereço eletrônico- via direta: A IES em contato com o egresso Por este endereço os egressos possuirão um canal direto de comunicação virtual com a Instituição, para que possam sanar dúvidas, solicitar informações, fazer sugestões ou críticas. O feedback deverá der dado por um profissional da IES.

c) Promoção de eventos e Link Agenda: Por este link será registrada a agenda de eventos como: palestras, seminários, congressos, fóruns, workshops, entre outros, e para atender à política de egressos, serão divulgados em maior amplitude para os ex-alunos, através de seus e-mails cadastrados.

4. INCENTIVO DE NOVO ACESSO E PERMANÊNCIA PARA EGRESSOS

4.1. Descontos para a segunda faculdade. Alunos Egressos formados na IES, que venham a fazer outra graduação presencial ou simultânea terão direito a desconto sobre a graduação cuja mensalidade apresentar o menor valor. Este desconto será de 10% quando o pagamento for efetuado até o vencimento.

4.2. Descontos para Pós-Graduação. Alunos Egressos que venham a fazer um curso de pós-graduação presencial ou simultâneo terão direito a desconto sobre a pós-graduação de 10%, quando o pagamento for efetuado até o vencimento.

4.3. Descontos para inscrições em Eventos Os egressos formados na IES poderão ter descontos promocionais de até 10 % nos eventos realizados pela IES. Serão descontos promocionais para eventos como: seminários, congressos, semana acadêmica, simpósios e outros. Para obter os descontos deverão ser solicitados à coordenação de cada evento no período de inscrição. Disposições gerais de descontos Todos os descontos tratados nesta política somente serão aplicados caso o acadêmico esteja adimplente com todas as suas mensalidades anteriores. Os descontos não serão retroativos e valerão a partir do momento da concessão. Os descontos definidos nesta política não são cumulativos entre si, não existindo dessa forma possibilidade de acúmulo de benefícios/bolsas/desconto. As dúvidas e os casos omissos serão analisados pela Direção da IES. Deverá ser consultado o regulamento de descontos da IES.

5. INCENTIVO A CULTURA E CIÊNCIA:

Acesso e associação na Biblioteca. Nosso egresso poderá seguir fazendo parte de um ambiente inovador à produção e à difusão do conhecimento. Tornando-se um ex-aluno associado à Biblioteca. Os egressos com registro em cadastro de egressos poderão ter acesso a periódicos, livros, obras de referência, mapas e a outros materiais disponíveis para consulta local.

O Egresso poderá associar-se à Biblioteca segundo regimento, cumprindo com os pré-requisitos de cadastro e contrato de responsabilidade específico.

6. UTILIZAÇÃO DE ESPAÇOS NA IES

Os egressos formados na IES terão por meio de solicitação junto a Direção a opção de locação de espaços como auditórios, salas e ginásio de esportes, sendo observado o valor da tabela de locação vigente na data de contratação. O Programa de Acompanhamento de Egressos reconhece que todo o processo indicado nesta descrição das políticas é um processo contínuo, ou seja, poderá revisado periodicamente, sendo

implantadas as ações conforme as decisões gerenciadas pelo Conselho Superior. Assim, deverá ser submetida esta proposta de Políticas de Egressos, na forma de atividades do Programa de Acompanhamento de Egressos.

PROGRAMA DE ACESSIBILIDADE E INCLUSÃO

DISPOSIÇÃO GERAL

O Programa de Acessibilidade e Inclusão caracteriza-se como um projeto em contínua revisão, com o objetivo de promover ações para a acessibilidade e inclusão dos acadêmicos e colaboradores com deficiência física, intelectual ou sensorial. A fim de que o acadêmico ou colaborador com deficiência possa desfrutar, com autonomia, facilidade e dignidade, dos espaços e atividades acadêmicas em geral ou laborais.

Segundo o Estatuto da Pessoa com Deficiência, no Artigo 101, Capítulo I, acessibilidade e inclusão *"é a condição de alcance para a utilização, com segurança e autonomia, total ou assistida, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos dispositivos, sistemas e meios de comunicação e informação, por pessoa com deficiência."*

O trabalho psicopedagógico realizado junto aos acadêmicos para a viabilização do **direito de acesso à educação,** conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (9.394/96) se dá por meio de uma **planificação pedagógica diferenciada** que proporciona **acesso ao currículo** e aos **elementos curriculares**. Isso, a partir das características de desenvolvimento de cada um dos grupos das deficiências que, por sua vez, em função de suas características, apresentam **necessidades educacionais especiais** no processo pedagógico, na totalidade ou em determinados momentos deste trabalho, conforme as disposições apontadas nos Parâmetros Curriculares Nacionais para a Educação Especial e nas recentes Diretrizes Curriculares para a Educação Especial na Educação Básica, dentre outras.

De acordo com a Lei 10.098/00, **acessibilidade** é a possibilidade e a condição de alcance, para utilização, com segurança e autonomia, dos espaços, mobiliários e equipamentos urbanos, das edificações, dos transportes e dos sistemas e meios de comunicação, pela pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida (art. 2°, inc. I). Do ponto de vista social, ela é um dos instrumentos essenciais para que as pessoas com deficiência possam exercer seus mais variados direitos na convivência com os demais cidadãos.

A IES entende que o "direito ao acesso" está diretamente relacionado ao "direito à eliminação de barreiras" que impedem as pessoas de ir e vir e de usufruir de tudo aquilo que compõem o cenário social da cidadania. De acordo com a lei mencionada, barreiras são

qualquer entrave ou obstáculo que limite ou impeça o acesso, a liberdade de movimento e a circulação com segurança das pessoas (art. 2°, inc. II).

Assim, ações são projetadas para a eliminação de barreiras. O entendimento que perpassa este trabalho psicopedagógico, atende ao **princípio da eqüidade,** pelo qual há o reconhecimento das diferenças entre os alunos e da respectiva necessidade de haver condições diferenciadas, reconhecendo o direito à igualdade de oportunidades de acesso ao currículo escolar aliado ao reconhecimento e respeito às singularidades.

Do ponto de vista educacional, os desafios em relação à acessibilidade são variados, pois as instituições de ensino, da educação básica à superior, terão de lidar com a eliminação de várias barreiras, desde as de caráter arquitetônico até as encontradas na comunicação e nas atitudes. Por isso o Programa trabalha, de forma crescente, com a acessibilidade viável nas áreas comunicacional, arquitetônica, programática, informacional, metodológica e atitudinal.

Resumidamente, o Programa de Acessibilidade e Inclusão propõe e gerencia a eliminação barreiras arquitetônicas, instrumentais, comunicacionais e atitudinais, tanto na sala de aula quanto nas demais dependências da IES, buscando sempre recursos e estratégias que promovam acesso e permanência dos acadêmicos e colaboradores com deficiência em todo contexto educacional e laboral.

a) Objetivo Geral

Efetivar uma política de acessibilidade e inclusão aos acadêmicos e colaboradores com deficiência, promovendo ações que garantam a acessibilidade física, pedagógica e nas comunicações e informações, na FA.

b) Objetivos Específicos

a. Efetivar a política de inclusão das pessoas com deficiência na IES;
b. Promover a eliminação de barreiras atitudinais, programáticas, pedagógicas, arquitetônicas e de comunicações.
c. Despertar o convívio com a diferença e facilitar o convívio com a diversidade;
d. Garantir a educação inclusiva;
e. Adquirir e assegurar a tecnologia assistida e a comunicação alternativa;
f. Apoiar funcionários, técnicos e corpo docente nas demandas relacionadas ao processo educativo inclusivo;
g. Garantir a segurança e integridade física de pessoas com deficiên**cia) Das Ações do Programa**

Assim o Programa supervisiona:

a) A eliminação de barreiras físicas nas edificações;
b) A garantia do pleno uso dos recursos de mobilidade, com o acesso e prioridade aos elevadores e rampas;
c) A adequação dos sanitários aos cadeirantes e alunos com baixa visão;
d) A acessibilidade aos materiais e recursos de aprendizagem como: textos digitalizados; lupa eletrônica, “Ledor” e de interprete para a língua de sinais – Libras;
e) Mobiliário adequado nas áreas de atendimento e sala de aula.

Assim o Programa promove:

a. A promoção de Projetos de Sensibilização,
b) Formação e Capacitação de Professores e Funcionários da IES em Atendimento Inclusivo e que assegure a Acessibilidade. Realizar semestralmente um “Censo” de estudantes de graduação e pós-graduação, professores e funcionários técnico-administrativos com deficiência;
c) Projetos de Comunicação e Eventos Relativos à Inclusão e Acessibilidade.

PROGRAMA DE MONITORIA

INTRODUÇÃO

O presente Programa visa proporcionar aos professores orientadores e alunos-monitores da FA – informações sobre a MONITORIA, entendida como possibilidade de aprofundamento da formação acadêmica do aluno de graduação.

1- O QUE É MONITORIA

A Monitoria é a modalidade de ensino-aprendizagem, dentro das necessidades de formação acadêmica, destinada aos alunos regularmente matriculados. Objetiva despertar o interesse pela docência, mediante o desempenho de atividades ligadas ao ensino, possibilitando a experiência da vida acadêmica, por meio da participação em diversas funções da organização e desenvolvimento das disciplinas dos cursos, além de possibilitar a apropriação de habilidades em atividades didáticas, conforme as normas estabelecidas na legislação pertinente.

2- DEFINIÇÕES

Monitoria - é o treinamento para a docência e/ou a pesquisa.

Monitor - é o aluno regularmente matriculado no curso de graduação, admitido para auxiliar trabalhos de ensino, devendo estar ligado à disciplina e ao orientador.

Orientador – é o professor responsável pela disciplina, objeto da monitoria, orientando o monitor no aprofundamento dos conhecimentos específicos, consolidando estes conhecimentos à identificação do aluno com a disciplina, e a melhoria do rendimento acadêmico escolar dos envolvidos.

Função – a função da monitoria é exclusivamente auxiliadora, sendo proibido que o monitor, mesmo eventualmente, substitua o professor em atividade de magistério. Em hipótese alguma dar aulas, até porque ele ainda não tem a necessária formação para isto. **Monitor é admitido para auxiliar trabalhos de ensino e pesquisa.**

3 - MONITORIA: FORMA ALTERNATIVA DE TRABALHO PEDAGÓGICO

A prática da Monitoria no contexto educativo data de longo tempo e se define como ***processo pelo qual alunos auxiliam alunos na situação ensino-aprendizagem*.** Nos últimos anos, com o desenvolvimento do pensamento pedagógico de orientação crítico-progressista, procedimentos monitorais vêm ganhando espaço no contexto da realidade educacional das instituições de educação superior. A monitoria, como procedimento pedagógico, tem demonstrado sua utilidade, à medida que atende às dimensões "política, técnica e humana da prática pedagógica" (CANDAU:1986, p.12-22).

4 - QUEM É O MONITOR DA FA?

É o aluno de graduação concursado para exercer, juntamente com o professor, atividades técnico-didáticas condizentes com o seu grau de conhecimento junto à determinada disciplina, já por ele cursada.

O MONITOR NÃO SUBSTITUI O PROFESSOR NA DISCIPLINA.

5 - COMPETÊNCIAS E DEVERES DO PROFESSOR – ORIENTADOR

a) Dar oportunidade ao aluno para que ele acompanhe as atividades didático-científicas da disciplina e/ou grupo de disciplinas, inclusive a preparação e seleção de material para aulas teórico-práticas e trabalhos escolares;
b) Propiciar ao aluno oportunidade de auxiliar no preparo de trabalhos práticos e experimentais, compatíveis com seu nível de conhecimento e experiência na disciplina e/ou grupo de disciplinas;

c) Planejar estratégias juntamente com o aluno-monitor para que o mesmo faça um efetivo acompanhamento das turmas;
d) Elaborar juntamente com o aluno-monitor, o plano de trabalho. Neste plano deve-se pensar em todas as atividades a serem realizadas pelo aluno-monitor e a carga horária a ser dispensada para cada uma delas;
e) Supervisionar as atividades realizadas pelo aluno-monitor;
f) Fazer o acompanhamento efetivo do aluno-monitor e auxiliá-lo sempre que lhe for solicitado; reunir-se minimamente uma hora por semana com o monitor para planejar e avaliar os atendimentos aos discentes.
g) Apresentar à Coordenação do Programa, ao final do semestre letivo, relatório das atividades exercidas, e assinar o formulário de acompanhamento referente às atividades em cada mês do aluno-monitor (ver modelo nos anexos).

É VETADO AO MONITOR MINISTRAR AULAS TEÓRICAS, BEM COMO, EXECUTAR TAREFAS DE AULAS PRÁTICAS E SEMELHANTES, SEM A SUPERVISÃO DO PROFESSOR DA DISCIPLINA.

6 – INSCRIÇÕES

Poderá inscrever-se a uma vaga na monitoria, o aluno que atenda aos seguintes requisitos:

- ter cursado a disciplina objeto da seleção;
- ter sido aprovado com nota igual ou superior a oito (5.0) na disciplina em que esteja se candidatando;
- não ter sofrido qualquer tipo de penalidade, e estar quites com as obrigações financeiras perante a FA.

7 - SELEÇÃO

A seleção é realizada **anualmente**, em época estabelecida em Calendário.

8 - ATRIBUIÇÕES DO ALUNO MONITOR

a) Interagir com professores e alunos visando um melhor desempenho da aprendizagem, e um bom relacionamento entre docentes e discentes.

b) Participar de atividades que propiciem o aprofundamento de seus conhecimentos na disciplina objeto da monitoria, através de pesquisas, seminários, monografias, revisão de textos e resenhas bibliográficas.
c) Exercer suas atividades em consonância com o plano de trabalho elaborado em conjunto com o professor orientador.
d) Regularmente ou quando for solicitado, apresentar ao professor orientador relatório de suas atividades, envolvendo avaliação do seu desempenho, da orientação recebida e das condições em que se desenvolveram suas ações.
e) Entregar mensalmente frequência e relatório assinada pelo professor-orientador a coordenação responsável pela monitoria;
f) Preencher o cadastro e assinar termo de compromisso por 06 (seis) meses, **podendo ser renovado** por mais 06 (seis) meses;

9 - ORIENTAÇÃO

O monitor exerce suas atividades sob a supervisão do professor orientador, responsável pela disciplina. Cabe ao professor orientador pronunciar-se sobre o desempenho do monitor, ao final do semestre letivo.

10 - CONTROLE

Ao término do ano letivo o professor orientador apresenta em um único relatório a avaliação da monitoria, avaliação do monitor e atividades desenvolvidas por ambos.

11 - JORNADA E EXERCÍCIO DA MONITORIA

O monitor exercerá suas atividades sem qualquer vínculo empregatício com a FA. Cumprirá a sua jornada em horário não conflitante com o de suas aulas, **60 horas semestrais**, distribuídas entre suas diversas atividades, e dentro de suas conveniências.

Ao professor orientador compete encontrar-se com o aluno monitor **1 hora por semana**, dentro de suas conveniências.

12 - CANCELAMENTO DA MONITORIA

O monitor poderá ser suspenso da monitoria quando:

I- Sofrer suspensão de caráter disciplinar;

II- Revelar conduta incompatível com a ordem interna;

III- Trancar a matrícula, abandonar ou solicitar transferência de Curso;

IV- Ficar inadimplente por mais de 90 dias.

O monitor poderá solicitar dispensa da Monitoria a qualquer momento, para tanto, comunicará seu afastamento com antecedência de 30 dias, por escrito à coordenação do

curso a que pertence, e este, comunicará à coordenação do Programa para as providências cabíveis.

O monitor fica ciente que, uma vez dispenso das atividades da monitoria, não receberá nenhum tipo de certificado e/ou horas contabilizadas como monitoria.

13- CERTIFICAÇÃO DA MONITORIA

O aluno receberá, após o seu tempo de monitor, um certificado de monitoria contendo a disciplina e a carga horária da mesma, assinado pela Coordenador do Programa e pelo Diretor Geral da Instituição.

A certificação é outorgada aos discentes que possuírem avaliação de desempenho positiva.

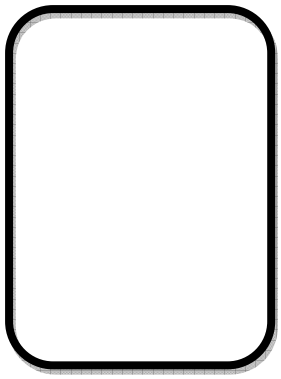
FA

PROGRAMA DE MONITORIA

MANACAPURU - AM

CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA

CADASTRO DO(A) MONITOR(A)



Ano do programa:

DADOS GERAIS

Curso:
Disciplina:
Nome do Aluno(a) Monitor(a):
Nº da matrícula:
Telefone:
E-mail:
Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):
E-mail:
Telefone para contato:

Manacapuru – AM

FA

PROGRAMA DE MONITORIA

MANACAPURU - AM

TERMO DE COMPROMISSO

Nome completo do(a) Aluno(a):
Nº de Matrícula:
Curso:
Período:
Nome do(a) Professor(a) Orientador(a):
Disciplina objeto de monitoria:
Período da disciplina objeto de monitoria:

Conhecendo as normas que regem o Sistema de Monitoria da FA, de acordo com o edital ou outro documento normatizador emitido pela instituição, comprometo-me a cumpri-los, e declaro-me ciente de que a participação no programa de monitoria voluntária não estabelece qualquer vínculo empregatício entre a minha pessoa e a FA.

Manacapuru, ____ /____ / _____

_____

Assinatura do(a) Monitor(a)

FA

RELATORIO MENSAL DE MONITORIA

Curso	
Monitor (a)	
Orientador (a)	
Disciplina	

MÊS	**ATIVIDADE/TEM DESENVOLVIDO NA MONITORIA**	**CH**	**CURSO/TURNO**

Manacapuru, ____ /____ / _____

Monitor **Orientador**

FREQUENCIA MENSAL

Curso	
Monitor (a)	
Orientado (a)	
Disciplina	
Mês	

Dia	Horário	Assinatura Monitor	Assinatura Orientador

Manacapuru, ____ /____ / _____

_____ _____

Monitor **Orientador**

PROGRAMA DE ARTICULAÇÃO PESQUISA ENSINO E EXTENSÃO

APRESENTAÇÃO

De acordo com a legislação, o tripé formado pelo ensino, pela pesquisa e pela extensão constitui o eixo fundamental da Universidade brasileira e não pode ser compartimentado. O artigo 207 da Constituição Brasileira de 1988 dispõe que “as universidades [...] obedecerão ao princípio da indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão”. Equiparadas, essas funções básicas merecem igualdade em tratamento por parte das instituições de ensino superior, que, do contrário, violarão o preceito legal. Este programa dedica-se a promover a indissociabilidade em que se assenta a universidade e as instituições de ensino superior em geral, o que exige, no nível mais abrangente de análise, sempre uma perspectiva ternária que inclua as atividades de ensino, pesquisa e extensão, igual importância e íntima unidade.

1. JUSTIFICATIVA

A indissociabilidade é um princípio orientador da qualidade da produção universitária, porque afirma como necessária a tridimensionalidade do fazer universitário autônomo, competente e ético. Ora, a universidade tem sido palco de análises e debates que têm dado destaque seja ao ensino, seja à pesquisa, seja ainda à extensão.

Assim, se considerados apenas em relações duais, a articulação entre o ensino e a extensão aponta para uma formação que se preocupa com os problemas da sociedade contemporânea, mas carece da pesquisa, responsável pela produção do conhecimento científico. Por sua vez, se associados o ensino e a pesquisa, ganha-se terreno em frentes como a tecnologia, por exemplo, mas se incorre no risco de perder a compreensão ético-político-social conferida quando se pensa no destinatário final desse saber científico (a sociedade).

Enfim, quando a (com frequência esquecida) articulação entre extensão e pesquisa exclui o ensino, perde-se a dimensão formativa que dá sentido à universidade. Embora se reconheça a importância dessas articulações duais, o que aqui se defende é um princípio que, se posto em ação, impede os reducionismos que se verificam na prática universitária: ou se enfatiza a produção do novo saber, ou a intervenção nos processos sociais, ou ainda a transmissão de conhecimentos na formação profissional.

Envolvidos nessa experiência, pudemos refletir um pouco acerca das práticas universitárias, muitas delas isoladas ou, no máximo, duais. Defendemos assim, duas ideias centrais: a primeira delas é de que a indissociabilidade entre ensino, pesquisa e extensão ainda não é levada em conta na prática de muitos docentes, seja porque na graduação a ênfase recai sobre o ensino, ou porque na pós-graduação acentuase a pesquisa. A segunda ideia, decorrente de nossa experiência, é de que o estágio de docência na pós graduação é uma excelente oportunidade de praticar a indissociabilidade defendida. A apresentação de nossa experiência pretende demonstrar esse argumento.

Tratar de indissociabilidade na universidade é considerar necessariamente dois vetores de um debate: de um lado, as relações entre universidade, ensino, pesquisa e extensão; e, de outro, confluindo para a formulação de uma tridimensionalidade ideal da educação superior, as relações entre o conhecimento científico e aquele produzido culturalmente pelos diferentes grupos que compõem a sociedade em geral. Cumpre, portanto, considerar brevemente esse debate para melhor entender por quê, apesar de ideal, a pretendida indissociabilidade muitas vezes não se verifica na prática. Como ressalta Silva (2000), as relações entre ensino, pesquisa e extensão decorrem dos conflitos em torno da definição da identidade e do papel da universidade ao longo da história. Por sua vez, Magnani (2002) indica que, nesses quase duzentos anos de ensino superior no Brasil, pouco a pouco a legislação educacional registrou o esforço por transformar o modelo de

transmissão de conhecimento em um modelo de produção e transmissão do saber científico, aliando pesquisa e ensino, como decorrência das pressões por democratização do acesso às universidades. Mais recentemente ainda, a extensão surge como terceiro elemento do fazer acadêmico, resposta às críticas e pressões sofridas pela universidade, oriundas de setores e demandas sociais (Silva, 2000). Ensino, pesquisa e extensão aparecem, então, ao final do século XX, unidos pelo princípio constitucional da indissociabilidade antes citado.

A perspectiva de um conhecimento "pluriversitário" não beneficia apenas as comunidades que têm seus saberes levados em conta. Como bem mostram os autores citados, particularmente Santos (2004), a própria universidade se renova nesse processo. O ensino é, provavelmente, o melhor exemplo dessa renovação, à medida que, integrado ao conhecimento produzido através da pesquisa e aos anseios da sociedade considerados nas atividades de extensão, ganha em relevância e significado para a comunidade universitária. Desse modo, ensinar termina por ser uma atividade que, ao mediar a pesquisa e a extensão, enriquece-se e amadurece nesse processo: o professor universitário, ao integrar seu ensino à pesquisa e à extensão, mantém-se atualizado e conectado com as transformações mais recentes que o conhecimento científico provoca ou mesmo sofre na sua relação com a sociedade, além de formar novos pesquisadores, críticos e comprometidos com a intervenção social. Logo, não há pesquisa nem extensão universitária que não desemboquem no ensino, permitindo ao fim um diálogo que, nas palavras de Santos (2004), substitui a unilateralidade pela interatividade. O que a longo prazo trará benefícios aos acadêmicos, aos docentes, e as comunidades envolvidas.

Neste sentido, entendemos que as Clínicas que prestam serviço a Comunidade em Geral são espaços privilegiados para o desenvolvimento de projetos que trabalhem intensamente na perspectiva da interatividade expressa aqui. Além disso, a IES, dispõe de um Núcleo de Extensão e um Núcleo de Pesquisa e Inovação Tecnológica, os quais sobre a coordenação de ensino executam trabalhos também na dimensão da interatividade.

2. OBJETIVO

OBJETIVO GERAL: Promover a articulação entre o Ensino; Pesquisa e Extensão, na perspectiva de promover práticas de ensino, pesquisa e extensão na perspectiva da interatividade, por meio do desenvolvimento de projetos que tenham atividades nas três dimensões (Ensino, Pesquisa e Extensão).

3. METODOLOGIA DO PROGRAMA

Os projetos desenvolvidos pelo PAPEE devem ter como principio os seguintes princípios:

- **Indissociabilidade entre as Atividades de Ensino, Pesquisa e Extensão**. O princípio da indissociabilidade perpassa duas relações:
  a) relação ensino/extensão, pela qual se torna viável a democratização do saber acadêmico, propiciando que esse saber retorne à IES reelaborado e enriquecido;
  b) relação pesquisa/extensão, através da qual ocorre uma produção do conhecimento capaz de contribuir positivamente para a alterações significativas das relações sociais.

  Tais relações integram-se organicamente à formação acadêmica, permitindo que alunos e professores interajam como sujeitos do ato de aprender, de forma que a extensão se transforme dialeticamente num instrumento capaz de articular teoria e prática, dando suporte às mudanças necessárias ao processo pedagógico;
- **Caráter Interdisciplinar das Ações Extensionistas**. A extensão, como um dos espaços que propiciam a realização de atividades acadêmicas, possibilita a interlocução entre as áreas distintas do conhecimento e o desenvolvimento de ações interprofissionais e interinstitucionais. Na medida em que investe numa nova forma do fazer científico, a extensão articula e integra conhecimentos, constituindo-se como um dos profícuos caminhos para reverter à tendência de departamentalização do conhecimento sobre a realidade;
- **Compromisso Social da IES na Busca de Solução dos Problemas mais urgentes da maioria da população**. A extensão constitui-se em canal privilegiado para que a missão social das Instituições de Ensino Superior seja cumprida, visto que, em sendo a IES concebida como um espaço aberto às discussões que contribuem para a formação técnica, para o exercício da cidadania e para a superação das formas de exclusão, ratifica-se que as ações de extensão devem ser desenvolvidas em direção à autonomia das comunidades, evitando-se qualquer forma de dependência, assistencialismo ou paternalismo;
- .**Reconhecimento dos Saberes Tradicionais e da Grande Relevância das suas Interações com o Saber Acadêmico**. As interações entre os saberes tradicionais e o saber acadêmico potencializam a produção do conhecimento, estendendo-a, orgânica e continuamente, à recíproca decodificação e sistematização dos resultados alcançados. Possibilita, ainda, o confronto com a realidade e a efetiva participação das comunidades tradicionais em face da atuação da IES. Ou seja, ao articular o ensino e a pesquisa de forma indissociável, a extensão viabiliza uma relação transformadora entre IES e sociedade;
- **Incentivo ao debate permanente em torno da realidade amazônica propiciando a implementação de ações correspondentes às demandas das populações**

locais. O espaço das ações extensionistas oportuniza possibilidades impares de reflexão acerca da realidade sócio - ambiental da Amazônia, debruçando-se sobre questões que afligem as comunidades da região. Possibilita, ainda, a construção de alianças e parcerias em defesa dessas populações, contribuindo para o seu fortalecimento enquanto sujeitos de direitos.

Os Projetos atenderão a Editais Específicos do PAPEE, de caráter anuais, publicados pela IES, indicando as linhas de trabalho anuais, o quantitativo de recurso disponível para as atividades, o número de participante e os critérios de avaliação das propostas encaminhadas.

PROGRAMA DE NIVELAMENTO

1. APRESENTAÇÃO

Ao ingressar em uma Instituição de Ensino Superior o aluno depara-se com uma realidade não apenas diferente, mas desafiadora, que em alguns casos termina por levá-lo a abandonar os estudos.

As dificuldades em acompanhar as disciplinas ministradas constituem-se em um dos fatores que levam o aluno a desistência pois, junto com as dificuldades surgem os sentimentos de incompetência e por conseqüência o desinteresse e a reprovação.

Entendemos que estas dificuldades resultam da baixa qualidade do ensino que a maioria dos alunos recebem desde as séries iniciais, bem como de situações como distorção idade-série que culminam com conclusão do ensino fundamental e médio através de programas supletivos.

O que percebemos é que a formação oferecida nos ensinos fundamental e médio deixa ainda muito a desejar, sendo comuns as queixas dos docentes do ensino superior quanto às falhas de formação e ao baixo nível apresentado pelos alunos, sobretudo no início da vida acadêmica. Grande parte deles são alunos que não conseguem organizar bem as idéias por escrito, cometem muitos erros gramaticais e ortográficos e apresentam, ainda, falhas básicas no raciocínio matemático, dentre outros.

A Faculdade Amazonas - FA procurando lidar com esta realidade e em função disto instituiu, para seus alunos, o Projeto Institucional de Nivelamento, que pode ser definido como um procedimento de apoio ao estudo e uma atividade pedagógica de fundamental importância para a sua formação, como aluno universitário.

O Projeto Institucional de Nivelamento da FA faz parte do Programa de Apoio aos Discentes e tem por função propiciar ao aluno o acesso ao conhecimento básico em disciplinas de uso fundamental aos seus estudos no ensino superior.

2. OBJETIVOS

- Contribuir para a superação das lacunas herdadas do ensino nos níveis anteriores;
- Ajudar os acadêmicos a realizar um curso superior de qualidade;
- Oportunizar aos participantes uma revisão de conteúdos, proporcionando, por meio de explicações e de atividades, a apropriação de conhecimentos esquecidos ou não aprendidos.

3. METODOLOGIA

O nivelamento será ministrado por um professor e as turmas serão preferencialmente compostas de forma a permitir que o aluno, de acordo com sua disponibilidade de tempo e horário, possa freqüentar mais de uma disciplina.

Os cursos de nivelamento serão ministrados por professores da Instituição, ou por ela contratados para este fim, com objetivo de oferecer a todos os alunos condições de acompanhar os conteúdos das disciplinas regulares dos cursos.

O programa será oferecido em caráter opcional, mediante divulgação de edital e aplicação de prova para seleção dos participantes. O aluno selecionado que não desejar participar deverá requerer sua dispensa do projeto.

4. PÚBLICO ALVO

Alunos regularmente matriculados em qualquer semestre.

5. FORMA DE INGRESSO

O aluno apresentar dificuldades em acompanhar qualquer uma das disciplinas durante o curso poderá requerer sua matricula via requerimento interno diretamente na coordenação de seu curso.

6. AVALIAÇÃO

A Avaliação como processo acontecerá através do desempenho do aluno nas aulas de nivelamento e do acompanhamento do aluno nas disciplinas do seu curso.

PAD – PROGRAMA DE ACOMPANHAMENTO DISCENTE

O Programa de Apoio ao Discente – PAD se divide em três eixos:

Eixo 01 - ATIVIDADES EXTRACLASSE

a) Academia de oratória: A Academia de Oratória Rui Barbos, proporciona aos alunos um local para aprender e treinar técnicas de oratória. O trabalho compreende a ação conjunta com a Oficina de Redação, que busca desenvolver a produção de diferentes gêneros textuais. A Academia também é itinerante, com o objetivo de levar a oratória a vários locais, sempre buscando parcerias e divulgando o trabalho da Escola.

b) Grupo Poetando: Através da escrita e declamação de textos literários, os alunos desenvolvem a criatividade, sensibilidade e expressão oral. O grupo se reúne uma vez por semana para estudar novos textos e ensaiar com o objetivo de preparar as apresentações em vários locais.
c) Grupo Voz e Vida: Atividade de Canto e Educação Vocal com a formação do Coral composto por alunos da IES.
d) Intercâmbio acadêmico: Com o objetivo de ampliar o vocabulário das línguas inglesa e espanhola e de proporcionar o contato com diferentes culturas e pessoas, a FA, busca incentivar os alunos a participarem de viagens internacionais, cursos e eventos de disseminação das línguas estrangeiras desenvolvidas em convênio com o Centro de Idiomas. Também e previsto a recepção de intercambistas de diferentes países para a convivência com os alunos. (Vide Regulamento de Intercâmbio e Ações de Internacionalização)
e) Oficina de artes: A Oficina de Artes tem como objetivo apresentar ao aluno a possibilidade criativa e artística, com o uso de materiais alternativos e reciclados, construindo uma conscientização e contribuindo com um mundo sustentável e, também, a oficina de cerâmica que é uma das artes mais antigas. As propostas têm o intuito de despertar nos alunos o interesse pelas artes visuais.
f) Oficina de teatro: A Oficina de Teatro tem como objetivo formar grupos de teatro com os alunos da FA interessados na arte da interpretação, representação e de construir uma plateia, fomentando o fazer teatral na escola e na comunidade escolar. O grupo de teatro representa a IES em diferentes eventos.
g) Orientação profissional: Escolher uma profissão é a passagem para o mundo adulto e, a decisão da escolha, marca o ingresso no caminho da construção para o trabalho e a sua independência. A FA, preocupada com esse momento tão especial para o jovem, coloca à disposição vários serviços para ajudá-lo em suas escolhas e no desenho de seu projeto de vida.
    - Curso de Formação Profissional (20h/a), com certificação.
    - Orientação Profissional em acompanhamento com o Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade.
    - Visitas aos cursos da Universidade.
    - Palestras sobre assuntos da atualidade.
    - Rodada de conversa com Profissionais
h) Escola de Líderes: Desenvolver Líderes a partir do aperfeiçoamento o conhecimento sobre liderança de equipes, dos diferentes estilos de liderança e do adequado planejamento dos processos e atividades, visando à melhoria do desempenho dos representantes de turma junto aos seus representados.

i) Diretório Acadêmico e Apoio a Representatividade discente: A FA compreende que a representatividade discente é um dos pilares do funcionamento de uma gestão democrática, neste sentido estimulamos a organização dos alunos valorizando a participação dos mesmos a partir do Colegiado Discente, formado pelo conjunto de representantes discentes escolhidos de maneira livre por seus pares. Este Colegiado possui um calendário de reuniões semestrais, além disso, os representantes discentes possuem assento no Colegiado de Curso com direito a voz e voto.
j) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

EIXO 02 – ATENDIMENTO PEDAGÓGICO; ACOMPANHAMENTO PSICOPEDAGÓGICO E ACESSIBILIDADE

a) Núcleo de Atendimento Psicopedagógico e Acessibilidade: A finalidade do NAPA é orientar e realizar intervenções breves nas dimensões psicopedagógica e social para o corpo discente, docente e técnicos administrativos da faculdade. Para os casos que se fizer necessário um atendimento mais especializado, o NAP deverá sugerir o devido encaminhamento. Seu objetivo geral é promover, por meio do atendimento psicopedagógico e social, a saúde dos relacionamentos interpessoais e institucionais, contribuindo para o processo de aprendizagem do aluno e seu pleno desenvolvimento.
b) Núcleo de Orientação à Pesquisa e Inovação: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.
c) Atendimento Extraclasse: O atendimento extraclasse aos alunos será realizado pelo Coordenador do Curso, pelos professores em regime de trabalho de Tempo Integral e Tempo Parcial, com jornada semanal específica para atendimento ao aluno, assim como pelo Apoio Psicopedagógico ao Discente. A FA, também tem como política de apoio ao desenvolvimento acadêmico de seus alunos, o acompanhamento sistemático dos índices alcançados pelos mesmos nas Provas e Exames Nacionais de Desempenho. Esse acompanhamento se dá a partir da análise critica dos resultados alcançados apresentados nos relatórios disponibilizados pela iniciativa oficial e outros relatórios internos. Esses documentos possibilitam ao corpo docente visualizar, acompanhar e intervir quando necessário no processo de aprendizagem e desenvolvimento dos nossos acadêmicos.
d) Ações de Acolhimento aos Ingressantes: O Programa de Apoio ao Discente prevê a realização de atividades de acolhimento aos Ingressantes como a Recepção de

Calouros e o oferecimento de oficinas especificas na área da leitura, escrita e calculo, através do nivelamento acadêmico.

e) Ações de Acompanhamento de Egressos: O Programa de Apoio ao Discente também prevê assistência aos alunos egressos, com a oferta de palestras para orientação de carreira e ainda com ações de promoção de empregabilidade realizadas anualmente pela instituição. Ademais os alunos egressos efetivamente cadastrados fazem parte da política de descontos na pós-graduação e eventualmente em outros cursos da instituição. A FA está implantando Programa de Acompanhamento dos Egressos, tendo como objetivo estreitar o relacionamento entre a Instituição e seus ex-alunos, desencadeando ações de aproximação, contato direto e permanente, por meio de todas as formas de comunicação possíveis e viáveis. Bem como analisar a inserção do egresso no mercado de trabalho. Para tanto, foram adotadas algumas ações, tais como:

   a. Criação de base dados, com informações atualizadas dos egressos;
   b. Criação de núcleo de ex-alunos, a fim de manter diálogo constante com os mesmos, oferecendo espaços de debates sobre sua vida profissional e atuação social;
   c. Disponibilização aos egressos de informações sobre eventos, cursos, atividades e oportunidades oferecidas pela FA, a fim de promover relacionamento contínuo entre a Instituição e seus egressos;
   d. Aplicar pesquisa com egresso sobre inserção no mercado de trabalho.

   Além disso, o Programa de Acompanhamento do Egresso, busca viabilizar uma linha permanente de estudos e análises sobre alunos egressos, a partir das informações coletadas, objetivando avaliar a qualidade do ensino e adequação da formação do profissional para o mercado de trabalho.

f) Atividades de Nivelamento: Com o objetivo de recuperar as deficiências de formação dos ingressantes no Curso da FA oferece aos seus alunos cursos de nivelamento. Considerando a importância do uso correto da língua portuguesa e dos fundamentos de matemática são ministrados cursos de gramática e redação e também matemática básica. Estes cursos visam suprir as deficiências básicas dos alunos que não consigam acompanhar adequadamente o aprendizado. Dessa maneira, acredita-se estar atendendo os alunos que estavam temporariamente afastados da vida escolar e aqueles que necessitam de reforço das bases de ensino médio. As aulas são realizadas aos sábados, sem nenhum custo adicional aos alunos.

g) Monitoria: Com objetivo de incentivar os docentes no ensino e aperfeiçoá-lo para a docência.

h) Programas de Apoio Financeiro: Serão concedidas bolsas de estudos aos alunos que desenvolverem projetos de iniciação científica/pesquisa/extensão, sob orientação docente. Atualmente, a Faculdade disponibiliza bolsas na forma de desconto nas mensalidades.

i) Bolsa de Iniciação Científica: A FA, por meio do Programa Institucional de Bolsa de Iniciação Científica – PIBIC oferece bolsas de iniciação científica, como forma de estimular e apoiar a participação dos estudantes nos projetos de pesquisa desenvolvidos pela Instituição. O PIBIC é um instrumento que proporciona a melhor forma de trabalho com o aluno, incentivando-o a novas iniciativas e valorizando o seu espírito de empreendimento, de curiosidade, de interesse e gosto pela investigação.

j) Política de Desconto: A FA mantém uma política de desconto de 15%, sendo 10% para o vencimento e 5% para convênios. E para os colaboradores há um desconto de 20%. Convênios Empresa por Contrato; Convênio alunos Cemetro,

k) Programas de Financiamento Estudantil: Fies, Prouni .

l) Acessibilidade (Pedagógica e atitudinal) : Considerando a necessidade de assegurar as pessoas com deficiência física e Proteção dos Direitos da Pessoa com Transtorno Espectro Autista: A FA por meio de sua clinica de psicologia possui um Programa de Atendimento ao discente com transtorno espectro autista mediado por uma equipe multidisciplinar em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764 de 27 de dezembro de 2012.

m) Internacionalização e Mobilidade: A IES possui convênio com a Universidade Nihon Gakko e com o Programa Ciência sem Fronteiras para intercâmbio acadêmico e todas as matrizes curriculares contam com a disciplina de inglês.

EIXO 03 – SERVIÇOS ACADÊMICOS

a) Ouvidoria: A Ouvidoria é um serviço de atendimento à comunidade interna e externa, com atribuições de ouvir, encaminhar, acompanhar reclamações, denúncias, elogios, solicitações, sugestões ou esclarecer dúvidas.

b) Serviço de Atendimento ao Aluno Bolsista: espaço especialmente destinado ao atendimento ao aluno bolsista com profissionais treinados para dirimir todas as duvidas e facilitar a tramitação de processos de subvenção financeira no âmbito municipal, estadual e federal.

c) Clinicas e Serviços da IES

- Clinica Multidisciplinar: Espaço multidisciplinar para orientação psicológica e avaliações nutricionais, respectivamente.

- Clinica de Nutrição: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para orientação nutricional
- Clinica de Fisioterapia: Espaço para atendimento com enfoque multidisciplinar para reabilitação fisioterápica
- Brinquedoteca: Atendimento aos filhos dos acadêmicos e funcionários destinados à crianças de 4 a 8 anos de idade, sem custos financeiros adicionais.
- Ambulatório: Atendimento de primeiros socorros por enfermeira credenciada ao conselho oferecido aos acadêmicos e funcionários, sem custo financeiro adicional.
- Núcleo de Práticas Jurídicas: Atendimento e assistência jurídica gratuita, com proteção de serviços à comunidade Manauara.
- Portal Acadêmico: Disponibiliza informações e notícias sobre a faculdade, sobre o curso, demais serviços e documentos importantes para o aluno com PDI, Manual do Aluno, PPC, Regulamentos entre outros.
- Núcleo de Orientação à Pesquisa: Oferece aos acadêmicos de graduação um processo de orientação aos Trabalhos de Curso (TC), como também de pesquisa.

PROGRAMA DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

O Programa de Avaliação Institucional baseia-se em quatro nortes que serviram para um processo avaliativo na perspectiva de aperfeiçoamento institucional:

a) conscientização e adesão voluntária, a avaliação deve ser algo conquistado e não imposta, a fim de que tenha legitimidade política, pois a imposição não produz absolutamente nada, ao contrário faz do ato de avaliar algo punitivo e não construtivo;

b) avaliação total e coletiva - é preciso que a instituição seja avaliada como um todo e não fragmentada, ou seja, em todos os seus setores e com envolvimentos de todos os seus colaboradores;

c) unificação da linguagem – para que não haja ruídos na comunicação é preciso que se unifiquem os conceitos, princípios e finalidades do projeto de avaliação institucional;

d) competência técnico-metodológica – deve-se ter uma base científica que direcione o projeto e que propicie legitimidade aos dados coletados.

Além destes parâmetros, a auto avaliação foi desenvolvida tendo em vista as seguintes características: processo democrático – possibilitou aos colaboradores envolvidos conhecer os objetivos, procedimentos e aspectos que serão utilizados: contextualizada – norteou a instituição a conhecer a demanda de ensino superior no ambiente social onde está inserida; respeitando as diversidades, a história e a cultura institucional; flexível – aberta as discussões e mudanças necessárias durante o processo, sem perder de vista a veracidade de seus objetivos; incentivadora – promoveu o envolvimento e a participação de toda a comunidade institucional, afastando a insegurança e a desconfiança. Incentivou, também, a veracidade, o livre arbítrio de opiniões, criando valores de aperfeiçoamento e desenvolvimento constante; ética – pautou-se em valores morais e éticos, de acordo com a práxis acadêmica e científica das comunidades interna e externa à instituição: sistemática – o processo avaliativo foi contínuo, regular e sistemático de conhecimento e aprimoramento da realidade educacional avaliada e do próprio processo avaliativo.

Por meio de um Fórum permanente de discussão, que tem nas nossas instâncias colegiadas, o local privilegiado, os resultados dos processos internos e externos de avaliação e ainda os índices oficiais que dizem respeito aos resultados alcançados pelos alunos no ENADE, nos cursos pelas avaliações in loco, e ainda o CPC e o IGC, serão cuidadosamente analisados. Estes dados serão cruzados com os resultados obtidos pela CPA e servirão de base para o processo e tomada de decisão tanto no âmbito da gestão como no âmbito pedagógico, tendo em vista a constante melhoria de nossos processos institucionais e de nossas ações educativas.

Esse cruzamento de dados realizado pela CPA dará lastro para a elaboração de um relatório unificado de autoavaliação, de onde emerge dois tipos de planejamento: Um Plano de Gestão Macro Institucional e um Plano Acadêmico Administrativo de Curso, tendo em vista o fortalecimento continuo dos cinco eixos deste PDI (Planejamento e Avaliação Institucional; Desenvolvimento Institucional; Políticas Acadêmicas; Políticas de Gestão; Infraestrutura).

1.1 Objetivo Geral do Processo de Auto avaliação Institucional:

Promover a Cultura da Auto avaliação entendendo a mesma e seus resultados, como instrumento de gestão acadêmica e administrativa;

1.2 Objetivos Específicos:

Realizar auto-avaliação institucional em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Realizar auto-avaliação de curso em um processo democrático de participação de todos os segmentos envolvidos docentes/discentes/técnicos;

Analisar os dados coletados tendo em vista o subsídio das ações acadêmico/administrativas realizadas no âmbito dos cursos e da instituição.

1**.3 Metodologia da avaliação institucional:**

O processo de auto avaliação será assumido dentro de duas dimensões. A primeira se define como avaliação externa, ou seja, diz respeito aos índices alcançados pela IES (ENADE; IGC; CPC e Avaliação In Loco) A segunda dimensão diz respeito ao processo interno de avaliação, o qual se desdobra em dois níveis. O primeiro nível é o Macro institucional, onde a comunidade acadêmica avalia os determinantes macro institucionais da IES, incluindo a Infraestrutura. O segundo nível compreende os determinantes internos do curso identificados com os itens de natureza pedagógica e acadêmica.

1.3.1 Avaliação Interna são duas:

a) Primeiro Nível: Avaliação Macro Institucional

Em acordo com a legislação vigente e atendendo o que preconizam os documentos que norteiam o processo de avaliação institucional, o primeiro nível de avaliação diz respeito à avaliação da instituição a partir de 10 dimensões, da lei 10.861, que institui o SINAES, a saber:

- Missão Institucional
- Política de Ensino/ Pesquisa e Extensão
- Responsabilidade Social
- A Comunicação com a Sociedade
- Política de Pessoal
- Gestão Institucional
- Infraestrutura
- Planejamento e Avaliação
- Atendimento ao Estudante
- Sustentabilidade Financeira

Focada nos aspectos macro institucionais e protagonizada pela CPA, a avaliação interna tem como foco principal captar os aspectos administrativos e a maneira como os alunos e colaboradores percebem o conjunto de atividades que a instituição oferta. Esta avaliação terá como função a complementação da avaliação interna (curso) realizada pela FA.

O Plano de Gestão Institucional terá como eixos de ação:

Políticas de Gestão:

1.1.1 Políticas de Pessoal

1.1.2 Organização e Gestão da Instituição

1.1.3 Sustentabilidade Financeira

2. Infraestrutura Física:

2.1.2 Melhorias das Instalações Físicas

2.1.1 Equipamentos; Máquinas

2.1.2 Plano de Manutenção

3. Políticas Acadêmicas

3.1 Ações de Estímulo ao Ensino

3.2 Ações de Estimulo a Extensão

3.3 Ações de Estímulo a Produção Científica e Inovação Tecnológica

3.4 Ações de Apoio ao Discente

Ações de relacionamento com a comunidade externa e interna

b) Segundo Nível: Avaliação de Curso: A Avaliação de Curso – Curso será feita regularmente anualmente sempre no inicio do 1º. Semestre, por meio do levantamento e estudo do desempenho do curso, com o foco voltado para as questões ligadas diretamente aos aspectos pedagógicos dos cursos considerando também, os aspectos relativos ao atendimento das expectativas da comunidade externa, ou seja, do próprio mercado de trabalho. O instrumento desta avaliação foi elaborado tendo em vista o marco regulatório da avaliação e o conjunto de indicadores presentes na avaliação in loco e no ENADE.

1.4 Etapas da avaliação institucional e ações de melhoria institucional:

As avaliações preveem as seguintes etapas:

Definição dos Instrumentos e Coleta de Dados: Nesta etapa serão definidos as técnicas e os instrumentos para coletar dados quantitativos e qualitativos. Com relação aos docentes, técnico-administrativos e integrantes da direção, toda a população preencherá o instrumento de avaliação. Enquanto, aos discentes a mostra corresponderá a 50% ou 100% do número de matrículas.

Os instrumentos serão elaborados pela CPA, mas discutidos com o colegiado de curso e reformulados se necessário, conforme os parâmetros estabelecidos, a partir dos indicadores selecionados pela comissão, dentre as relacionadas previamente pelos envolvidos no processo avaliativo. Os questionários terão um campo comum que visará à avaliação dos Cursos da FA e um específico para a auto-avaliação do discente, do docente, dos integrantes da direção e dos colaboradores da área técnica administrativa. Eles serão

constituídos, prioritariamente, de questões fechadas, embora se reserve o espaço para a expressão de opiniões pessoais que propiciem o aprofundamento qualitativo dos itens previamente construídos. Além do questionário, será utilizada a técnica de grupo focal, a fim de conhecer as concepções e posicionamentos dos discentes e docentes e técnicos - administrativos sobre questões que envolvem o curso, que vão desde a estrutura física a dimensão pedagógica e administrativa.

1.5 Sensibilização da Comunidade Acadêmica e Técnica Administrativa:

Visando o envolvimento acadêmico, técnico e docente a uma participação efetiva de todos os níveis serão realizadas reuniões com todas as turmas dos diferentes cursos, com docentes e técnicos administrativos para sensibilizá-los quanto à importância da participação e os objetivos de todo o processo avaliativo.

a) Tratamento dos Dados e Comunicação dos Resultados: A comissão de avaliação encarregar-se-á de apurar os instrumentos e de interpretar os dados por meio do programa de Avaliação Institucional. Os resultados obtidos por meio de questões fechadas serão submetidos a estatísticas descritivas do programa. Enquanto, que os disponibilizados por meio de questões abertas serão categorizados por uma análise de conteúdo (busca de sentido das citações). Os resultados serão comunicados e divulgados a toda a comunidade acadêmica por meio de relatório que incluirá também conclusões e recomendações. A utilização dos resultados será motivo de discussão em reunião com a comunidade acadêmica, após a divulgação do relatório.
b) Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso: o plano setorial de curso é um instrumento de planejamento interno das coordenações de curso, que visa implantar ações de melhorias em eixos considerados estratégicos para a IES, e para a qualidade de ensino que esta propõe. São objetivos do Plano:
c) Realizar o planejamento das atividades pedagógicas e administrativas, assegurando aos professores as orientações, o tempo e o espaço necessário para o planejamento do semestre.
    - Organizar o semestre letivo, discutindo com os professores as ações pedagógicas a serem realizadas.
    - Propor e organizar ações tendo em vista o enfrentamento das questões pedagógicas que se revelaram problemáticas na avaliação do curso.
    - Elaborar um calendário de atividades para o curso, destacando as ações pedagógicas e administrativas internas relevantes.
d) Metodologia de Elaboração do Plano Acadêmico Administrativo de Curso:

Ao inicio do semestre será destinado um período para o planejamento do curso, após esse período o coordenador deverá zelar pelo cumprimento das ações e

realizações das atividades, tendo em vista o planejamento das atividades do semestre. Ao final desse período o coordenador do curso deverá encaminhar um plano de ação evidenciando as atividades pertinentes ao seu curso, tendo em vista o enfrentamento das dificuldades apontadas pelos professores e a necessidade de melhoria continua da qualidade dos processos pedagógico

Deve-se ainda submeter a apreciação superior o calendário de atividades do curso para que o mesmo possa ser compatibilizado com as demais ações previstas pelos outros cursos a fim de evitar atropelos /ou dificuldades na realização das mesmas. Espera-se que os resultados obtidos nas avaliações possam subsidiar a elaboração dos Plano Acadêmico Administrativo de Curso tendo em vista a continua melhoria dos processos pedagógicos institucionais visando a excelência dos serviços educacionais ofertados e o cumprimento dos princípios, da missão e dos valores da FA, previstos no Plano de Desenvolvimento Institucional PDI

Deve-se observar o planejamento dos seguintes eixos, a saber:

- Atividades Extracurriculares: atividades de cunho formativo e/ou cultural que contribuam para a formação do perfil do egresso, tendo em vista o reforço ao desenvolvimento das competências e habilidades previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso e que não estejam necessariamente vinculadas aos componentes curriculares. Aqui podem ser consideradas atividades complementares como realização de palestras que promovam formação e desenvolvimento profissional com membros da comunidade interna e externa da instituição. São exemplos de atividades extracurriculares: campanhas de conscientização com temas atuais, cursos de curta duração que tragam aperfeiçoamento de habilidade específicas ao desenvolvimento profissional e pessoal do aluno, atividades culturais com a finalidade de promover a cultura local, o talento dos alunos e da comunidade em geral, Concursos, Campanhas Solidárias, Responsabilidade Social e etc... As atividade extracurriculares não possuem caráter obrigatório, não podem servir como critério de avaliação de desempenho do aluno, podendo ser, contudo considerada como atividades complementares.
- Atividades Interdisciplinares e Transversais: projeto de trabalho acadêmico, que tenham como principio o dialogo entre disciplinas, áreas de conhecimento e conteúdos curriculares, na perspectiva de fomentar a interligação de saberes e práticas da área de conhecimento do curso. Espaço para o desenvolvimento de atividades com as temáticas transversais de questões étnico-raciais e de educação ambiental, além de temas desenvolvidos nas disciplinas que careçam de aprofundamento e de abordagem interconceitual. São consideradas atividades

interdisciplinares todas aquelas realizadas nas quais estejam sendo tratados assuntos das disciplinas ministradas. São atividades que devem ser organizadas a partir da sala de aula, com a participação efetiva dos professores, sendo desenvolvidas por estes com seus alunos, servindo inclusive de referência para atribuição de notas na avaliação de desempenho acadêmico. Neste sentido pode ser feitos projetos de trabalhos acadêmicos onde os professores da disciplina do período possam dividir a responsabilidade pela orientação das mesmas e partilhar a nota atribuída entre os componentes curriculares envolvidos. São exemplos dessas atividades: Projetos de Pesquisa e de Extensão. Projetos de Estudos Orientados. Seminários Acadêmicos, Jornadas Científicas, Semanas Acadêmicas, Mostra de trabalhos de curso, Visitas Técnicas, Gincanas de conhecimento, entre outros A diferença entre as atividades interdisciplinares e transversais e as atividades extra-curriculares e que as primeiras são consideradas como metodologias de ensino, devendo ser consideradas como fundamento metodológico dos processos de ensino e aprendizagem. Já as atividades extra- curriculares possuem caráter complementar, informal, não obrigatória. É importante destacar que as semanas acadêmicas por seu caráter e amplitude são consideradas atividades interdisciplinares, pois envolvem diferentes conteúdos e extracurriculares por estarem abertas também a comunidade externa e não serem obrigatórias.

- Acompanhamento de Egressos: realizar um acompanhamento dos egressos do curso, obtendo retorno acerca da aceitação dos nossos ex-alunos no mercado de trabalho, assim como, acerca da necessidade de revisão de condutas e processos pedagógicos tendo em vista a melhor e maior inserção do nosso alunos no mundo do trabalho.
- Monitoramento da Evasão: propor a realização de ações de acompanhamento da evasão, buscando minimizar os índices do curso.
- Auto avaliação interna do curso: organizar ações tendo em vista a avaliação interna do curso, essa avaliação poderá dar-se mediante seminários de avaliação com a participação do corpo docente e representatividade discente do curso, utilizando como base de dados a avaliação da CPA e outras bases de dados oriundas de formulários próprios de avaliação elaborados pelo curso tendo em vista a especificidade do mesmo. A ênfase dessa avaliação deverá ser os aspectos pedagógicos do curso. Metodologias empregadas de ensino e aprendizagem, técnicas de ensino, processos de avaliação e etc.
- Atividades Complementares: As atividades complementares são consideradas atividades curriculares e devem ser propostas pelos cursos tendo em vista o caráter complementar a formação do perfil do egresso, devendo ser pensadas e

programadas a partir das competências previstas para serem desenvolvidas pelos alunos no decorrer da formação. Ao programar estas atividades os docentes e coordenadores devem considerar o regulamento das atividades complementares institucionais.

- Atividades de Extensão: atividades realizadas pelo corpo docente e discente tendo em vista a partilha do conhecimento produzido com o fito de promover a melhoria da qualidade de vida das comunidades envolvidas.
- Atividades de Incentivo a Produção Científica Discente e Docente: Planejar ações de incentivo a produção científica e a inovação tecnológica no interior dos cursos.
- Monitoria: Planejar ações de incentivo de monitoria nos cursos.
- Avaliação do Rendimento: Planejar ações de acompanhamento do rendimento acadêmico dos alunos no interior dos cursos.

REGULAMENTOS INSTITUCIONAIS

REGULAMENTO DE MONITORIA

CAPÍTULO I – DOS OBJETIVOS

Art. 1º. São objetivos da Monitoria:

I – Dar oportunidade ao aluno o desenvolvimento de habilidades para a carreira docente, nas funções de ensino, pesquisa e extensão;

II – Assegurar cooperação didática ao corpo docente e discente nas funções universitárias.

Art. 2º. Cabe ao Monitor auxiliar o corpo docente nas seguintes atividades:

I – Execução de tarefas didático-científicas, inclusive na preparação de aulas, trabalhos didáticos e atendimento a alunos;

II – Atividades de pesquisa e extensão;

III – Realização de trabalhos práticos e experimentais.

Parágrafo único. Incumbe, ainda, ao Monitor, auxiliar o corpo discente, sob a supervisão docente, na orientação em trabalhos de laboratório, de biblioteca, de campo e outros compatíveis com seu grau de conhecimento e experiência.

Art. 3º. É vedado ao Monitor ministrar aulas sem acompanhamento do professor da disciplina.

CAPÍTULO II – DO PROCESSO SELETIVO

Art. 4º. O processo de seleção aos candidatos às vagas de Monitoria, tem como base nos seguintes critérios:

I – Terão oportunidade de inscrever-se, no exame de seleção, o aluno que comprove aprovação na disciplina ou atividade em que pretenda atuar, com coeficiente superior a 7 (sete);

II – A inscrição dar-se-á através das orientações publicadas no edital da Diretoria, onde será fixado o número de vagas;

III – O processo de seleção será organizado e aplicado por uma comissão composta de, no mínimo, três professores, designada pelo Diretor.

Parágrafo único. Cabe ao Diretor homologar a classificação indicada pela comissão.

CAPÍTULO III – DO REGIME DE TRABALHO

Art. 5º. O Monitor exerce suas atividades sem qualquer vínculo empregatício, cabendo à Mantenedora aplicar, ao exercício da Monitoria, os mesmos critérios adotados para os estagiários.

§1º. O Monitor exercerá suas atividades sob orientação de professor responsável pela disciplina ou atividade.

§2º. O horário das atividades do Monitor não pode, em hipótese alguma, prejudicar as atividades discentes.

§3º. As atividades de Monitor obedecem, em cada semestre, ao plano estabelecido pelo professor, aprovado pela Coordenação respectiva.

CAPÍTULO IV – DA BOLSA DE MONITORIA

Art. 6º. Para o exercício de suas funções, ao Monitor será concedida uma bolsa, cujo valor é fixado pela Diretoria, obedecido o orçamento anual.

Parágrafo único. A renovação da bolsa de Monitoria depende do desempenho do Monitor, conforme avaliação da Coordenadoria.

CAPÍTULO V – DA COMPETÊNCIA DAS COORDENAÇÕES

Art. 7º. Compete às Coordenações:

I – Recrutar e selecionar monitores, obedecidas as normas fixadas pela FA;

II – Aprovar os planos de trabalho dos monitores, elaborado pelos professores orientadores;

III – Supervisionar o desempenho dos monitores e promover sua avaliação, ao final de cada semestre letivo;

IV – Controlar e encaminhar a freqüência dos monitores ao setor competente;

V – Promover a substituição dos monitores que deixarem o programa; e

VI – Expedir e registrar o Certificado de Monitoria aos que integralizarem, no mínimo, um semestre de efetivo trabalho.

CAPÍTULO VI – DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 8º. A bolsa de monitoria tem a duração de um semestre letivo, podendo ser renovada.

Art. 9º. A Instituição adotará as providências necessárias, para assegurar aos monitores, seguro contra acidentes pessoais.

Art. 10. Este regulamento entrará em vigor na presente data, revogadas as disposições em contrário.

Além destas, a FA oferece bolsas de estudo oriundas do Governo Federal, Financiamento Estudantil/FIES, e ainda, além de estabelecer convênios com empresas de médio e grande porte com política de desconto, como também disponibiliza bolsas de estudo a seus funcionários que variam de 20% a 100% de desconto.

Quanto às bolsas de trabalho, a Instituição tem estabelecido convênios e contatos permanentes com órgãos de apoio a estágios, objetivando perspectivas para seus estudantes, além de parcerias com organizações do primeiro, segundo e terceiro setor que recrutam estagiários.

REGULAMENTO DO PROGRAMA DE NIVELAMENTO

Diante do panorama atual da Educação Básica, é possível dizer que o estudante ingressa no ensino superior com uma base que é peculiar a cada pessoa, tendo em vista as diferenças individuais. Esta variabilidade, certamente, constitui-se em evidência que precisa ser considerada na organização e desenvolvimento das ações curriculares face aos objetivos do êxito acadêmico desejados.

Nesta perspectiva, os conteúdos/abordagens curriculares dos Cursos de Graduação da Faculdade Amazonas - FA estão estruturados de modo a contemplarem, em sua organização e dinamização, as diversidades cognitivas dos discentes. Deste modo, o processo de Nivelamento Institucional da FA consiste em subsidiar os alunos de elementos

básicos da Matemática, da Leitura, Interpretação e Escrita de forma que o aluno consiga prosseguir em seus estudos.

Art. 1º. A FA proporcionará aulas de Nivelamento em Língua Portuguesa e Matemática sempre que houver turmas ingressantes na Instituição.

Art. 2º. O Projeto de Nivelamento também será oferecido aos alunos de outros semestres que não sejam os iniciais, desde que comprovadas as necessidades.

Art. 3º. Os alunos serão convidados à participar do Projeto, excluindo a possibilidade de obrigatoriedade.

Art. 4º. A Coordenação dos Cursos se responsabilizará por acompanhar junto aos professores a freqüência e o desenvolvimento dos alunos participantes do Projeto Institucional de Nivelamento.

Art. 5º. Os docentes envolvidos no Projeto Institucional de Nivelamento serão indicados pela Direção de Ensino da FA.

Art. 6º O Curso de Nivelamento elaborará um programa de conteúdos que sejam comuns a todos os Cursos da Instituição, conteúdos básicos para a formação acadêmica do aluno.

Art.7º A avaliação do Projeto ocorrerá de modo indireto, ou seja, por meio da relação entre controle de freqüências e desempenho nas disciplinas regulares do Curso.

Art.8º As aulas ocorrerão aos sábados em horário que não conflite com as atividades acadêmicas.

Art. 9º. As aulas são oferecidas gratuitamente aos alunos e contam com a orientação e acompanhamento de docentes qualificados e com experiência para identificar as dificuldades que interferem no desempenho acadêmico dos alunos e sugerir mecanismos adequados de estudos.

Art. 10º. O docente responsável pelo Projeto de Nivelamento poderá ser auxiliado por um monitor, desde que seja comunicada a Direção de Ensino e apresentada a justificativa.

Art. 11º. Os projetos serão desenvolvidos pelos docentes envolvidos no Programa a partir da identificação das necessidades dos alunos.

Art. 12º. Os casos omissos deste regulamento, alterações, novas diretrizes e quaisquer outras inclusões, deverão se dar por meio de deliberação do Conselho Acadêmico.

NIVELAMENTO EM LÍNGUA PORTUGUESA

Objetivos:

- Desenvolver aspectos referentes à comunicação, estilo, parágrafo e frase, fornecendo ao aluno um embasamento teórico-prático para a comunicação oral e escrita.

- Proporcionar diversos tópicos gramaticais, uma vez que a gramática, não sendo considerada um fim em si mesma, é um meio para que se atingir o que se convencionou chamar de expressão correta de acordo com a língua-padrão.

Ementa:

Leitura e interpretação de textos. A construção do parágrafo. Variação lingüística. A coerência e a coesão textual. Estrutura do texto dissertativo. Concordância nominal e verbal. Ortografia. Acentuação e crase. Pontuação.

NIVELAMENTO EM MATEMÁTICA

Objetivos:

- Propiciar aos alunos a manutenção de conceitos matemáticos elementares.
- Compreender as diferentes representações dos números racionais, sobretudo a decimal e suas operações.
- Resolver problemas envolvendo regra de três e casos de razões e proporções.
- Compreender o conceito e as técnicas de resoluções de equações de grau 1 e 2.

REGULAMENTO DO NÚCLEO DE ORIENTAÇÃO À PESQUISA E INOVAÇÃO

I - Dos Objetivos

Art. 1º – O objetivo do presente Regulamento é regulamentar a pesquisa institucional e estabelecer definições, estrutura administrativa, critérios de avaliação, formas de institucionalização e instrumentos de apoio à pesquisa, de acordo com o estabelecido no REGIMENTO DA FA.

Art. 2º – Objetivo do Núcleo de Pesquisa – NOPE é promover a pesquisa científica produzida pelo seu corpo docente e discente construindo o saber local necessário para transformação de uma sociedade sustentável respeitando os princípios éticos e aprimorando os processos de ensino, aprendizagem e extensão.

II - Das Definições

Art.3º - Para efeito de entendimento define-se:

4. A COMISSÃO DE PESQUISA é responsável pela elaboração, para cada período letivo, os documentos de Planejamento Estratégico deliberar sobre os critérios de alocação de cargas horárias, no tocante às atividades de ensino, pesquisa e orientação, de acordo com as necessidades de cada semestre e decidir sobre casos omissos neste Regulamento.

5. O COORDENADOR DE PESQUISA é o docente responsável pelo funcionamento das atividades de pesquisa do núcleo.
6. O PROFESSOR PESQUISADOR é o docente que integra o quadro de professores-pesquisadores da FACULDADE AMAZONAS.
7. O PESQUISADOR COLABORADOR é o profissional que participa das atividades de pesquisa sem integrar o quadro de professores-pesquisadores da Instituição.
8. O ASSISTENTE DE PESQUISA é o profissional designado para exercer funções auxiliares no âmbito de um grupo de trabalho registrados e credenciados nos órgãos competentes.
9. O DISCENTE PESQUISADOR é o aluno voluntário ou bolsista selecionado para o desenvolvimento das etapas da pesquisa conforme o regulamento do núcleo.

III - Da Estrutura Administrativa

Art. 4º – O Núcleo de Pesquisa (NOPE) é subordinado à Direção Geral da FA.

Art. 5º – Subordinam-se ao NOPE:

f) O Programa Metropolitano de Iniciação Científica (PROMIC);

g) O Programa de Pesquisa Científica (PP);

§ Parágrafo Único: Para as pesquisas realizadas com seres humanos e animais, serão utilizados os seguintes comitês: Comitês de Ética de Instituições Públicas e Privadas do Estado do Amazonas.

Art. 6º – A Comissão de Pesquisa (CP) será composta pelo coordenador do NOPE e o coordenador de cada curso da FA, e um professor com dedicação integral Ciências Sociais Aplicadas (Logística*),* um docente de língua portuguesa e um professor de metodologia da pesquisa científica.

§ Parágrafo Único: O ingresso dos representantes das áreas será através de eleição do seu colegiado cujo mandato será de dois anos com direito a reeleição.

Art. 7º – O Núcleo de Pesquisa será constituído com a seguinte estrutura administrativa:

f) Coordenador de Pesquisa;

g) Comissão de Pesquisa;

h) Pesquisadores Docentes;

i) Pesquisadores Discentes;

IV - Das competências

Art. 8º A competência do Coordenador está baseada nas seguintes premissas:

a) Elaborar o calendário de atividades científicas em cada período letivo.

b) Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos projetos de pesquisa oriundos da PP e PROMIC submetidos ao NOPE.

c) Deliberar sobre os critérios de seleção e alocação de cargas horárias de cada projeto.
d) Regularizar, acompanhar e documentar todos os relatórios técnicos científicos.
e) Resguardar as pesquisas de violações éticas e, ainda, buscar consolidá-las em relação aos seus conteúdos e formatação metodológica.
f) Analisar e emitir parecer técnico quanto à viabilidade, oportunidade e validade dos PP e PROMIC submetidos, podendo solicitar a participação de especialistas *ad hoc* na emissão de pareceres.
g) Propor, operacionalizar e regularizar os Editais dos Projetos de Pesquisa e Projetos de Iniciação Científica.
h) Propor, aos órgãos competentes, a concessão de Bolsas de Iniciação Científica e Bolsas de Apoio à Pesquisa, para os pesquisadores cujos PP e PROMIC forem aprovados e selecionados para o recebimento desses incentivos, sempre levando em consideração as normas estabelecidas pelos referidos editais
i) Acessar, com frequência mínima semestral, os currículos *Lattes* dos docentes que estiverem envolvidos nos projetos submetidos à análise junto ao NOPE.
j) Incentivar a publicação dos Relatórios de Pesquisa e os Artigos Científicos produzidos pelos pesquisadores e orientadores em veículos de divulgação científica e participação em eventos nacionais e internacionais tais como: Simpósios, Seminários e Congressos, dando preferência aos veículos científicos que possuam qualificação QUALIS (A, B e C) do CNPq, visando aumentar a publicação de caráter científico do NOPE.
k) Apoiar a realização de eventos técnico-científicos, sob a coordenação de Pesquisa, para divulgação da produção científica de pesquisadores e/ou orientadores e que conte com a participação dos alunos envolvidos nos PROMIC e PP, no âmbito da graduação e da pós-graduação.
l) Realizar parcerias com Instituições de Pesquisa nacionais e internacionais, visando aumentar a produção científica e participar de PP que possam vir a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FA.
m) Realizar parcerias com ONGs e Empresas Privadas nacionais e internacionais interessadas em realizar PP em conjunto com o NOPE, visando não só aumentar a produção científica, a consolidar as linhas de pesquisas apontadas como de interesse da FA e, sempre que assim essa parceria o permitir, captar recursos financeiros que deem sustentação financeira aos referidos projetos.
n) Captar juntamente com os docentes envolvidos nos projetos apresentados ao NOPE recursos financeiros externos que permitam apoiar e dá sustentabilidade econômico-financeira às atividade promovidas pelo NOPE.

o) Encaminhar, com a periodicidade que lhe for determinada pelos órgãos competentes, relatório de suas atividades. Para tal, os pesquisadores, orientadores do PROMIC e/ou Líderes de Grupos de Pesquisa deverão fornecer dados e informações pertinentes às suas atividades para comporem os ditos relatórios.

Art. 9º - Compete ao Pesquisador Docente:

6. Desenvolver, no tempo programado, suas atividades de pesquisa;

b) Ter assiduidade e freqüência às reuniões do Núcleo de Pesquisa, salvo justificativa aceitável;

c) Participar das atividades propostas;

d) Respeitar as normas do Regulamento do NOPE;

e) Orientar e avaliar os pesquisadores discentes sob sua orientação;

f) Encaminhar ao NOPE o relatório de pesquisa do Pesquisador Discente, bem como os relatórios parciais e final de acordo com o cronograma de atividades;

g) Comunicar ao NOPE qualquer alteração no projeto de pesquisa ou plano de trabalho do Pesquisador Discente;

h) Publicar na forma de artigo ou outros meios os resultados da pesquisa e incluir o nome dos Pesquisadores Discentes envolvidos;

i) Comunicar ao NOPE quando o Pesquisador Discente for desligado, por desistência ou solicitação.

Art. 10º – Compete ao Pesquisador Docente e aos Grupos de Pesquisa:

a) Apresentar um cronograma de atividades e comprovar o seu cumprimento através de relatórios mensais;

b) Dedicar-se e desenvolver as atividades de acordo com o programado no plano de trabalho no respectivo projeto de pesquisa;

c) A remuneração do docente pesquisador está condicionada à entrega de relatório mensal até o dia vinte de cada mês.

d) Participar e colaborar com os eventos promovidos pelo Núcleo de Pesquisa;

e) Apresentar os resultados parciais e finais da pesquisa, sob a forma de relatórios, painéis e exposições orais;

f) Fazer constar sua participação, como pesquisador, nas publicações e trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

g) Os docentes envolvidos no projeto deverão acordar quanto à divisão das 10 horas por projeto e informar quando da entrega do projeto a quantidade de horas designadas a cada professor participante.

h) Os professores poderão solicitar parte das horas aulas disponíveis para pesquisas de campo e atividades associadas ao desenvolvimento do projeto.

§ Parágrafo Único: Em caso de desistência, o professor responsável pelo projeto ficará obrigado a:

a) Designar um professor substituto vinculado à instituição e a um dos cursos envolvidos no projeto, que atenda às exigências do mesmo e apresente um termo de aceitação endossado pelos professores substituto e substituído.
b) Prestar contas das tarefas realizadas e de recursos que tenha acessado por meio da instituição para o andamento do projeto, tais como: viagens, pesquisa de campo, inscrições e participações em eventos científicos, entre outros.

c) Quando este participar de um projeto beneficiado com bolsas institucionais externas, o professor desistente deverá prestar contas das atividades realizadas até aquele momento e atender às exigências do respectivo edital do programa ao qual se filia. Ex: CNPQ, CAPES, FAPEAM, etc.

Art. 11º- Das atribuições dos Pesquisadores discentes:

a) Participar da elaboração, da proposta e da execução do plano de trabalho do discente vinculado ao projeto de pesquisa do orientador. A entrega do plano junto ao NDE deverá ser feita até 15 (quinze) dias após a divulgação dos alunos selecionados no edital vigente;
b) Entregar o Termo de Compromisso do Aluno, devidamente preenchido e assinado, juntamente com o plano de trabalho;
c) Fazer leituras de textos científicos relacionados ao tema do projeto de pesquisa, coletas de dados, organizar banco de dados e sistematizar informações coletadas, participando da análise dos mesmos;
d) Fazer visitas técnicas, participar de congressos e viagens de estudo relacionadas ao projeto de pesquisa, quando for o caso, por designação do docente responsável pelo projeto;
e) Participar, obrigatoriamente, da Semana Acadêmica do curso a que pertence;
f) Elaborar textos, resenhas e artigos, sob orientação do professor orientador;
g) Desenvolver todas as tarefas a ele atribuídas no plano de trabalho do bolsista;
h) Entregar relatórios semestrais de atividades no Projeto de Iniciação Científica.

V - Do quadro de docentes pesquisadores

Art. 12º- O ingresso no quadro de professor pesquisador deverá atender aos seguintes critérios:

a) Possuir o título de Mestre ou Doutor em programas reconhecidos pela CAPs;
b) Possuir a carga horária mínima de 20 horas institucionais em sala de aula;
c) Apresentar projeto de pesquisa de caráter multidisciplinar;
d) Possuir cadastro junto à Plataforma Lattes do CNPq.

Art. 13º - Cada docente pesquisador poderá participar no máximo de um grupo de pesquisa.

Art. 14º - Poderão participar dos projetos de pesquisa na condição de professor colaborador, docentes especialistas da FA.

Art. 15º – Critérios para avaliação dos docentes pesquisadores:

d) Cumprimento do cronograma individual, que será previamente elaborado e apresentado ao coordenador do NOPE, de forma a cumprir o cronograma geral do projeto.
e) Apresentação dos relatórios e das prestações de contas dentro dos prazos previamente estabelecidos.
f) Acompanhamento das atividades desenvolvidas pelos discentes participantes do projeto.
g) Assiduidade quanto à carga horária disponibilizada ao projeto de pesquisa.
h) Participação e colaboração nos eventos promovidos pelo NOPE.
i) Publicação dos resultados dos trabalhos apresentados atinentes ao projeto.

VI - Do quadro dos discentes pesquisadores

Art. 16º - O ingresso no quadro de discentes pesquisadores deverá atender aos seguintes critérios:

a) Estar regularmente matriculado e cursando o 5º. (quinto) período ou superior;
b) Ter coeficiente escolar igual ou superior a 8 (oito) e freqüência média de 80% (oitenta por cento) com participação ativa em sala de aula e em eventos do curso;
c) Ter disponibilidade e afinidade com a temática do projeto de pesquisa em questão;
d) Ser aprovado em entrevista de seleção realizada pelos docentes envolvidos no projeto a que se candidata a participar.

VII - Das vagas para execução de projetos

Art.. 17º - A execução dos projetos deverá atender aos seguintes critérios:

a) Após análise pela Comissão de Pesquisa, cada área terá direito a execução de dois projetos;
b) Cada projeto deverá envolver 03 (três) professores, sendo um de cada curso envolvido no projeto.

VIII - Das reuniões

Art. 18º – As reuniões ordinárias se realizarão pelo menos duas vezes por semestre em data a ser definida pelo Coordenador de Pesquisa em atendimento a participação da maioria dos membros do Núcleo de Pesquisa.

Art. 19º – Reuniões extraordinárias poderão ocorrer eventualmente sempre que o Colegiado de Pesquisa achar necessária a discussão de assuntos pertinentes aos projetos de pesquisa.

Art. 20º – A participação em reuniões do Núcleo é obrigatória para qualquer um dos membros do Núcleo de Pesquisa.

§ Primeiro **–** Somente o Coordenador de Pesquisa, o do Colegiado de Pesquisa e os Pesquisadores Docentes têm direito a voz e voto.

§ Segundo **–** O Pesquisador Discente só terá direito a voz e a voto quando solicitado pelo Coordenador de Pesquisa.

XI - Dos Projetos e Relatórios de Pesquisa

Art. 21º – Os projetos de pesquisa são os instrumentos de orientação e planejamento das pesquisas científicas ou dos grupos de pesquisa.

§ Primeiro **–** Os projetos de pesquisa podem ser financiados por empresas ou órgãos de fomento conforme disponibilidade dos financiadores.

§ Segundo **–** O Pesquisador Docente que deseja enviar seu projeto a alguma empresa ou órgão de fomento deve primeiro, enviar o projeto ao Núcleo de Pesquisa para avaliação, autorização e encaminhamento.

Art. 22º – O relatório de pesquisa é o instrumento de acompanhamento da pesquisa científica.

Art. 23º – Os critérios de avaliação, a estrutura e o formato dos projetos e relatórios são definidos pelo Núcleo de Pesquisa e divulgados publicamente, salvo quando o projeto for submetido a alguma empresa ou órgão de fomento.

§ Parágrafo Único **–** Os projetos e os relatórios podem ser avaliados pelo Coordenador de Pesquisa, pelo Colegiado de Pesquisa ou por um comitê designado pelo Núcleo de Pesquisa.

Art. 24º – Os projetos de pesquisa e relatórios devem ser submetidos ao Núcleo de Pesquisa em período estabelecido por este, conforme cronograma de atividades.

X - Dos Recursos Físicos e Orçamentários

Art.25º – O Núcleo de Pesquisa, através do Coordenador de Pesquisa e Comissão de Pesquisa, terá liberdade e autonomia para receber e administrar em prol dos projetos do NOPE, recursos oriundos de empresas e órgãos de fomento.

XI - Das Disposições Gerais e Transitórias

Art.26º – Qualquer emenda neste regulamento somente pode ser efetuada com a aprovação do Colegiado de Pesquisa.

Art. 27º – O presente regulamento entra em vigor imediatamente após aprovado pelo Colegiado de Pesquisa e pela Coordenação de Pesquisa do NOPE.

REGULAMENTO DOS LABORATÓRIOS

I - Das disposições preliminares

Art. 1º O presente regulamento disciplina o acesso, o uso e coordenação dos laboratórios da FA.

Art 2º As normas deste regulamento se aplicam, sem exceção, a todas as pessoas integrantes da comunidade acadêmica constituída pela IES.

II - Da coordenação

Art 3º A gerência dos bens e atividades relativas a cada laboratório caberá a uma pessoa, especificamente designada pela Direção da FA.

Parágrafo único. Nas faltas, ausência e impedimentos da pessoa de que trata o caput deste artigo à direção designará um substituto.

Art 4º São atribuições da coordenação dos laboratórios:

- Manter sob sua guarda o material dos laboratórios;
- Zelar pelo uso adequado, por si e pro terceiros, dos equipamentos, moveis, programas, manuais, instalações e documentação;
- Programar, e solicitar a quem de direito, a manutenção preventiva e corretiva das instalações físicas e elétricas, bem como do mobiliário e equipamentos;
- Organizar os horários e calendários de utilização dos equipamentos, prevendo o uso por turmas e por indivíduos;
- Reportar, imediatamente, a Direção da IES qualquer irregularidade ocorrida;
- Permitir o uso dos laboratórios apenas às pessoas credenciadas para tal ou aquelas que firmarem o termo de compromisso de que trata o Art 6º, inciso VII, infra;

III - Dos Direitos

Art. 5º São direitos dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Utilizar, no interior dos laboratórios, os equipamentos e periféricos para atividades didáticas, nestas compreendidas as aulas de qualquer disciplina em que se empreguem recursos tecnológicos e científicos;
- Ter a sua disposição material de consumo para uso nas atividades de que trata o inciso anterior;

- Recorrer ao uso dos equipamentos para treinamentos, exercícios e tarefas ligadas ao respectivo curso oferecido pela FA.

IV - Dos Deveres

Art. 6º São deveres dos professores e alunos usuários dos laboratórios:

- Zelar pelo uso adequado, por si e por terceiros, dos equipamentos, móveis, programas, manuais, instalações e documentação;
- Não retirar dos laboratórios equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais, instalações, documentação e periféricos;
- Comunicar, a quem de direito, a necessidade de manutenção corretiva das instalações e equipamentos;
- Reportar, imediatamente, à coordenação do laboratório qualquer irregularidade nele ocorrida;
- Não introduzir nos laboratórios qualquer tipo de alimento ou bebida, nem pessoa estranha aos quadros da IES;
- Firmar, antes do uso dos laboratórios pela primeira vez, termo de Compromisso em que diz conhecer e aceitar os termos deste regulamento;
- Ressarcir a IES por qualquer prejuízo advindo do uso inadequado ou temerário que fizer dos equipamentos, periféricos, móveis, programas, manuais e instalações.

V - Das Disposições Gerais

Art 7º Integra este regulamento o modelo de termo de compromisso abaixo.

Art 8º O presente Regulamento somente poderá ser alterado pela Direção da FA.

Art 9º Este Regulamento entra em vigor nesta data.

Art 10º Revogam-se as disposições em contrário.

TERMO DE COMPROMISSO

Pelo presente Termo de Compromisso, eu Nome do Discente/Docente , inscrito sob número No. de matrícula FA declaro conhecer aceitar e cumprir as normas contidas no Regulamento dos Laboratórios da FA.

Manacapuru, _____ de _____ de 20_____.

_____ _____

Coordenador (a) de Laboratório Docente/Discente:

REGULAMENTO DE AULAS PRÁTICAS EM LABORATÓRIOS

1. MARCAÇÃO DE AULAS PRÁTICAS.

f) A marcação da aula prática será realizada de acordo com os horários estipulados anteriormente pela coordenação do curso. Aulas de reposição e oficinas específicas são de responsabilidade do Professor da disciplina e poderão ser solicitadas no recurso pedagógico da Unidade Acadêmica do Curso.

g) As aulas práticas não regulares devem ser marcadas com antecedência mínima de 72 horas, somente em dias úteis.

h) As aulas práticas poderão ser marcadas para todo o semestre ou não, caso seja de interesse do professor.

i) No ato da marcação da aula prática, o professor responsável deverá relacionar o material a ser utilizado na prática, criando um ficha prática ou utilizando-se das fichas já criadas no nosso acervo de fichas.

j) Será entregue ao professor, no ato da marcação das aulas práticas, um relatório com duas vias contendo todas suas marcações (hora, data e laboratório). O mesmo deverá assinar uma das vias e entregar à Unidade Técnica. Isso possibilitará ao Professor questionar no caso de uma de suas marcações não serem atendidas.

k) O cancelamento de aula prática poderá ser feito pessoalmente no recurso pedagógico da mesma unidade (unidade III), com uma antecedência mínima de 24 horas.

l) O prazo para marcação das aulas práticas e experimentais deve ocorrer no prazo mínimo estabelecido, a fim de facilitar a viabilização dos materiais em tempo hábil para realização das práxis. Tornara-se isento o setor (recurso pedagógico) caso haja um descumprimento do prazo.

1. **NORMAS GERAIS PARA O USO DE LABORATÓRIOS.**

a) Será de responsabilidade do professor da disciplina, todo o material disponibilizado no laboratório conforme lista de equipamentos, reagentes e produtos solicitados em ficha prática.

b) A conduta e a fiscalização do uso de equipamentos de proteção individual (EPIs) de cada aluno quando na utilização dos laboratórios será de responsabilidade do professor da disciplina. Caberá ao professor da disciplina a comunicação prévia aos alunos dos EPIs corretos quando indicados (jalecos, gorro, máscara, luvas, óculos de proteção e sapatos fechados) a serem utilizados em sua aula prática. Não sendo permitido assistir ou praticar atividades laboratoriais sem o uso do uniforme completo.

c) Antes de começar os trabalhos os cabelos devem ser presos, materiais ou bijuterias pessoais devem ser retirados. Unhas sempre cortadas e sem esmalte ou esmaltados em com cor clara e as mãos sempre lavadas antes e depois de qualquer procedimento.

d) Cabe ao professor à orientação sobre a utilização correta de equipamentos, móveis e utensílios, podendo o mesmo punir o discente que não cumprir normas específicas.

e) A entrada dos alunos nos laboratórios será apenas permitida após a autorização dos professores responsáveis;

f) Não se alimentar, beber ou fumar no laboratório;

g) Trabalhar com seriedade evitando brincadeiras;

h) Não deixar materiais estranhos ao trabalho sobre as bancadas;

i) Todo material utilizado pelo aluno deverá ser devolvido ao local inicial;

j) Não é permitida a presença de pessoas estranhas à disciplina no laboratório;

k) Em caso de incêndio usar a saída, chamar socorro para apagar o fogo. Nunca usar extintor em humanos;

l) Jamais esquecer que o laboratório é um ambiente de trabalho submetido a riscos de acidentes, na maioria das vezes causadas por atos inseguros. O trabalho em laboratório exige concentração e bom desempenho. Para tanto, o aluno precisa seguir as recomendações e instruções fornecidas pelos professores. Também deve ser mantido o mínimo ruído possível (silêncio);

m) O aluno com qualquer tipo de enfermidade por lesão, infecção bacteriana ou viral deve ser afastado e retornar apenas após liberação médica;

m) É de responsabilidade do professor orientar e abordar os alunos que não estiverem dentro das normas institucionais estabelecidas pelas normas técnicas em vigilância sanitária.

2. PRÁTICAS SEGURAS NO LABORATÓRIO.

a) A limpeza dos laboratórios (bancadas, pisos, equipamentos, instrumentos e demais superfícies) deve ser realizada regularmente e imediatamente após o término de uma atividade para evitar a proliferação de bactérias que possam inutiliza-los.

b) O manuseio e o transporte de vidrarias e de outros materiais devem ser realizados de forma segura. Para o transporte deve-se utilizar um transporte firme, evitando quedas;

c) Os resíduos orgânicos devem ser retirados dos laboratórios após o uso e descartados de maneira adequada.

d) Todos os procedimentos realizados nos laboratórios da FA deverão obrigatoriamente respeitar o princípios de Biossegurança conforme Procedimento Operacional Padrão presente em todos os laboratórios.

3. EM CASO DE ACIDENTES

a) Estará também disponível em cada laboratório, uma caixa de primeiros socorros devidamente identificada com o símbolo da cruz vermelha, próximo ao lavabo, contendo alguns medicamentos de uso tópico como: pomada para queimadura, anti-assépticos, neutralizantes de ácidos e bases, ataduras e esparadrapo;

b) Haverá telefones úteis para serem utilizados em caso de emergências, como dos principais hospitais de Manaus, corpo de bombeiros e defesa civil;

c) Toda e qualquer alteração na estrutura do laboratório como: suspeita de vazamento de gás, risco elétrico ou qualquer outra anormalidade que por ventura possa significar algum tipo de risco. O laboratório deverá ser desocupado imediatamente caso esteja em uso. A coordenação geral deverá ser avisada a fim de se tomar às providências cabíveis.

5. TÉCNICO DE LABORATÓRIO

5.1 Descrição de função

Função: Técnico de Laboratório

Sumária: Desenvolver e executar atividades de apoio técnico, destinados ao ensino, pesquisa e extensão.

6.2 Detalhada:

a. Atuar na operacionalização das atividades experimentais (aulas práticas) de apoio à pesquisa e extensão, executando os procedimentos requeridos para o desenvolvimento dos trabalhos;
b. Auxiliar os docentes nas atividades de ensino, preparando materiais e equipamentos necessários para aulas práticas, dando suporte nas práticas laboratoriais clinicas e de campo;
c. Auxiliar docentes no treinamento de alunos e estágios para operação de instrumentos e execução de técnicas laboratoriais;
d. Realizar atividades laboratoriais relacionadas ao campo de atuação;
e. Receber, coletar, preparar, examinar e distribuir materiais, de acordo com a área de atuação, efetuando os testes necessários, procedendo aos registros, cálculos e demais procedimentos pertinentes, para subsidiar os trabalhos;
f. Desenvolver atividades relacionadas com a produção, manutenção, manuseio e descarte de animais utilizados em atividades de ensino pesquisa e extensão;
g. Preparar e utilizar soluções, amostras, substratos, reagentes, solventes, empregando aparelhagem e técnicas específicas, de acordo com a determinação dos profissionais da área de atuação (para os laboratórios específicos da saúde);
h. Analisar materiais e substancias em geral, utilizando métodos específicos para cada caso;
i. Regular, controlar e operar aparelhos de acordo com os tipos de testes solicitados, adequando-os aos objetivos do trabalho (para os laboratórios específicos da saúde);
j. Executar o tratamento de descarte de resíduos e solventes, defensivos, com base em normas padronizadas de segurança ou métodos e técnicas

indicadas por profissionais da área (para os laboratórios específicos da saúde), quando for o caso;

k. Executar ou promover, conforme o caso, atividades de manutenções preventivas e corretivas, necessárias à conservação de equipamentos, instrumentos e outros materiais da área de atuação;
l. Controlar o estoque dos materiais relativos à área de atuação tomando as providências necessárias para sua reposição;
m. Operar microcomputadores para auxiliar nas atividades de ensino e pesquisa;
n. Zelar pela guarda, limpeza e conservação dos equipamentos, instrumentos e materiais utilizados nas aulas práticas, de acordo com a área de atuação, por meio de métodos específicos, tais como desinfecção, esterilização e acondicionamento, bem como dos locais de trabalho;
o. Desempenhar outras atividades correlatas e afins.

REGULAMENTO DO PROJETO TRANSVERSAL

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Transversalidade entende-se a possibilidade de se estabelecer, na prática educativa, uma relação entre aprender conhecimentos teoricamente sistematizados (aprender sobre a realidade) e as questões da vida real e de sua transformação (aprender na realidade e da realidade).

Art. 2º. Na FA, a Transversalidade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de Projetos Transversais, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da

integração vertical e horizontal dos componentes curriculares de um determinado período nas áreas temáticas específicas, de Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais.

II - DO OBJETIVO

Art. 3º. O Projeto Transversal tem como finalidade proporcionar aos alunos a compreensão da importância de debater esses temas para a melhoria da qualidade de vida da comunidade onde atuam e vivem, e para uma atuação cidadã dos futuros profissionais formados pela FA.

Art. 4º. O Projeto Transversal deve também contribuir para:

a) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações, debater e obter conhecimento acerca de temas contemporâneos relativos as áreas temáticas identificadas;
b) Despertar nos discentes o gosto pelo debate, pela troca de experiência, pela intercomunicação de conhecimentos e vivência e pela tolerância na perspectiva da acessibilidade atitudinal e da consciência ambiental.

III - DA REALIZAÇÃO

Art. 5º. A Transversalidade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, os alunos desenvolverão atividades teóricas e/ou práticas, utilizando como referencia temáticas pertinentes a Educação Ambiental e as Relações Étnico-raciais, com destaque para as temáticas culturais locais.

Art. 6º. Este tema gerador, deve necessariamente concorrer para a integração da realidade refletida a luz de conhecimentos adquiridos e desenvolvidos no percurso formativo dos alunos.

Art. 7º. Os projetos Transversais fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma reflexão acerca das questões ambientais e étnico-raciais, proporcionando aos alunos uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV - DO PLANEJAMENTO

Art. 8º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando à integração transversal dos conteúdos relacionados à Educação Ambiental e Relações Étnico-Raciais, e terão caráter permanente e contínuo.

Art. 9º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 10º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais temas serão abordados referentes às áreas temáticas indicadas neste regulamento.

Art. 11º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso.

V - DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 12º. O projeto Transversal é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

VI - DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 13º. Cabe aos professores:

a) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do Projeto Transversal;
b) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o cronograma do projeto;
a) Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
b) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
c) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 14º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

a) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
b) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
c) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 15º. Cabe aos alunos:

a) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
b) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto Transversal;
c) No Projeto Transversal é obrigatório a participação dos alunos.

VII - DO REGISTRO DA TRANSVERSALIDADE

Art. 16º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto Transversal deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim.
Art. 17º. No registro do projeto Transversal no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VIII - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 18º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

IX - DO RELATÓRIO DO PROJETO TRANSVERSAL

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Transversal, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.
Art. 19º. As atas de notas do projeto Transversal e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.
Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

REGULAMENTO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Por Interdisciplinaridade a FA entende ser uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas simultaneamente estabelecem relações de análise e interpretação de conteúdos, com o fim de propiciar condições de apropriação, pelo discente, de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.
Art. 2º. Na FA, a interdisciplinaridade será uma estratégia para a abordagem e tratamento do conhecimento de caráter obrigatório, a ser desenvolvida por meio de projetos

interdisciplinares, os quais serão realizados em todos os períodos letivos, em todos os cursos, a partir da integração horizontal dos componentes curriculares de um determinado período.

II - DO OBJETIVO

Art 3º. O Projeto Interdisciplinar tem como objetivo geral a aplicação dos conhecimentos adquiridos pelos alunos em situações ou problemas teórico-práticos, selecionados de maneira a permitir a integração entre disciplinas, aprofundamento da socialização dos alunos, contextualização dos conhecimentos adquiridos em sala de aula, organização, pontualidade e desenvolvimento de habilidades. Além de promover e incentivar atividades de pesquisa e trabalho em equipe, identificar habilidades e aplicar conceitos.

Art4º.O Projeto Interdisciplinar deve também contribuir para:

c) Desenvolver uma proposta de intercomunicação entre disciplinas;
d) Promover atividade extraclasse, para que se possa investigar e colher informações;
e) Despertar nos discentes o gosto pela investigação científica;
f) Orientar o desenvolvimento de trabalhos seguindo normas específicas;
g) Oportunizar aos alunos atividades práticas nas quais possam vivenciar os conteúdos trabalhados em sala de aula;
h) Registrar as conclusões dos participantes do projeto expondo-as aos demais integrantes da série.

III - DA REALIZAÇÃO

Art. 4º. A interdisciplinaridade será desenvolvida por meio da pedagogia de projetos, onde a partir de um tema gerador, de uma situação problema, de necessidades de intervenção práticas, do desenvolvimento de novas técnicas, de soluções inovadoras para problemas pertinentes as disciplinas, os alunos desenvolverão atividades de teórico e práticas, utilizando como referencia os conteúdos curriculares das disciplinas com a finalidade de compreender e analisar o tema, resolver o problema, ou desenvolver novas técnicas que os remetam a compreensão da interligação e da intercomunicação do conhecimento numa perspectiva integradora.

Art. 5º. Este tema gerador, a situação problema, ou atividade teórico-prática a ser realizada deve necessariamente concorrer para a integração das disciplinas de um mesmo período letivo, prevendo a utilização dos conteúdos previstos para as mesmas em acordo com as suas ementas.

Art. 6º. Os projetos interdisciplinares fazem parte da pedagogia de projetos, a qual pretende proporcionar ao aluno uma aprendizagem ativa para a construção de conhecimento, por meio de ações executadas pelos alunos e acompanhadas pelos professores envolvidos no projeto.

IV - DO PLANEJAMENTO

Art. 7º. Os projetos serão planejados ao inicio de cada semestre letivo a partir da contribuição dos professores de um mesmo período letivo, visando a integração horizontal das disciplinas de um mesmo período.

Art. 8º. Os referidos projetos deverão conter a apresentação, justificativa, metodologia, formas e processos de avaliação.

Art. 9º. Os projetos devem conter ainda, a indicação de quais professores, e de quais disciplinas, estarão envolvidas no projeto. Devem trazer também, a indicação de quais conteúdos, de cada disciplina, serão explorados tendo em vista as necessidades geradas pelo projeto.

Art. 10º. As atividades que serão realizadas no decorrer do projeto e o seu produto final, deve obedecer ao nível de maturidade intelectual dos alunos no período em que estes estão cursando, devendo também guardar coerência como as competências e habilidade previstas no Projeto Político Pedagógico do Curso, com a finalidade de fortalecer o perfil do egresso.

V - DA CARGA HORÁRIA PARA A REALIZAÇÃO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 11º. O projeto interdisciplinar é de caráter obrigatório e para a sua realização será destinado até 20% da carga horária total de cada disciplina envolvida.

DAS ATRIBUIÇÕES

Art. 12º. Cabe aos professores:

d) Participar efetivamente da elaboração e do planejamento do projeto interdisciplinar, identificando nos projetos as possíveis aplicações da sua disciplina, enriquecendo-o e tornando-o realmente interdisciplinar;
e) Comentar e repassar as atividades da disciplina no projeto de acordo com o calendário de apresentações;
f) Sugerir a qualquer momento idéias que possam vir a melhorar o resultado esperado do Projeto;
g) Orientar todas as equipes ao longo do período de projeto, tirando as dúvidas que competem às suas respectivas disciplinas;
h) Avaliar os resultados a partir dos critérios estabelecidos para o mesmo.

Art. 13º. Cabe aos Coordenadores de Curso:

d) Acompanhar o desenvolvimento dos projetos a partir do contanto com professores e alunos;
e) Subsidiar os professores com todo o aparato institucional necessário para a melhor realização dos projetos;
f) Mediar possíveis dificuldades encontradas entre o corpo docente.

Art. 14º. Cabe aos alunos:

d) Realizar as atividades com dedicação e esmero para o melhor desenvolvimento do trabalho;
e) Reportar aos professores e/ou aos coordenadores de curso, qualquer dificuldade na realização e/ou desenvolvimento do projeto interdisciplinar;
f) O Projeto Interdisciplinar é obrigatório.

VI - DO REGISTRO DA INTERDISCIPLINARIDADE

Art. 15º. A descrição da atividade a ser realizada como projeto interdisciplinar deverá estar contido obrigatoriamente no plano de ensino em espaço reservado para este fim

Art. 16º. No registro do projeto interdisciplinar no plano de ensino, deverá ser indicada as aulas (em dias e quantidade), respeitando a carga horária máxima para a sua realização.

VII - AVALIAÇÃO DA APRENDIZAGEM

Art 17º. Como critério de avaliação, o projeto deverá conter a descrição detalhada dos critérios de avaliação e para a composição de sua nota final deve ser computado até 20% da nota institucional, dentro de uma escala de 0 a 10.

VIII - DO RELATÓRIO DO PROJETO INTERDISCIPLINAR

Art. 18º. Deverá ao final do semestre ser apresentado à Coordenação de Curso, relatório consubstanciado do Projeto Interdisciplinar, que demonstre todas as atividades realizadas, previstas no projeto, e analise os resultados alcançados.

Art. 19º. As atas de notas do projeto interdisciplinar e todo material produzido para este, deve estar em anexo ao relatório final.

Art. 20º. Este relatório ficará arquivado na Coordenação de Curso, junto com o projeto que originou o mesmo, por no mínimo de 03 (Três) anos.

REGULAMENTO DA MOBILIDADE E O INTERCÂMBIO ACADÊMICO DA FA

Art. 1º Regulamentar a Mobilidade e o Intercâmbio Acadêmico Internacionais, no âmbito da FA, destinados a permitir que alunos dos cursos FA, participem de atividades acadêmicas realizadas em instituições no exterior, e que alunos de graduação de instituições de ensino superior estrangeiras possam participar de atividades acadêmicas na FA.

I - DA MOBILIDADE E INTERCÂMBIO INTERNACIONAIS PARA ALUNOS DA FA

Art. 2º Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em qualquer curso da FA, realizar componentes curriculares em instituições estrangeiras de ensino superior que possuem, ou não, Acordo de Cooperação com a FA.

§ 1º As atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverão ser realizadas em Instituições de Ensino Superior, Centros de Pesquisas, Redes Universitárias e entidades semelhantes.

§ 2º As atividades realizadas e devidamente comprovadas serão creditadas no histórico escolar do aluno, de acordo com o Regimento Interno da FA.

§ 3º O afastamento do aluno para essas atividades, preferencialmente, estará amparado por Convênio ou Acordo de Cooperação firmado entre a FA e a instituição receptora.

a) no caso de instituições que não possuem Convênios ou Acordos de Cooperação com a FA, cabe a Direção Geral aprovar a mobilidade ou o intercâmbio, levando em consideração o padrão de qualidade da instituição de ensino.

Art. 3º Serão consideradas atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais, passíveis de aproveitamento curricular de estudo, apenas aquelas de natureza acadêmica, supervisionadas, ou não, por tutor da instituição anfitriã, como disciplinas, cursos, estágios e pesquisas que visem ao aprimoramento da formação do aluno.

Art.4º A participação do aluno em atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais terá a duração de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

§ 1º O prazo estipulado no caput poderá ser alterado, se este for proveniente de programas específicos, desde que haja a aprovação dos órgãos competentes.

§ 2º Compete a Coordenação de Ensino coordenar o Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais no âmbito da FA, e se responsabilizará pelos procedimentos gerais relativos aos Acordos de Cooperação.

§ 3º Durante o período de afastamento, o processo instruído ficará na Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação para o acompanhamento da Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais. Findado o afastamento, o processo será encaminhado à Secretaria Acadêmica para arquivo na pasta do aluno.

Art.5º O pedido de afastamento deverá ser submetido à apreciação do respectivo Conselho Superior da Faculdade, sendo que a Resolução com a aprovação para o aluno desempenhar atividades acadêmicas em instituição estrangeira deverá ser encaminhado à Coordenadoria de Coordenação de Pesquisa, Extensão e Pós-graduação.

§ 1º O Conselho Superior deverá considerar, na aprovação dos Contratos de Estudo, a carga horária e a presença dos conteúdos relevantes e significativos previstos na estrutura curricular do curso.

§ 2º A realização de intercâmbio sem aprovação do Contrato de estudos prévio só poderá ocorrer com suspensão de matrícula, devendo o Conselho Superior apreciar

a *posteriori* o possível aproveitamento dos componentes curriculares cumpridos em intercâmbio.

Art. 6º O Conselho Superior deverá indicar, para cada aluno selecionado à mobilidade e ao intercâmbio, um tutor, que deverá ser professor do curso e ficará responsável pelo acompanhamento da realização das atividades previstas no Contrato de Estudos e aprovação de eventuais alterações.

Parágrafo Único - As eventuais alterações aceitas pelo Tutor Acadêmico no Contrato de Estudos serão submetidas a Direção Geral.

Art. 7º O aluno da FA interessado em participar de atividades de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmico Internacionais deverá proceder da seguinte forma:

I – executar os expedientes formais para vinculação à instituição onde deseja efetuar seus estudos;

II – arcar com todas as despesas pessoais e estudantis decorrentes da sua adesão ao Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais;

III – preencher formulário de candidatura próprio e anexar os documentos necessários;

IV – inscrever-se nos termos dos editais e demais convocações do ESAI.

Art. 8º O afastamento com vínculo temporário deverá ser registrado na faculdade de origem do aluno, de acordo com o Sistema de Controle Acadêmico, devendo esse registro ser substituído pelo lançamento de créditos equivalentes no histórico escolar do aluno, obrigatoriamente reconhecidos, por ocasião do retorno do mesmo.

Parágrafo Único: O afastamento do aluno da FA para vínculo temporário só se efetivará quando a instituição receptora manifestar formalmente o aceite do pedido do aluno, por meio de documento específico.

Art. 9º No período de afastamento por vínculo temporário, o aluno terá sua vaga assegurada no respectivo curso e esse período deve ser computado na contagem do tempo máximo previsto para integralização curricular.

Parágrafo Único: Para assegurar o previsto neste artigo, o aluno deverá efetuar sua matrícula normalmente para o semestre seguinte ao término do intercâmbio ou mobilidade.

Art. 10 Poderá participar do Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, o aluno que atender os seguintes requisitos:

I – estar regularmente matriculado na FA;

II – ter concluído o segundo semestre ;

III – apresentar bom rendimento acadêmico, com média de aproveitamento igual ou superior a 6,0 (seis);

IV – apresentar plano de atividades acadêmicas a serem cumpridas na instituição anfitriã;

V – comprovar proficiência no idioma do país onde pretende realizar a mobilidade ou intercâmbio, ou em outro aceito pela instituição anfitriã, exceto quando se tratar de países lusófonos.

VI – observar e cumprir os prazos para candidatura e entrega da documentação.

Art. 11 Os cursos ou atividades acadêmicas realizadas pelo aluno durante o período da mobilidade ou intercâmbio poderão ser aproveitados para integralização curricular, como disciplinas obrigatórias, eletivas ou optativas, conforme o caso.

Art. 12 O aluno participante do programa estará, obrigatoriamente, subordinado às normas institucionais da instituição receptora.

Art. 13 A FA, enquanto instituição de origem exime-se de quaisquer responsabilidades relacionadas às despesas de manutenção de aluno participante no Programa de Mobilidade e Intercâmbio Acadêmicos Internacionais, incluindo deslocamento, alimentação, moradia e atendimento médico e hospitalar, entre outras.

Art. 14 A FA fará a aquisição de apólice de seguro coletivo contra acidentes pessoais em favor do estudante participante do Programa.

II - Da Mobilidade e intercâmbio Internacionais de alunos estrangeiros na FA

Art. 15 Fica facultado ao aluno de graduação, regularmente matriculado em instituições estrangeiras de ensino superior com acordo de cooperação, ou não com a FA, realizar componentes curriculares na FA, durante o período de um semestre letivo, podendo ser prorrogado por mais um semestre consecutivo.

Art. 16 O Conselho Superior da respectiva Faculdade, deverá aprovar o Contrato de Estudos de alunos estrangeiros que solicitarem intercâmbio na FA.

Art.17 Para cada aluno aceito na FA, o Conselho Superior indicará um tutor que o acompanhará academicamente em sua permanência na FA.

Art. 18 As despesas pelo cumprimento do programa correrão por conta do aluno em mobilidade, sem prejuízo de bolsas que possa obter das agências de fomento nacionais e internacionais.

III - Disposições Complementares

Art. 19 Os casos não previstos nesta Resolução serão resolvidos pelo Conselho Superior

Art. 20 Esta Resolução entrará em vigor a partir da data de sua assinatura.

REGULAMENTO DA EDUCAÇÃO PARA OS DIREITOS HUMANOS

I - Da definição

Art 1º Direitos Humanos são entendidos como aqueles direitos fundamentais que o homem possui pelo fato de ser homem, por sua própria natureza humana, pela dignidade que a ela é inerente. São direitos que não resultam de uma concessão da sociedade política.

II - Dos Objetivos da Educação para os Direitos Humanos

Art 2º. Conforme o Art. 5º da Resolução no. 1 de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos tem como objetivo central a formação para a vida e para a convivência, no exercício cotidiano dos Direitos Humanos como forma de vida e de organização social, política, econômica e cultural nos níveis regionais, nacionais e planetário.

III - Dos Temas

Art 3º. Conforme o artigo 3º. Da Resolução nº 1, de 30 de maio de 2012, a Educação em Direitos Humanos, na FA será desenvolvida preferencialmente a partir dos seguintes eixos e temas:

I - dignidade humana;
II - igualdade de direitos;
III - reconhecimento e valorização das diferenças e das diversidades;
IV - laicidade do Estado;
V - democracia na educação;
VI - transversalidade, vivência e globalidade; e
VII - sustentabilidade socioambiental.

IV - Das Formas de Operacionalização

Art 4º. Na FST, a educação para os direitos humanos, será desenvolvida por meio da transversalidade em projetos de trabalho que contemplem as diferentes temáticas assinaladas neste regulamento.

§ 1º. Todas as Matrizes Pedagógicas dos Cursos de Graduação ofertarão em caráter optativo a disciplina Educação para os Direitos Humanos.

§ 2º. Nos Cursos de Licenciatura a Educação em Direitos Humanos será componente curricular obrigatório orientando a formação dos profissionais da educação.

Art 5º. A FA fomentará e divulgará, conforme determina a lei estudos e experiências bem sucedidas realizados na área dos Direitos humanos e da Educação em Direitos Humanos.

Art 6º. A FA estimulará ações de extensão voltadas para a promoção de Direitos Humanos, em diálogo com os segmentos sociais em situação de exclusão social e violação de direitos, assim como com os movimentos sociais e a gestão pública.

Art. 7º. Este Regulamento entrará em vigor na data de sua publicação.

REGULAMENTO DO ATENDIMENTO AO ALUNO COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA

I - DA DEFINIÇÃO

Art. 1 O Transtorno do Espectro Autista (TEA) engloba diferentes síndromes marcadas por perturbações do desenvolvimento neurológico com três características fundamentais, que podem manifestar-se em conjunto ou isoladamente. São elas: dificuldade de comunicação por deficiência no domínio da linguagem e no uso da imaginação para lidar com jogos simbólicos, dificuldade de socialização e padrão de comportamento restritivo e repetitivo.

II - DOQUADRO CLINICO E DA CLASSIFICAÇÃO DO TEA:

a. Autismo clássico – o grau de comprometimento pode variar de muito. De maneira geral, os portadores são voltados para si mesmos, não estabelecem contato visual com as pessoas nem com o ambiente; conseguem falar, mas não usam a fala como ferramenta de comunicação. Embora possam entender enunciados simples, têm dificuldade de compreensão e apreendem apenas o sentido literal das palavras. Não compreendem metáforas nem o duplo sentido. Nas formas mais graves, demonstram ausência completa de qualquer contato interpessoal. São crianças isoladas, que não aprendem a falar, não olham para as outras pessoas nos olhos, não retribuem sorrisos, repetem movimentos estereotipados, sem muito significado ou ficam girando ao redor de si mesmas e apresentam deficiência mental importante;
b. Autismo de alto desempenho (antes chamado de síndrome de Asperger) – os portadores apresentam as mesmas dificuldades dos outros autistas, mas numa medida bem reduzida. São verbais e inteligentes. Tão inteligentes que chegam a ser confundidos com gênios, porque são imbatíveis nas áreas do conhecimento em que se especializam. Quanto menor a dificuldade de interação social, mais eles conseguem levar vida próxima à normal.
c. Distúrbio global do desenvolvimento sem outra especificação (DGD-SOE) – os portadores são considerados dentro do espectro do autismo (dificuldade de comunicação e de interação social), mas os sintomas não são suficientes para incluí-los em nenhuma das categorias específicas do transtorno, o que torna o diagnóstico muito mais difícil.

III -DA ORIENTAÇÃO AO PORTADOR DE TRANSTORNO DE ESPECTRO AUTISTA

Art. 3. Em atendimento ao disposto na Lei nº 12.764, de 27 de dezembro de 2012, a Faculdade garante proteção aos Direitos da Pessoa com Transtorno de Espectro Autista.

Art. 4. O aluno será atendido em suas necessidades e dificuldades referentes a sua vida escolar, à sua aprendizagem e qualidade de relacionamento que mantém com seus pares na instituição, no trabalho e na Família

III - DO ACESSO AO ATENDIMENTO

Art. 5. A orientação aos discentes será definida de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art. 6. Para o corpo discente, a demanda de orientação poderá ser manifestada pelo próprio discente ou por encaminhamento dos professores

IV - DO SIGILO PROFISSIONAL

Art. 7. As atividades do Apoio Psicopedagógico, Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista (orientações e aconselhamentos), quando executados por profissional da área da Educação e ou/Psicologia, serão registradas em formulários específicos, respeitando o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do Profissional; Resolução CFP07/2003; 01/2009 e alterações.

Art. 8. Os dados das orientações e aconselhamentos realizados serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 9. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo profissional de apoio Psicopedagógico coordenador do Serviço de Psicologia e Orientação Pedagógica que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados procedimentos do Art. 15, do Código de Ética Profissional/CFP.

X - DA LOCALIZAÇÃO E DO HORÁRIO DE ATENDIMENTO

Art 10. O Apoio Psicopedagógico e Orientação Pedagógica e à Pessoa com Transtorno de Espectro Autista funcionará em local próprio e seu horário de funcionamento será definitivo pela Direção Geral em cada semestre letivo.

XI – CONDUTAS DE ATENDIMENTO

Art 11. No contexto do atendimento ao adulto e ao idoso com TEA, alguns fatores adicionais devem ser considerados. Primeiro, a demanda por esse tipo de serviço tem aumentado no mundo e o mesmo é esperado aqui no Brasil. Ainda que intervenções precoces e intensivas tragam imensos ganhos para o indivíduo com TEA e suas Famílias, muitas das dificuldades vividas por esses indivíduos ultrapassam os anos da infância e da juventude. A necessidade por serviços e cuidados pode, portanto, se estender durante toda a vida do indivíduo.

Art 12. É essencial que a definição do projeto terapêutico das pessoas com TEA leve em conta as diferentes situações clínicas envolvidas nos transtornos do espectro do autismo. Ou seja, é necessário distinguir e ter a capacidade de responder tanto às demandas de habilitação/reabilitação de duração limitada.

Art 13. Após o diagnóstico e a comunicação à Família, inicia-se imediatamente a fase do tratamento e da habilitação/reabilitação. A escolha do método a ser utilizado no tratamento e a avaliação periódica de sua eficácia devem ser feitas de modo conjunto entre a equipe e a Família do paciente, garantindo informações adequadas quanto ao alcance e aos benefícios do tratamento, bem como favorecendo a implicação e a corresponsabilidade no processo de cuidado à saúde.

Art 14. No atendimento à pessoa com TEA, é importante manter uma rotina clínica (horários, espaço clínico, participantes da sessão, instrumentos, o diálogo como ponto fundamental de inserção da pessoa),pois tal estrutura impõe o caráter terapêutico à situação.

XII -DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art 15. Este Regulamento só pode ser alterado se aprovado pela maioria simples dos membros do Conselho Superior.

REGULAMENTO DO NAPA – NÚCLEO DE APOIO PSICOPEDAGÓGICO E INCLUSÃO

I - EIXOS DE TRABALHO DO NAPAA

Art. 1 O NAPA realiza suas intervenções considerando quatro eixos fundamentais:

I. atendimento ao corpo discente ;

II. apoio à coordenação de cursos e de ensino;

III. pesquisa de demanda da Faculdade;

IV. projetos institucionais.

II - DOS ATENDIMENTOS

Art. 2 Os atendimentos aos corpos discente, poderão ser individuais ou em grupo, de acordo com a demanda e análise prévia de cada situação problema.

Art 3 A demanda de atendimento poderá ser manifestada pelo próprio aluno junto ao NAPA ou pela coordenação de ensino, considerando relatório da coordenação de curso.

Art 4. Os atendimentos individuais serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado ao interessado.

Art 5. Os atendimentos individuais visam:

a) atendimento aos casos relativos às dificuldades de aprendizagem e estudo;
b) atendimento a alunos e funcionários com problemas psicoafetivos;
c) encaminhamento para profissionais e serviços especializados dependendo da demanda apresentada;
d) atendimento relativo às dificuldades de relacionamento interpessoal que ofereçam dificuldades de adaptação e motivação na dimensão acadêmica e profissional;
e) atendimento aos casos relativos ao comportamento e conduta do acadêmico;
f) atendimento aos encaminhamentos da direção, coordenação de curso, coordenação de estágio, corpo docente e Comissão Própria de Avaliação (CPA).
g) Atendimento às demandas relacionadas à profissão e à formação profissional.

Art 6. Cada acadêmico poderá ser atendido individualmente em no máximo 10 (dez) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 7. O NAPA utilizará um formulário padrão – Prontuário de Atendimento – para registro dos atendimentos individuais.

Art 8. Os atendimentos em grupo serão agendados nos horários de funcionamento do NAPA e comunicado aos interessados.

Art 9. Os atendimento em grupo serão realizados em um espaço de reflexão e enfrentamento de problemas cognitivos, relacionais e desenvolvimento de habilidades acadêmicas e profissionais no que se refere à dimensão relacional.

Art 10. Os atendimentos de grupo terão um limite de participantes, a ser definido pelo coordenador do NAPA, de acordo com o tipo de trabalho a ser desenvolvido.

Art 11. Os encontros dos atendimentos em grupo serão planejados a partir das demandas dos alunos, das pesquisas institucionais desenvolvidas pelo NAPA, das solicitações dos colegiados de cursos e/ou da CPA.

Art. 12 Os temas e áreas envolvidos nos atendimentos em grupo envolvem:

a) Orientação Profissional: reflexão sobre as necessidades, dúvidas e enfrentamento de dificuldades relacionadas a escolha profissional ou adaptação acadêmica.

b) Relações Humanas: oficinas de dinâmica de grupo visando o desenvolvimento de competências relacionais e interpessoais, liderança, comunicação e resolução de conflitos interpessoais.
c) Treinamento de Assertividade: oficinas de dinâmicas de grupo diretamente relacionada a alunos que apresentem alto grau de ansiedade presente em situações que envolvam apresentação de trabalhos em público ou dificuldades relacionadas a relações de trabalhos de equipe.
d) Orientação de Estudos: grupo reflexivo que aborda temas ligados a maximização de recursos envolvendo o planejamento de estudos acadêmicos ou voltados para concursos profissionais e/ou públicos.
e) Inclusão e Acessibilidade Pedagógica

Art. 13. Cada grupo poderá ser atendido em no máximo 5 (cinco) sessões por semestre, de acordo com disponibilidade.

Art 14. O NAPA utilizará um formulário padrão – Plano de Trabalho – para planejamento e registro dos atendimentos em grupo.

III - DO APOIO À COORDENAÇÃO DE CURSOS E DE ENSINO

Art. 15. O NAPA irá atuar junto à coordenação dos cursos e de ensino na compreensão e resolução de problemas específicos de aprendizagem e relacionais, juntamente com a assessoria pedagógica da Faculdade.

Art 16. O NAPA participará do planejamento do curso de Formação Continuada dos Docentes, promovido pela Faculdade, atuando principalmente na reflexão e orientação de situações problemas comuns, a partir dos dados coletados em suas pesquisas.

Art 17. O NAPA irá, em situações específicas, disponibilizar aos professores um acompanhamento na implementação de projetos de inclusão de acadêmicos portadores de necessidades especiais.

Art 18. O apoio à coordenação de cursos e de ensino será realizado pelo NAPA através de reuniões institucionais, atendimentos individuais e orientações específicas.

IV - DA PESQUISA DE DEMANDA DA FACULDADE

Art. 19. O NAPA poderá, por solicitação da direção, elaborar pesquisas e relatórios com o objetivo de auxiliar na compreensão do perfil dos alunos, suas dificuldades e possíveis intervenções.

Art. 20. No caso de utilização de dados gerados a partir dos atendimentos individuais ou em grupo, ou ainda, oriundos da CPA, para elaboração de pesquisas e relatórios, o NAPA deverá observar o critério de sigilo profissional que envolve essas informações.

VI - DOS PROJETOS INSTITUCIONAIS

Art. 21. O NAPA participa de projetos institucionais que envolvam as dimensões acadêmicas, culturais, semana das profissões, atividades extracurriculares, projetos de inclusão de necessidades especiais, estágios profissionalizantes.

Art 22. O NAPA realiza suas atividades em parceria com a Coordenação de Estágio, o Programa de Nivelamento – o Núcleo de Extensão – Coordenação de Ensino

VII - DOS RELATÓRIOS

Art 23. A partir das atividades desenvolvidas pelo NAPA serão elaborados relatórios informativos para fundamentar pesquisas e avaliações dos processos acompanhados, podendo estes serem disponibilizados para a direção e coordenação dos cursos.

Art. 24. Os relatórios previstos deve tratar apenas de dados referentes ao número de atendimentos, tipologia dos atendimentos, tipologia da demanda ou outras informações que não comprometam o sigilo profissional.

VIII- DO SIGILO PROFISSIONAL

Art 25. Os atendimentos e atividades do NAPA, quando executados por profissional da área da Psicologia e da Pedagogia serão registrados em formulários específicos, respeitando nos atendimentos clínicos individuais e grupais o critério de sigilo profissional e as normas e resoluções do CFP (Código de Ética Profissional; Resolução CFP 07/2003; 01/2009).

Art. 26. Os dados dos atendimentos individuais e em grupo serão de acesso exclusivo do profissional psicólogo, registrado no órgão de classe, e serão arquivados em armários com chaves onde apenas o mesmo terá acesso para consulta e registros dos casos acompanhados.

Art. 27. Outros profissionais da instituição não terão acesso às informações confidenciais, salvo outros profissionais psicólogos autorizados pelo coordenador do NAPA, que componham a equipe de trabalho ou o usuário ou responsável por menores de idade, de acordo com a Resolução CFP 01/2009.

Art 28. No caso da extinção do serviço ou da substituição de funções ou profissionais da área clínica serão adotados os procedimentos do Art.15, do Código de Ética Profissional/CFP.

REGULAMENTO GERAL REPRESENTANTE DISCENTE

I - OBJETIVO GERAL

Desenvolver o estudo preparando e oportunizando o aluno para o exercício da liderança. Dessa forma espera-se que através da prática com variadas situações possibilite a vivência da democracia e seu exercício através de sua representatividade.

Estimular a participação, iniciativa, mobilização, criatividade e outros componentes da prática da gestão democrática com noções de cidadania e participação política de forma organizada.

ART. 1º - Poderão se candidatar a Representante de turma e Vice Representante o aluno devidamente matriculado na turma, mediante preenchimento de ficha de inscrição, no período estabelecido, condizendo com as datas divulgadas no cronograma acadêmico.

ART. 2º - O Representante de Turma forma uma chapa que será escolhida por eleição secreta, na qual os alunos interessados se candidatam.

I. Os demais colegas de classe e os próprios candidatos votam naqueles que melhor possam representar a turma. Assim a chapa vencedora será a que obtiver maior número de votos.

II. A eleição poderá se dá por aclamação desde que não haja mais de uma chapa concorrendo

III. Os representantes devem manter seus dados atualizados, comunicando quaisquer alterações.

ART. 3º - O tempo da gestão do representante e do vice tem duração de 1 semestre prorrogado por mais um semestre.

ART. 4º - O Representante poderá participar nas eleições seguintes, por mais um semestre. Essa reeleição poderá ocorrer apenas uma vez, de modo a permitir o surgimento de novas lideranças.

ART. 5º - O representante de turma poderá ser qualquer um dos alunos eleito pelos colegas para representá-los. O aluno escolhido para representar a turma recebe a maioria dos votos, *de confiança,* para exercer a função.

ART. 6º - Para candidatarem a função de Representantes de turma os alunos deverão atender às seguintes condições:

I - Estarem regularmente matriculados na turma;

II- Terem disponibilidade para o exercício das funções;

III- Não estarem respondendo a processo disciplinar;

IV- Conhecer o calendário acadêmico.

ART. 7 º São atribuições dos Representantes de turma:

I - Representar sua turma perante a Direção; Coordenação de Curso e o Colegiado Discente, Coordenação de Ensino;

II- Estimular a cooperação entre alunos e entre professores e alunos;

III- Encaminhar e discutir com a Direção, Coordenação de Curso; Coordenação de Ensino e Colegiado Discente as reivindicações ou reclamações da turma;

ART. 8 - Representante perderá o mandato:

I. Por renúncia;

II. Por perda de vínculo com a instituição;

III. No caso de adotar comportamento considerado inadequado com sua turma, com outros alunos, com a Direção, Coordenação de Curso, Coordenação de Ensino, com o corpo docente ou corpo técnico-administrativo da instituição

IV. Se faltar com os deveres previstos neste guia ou no Regimento da FA;

V. No caso de conflito com sua própria turma;

VI. No caso de receber qualquer das penalidades previstas no Regimento da FA;

VII. Por pedido expresso dos alunos da turma, assinado pela maioria absoluta;

ART. 9 - Substituição em caso perda de mandato:

I - Em caso de perda de mandato, será realizada nova eleição, garantindo a representatividade da turma no diálogo institucional.

Art. 10 – Do processo eleitoral:

I – O processo eleitoral dos representantes discentes deverá ser presidido pelo coordenador de curso que procederá ao registro das candidaturas e lavrará a ata de eleição.

REGULAMENTO DA COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO

I - DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. A Comissão Própria de Avaliação da FA é o órgão responsável pela coordenação dos processos internos de avaliação da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas educacionais Anísio Teixeira (INEP), de acordo com o artigo 14 da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004.

Parágrafo único. O desenvolvimento das atividades da CPA dar-se-á com autonomia em relação ao Comitê Acadêmico e demais Órgãos Colegiados existentes na FA.

Art. 2º.A CPA terá todo o apoio institucional, além daquele previsto no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), para a realização plena do processo de auto avaliação da FA.

II - DA COMPETÊNCIA

Art. 3º.Compete à CPA:

I. Elaborar o Projeto de Autoavaliação Institucional a ser encaminhado à Comissão Nacional de Avaliação do Ensino Superior (CONAES), submetendo-o à prévia aprovação dos membros dos órgãos colegiados existentes;

II. Conduzir os processos de Auto avaliação da FA.

III. Apresentar semestralmente o resultado dos trabalhos para os membros do Comitê Acadêmico e demais órgãos colegiados existentes;

IV. Implementar as atividades necessárias à sensibilização da comunidade para a importância da Avaliação Institucional e sua integração com a missão da FA;

V. Colaborar com os procedimentos de autoavaliação de cursos e áreas, cuja realização deverá estar pautada pelas diretrizes da CONAES e pelo projeto de autoavaliação institucional;

VI. Sistematizar e analisar as informações institucionais, produzindo relatórios a serem encaminhados às instâncias competentes para ciência;

VII. Delegar competências, indicando prazos para o cumprimento dos objetivos estabelecidos;

VIII. Assessorar Cursos nos procedimentos de avaliação macro institucional;

IX. Convidar membros da comunidade e da sociedade civil para prestarem informações e emitirem opiniões sobre o processo de avaliação institucional;

X. Elaborar e modificar seu Regimento Interno, conforme a legislação vigente;

XI. Prestar as informações solicitadas pelo INEP, além de elaborar e enviar, no prazo previsto, o Relatório de Avaliação Interna estabelecido na Resolução CONAES nº 1/2005;

XII. Dar ampla divulgação de todas as suas atividades.

III - DA CONSTITUIÇÃO E MANDATO

Art. 4º. A CPA da FA será composta por cinco membros, eleitos diretamente em chapa composta para este fim, assim distribuídos:

I. Um representante do corpo docente, sendo um o Coordenador da CPA.

II. Um representante do corpo discente.

III. Um representante do corpo técnico-administrativo.

IV. Um representante da sociedade civil organizada.

Art. 5º. Os membros da CPA serão nomeados por ato do Diretor Geral.

Art. 6º. O representante da Sociedade Civil poderá convidado pelo Diretor Geral da Instituição.

Art. 7º. A perda da condição de docente, de discente ou de técnico-administrativo implica no imediato término da condição de membro da CPA, com o mandato sendo complementado por outro representante cuja indicação deverá ser idêntica à do membro que se retira.

Art. 8º. O mandato dos membros da CPA será de 2 (dois) anos, permitida uma recondução.

IV - DO FUNCIONAMENTO

Art. 9º. A CPA reunir-se-á, ordinariamente, uma vez a cada semestre nas datas previstas em calendário elaborado por seus membros em sua primeira reunião e, extraordinariamente, quando convocada por seu Coordenador ou por pelo menos um terço de seus membros.

§ 1º. A pauta das reuniões ordinárias será divulgada com antecedência mínima de 48 horas.

§ 2º. As reuniões extraordinárias serão convocadas com antecedência de 5 dias, com prévia e ampla divulgação de sua pauta.

§ 3º. O prazo de convocação das reuniões extraordinárias poderá ser reduzido, em caso de urgência, podendo a pauta ser comunicada verbalmente, desde que justificado o procedimento pelo Coordenador.

§ 4º. As reuniões da CPA serão presididas pelo Coordenador ou por um dos membros da Comissão, por ele previamente designado.

§ 5º. As reuniões serão instaladas quando se obtiver o quórum mínimo de metade mais um de seus membros.

§ 6º. As reuniões da CPA deverão ser secretariadas e suas discussões e decisões registradas em ata.

Art.10º. As deliberações da CPA serão aprovadas sempre por maioria de votos favoráveis de seus membros presentes.

Parágrafo único. O Coordenador, em caso de empate, terá voto de qualidade.

Art. 11º O comparecimento às reuniões é obrigatório e, exceto quanto aos membros representantes da sociedade civil, tem precedência sobre qualquer outra atividade.

§ 1º. O membro que estiver ausente em três reuniões consecutivas ou cinco alternadas, de forma injustificada, perderá o seu mandato.

§ 2º. Em caso de coincidência de horário entre as reuniões da CPA e as atividades acadêmicas, os representantes discentes que compareçam às primeiras terão direito à recuperação de aulas e trabalhos escolares.

V – DA AVALIAÇÃO

Art. 12º. A Avaliação pela qual a CPA é responsável dar-se-á em dois níveis, a saber:

I. Um nível interno, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativos, com ênfase nos aspectos pedagógicos internos aos cursos de graduação, dando-se sempre no primeiro semestre do ano letivo.

II. Um segundo nível externo, no qual será avaliada a dimensão acadêmico-administrativa, com ênfase nos aspectos macro-institucionais da IES.

Art. 13º. O resultado da Avaliação será encaminhado para analise qualitativa das Coordenações de Curso, Diretoria de Ensino e Coordenação Geral, subsidiando o processo de tomada de decisão na IES, e a elaboração do Planejamento Acadêmico-administrativo interno do curso.

Art. 12.O presente Regulamento entra em vigor após aprovação.

REGULAMENTO LABORATÓRIO DE INFORMÁTICA

I - do Horário de Funcionamento

Art. 1º. Os Laboratórios de Informática funcionam de segunda-feira a sexta-feira, das 17:00 as 22:45 e nos sábados de 08:00 as 12:00, durante o período letivo regular. Os horários poderão ser alterados, e flexíveis para o laboratório móvel, a bem da comunidade, por ato da direção da FA.

II - dos Usuários

Art 2º. Enquadra-se como usuário do Laboratório de Informática todo e qualquer integrante do corpo docente, discente (regularmente matriculado) e funcional da FA, sendo o Laboratório de Informática de uso exclusivo destes. A interrupção de vínculo com a FA acarreta a conseqüente e imediata perda do direito de utilização do Laboratório de Informática.

III - das Reservas

Art 3º. Nos horários reservados para a utilização dos Laboratórios de Informática por parte do corpo docente, para aulas curriculares ou esporádicas, é vedada a utilização concomitante da mesma sala por outros usuários.

Art 4º. Os professores que desejarem utilizar o Laboratório de Informática para atividades acadêmicas devem efetuar reservas, com antecedência mínima de 24 horas, em formulário próprio junto aos funcionários do Suporte.

IV - da Utilização

Art 5º. O Laboratório de Informática deve ser utilizado único e tão somente para atividades acadêmicas ligadas ao ensino, pesquisa e extensão. É vedada a sua utilização para fins não relacionados à atividade acadêmica.

Art 6º. Os usuários que incorrerem em tal situação estão sujeitos a sansões e penalizações previstas no item X. O usuário é responsável, durante a sua utilização, dos recursos do Laboratório de Informática.

Art 8º.O funcionário responsável deverá ser informado de qualquer anormalidade ocorrida durante a utilização dos recursos computacionais. O professor deve orientar os alunos para que deixem o ambiente limpo, organizado e com todos os recursos computacionais devidamente desligados, após o término das atividades acadêmicas.

Art 9º. Cada usuário recebe uma conta no servidor, com a respectiva senha pessoal e intransferível, que provê acesso e espaço em disco para gravação de arquivos.

V - dos Deveres

Art 10º. É dever de todo usuário do Laboratório de Informática zelar pelas instalações e recursos computacionais compostos de hardware, software e respeitar os funcionários do Laboratório de Informática.

VI - das Proibições

Art 11º. Fica expressamente proibido no âmbito do Laboratório de Informática da FA:

a) Acessar, modificar ou distribuir materiais de ação ofensiva racial, social ou religiosa;

b) Acessar, modificar ou distribuir materiais de conteúdo adulto/pornográfico;

c) Usar vocabulário de baixo calão/ofensivo;

d) Utilizar sites ou salas de bate-papo, ICQ, MSN Messenger e assemelhados;

e) Utilizar Jogos eletrônicos - salvo utilizados em atividades acadêmicas devidamente autorizadas;

f) Violar direitos autorais/propriedade intelectual;

g) Propaganda político/partidária;

h) Comer, beber ou portar alimentos;

i) Fumar ou conduzir cigarros e assemelhados acessos;

j) Utilizar equipamentos de comunicação como telefones celulares;

k) Perturbar o ambiente com brincadeiras e algazarras;

l) Praticar atividades que afetem ou coloquem em risco as instalações e/ou os recursos computacionais;

m) Praticar atividades que promovam o desperdício de recursos de energia e computacionais;

n) Instalação ou desinstalação de softwares e hardware nos equipamentos do laboratório;

o) Atos de vandalismo digital, tais como quebra de privacidade, invasões internas e externas, captura de senhas e pirataria de software;

p) Abrir, modificar, consertar ou reconfigurar a configuração dos recursos computacionais;

q) Utilização de usuário e senha alheia;

r) Permanecer nas salas administrativas do Laboratório de Informática, salvo quando solicitado ou necessário.

VII - da Segurança lógica dos dados

Art 12º. O Suporte não se responsabiliza pela integridade dos arquivos gravados nos servidores, devendo cada usuário ser responsável pela cópia de segurança dos seus arquivos.

VIII - da Conduta

Art 13º. É de responsabilidade dos funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática manter a disciplina e ordem no Laboratório de Informática.

Art 14º. Durante a utilização do mesmo para atividades acadêmicas esta responsabilidade decai sobre o professor responsável pela atividade.

Art 15º. O Laboratório de Informática é um local de estudo e, portanto, devem ser observadas a ordem e o silêncio.

Art 16º. Qualquer conduta indevida deve ser comunicada aos responsáveis pelo Laboratório de Informática, através de memorando interno, com provas anexadas para providência de medidas cabíveis.

IX - das Punições

Art 17º. O não cumprimento das normas deste regulamento aqui especificadas será penalizado de acordo com a sua gravidade conforme descrito abaixo e pelo ressarcimento de prejuízos e danos causados a infra-estrutura do Laboratório de Informática:

I. Advertência oral
II. Advertência escrita
III. Suspensão temporária dos direitos de utilização do Laboratório de Informática
IV. Suspensão definitiva dos direitos de utilização do Laboratório de Informática;
V. Responsabilidades civis ou pessoais cabíveis dentro da lei.

X - dos Funcionários Responsáveis

Art 18º. Os funcionários responsáveis pelo Laboratório de Informática da FA têm como atribuições:

I. Prestar suporte técnico aos usuários no desenvolvimento das atividades acadêmicas que necessitem dos recursos do Laboratório de Informática;
II. Supervisionar e controlar o comportamento dos usuários e utilização dos equipamentos;
III. Zelar pela conservação e manutenção dos recursos computacionais;
IV. Instalar e configurar recursos computacionais;
V. Prover manutenção dos recursos computacionais, salvo atividades que requeiram intervenção externa por profissionais ou empresas especializadas;

Art 19º. Não constituem atribuições dos funcionários:

I. Desempenhar funções de monitoria em atividades acadêmicas;

XI - dos Casos Omissos

Art 20º. Os casos omissos neste regulamento do Laboratório de Informática serão apreciados, em primeira e única instância, por uma comissão designada pela direção da FA.
Art 21º. Este regulamento entra em vigor na data de sua publicação**.**

REGULAMENTO DO NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE DA FA

I - Das considerações preliminares

Art. 1º. O presente Regulamento disciplina as atribuições e o funcionamento do Núcleo Docente Estruturante – NDE – dos Cursos Superiores Tecnológicos, de Bacharelado e Licenciaturas da Faculdade de São Vicente - FST.

Art. 2º. O Núcleo Docente Estruturante – NDE – é o Órgão Consultivo responsável pela concepção, consolidação e atualização do Projeto Pedagógico dos Cursos e de suas atualizações periódicas.

II - Das Atribuições

Art. 3º. São atribuições do Núcleo Docente Estruturante:

a) elaborar, acompanhar a execução, propor alterações no Projeto Pedagógico do Curso e/ou estrutura curricular e disponibilizá-lo à comunidade acadêmica do curso para apreciação;

b) avaliar, constantemente, a adequação do perfil profissional do egresso do curso;

c) zelar pela integração curricular interdisciplinar entre as diferentes atividades acadêmicas;

d) indicar, formas de incentivo ao desenvolvimento de atividades de iniciação científica e extensão oriundas de necessidades da graduação, de exigências do mercado de trabalho e afinadas com as políticas pública relativas à área do conhecimento;

e) zelar pelo cumprimento das diretrizes curriculares nacionais para o curso de graduação;

f) propor, no PPC, procedimentos e critérios para a autoavaliação do curso;

g) propor os ajustes no curso a partir dos resultados obtidos na autoavaliação e na avaliação externa;

h) convidar consultores *ad hoc* para auxiliar nas discussões do projeto pedagógico do curso;

i) levantar dificuldades na atuação do corpo docente do curso, que interfiram na formação do perfil profissional do egresso;

j) propor programas ou outras formas de capacitação docente, visando formação continuada.

III - Da Constituição

Art.4º. O Núcleo Docente Estruturante será constituído:

a) por, no mínimo, cinco (5) professores pertencentes ao corpo docente do curso, incluído o coordenador do curso, como seu presidente;

b) por, pelo menos, sessenta por cento (60%) dos membros com titulação acadêmica de Mestre e/ou Doutor;

§ 1°. Todos os membros deverão em regime de trabalho de tempo parcial ou integral, e pelo menos vinte por cento (20%) em tempo integral.

§ 2°. O Núcleo Docente Estruturante deverá ser constituído por membros do corpo docente do curso, que exerçam liderança acadêmica no âmbito do mesmo, percebida na produção de conhecimentos na área, no desenvolvimento do ensino, e em outras dimensões entendidas como importantes pela instituição, e que atuem sobre o desenvolvimento do curso.

Art. 5º. A indicação dos representantes docentes será feita pelo Colegiado de Curso, e tomando como base os critérios definidos no Art. 4°.

Parágrafo único. Sendo o Núcleo Docente Estruturante um grupo de acompanhamento, seus membros devem permanecer por quatro (4) anos, com possibilidade de recondução, e adotada estratégia de renovações parciais, de modo a haver continuidade no pensar do curso.

IV - Das Atribuições do Presidente

Art. 6°. Compete ao Presidente do Núcleo Docente Estruturante:

a) convocar e presidir as reuniões, com direito a voto, inclusive de qualidade;

b) representar o NDE junto aos órgãos da instituição;

c) encaminhar as deliberações do Núcleo;

d) designar relator ou comissão para estudo de matéria a ser decidido pelo NDE e um representante do corpo docente para secretariar e lavrar atas;

e) coordenar e promover a integração com os demais Colegiados e setores da Instituição.

Parágrafo único. Na ausência ou impedimento eventual do Coordenador do Curso, a presidência do Núcleo Docente Estruturante será exercida por docente por ele indicado.

Art. 7°. O Núcleo Docente Estruturante reunir-se-á, ordinariamente por convocação de iniciativa de seu Presidente, uma (1) vez por semestre, no início do período letivo, e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente ou pela maioria de seus membros titulares.

Art. 8º. Todo membro do Núcleo Docente Estruturante tem direito à voz e voto, cabendo ao Presidente o voto de qualidade.

Art. 9°. Observar-se-á nas votações os seguintes procedimentos:

a) em todos os casos a votação é em aberto;

b) qualquer membro do Núcleo Docente Estruturante pode fazer consignar em ata expressamente o seu voto;

c) nenhum membro do Núcleo Docente Estruturante deve votar ou deliberar em assuntos que lhe interessem pessoalmente;

d) não são admitidos votos por procuração.

Art. 10. Após cada reunião lavrar-se-á a ata, que será discutida e votada na reunião seguinte e, após aprovação, subscrita pelo presidente e membros presentes.

Art. 11. As decisões do Núcleo Docente Estruturante serão tomadas por maioria simples de votos, com base no número de presentes, e encaminhadas à análise e deliberação do Colegiado de Curso.

Art. 12. O membro que, por motivo de força maior, não puder comparecer à reunião justificará a sua ausência antecipadamente ou imediatamente após cessar o impedimento.

Parágrafo único. O membro que faltar, sem justificativa aceita, a duas (2) reuniões seguidas ou a quatro (4) alternadas, no período de doze (12) meses, será destituído de sua função.

V - Das Disposições Finais

Art. 13. Os casos omissos serão resolvidos pela Direção Geral ou órgão superior de acordo com a competência dos mesmos.

Art. 14. O presente Regulamento entra em vigor após aprovação do Conselho Maior.

Legislação Núcleo Docente Estruturante (anexadas)

REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA DA FACULDADE AMAZONAS – FA

Reconhecendo a importância e atendendo às orientações da Lei de Diretrizes e Bases Nacionais da Educação (MEC, 1996) e o Art.4º da Resolução N° 3, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2002 que institui as Diretrizes Curriculares Nacionais do Curso superior de Tecnologia em Logística, a Faculdade Amazonas estabelece o seu REGULAMENTO DO TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO como componente integrante da Matriz Curricular do Curso.

CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO

Art. 1º. O Trabalho de Conclusão de Curso apresenta como sua maior finalidade promover a iniciação na investigação científica, como um elemento importante na formação

acadêmica e profissional do futuro profissional, articulando o exercício da investigação, com o campo de atuação profissional.

SEÇÃO I
Das Noções Gerais

O TCC do curso superior de tecnologia em logística da FA acontece no 4º período com a elaboração do Projeto Integrador produzido pelos acadêmicos composta de uma equipe com até três alunos, dentro das áreas da ciências da logística que deverá ser submetido a uma banca composta por dois professores avaliadores. O Projeto Integrador deverá ser encaminhado em três cópias, e entregue com quinze dias antes do processo avaliativo a ser marcado pelo professor orientador que repassará aos professores da banca avaliativa. Para a organização e normatização do Trabalho de Conclusão der Curso, são seguidas as normas da ABNT e os critérios de avaliação são definidos no regulamento interno do TCC, aprovado pelo Núcleo Docente Estruturante do Curso Superior de Tecnologia em Logística, definindo:

Art 1º O Trabalho de Conclusão é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.

§1º O TCC que trata Projeto Integrador será realizado na própria instituição de ensino, mediante estudo de um Organização Empresa e/ou laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Logística.

§ 2º As atividades de TCC poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do TCC possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

SEÇÃO II
Da Concepção e Finalidade do Trabalho de Conclusão

No Curso Superior de Tecnologia em Logística, o TCC, constitui-se atividade científica exercida pelo aluno em instituições, entidades públicas ou privadas, organizações do

terceiro setor e na comunidade em geral, estando sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino Superior.

O TCC caracteriza-se, dessa forma, como um processo no qual se articulam instituições, empresa, pessoas e recursos, com o fim de promover a integração do aluno e da própria instituição com a realidade do mercado de trabalho e assim, tal processo favorece a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, que permite ao aluno o exercício de atividade de aprendizagem profissional, social, cultural e de pesquisa, pela participação em situações gerais de trabalho e pesquisa, sendo realizadas in loco nas organizações a qual será realizado o trabalho TC o qual conta sempre com a orientação de um professor(a)-orientador(a).

SEÇÃO III
Dos Objetivos

O Trabalho de Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas - FA, com a construção do Projeto Integrador, tem como objetivos :

- Aplicar conhecimentos técnico-científicos visando a integração entre teoria e a prática no desenvolvimento de habilidades requeridas para formar o perfil do profissional.
- Analisar cenários no contexto organizacional, de modo a estimular ao estudante a propor mudanças no ambiente organizacional e societário;
- Refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e instrumentos discutidos em sala de aula por meio de experiência concreta, da observação e reflexão, da formação de conceitos, levantamento de problemas e preparação de planos e programas para empresa/entidade;
- Propiciar complementação do ensino e da aprendizagem;
- Aprimorar sua capacidade criativa e de análise crítica;

SEÇÃO IV
Da Disciplina Trabalho de Conclusão de Curso

No Curso Superior de Tecnologia em Logística, a carga horária da disciplina Trabalho de Conclusão é de 80 (horas), a mesma será cumprida no 4º Período, integrante na matriz curricular do curso. O aluno deverá desenvolver o Projeto Integrador conforme diretrizes no Manual do TCC vigente.

CAPÍTULO II - SEÇÃO I - Dos Orientandos (a)

A elaboração do trabalho é responsabilidade do acadêmico, porém, não exime o professor orientador, dentro da sua competência e responsabilidade na atividade de orientação, do desempenho adequado junto ao seu orientando.

Cumpre ao aluno:

I. tomar conhecimento e cumprir as exigências do Regulamento do TCC da IES;
II. estar sob a supervisão de um professor-orientador, cumprindo o plano por ele estabelecido bem como as avaliações exigidas durante o período de supervisão e orientação;
III. comunicar ao professor-orientador sobre qualquer problema com a organização-concedente durante o período de desenvolvimento do Projeto Integrador a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;
IV. Entregar ao professor orientador (conforme cronograma de TCC) as documentações relacionadas ao estágio supervisionado, devidamente preenchidas e assinadas pelos envolvidos.
V. Cumprir com as orientações e observações realizadas por ocasião de cada encontro de orientação/supervisão.
VI. Obedecer aos horários previstos pela IES para o atendimento na disciplina TCC;
VII. Tomar conhecimento de suas ausências por convocatórias, reuniões e encontros de TCC;
VIII. Deverá realizar o depósito do TC junto ao Professor orientador de todos os documentos e produtos exigidos para o cumprimento do estágio conforme cronograma ou exigência da IES;
IX. Estar sujeito ao Regimento da IES no que diz respeito às normas disciplinares e á comunidade acadêmica.
X. Produzir academicamente de forma ética e responsável, relatórios, diagnósticos, planos, diários de visita técnica, registros documentais e imagéticos, obedecendo os preceitos legais, refutando o plágio e a usurpação de direitos autorais de outrem, sem o devido consentimento.

SEÇÃO II
Do Professor Orientador

A orientação do TCC será da competência exclusiva de professores do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas - FA. São atribuições do professor orientador:

a. Orientar os acadêmicos na elaboração do Projeto Integrador e Slide ou Pôster (Banner) e devida apresentação e/ou defesa de TCC (definido pelo orientador da disciplina);
b. Orientar os acadêmicos quanto ao projeto e fontes de pesquisa, indicações bibliográficas e na produção de dados originários de trabalho de campo;
c. Adequar a metodologia mais eficiente e eficaz para a condução da IES obedecendo às necessidades dos acadêmicos e as normas regimentais da IES.
d. Atender individualmente ou em grupos os respectivos orientandos, em horários previamente fixados e divulgados para conhecimento dos interessados, com o fim de acompanhar e avaliar o desenvolvimento da pesquisa;
e. Acompanhar e avaliar o cumprimento das etapas de desenvolvimento do trabalho, segundo o cronograma estabelecido.
f. Registrar, em fichas apropriadas, o desempenho de cada acadêmico, para fins de freqüência e avaliação;
g. Garantir a eficácia do estágio, ampliando o relacionamento com o meio empresarial;
h. Encaminhar à Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Logística, relatórios de acompanhamento, quadro de notas, atas, formulários de avaliação das defesas dos trabalhos que concluíram o estágio;
i. Protocolar a coordenação de curso, todos os trabalhos de conclusão de curso (TCC)

Os Professores Orientadores, são indicados pela Coordenação de TCC e devem integrar o Corpo Docente da IES.

São, entre outras, atribuições do Professor Orientador, na qualidade de supervisor:

I. planejar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos composto por um número máximo de três integrantes, ou seja um trio;
II. orientar o trio em suas dificuldades, com apoio da Coordenação de Estágios, quando necessário;
III. fornecer retorno regular ao acadêmico sobre seu desempenho;
IV. entregar à Coordenação de Curso, no prazo previamente definido, o Projeto Integrador desenvolvido;
V. participar de reuniões convocadas pela Coordenação de Curso;
VI. oferecer sugestões para eficácia e eficiência das atividades**;**

§ 1º O acompanhamento ocorre mediante a elaboração do Projeto Integrador de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do curso Superior de Tecnologia em Logística.

§ 2º Os acadêmicos que obtiverem média igual ou superior a 5.0 (cinco), na avaliação do professor-orientador serão considerados Aprovados.

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

Campos de Pesquisa

O Trabalho de Conclusão deverá refletir e abranger o estudo de técnicas das disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do curso Superior de Tecnologia em Logística, em concordância prévia com o Professor Orientador, que auxiliará na escolha do tema e abordagem a ser adotada. As áreas de concentração: onde as pesquisas poderão ser realizadas, são as seguintes:

- Planejamento e modelagem de sistemas logísticos
- Performance de funções da logística integrada (compras, estoque, transporte, armazenagem, gerenciamento de pedidos, níveis de serviço) e mapeamento da performance logística de cadeias de suprimentos
- Estudos de melhores práticas dos processos logísticos nos ciclos de suprimento, manufatura e distribuição física
- Integração de processos-chave de negócios de marketing e logística nos contextos de empresas e cadeias de suprimentos
- Gestão de ambientes colaborativos na supply chain management
- Segmentação de fornecedores em processos de suprimento e de inovação
- Modelos de maturidade para cadeias de suprimentos
- Capacidades logísticas e orientação para a cadeia de suprimentos (SCO-Supply Chain Orientation)
- Logística no varejo
- Gestão da qualidade em serviços
- Gestão de operações em serviços
- A logística no contexto dos arranjos produtivos locais (APL´s)
- Filosofia e técnicas da produção e do suprimento enxutos
- Apoio ao desenvolvimento de projetos governamentais no âmbito da Administração Pública.

SEÇÃO II

Da Avaliação e aprovação

Cumpre ao professor orientador do curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas - FA coordenar e acompanhara as atividades dos alunos na realização do Projeto Integrador, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

I. A avaliação final do aluno na disciplina Trabalho de Conclusão de Curso, onde se desenvolve o TCC, será feita a partir do processo de elaboração do trabalho escrito que deverá ser corrigido e avaliado pelo professor orientador, cominadas as etapas de confecção e apresentação dos resultados;
II. O TC no 4º período será defendido por um grupo de três acadêmicos – trio - por meio da exposição de slide ou banner (definido pelo orientador da disciplina). aos professores avaliadores.
III. Os Trabalhos de Conclusão de curso (TCC) do 4º período antes da Apresentação/Defesa,devem passar por uma avaliação prévia de qualificação, com formulário próprio, indicando o TCC estar "Apto ou a Desenvolver" conforme a metodologia adotada pelo professor/orientador.
IV. Para o TCC do 4º período o professor/orientador deve encaminhar o Projeto Integrador para a Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Logística que por sua vez, reencaminhará-los aos professores avaliadores em até quinze (15) dias antes da Apresentação em duas (02) cópias no formato espiral.
V. São consideradas cumpridas se o aluno obtiver 75% de frequencias e média igual ou superior a 5.0 (cinco), na avaliação do professor-orientador.
VI. Entrega de dois exemplares do TCC em capa dura (brochura) acompanhado do CD/DVD (media digital) para o professor orientador;
VII. Selecionar três dos melhores trabalhos que serão encaminhados ao NOPI (Núcleo Operacional de Pesquisa Institucional) para publicação na Revista do Curso Superior de Tecnologia em Logística ou em outros veículos de divulgação técnica e científica

CAPÍTULO IV
DISPOSIÇÕES FINAIS

O detalhamento para a confecção, organização e produção técnico científica do Trabalho de Conclusão de (TCC) estão previstos no Manual de Estágio e TCC do Curso Superior de Tecnologia em Logística da Faculdade Amazonas, que deverá ser disponibilizado a todos os acadêmicos e docentes envolvidos no processo de conclusão de curso.

Os casos não previstos, omissos e atemporais deste Regulamento serão resolvidos dirimidos pela Coordenação do Curso Superior de Tecnologia em Logística, juntamente com

o Coordenadoria de Ensino, sujeitos à aprovação da Direção da IES, ouvido o Colegiado de Curso, de acordo com o previsto no seu Regimento.
Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

REGULAMENTO DO ESTÁGIO SUPERVISIONADO DO CURSO SUPERIOR DE TECNOLOGIA EM LOGÍSTICA DA FACULDADE AMAZONAS – FA

CAPÍTULO I – DA DEFINIÇÃO

Art. 1º Em atendimento às disposições estabelecidas pela Faculdade Amazonas e objetivando a proficiência acadêmica para estabelecer a competência profissional dos alunos do curso superior de tecnologia em logística constitui-se como atividade obrigatória o Estagio Supervisionado para obtenção do grau de tecnólogo em logística.

SEÇÃO I
Das Noções Gerais

O Estágio Supervisionado, pela sua natureza, é uma atividade curricular obrigatória, apresentado na estrutura curricular do Curso, conforme exigência em conformidade com a legislação: Lei nº. Federal 6.494, de 07 de Dezembro de 1977; Decreto nº. 87.497, de 18 de Agosto de 1982; Resolução nº. 2, de 04 de Outubro de 1993; Parecer CES/CNE nº. 134/2003, homologado em 04/06/2003 e Resolução CNE/CES n°.4 de 13 de Julho de 2005 , do Conselho Nacional de Educação , que fixa as diretrizes curriculares para o curso superior de tecnologia em logística e Parecer CNE/CES n° 228/047. A resolução CNE/CES n°.4 de 13 de Julho de 2005 , do Conselho Nacional de Educação , que fixa as diretrizes curriculares para o curso superior de tecnologia em logística, definindo:
Art 7º O Estágio Curricular Supervisionado é um componente curricular direcionado à consolidação dos desempenhos profissionais desejados inerentes ao perfil do formando, devendo cada instituição, por seus Colegiados Superiores Acadêmicos, aprovar o correspondente regulamento, com suas diferentes modalidades de operacionalização.
§1º O estágio de que trata este artigo poderá ser realizado na própria instituição de ensino, mediante laboratórios que congreguem as diversas ordens práticas correspondentes aos diferentes pensamentos das Ciências da Logística.
§ 2º As atividades de estágio poderão ser reprogramadas e reorientadas de acordo com os resultados teórico-práticos gradualmente revelados pelo aluno, até que os

responsáveis pelo acompanhamento, supervisão e avaliação do estágio curricular possam considerá-lo concluído, resguardando, como padrão de qualidade, os domínios indispensáveis ao exercício da profissão.

§ 3º Optando a instituição por incluir no currículo do Curso superior de tecnologia em logística o Estágio Supervisionado de que trata este artigo, deverá emitir regulamentação própria, aprovada pelo seu Conselho Superior Acadêmico, contendo, obrigatoriamente, critérios, procedimentos e mecanismos de avaliação, observada o disposto no parágrafo precedente.

SEÇÃO II
Da Concepção e Finalidade do Estágio Supervisionado

No Curso superior de tecnologia em logística, o Estágio Supervisionado, constitui-se atividade prática exercida pelo aluno em instituições, entidades públicas ou privadas, organizações do terceiro setor e na comunidade em geral, estando sob a responsabilidade e coordenação da Instituição de Ensino Superior.

O Estágio Supervisionado caracteriza-se, dessa forma, como um processo no qual se articulam instituições, empresa, pessoas e recursos, com o fim de promover a integração do aluno e da própria instituição com a realidade do mercado de trabalho e assim, tal processo favorece a dinâmica do processo ensino-aprendizagem, que permite ao aluno o exercício de atividade de aprendizagem profissional, social, cultural e de pesquisa, pela participação em situações gerais de trabalho e pesquisa, sendo realizadas in loco nas organizações a qual será realizado a pesquisa.

SEÇÃO III
Dos Objetivos

O Estágio Supervisionado do Curso superior de tecnologia em logística da Faculdade Amazonas - FA, tem como objetivos :

- Aplicar conhecimentos técnico-científicos visando a integração entre teoria e a prática no desenvolvimento de habilidades requeridas para formar o perfil do profissional.
- Analisar cenários no contexto organizacional, de modo a estimular ao estudante a propor mudanças no ambiente organizacional e societário;
- Refletir, sistematizar e testar conhecimentos teóricos e instrumentos discutidos em sala de aula por meio de experiência concreta, da observação e reflexão, da

formação de conceitos, levantamento de problemas e preparação de planos e programas para empresa/entidade;

- Propiciar complementação do ensino e da aprendizagem;
- Oferecer ao aluno a oportunidade de desenvolver experiências práticas no campo da Ciência da Logística, a fim de melhor prepará-lo para o exercício da profissão, aprimorando sua capacidade criativa e de análise crítica;

SEÇÃO IV
Da Disciplina Estágio Supervisionado

No Curso superior de tecnologia em logística, a carga horária do Estágio Supervisionado é de 100 (horas), a mesma será cumprida em dois momentos: no 4º Período, através da disciplina Estágio Supervisionado. O aluno deverá elaborar dois estágios com os seguintes conteúdos:

Estágio Supervisionado

O Estágio Curricular Supervisionado é disciplina obrigatória do Curso Superior de Tecnologia em Logística da FA. A prática do Estágio Curricular Supervisionado resultará em um documento denominado Relatório de Estágio Curricular Supervisionado Obrigatório, em forma de diagnóstico organizacional.

CAPÍTULO II
SEÇÃO I
Dos Orientandos (a)

A elaboração do trabalho é responsabilidade exclusiva do acadêmico, porém, não exime o professor orientador, dentro da sua competência e responsabilidade na atividade de orientação, do desempenho adequado junto ao seu orientando.
Cumpre ao aluno:

XI. tomar conhecimento e cumprir as exigências do Regulamento de Estágio da IES;
XII. apresentar o Termo de Compromisso e, quando for o caso, o Termo Aditivo, juntamente com o programa de estágio, para análise, a professor orientador da Coordenação de Estágios, preferencialmente, antes de seu início (ou prorrogação)

ou, no máximo, até 30 (trinta) dias da data de início do estágio, tomando as providências que se fizerem necessárias caso o programa não seja aprovado;

XIII. estar sob a supervisão de um professor-orientador, cumprindo o plano por ele estabelecido bem como as avaliações exigidas durante o período de supervisão e orientação;

XIV. comunicar ao professor-orientador e à Coordenação de Estágios sobre qualquer problema com a organização-concedente durante o período de estágio a fim de que sejam tomadas as providências necessárias;

XV. Entregar ao professor orientador (conforme cronograma de estágio) as documentações relacionadas ao estágio supervisionado, devidamente preenchidas e assinadas pelos envolvidos.

XVI. Cumprir com as orientações e observações realizadas por ocasião de cada encontro de orientação/supervisão.

XVII. Obedecer aos horários previstos pela IES para o atendimento na disciplina Estágio Supervisionado.

XVIII. Tomar conhecimento de suas ausências por convocatórias, reuniões e encontros de estágio supervisionado.

XIX. Deverá realizar o depósito do TC junto ao Professor orientador de todos os documentos e produtos exigidos para o cumprimento do estágio conforme cronograma ou exigência da IES;

XX. Estar sujeito ao Regimento da IES no que diz respeito às normas disciplinares e á comunidade acadêmica.

XXI. Produzir academicamente de forma ética e responsável, relatórios, diagnósticos, planos, diários de visita técnica, registros documentais e imagéticos, obedecendo os preceitos legais, refutando o plágio e a usurpação de direitos autorais de outrem, sem o devido consentimento.

SEÇÃO II
Do Professor Orientador

A orientação do Estágio Supervisionado será da competência exclusiva de professores do Curso superior de tecnologia em logística da Faculdade Amazonas - FA.

São atribuições do professor orientador:

j. Orientar os acadêmicos na elaboração do Diagnóstico Organizacional, Projeto de Pesquisa, Proposta de Ação, e devida apresentação em Seminário.

k. Orientar os acadêmicos quanto ao projeto e fontes de pesquisa, indicações bibliográficas e na produção de dados originários de trabalho de campo;

l. Adequar a metodologia mais eficiente e eficaz para a condução da IES obedecendo às necessidades dos acadêmicos e as normas regimentais da IES.
m. Atender individualmente ou em grupos os respectivos orientandos, em horários previamente fixados e divulgados para conhecimento dos interessados, com o fim de acompanhar e avaliar o desenvolvimento da pesquisa;
n. Acompanhar e avaliar o cumprimento das etapas de desenvolvimento do trabalho, segundo o cronograma estabelecido.
o. Registrar, em fichas apropriadas, o desempenho de cada acadêmico, para fins de freqüência e avaliação;
p. Garantir a eficácia do estágio, ampliando o relacionamento com o meio empresarial;
q. Encaminhar à Coordenação do Curso superior de tecnologia em logística, relatórios de acompanhamento, quadro de notas, atas, formulários de avaliação das defesas dos trabalhos que concluíram o estágio;
r. Protocolar a coordenação de curso, todos os Projetos de Pesquisa para a finalização do processo de estágio.

Os Professores Orientadores, na qualidade de Supervisor, são indicados pela Coordenação de Estágios e devem integrar o Corpo Docente da IES.

São, entre outras, atribuições do Professor Orientador, na qualidade de supervisor:

VII. planejar, acompanhar e avaliar as atividades desenvolvidas pelos acadêmicos composto por um número máximo de três integrantes, ou seja um trio;
VIII. orientar o trio em suas dificuldades, com apoio da Coordenação de Estágios, quando necessário;
IX. fornecer retorno regular ao acadêmico sobre seu desempenho;
X. entregar à Coordenação de Estágios, no prazo previamente definido, os Relatórios de Estágio dos alunos;
XI. participar de reuniões convocadas pela Coordenação de Estágios;
XII. oferecer sugestões para eficácia e eficiência das atividades da Coordenação de Estágios;

Os Estágios I e II são supervisionados pelo Professor-orientador que deve acompanhar e avaliar os estágios realizados pelos acadêmicos sob sua orientação.

§ 1º O acompanhamento ocorre mediante a elaboração de Relatório de Estágio de acordo com modelo fornecido pela Coordenação do curso superior de tecnologia em logística.

§ 2º As horas de estágio são consideradas cumpridas se o acadêmicos obtiver média igual ou superior a 5.0 (cinco), na avaliação do professor(a)-orientador(a).

CAPÍTULO III

SEÇÃO I

Campos de Estágio

O Estágio Supervisionado deverá refletir e abranger o estudo de técnicas das disciplinas constantes no Projeto Pedagógico do curso superior de tecnologia em logística, em concordância prévia com o Professor Orientador, que auxiliará na escolha do tema e abordagem a ser adotada. As áreas de concentração: onde os estágios poderão ser realizados, são as seguintes:

- Planejamento e modelagem de sistemas logísticos
- Performance de funções da logística integrada (compras, estoque, transporte, armazenagem, gerenciamento de pedidos, níveis de serviço) e mapeamento da performance logística de cadeias de suprimentos
- Estudos de melhores práticas dos processos logísticos nos ciclos de suprimento, manufatura e distribuição física
- Integração de processos-chave de negócios de marketing e logística nos contextos de empresas e cadeias de suprimentos
- Gestão de ambientes colaborativos na supply chain management
- Segmentação de fornecedores em processos de suprimento e de inovação
- Modelos de maturidade para cadeias de suprimentos
- Capacidades logísticas e orientação para a cadeia de suprimentos (SCO-Supply Chain Orientation)
- Logística no varejo
- Gestão da qualidade em serviços
- Gestão de operações em serviços
- A logística no contexto dos arranjos produtivos locais (APL´s)
- Filosofia e técnicas da produção e do suprimento enxutos
- Apoio ao desenvolvimento de projetos governamentais no âmbito da Administração Pública.

SEÇÃO II

Dos Requisitos e duração do Programa de Estágio

O programa de estágio administrado e supervisionado pela IES, proposto pela organização-concedente, deve:

I. favorecer o contato com o ambiente organizacional mediante a observação e o exercício de atividades variadas;

II. adequar-se ao currículo do acadêmico, incluindo atividades que complementem seus estudos e utilizem sua capacidade intelectual em processos de análise e solução de problemas;

III. estimular a convivência do acadêmico com o ambiente profissional em que irá atuar, a fim de favorecer o desenvolvimento de uma rede de relacionamentos, incrementando o convívio com profissionais de diferentes níveis e áreas no ambiente interno/externo da organização concedente.

SEÇÃO III

Da Avaliação e aprovação

Cumpre ao professor orientador do curso superior de tecnologia em logística da Faculdade Amazonas - FA coordenará e acompanhará as atividades dos alunos na realização dos estágios obrigatórios, tendo, entre outras, as seguintes atribuições:

VIII. A avaliação final do aluno na disciplina Estágio Supervisionado, onde se desenvolve o Estágio será feita a partir do processo de elaboração do trabalho escrito que deverá ser corrigido e avaliado pelo professor orientador, cominadas as etapas de confecção e apresentação dos resultados;

IX. São consideradas cumpridas se o aluno obtiver 75% de frequencias e média igual ou superior a 5.0 (cinco), na avaliação do professor-orientador.

CAPÍTULO IV

DISPOSIÇÕES FINAIS

O detalhamento para a confecção, organização e produção técnico científica dos Estágios Supervisionados estão previstos no Manual de Estágio do Curso superior de tecnologia em logística da Faculdade Amazonas, que deverá ser disponibilizado a todos os acadêmicos e docentes envolvidos no processo de estágio e conclusão de graduação.

Os casos não previstos, omissos e atemporais deste Regulamento serão resolvidos dirimidos pela Coordenação do Curso superior de tecnologia em logística da Faculdade Amazonas, juntamente com o Coordenadoria de Ensino, sujeitos à aprovação da Direção da IES, ouvido o Colegiado de Curso, de acordo com o previsto no seu Regimento.

Este Regulamento entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Regulamento aprovado pelo Colegiado do Curso.

TERMO DE COMPROMISSO DE ESTÁGIO

Termo de COMPROMISSO DA PRÁTICA ACADÊMICO que entre si celebram, UNIDADE CONCEDENTE e ALUNO, todos abaixo qualificados, para ações relacionadas a prática para acadêmicos do Curso Superior de tecnólogia em Logística

Termo de Compromisso de Estágio e a relação dos conhecimentos teórico-práticos adquiridos no curso com a respectiva prática de estágio e no diagnóstico organizacional descrito no Relatório de Estágio, sob orientação e acompanhamento de um professor supervisor de estágio. As partes acordam entre si, com o presente Termo de Compromisso de Estágio, que se regerá pelas cláusulas a seguir:

CLÁUSULA PRIMEIRA - O Termo de Compromisso da Prática tem por objetivo formalizar as condições básicas para a realização da prática curricular obrigatório, cuja carga horária é requisito para aprovação e obtenção de diploma, conforme projeto pedagógico do curso Tecnológico em logística FAM junto à Unidade Concedente e ao Aluno.

CLÁUSULA SEGUNDA A prática é entendida como ato educativo escolar, que visa ao aprendizado de competências próprias da atividade profissional e à contextualização curricular, objetivando o desenvolvimento do educando para a vida cidadã e para o trabalho.

CLÁUSULA TERCEIRA - Em decorrência do presente acordo celebra-se um Termo de Compromisso da Prática entre o estudante, a Unidade Concedente e a **FACULDADE AMAZONAS - FA**, nos termos do Art. 3º da Lei 11.788/08 particularizarando a relação jurídica especial existente entre o Acadêmico e a Unidade Concedente, caracterizando-se a não vinculação empregatícia.

CLÁUSULA QUARTA - Fica compromissada entre as partes as seguintes condições básicas para a realização da Prática:

- Este Termo de Compromisso da Prática terá vigência somente nos período da prática, podendo ser cancelada a qualquer momento, unilateralmente, mediante comunicação escrita ou ser prorrogado através da emissão de Termo Aditivo;
- As atividades da prática a serem cumpridas pelo Aluno serão desenvolvidas de segunda à sexta de ***HORARIO DO ESTÁGIO (OBSERVAR QUE A JORNADA DIÁRIA DEVE SER DE, NO MÁXIMO 6 HORAS E DE 30 SEMANAIS)***, podendo existir alterações.

CLÁUSULA QUINTA - As atividades desenvolvidas pelo Aluno, em caráter subsidiário e complementar, compatíveis com o contexto básico da profissão ao qual o curso se refere a utilização das práticas.

CLÁUSULA SEXTA - As atividades descritas poderão ser ampliadas, reduzidas, alteradas ou substituídas de acordo com o desenvolvimento da prática e do currículo, sempre dentro do contexto básico da profissão.
Parágrafo Único - O conteúdo das atividades a serem desenvolvidas pelo aluno deverá ser compatível com sua área de formação.

CLÁUSULA SÉTIMA - No desenvolvimento da prática, ora compromissado, caberá a Unidade Concedente:

I. Celebrar termo de compromisso com a instituição de ensino e o educando, zelando por seu cumprimento;

II. Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao educando atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

III. Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no curso da prática, para orientar e supervisionar os alunos;

IV. Contratar em favor do aluno seguro contra acidentes pessoais, cuja apólice seja compatível com valores de mercado, conforme fique estabelecido no termo de compromisso;

V. Por ocasião do desligamento do aluno, entregar termo de realização da prática com indicação resumida das atividades desenvolvidas, dos períodos e da avaliação de desempenho;

VI. Manter à disposição da fiscalização documentos que comprovem a relação da prática;

VII. Enviar à instituição de ensino, com periodicidade mínima de 6 (seis) meses, relatório de atividades, com vista obrigatória ao aluno.

CLÁUSULA OITAVA - No desenvolvimento da prática ora compromissado, caberá a Instituição de Ensino:

I. Celebrar termo de compromisso com o educando ou com seu representante ou assistente legal, quando ele for absoluta ou relativamente incapaz, e com a parte concedente, indicando as condições de adequação do aluno à proposta pedagógica do curso, à etapa e modalidade da formação escolar do estudante e ao horário e calendário escolar;

II. Avaliar as instalações da parte concedente da prática e sua adequação à formação cultural e profissional do educando;

III. Indicar professor orientador, da área a ser desenvolvida na prática, como responsável pelo acompanhamento e avaliação das atividades do aluno;

IV. Exigir do educando a apresentação periódica, em prazo não superior a 6 (seis) meses, de relatório das atividades;

V. Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o aluno para outro local em caso de descumprimento de suas normas.

CLÁUSULA NONA - No desenvolvimento da prática ora compromissado, caberá ao aluno:

I. Cumprir, com todo o empenho e interesse, toda a programação estabelecida para sua Prática;

II. Observar e obedecer às normas internas da Unidade Concedente;

III. Comunicar à Unidade Concedente e a FA, qualquer fato relevante ocorrido no sua prática, inclusive e, sobretudo se implicar na extinção ou suspensão do seu vínculo acadêmico;

IV. Elaborar e entregar, semestralmente, à Faculdade Amazonas – FA para análise e avaliação, os relatórios sobre sua prática, na forma, prazo e padrões estabelecidos.

CLÁUSULA DÉCIMA - Constitui motivos para a interrupção da vigência do presente. Termo de Compromisso da Prática:

I. A conclusão ou abandono do curso e o trancamento de matrícula;

II. O não cumprimento do conveniado neste Termo de Compromisso da Prática;

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Os casos omissos neste Termo de Compromisso serão resolvidos pelas disposições da lei n° 11.788/08 e de seu regulamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - As partes elegem o foro da Comarca de Manaus/AM, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste Termo de Compromisso, renunciando a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - Em acordo inteiro e comum com as condições do Termo de Compromisso da Prática, as partes assinam o referido termo em três (03) vias de igual teor.

5 RESPONSÁBILIDADE DO PROFESSOR SUPERVISOR DE ESTÁGIO

a) Elaborar o plano de ensino de estágio e apresentá-lo no início do semestre ao Coordenador de Curso;

b) Elaborar o cronograma das etapas de supervisão do estágio supervisionado;

c) Fornecer e orientar sobre todos os formulários referentes ao estágio supervisionado aos alunos no início do semestre;

d) Elaborar juntamente com o estagiário e a concedente o Plano de Estágio, orientar e acompanhar a execução do mesmo;

e) Supervisionar as atividades e freqüências dos alunos do estágio supervisionado;

f) Zelar pelo cumprimento do termo de compromisso, reorientando o estagiário para outro local em caso de descumprimento de normas;

g) Estimular a participação dos alunos para a avaliação das práticas realizadas;

h) Avaliar o desempenho do aluno nas atividades propostas pelo plano de ensino de estágio;

i) Participar das reuniões e atividades programadas pelo Coordenador do Curso;

j) Comunicar por escrito, imediatamente à coordenação do curso qualquer ocorrência que possa prejudicar o bom relacionamento entre a instituição conveniada e a Faculdade

l) Realizar o fechamento do diário com as notas e número de faltas dos estagiários ao final do semestre.

m) Exigir do estagiário a apresentação periódica, em prazo não superior a seis meses, de relatório final das atividades de estágio.

6 RESPONSÁBILIDADE DA PARTE CONCEDENTE

a) Celebrar convênio e Termo de Compromisso de Estágio para realização do Estágio Curricular;

b) Ofertar instalações que tenham condições de proporcionar ao estagiário, atividades de aprendizagem social, profissional e cultural;

c) Indicar funcionário de seu quadro de pessoal, para a função de Supervisor, com formação ou experiência profissional na área de conhecimento desenvolvida no transcurso do estágio, para orientar e acompanhar os estagiários, assim como assinar a documentação relativa à comprovação do estágio curricular;

d) Conceder vagas de estágio curricular sobre a forma de treinamento, dentro de suas possibilidades e limites, aos estagiários que estiverem em condições de estagiar, de acordo com o Projeto Pedagógico do Curso e encaminhado pela IES;

e) Facilitar o acesso do coordenador e/ou professor supervisor de estágio aos locais destinados. As formas de avaliação e demais informações constam em Regulamento próprio presente no projeto político pedagógico do curso.

7 DOCUMENTOS NECESSÁRIOS

Para a realização do estágio supervisionado, é necessário que todos os acadêmicos estejam devidamente regularizados e que entregue devidamente as documentações preenchida para o professor de estágio supervisionado. Conforme a seguir:

ANEXO I

ENCAMINHAMENTO DO ACADÊMICO PARA EMPRESA CONCEDENTE

Manacapuru, _____ de _____ de 20____

A

Prezado Senhor,

A **Faculdade Amazonas – FA** apresenta a Vossa Senhoria o Acadêmico _____, portador do RG nº _____, regularmente matriculado (a) sob o nº _____ no 4º período do Curso Tecnológico em _____, que tem interesse em desenvolver 100 horas de atividades de Práticas junto a essa prestigiada Empresa/Instituição, comprometendo-se a cumprir todas as normas previstas durante o período de efetivação da Prática.

A prática tem a finalidade de integrar o processo de aprendizagem dos acadêmicos, por meio da participação dos mesmos em situações reais da vida de trabalho, compatíveis com o seu meio, bem como proporcionar o aperfeiçoamento técnico-científico, cultural e de desenvolvimento humano.

Sendo o que se apresenta no momento, agradecemos o interesse na parceria e a atenção dispensada ao aluno nessa importante fase de sua formação acadêmica.

Atenciosamente,

_____

NOME DO COORDENADOR(A)
Profa. Coordenadora do Curso de Logística

ANEXO II

AUTORIZAÇÃO PARA ELABORAÇÃO DE CONVÊNIO DE PRÁTICAS E TERMO DE COMPROMISSO

Conforme contato realizado anteriormente entre a Coordenação do Curso Tecnológico em **Logística da Faculdade Amazonas – FA,** com esta Unidade concedente de práticas, autorizamos a preparação da documentação referente a Prática do aluno (a):

INÍCIO DA PRÁTICA:				**TÉRMINO:**	
HORÁRIO DA PRÁTICA:				**CARGA TOTAL:**	
SÁBADO E DOMINGO		**SEGUNDA À SÁBADO**		**SEGUNDA À SEXTA**	

RESUMO DAS PRINCIPAIS ATIVIDADES DA PRÁTICA	
ITEM	**ATIVIDADES**
01	
02	
03	
04	
05	
06	
07	
08	
09	
10	

Manacapuru, _____ de _____ de 20_____.

ASSINATURA E CARIMBO DA UNIDADE CONCEDENTE

ANEXO III

FORMULARIO DE FREQUÊNCIA NO CAMPO DA PRÁTICA

ALUNO:	**MATRÍCULA:**
EMPRESA/INSTITUIÇÃO:	
RESPONSÁVEL:	**FONE:**
CARGO:	

DIA	**HORÁRIO**		**Qtde de horas**	**Atividade desenvolvida**	**Supervisor de Campo**
	Entrada	**Saída**			
TOTAL DE HORAS					

ASSINATURAS:

SUPERVISOR DE CAMPO:_____

ALUNO (A): _____

PROFESSOR ORIENTADOR DA PRÁTICA: _____

ANEXO IV

FORMULÁRIO DE FREQUÊNCIA NA ORIENTAÇÃO DO ESTÁGIO

ALUNO:					**MATRÍCULA:**	
EMPRESA/INSTITUIÇÃO:						
RESPONSÁVEL:			**FONE:**			
CARGO:						
DIA	**HORÁRIO**		**Qtde de horas**	**Atividade desenvolvida**	**Acadêmico**	**Professor Orientador**
	Entrada	**Saída**				
TOTAL DE HORAS						

ASSINATURAS:

PROFESSOR ORIENTADOR DA PRÁTICA:_____

ALUNO: _____

ANEXO V

FORMULÁRIO DE AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES NO CAMPO DA PRÁTICA

ALUNO:		
EMPRESA/INSTITUIÇÃO:		
CARGA HORÁRIA:	**PERÍODO:**	**ANO:**

AVALIAÇÃO DAS ATIVIDADES NO CAMPO DA PRÁTICA

Em relação ao desempenho global do aluno (a), solicitamos ao supervisor a elaboração de um parecer, considerando os seguintes critérios e valores:

CRITÉRIOS	ÓTIMO	M. BOM	BOM	REGULAR	PRECISA MELHORAR
Pontualidade					
Assiduidade					
Relações interpessoais					
Responsabilidade					
Produtividade					
Interesse					
Participação					
Adaptabilidade					
Pró ativo					

ASSINATURAS:

SUPERVISOR DE CAMPO:_____

PROFESSOR ORIENTADOR DA PRÁTICA: _____

Obs: esta ficha deverá ter carimbo da Empresa na qual foi realizado a Prática.

RESUMO DAS ATIVIDADES DA PRÁTICA

ANEXO VI

RESUMO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS PELO ALUNO (A)

ALUNO(A):	**MATRÍCULA:**
EMPRESA/INSTITUIÇÃO:	
RESPONSÁVEL:	**FONE:**
CARGO DO REPONSÁVEL:	

PERÍODO	DESCRIÇÃO DAS ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

ASSINATURAS:

SUPERVISOR DE CAMPO:_____

ALUNO (A): _____

PROFESSOR ORIENTADOR DA PRÁTICA: _____

COORDENADOR DO CURSO: _____